

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARCOS ANTONIO SPINASSÉ

**EFEITOS AFETIVOS DO ESPAÇO:
ESQUEMATIZAÇÃO DE UM DISPOSITIVO PROJETUAL A PARTIR DA
FELICIDADE**

Maceió
2017

MARCOS ANTONIO SPINASSÉ

**EFEITOS AFETIVOS DO ESPAÇO:
ESQUEMATIZAÇÃO DE UM DISPOSITIVO PROJETUAL A PARTIR DA
FELICIDADE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Walter Matias Lima.

Maceió
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- S757e Spinassé, Marcos Antonio.
Efeitos afetivos do espaço: esquematização de um dispositivo projetual a partir da felicidade / Marcos Antonio Spinassé. – Maceió, 2017.
192 f.: il.
- Orientador: Walter Matias Lima.
Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2017.
- Bibliografia: f. 187-192.
1. Arquitetura e urbanismo. 2. Atividade projetual - Dispositivo. 3. Espaço – Efeitos afetivos – Usuários. 4. Espaço – Dimensão simbólica. I. Título.

CDU: 72.011:728.1

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCOS ANTONIO SPINASSÉ

EFEITOS AFETIVOS DO ESPAÇO: ESQUEMATIZAÇÃO DE UM DISPOSITIVO
PROJETUAL A PARTIR DA FELICIDADE

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

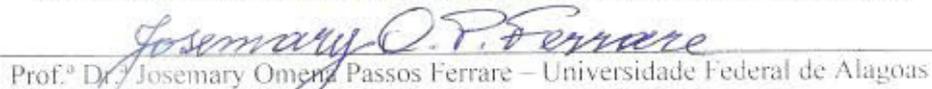


Prof. Dr. Walter Matias Lima - Orientador

Banca Examinadora:



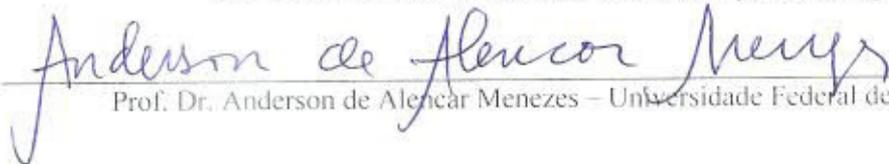
Prof. Dr. Leonardo Salazar Bittencourt – Universidade Federal de Alagoas



Prof.ª Dr.ª Josemary Omen Passos Ferrare – Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Caio Adorno Vassão – Istituto Europeo di Design



Prof. Dr. Anderson de Alencar Menezes – Universidade Federal de Alagoas

DEDICATÓRIA

Dedico esta Tese à Glória de Deus, isto é à Bahá'ú'lláh, a manifestação de Deus para esta era; à minha adorada Elaine, a melhor metade de mim e, também, ofereço a você, que por um motivo especial se interessou em ler o que aqui foi escrito.

AGRADECIMENTOS

Deus, meu Deus! Sempre temo a injustiça quando penso em agradecer!

Considero que esta jornada foi uma subida, um escalar. Caminhei de um plano para outro um pouco mais acima. Este movimento ascendente só foi possível pela existência de algo que me elevou ou que me propiciou a volição crescente. Foram surgindo uma série de seres que muitas vezes eu não sabia distinguir se eram degraus ou obstáculos. No entanto, neste momento tenho a consciência que ambos (degraus e obstáculos) me levaram sempre acima. Uns me dando apoio e outros provocando a força extra do desafio de superar os meus próprios limites ou aqueles que me impuseram.

Assim, agradecerei aqui com meu silêncio aos “seres obstáculos” que me propiciaram os desafios, os quais fortaleceram a musculatura e provocaram a motivação para continuar a subir.

Já aos “seres degraus”- meus queridos “seres degraus”! - declaro minha eterna gratidão, e receio não ter como contemplar a todos. Foram muitos que este espaço plano não tem a capacidade de contê-los e, por isto, ofereço a humilde imensidão de minha afetividade para sempre recebê-los e abrigá-los com muito carinho.

Este limite espacial, infelizmente, só me permite trazer alguns “seres degraus”. Assim, utilizo a produção desta tese como mediador limitador deste universo e os “seres degraus” que aqui estão saberão quais as razões da citação dos seus nomes.

Mona, minha filha querida; Dona Isaura, minha amada mãe; Virgínia e Teresa, minhas fraternas irmãs; Professor Walter Matias, meu estimado orientador; Harry, Jacó, João Barreto, Feizi e Aline, meus grandes amigos/irmãos; D. Toubá, minha interface mística e espiritual; tio Fernando, quem sempre me conduziu; Cláudio, meu sogrão, e Cristina, minha sogrona; professores Caio, Josy, Léo e Anderson, aqueles que examinaram e deram o norte; professora Ana Paula (UVV); filósofos Paulo e Canício e o Cientista Social Vicente (UCV); professores do curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Católico de Vitória; professores, Andressa Zoi (UVV), Marcilene; meus colegas da primeira turma do Doutorado Cidades (PPGAU-UFAL); professores Milton, Clara e Marta do (PPGAU-UFES); professora Juliana (PPGAU-UFAL); Karla, minha prima/irmã; Jardel representando todos aqueles que foram meus alunos (UCV e UVV); aos meus colegas professores da UVV (2009-2014) e a CAPES pelo apoio material.

Agradecimento Especial

Ao meu pai, Lydio Spinassé, pelo pensamento periférico e a lógica “interconectadora” que me deixou de herança, isto é, por me ensinar ou transmitir pelo DNA a tendência ao pensar diferente.

Ao Daniel, meu filhinho, que está aqui pertinho mim; à Sara e ao Raul, meus filhões que nunca se afastaram de meu coração, e à Luiza, Lucas e Aniz que também são meus filhos!

“Quanto à felicidade material não existe; melhor dizendo é apenas imaginação [...]

[...] Todas as bênçãos materiais, incluindo alimentos, bebidas, etc., servem apenas para aliviar a sede, fome e a fadiga. Não trazem deleite verdadeiro à mente nem prazer na alma; na verdade, atende apenas às necessidades do corpo. Por isso, este tipo de felicidade não tem existência real.

Quanto à felicidade espiritual, esta é a base fundamental da vida do ser humano, pois a vida foi criada para a felicidade, não para a tristeza; para o verdadeiro prazer, não para o pesar. Felicidade é vida; tristeza é a morte.”

‘ABDU’L-BAHÁ
in PANE, Mabel Hyde. **A Divina Arte de Viver**. Seleção dos Escritos de Bahá’u’lláh e ‘Abdu’l’Bahá. Mogi Mirim: Editora Bahá’í do Brasil. 2007, pg. 44-45.

“[...] o viver em plena felicidade não é próprio desta vida mortal. Só o será quando aparecer a imortalidade... Sem a imortalidade não existe a felicidade.”

SANTO AGOSTINHO
AGOSTINHO, Santo. **Solilóquios**: A vida feliz. Tradução Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1998, pg. 114.

RESUMO

A questão central que se aprofunda neste estudo é o mapeamento de um processo apropriado à projeção que possibilite a proposição, pelo projetista, das condições necessárias para construção de espaços arquitetônicos e/ou urbanos capazes de suprir as demandas afetivas do seu futuro usuário humano. Para tanto, apropriou-se da felicidade como amostra de um ente afetivo num ensaio do dispositivo projetual. Entre os principais autores que cederam seus conhecimentos está em maior destaque o filósofo brasileiro Mario Ferreira dos Santos (2007, 2010, 1961 e 1965) que trouxe a simbólica como hermenêutica e as formas de inferir que permearam esta Tese como um todo. Junto a ele, mas com outras contribuições, estão Spinoza (2014), Deleuze (1992 e 2012), Kant (1988, 2004 e 2008-2014), Lawson (2011). A partir desses teóricos se elaborou o esquema conceitual operacional da Tese que se dá pela tríade tripartite que se configura do (1) homem definido pelas (1.a) demanda corpórea, (1.b) demanda mental e (1.c) demanda afetiva; (2) do espaço por suas (2.a) dimensão física, (2.b) dimensão objetiva e (2.c) dimensão simbólica e (3) da projeção por meio das (3.a) atividade de análise, (3.b) atividade de síntese e (3.c) atividade de avaliação. Na qual, a projeção é fusionada à inferência e se desdobra em um hexagrama, e a atividade de análise se decompõe em (3.a.1) problema e (3.a.2) raciocínio ontológico; a atividade de síntese em (3.b.1) raciocínio lógico e (3.b.2) solução e a atividade de avaliação em (3.c.1) homem e (3.c.2) espaço, o que ocasiona a inter-relação integral dos elementos do sistema. A partir da inter-relação espaço-homem da tríade tripartite e por meio do elemento ativador e a reação do usuário humano, que são causa e efeito espaciais, chegou-se à afetação central e a periférica. O esquema do dispositivo se estrutura na integração das suas fases que são a substantiva, a analítica, a hermenêutica e a dispositiva. O dispositivo tende a se localizar no raciocínio ontológico na atividade de análise do hexagrama e o que daí for produzido, isto é, as notas essenciais ou *qüididades*, no caso visual, servirão para que o projetista, por intuição *edidética*, elabore a mais apropriada composição espacial de acordo com o lugar, com a contemporaneidade e, também, com aquele que será o usuário do espaço. O dispositivo focaliza na proposição da afetação central e na indicação de notas ou *qüididades* visuais para compor a dimensão simbólica do espaço relacionando a demanda afetiva e contempla, também, as demais afetações centrais e as periféricas, pois serão por elas que o símbolo terá sua existência. O dispositivo se concretiza, pois seu esquema é um fato e sua essência está enunciada nesta Tese.

Palavras-chave: Afetividade. Arquitetura e urbanismo. Efeito. Projeto. Simbólica.

ABSTRACT

The central question that is deepened in this study is the mapping of a process appropriate to the projection that allows the proposition, by the designer, of the necessary conditions for the construction of architectural and / or urban spaces capable of satisfying the affective demands of its future human user. For this, he appropriated happiness as a sample of an affective entity in an essay of the design device. The Brazilian philosopher Mario Ferreira dos Santos (2007, 2010, 1961 and 1965) brought the symbolic as hermeneutics and the ways of inferring that permeated this thesis as a whole among the main authors who gave their knowledge. Alongside him, but with other contributions, are Spinoza (2014), Deleuze (1992 and 2012), Kant (1988, 2004 and 2008-2014), Lawson (2011). From these theorists the operational conceptual scheme of the thesis that is given by the tripartite triad that is configured of the (1) man defined by (1.a) corporeal demand, (1.b) mental demand and (1.c) demand affective; (2) of the space by its (2.a) physical dimension, (2.b) objective dimension and (2.c) symbolic dimension and (3) of the projection by means of the (3.a) analysis activity, (3.b) synthesis activity and (3.c) evaluation activity. In which, the projection is fused to inference and unfolded in a hexagram, and the activity of analysis decomposes into (3.a.1) problem and (3.a.2) ontological reasoning; The synthesis activity in (3.b.1) logical reasoning and (3.b.2) solution and the evaluation activity in (3.c.1) man and (3.c.2) space, which causes The integral interrelationship of the elements of the system. From the space-man interrelationship of the tripartite triad and through the activating element and the human user's reaction, which are spatial cause and effect, we have reached central and peripheral affectation. The scheme of the device is structured in the integration of its phases which are the substantive, the analytical, the hermeneutics and the provides. The device tends to be located in the ontological reasoning in the activity of analysis of the sixth grade and what is produced, that is, the essential notes or quidities, in the visual case, will allow the designer, by edithic intuition, to elaborate the most appropriate composition Space, according to the place, with the contemporaneousness, and also with the one who will be the user of space. The device focuses on the proposition of central affectation and on the indication of notes or visual equities to compose the symbolic dimension of space relating the affective demand and also contemplates the other central and peripheral affections, because it will be for them that the symbol will have its existence. The device materializes because its scheme is a fact and its essence is stated in this thesis.

Key words: Affectivity. Architecture and urbanism. Effect. Design. Symbolic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Abstração inicial da Tese: ao centro está o ser humano na perspectiva biopsicossocial perpassado de um lado pelo prisma espaço construído e do outro da felicidade humana	34
Figura 2. Pistas se descortinaram na reflexão sobre este tema e indicaram algumas rotas preliminares	36
Figura 3. Hexagrama sistêmico	92
Figura 4. Diagrama sinótico das inter-relações ativadas em um processo de projeção espacial	94
Figura 5. Fac-símile do esquema, elaborado em agosto de 2013, de uma ideia fruto da reflexão da relação homem-espaço.....	108
Figura 6. Excertos de uma tentativa, elaborados em maio de 2014, de aplicação do dispositivo ainda em estado embrionário	114
Figura 7. Fac-símile do pensamento diagramado, elaborado em 2015	116
Figura 8. Fac-símile do esquema do primeiro esquema do (ainda em ordem inversa) da inter-relação espaço-homem acrônica: Elemento ativador e reação do usuário humano, elaborado em 2015	117
Figura 9. Exemplo de imagem referente do grupo do tipo imagético Sorriso. Extrato do ensaio.....	137
Figura 10. Exemplo de imagem referente do grupo do tipo imagético corpo em liberdade. Extrato do ensaio	138
Figura 11. Exemplo de utilização do Adobe ColorCC para identificar as cores predominantes em um plano imagético.....	143
Figura 12. Figura-fundo.....	145
Figura 13. Esquematização da visão geral da tríade tripartite.....	179
Figura 14. As interconexões dos entes do hexagrama possibilitam que se considere o homem, o espaço e a projeção em um todo sistêmico	180
Figura 15. Corpos que afetam outros corpos e por eles são afetados	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Elementos comunicativos (o emissor emite a mensagem por um meio, sensibiliza os sentidos e provoca um efeito e reação do receptor) relacionados às dimensões do espaço.	67
Quadro 2. Quadro sinótico.....	69
Quadro 3. Inter-relação Espaço-homem Acrônica: elemento ativador e reação do usuário humano (causa-efeito)	100
Quadro 4. Quadro de etapas do dispositivo com seus respectivos atos e produtos.....	120
Quadro 5. Esquema geral das etapas do dispositivo com seus respectivos atos e produtos...	121
Quadro 6. Denominação (termo textual)	125
Quadro 7. Exemplo de parte dos Print Screen (captura da imagem exibida na tela do computador no momento em que se acessa ao site)	126
Quadro 8. Exemplo de parte da reunião das imagens das telas dispostas de maneira contígua uma após a outra, de forma sucessiva em um único arquivo digital de Print Screen (captura da imagem exibida na tela do computador no momento em que se acessa ao site).....	127
Quadro 9. Exemplo do quadro de com parte das imagens que são associadas à denominação “felicidade” no idioma Português coletadas no mecanismo ou motor de busca (search engine) Google	128
Quadro 10. Exemplo do quadro com arte das imagens que são associadas à denominação “infelicidade” no idioma Português coletadas no mecanismo ou motor de busca (search engine) Google	129
Quadro 11. Quadro parcial de uma tentativa de agrupar as imagens em categorias que foi descartada. Este agrupamento se referia a subcategoria I.2.c texto sobre imagem (objeto definido) dentro da imagens em cores (policromática) da categoria imagens com texto.....	132
Quadro 12. Exemplo de quadro parcial a partir do idioma português e da palavra felicidade que gerou o agrupamento das imagens do tipo imagético do enunciado verbal do conceito sorriso. Extrato do ensaio	133
Quadro 13. Exemplo de quadro parcial a partir do idioma português e da palavra felicidade que gerou o agrupamento das imagens do tipo imagético do enunciado verbal do conceito corpo em liberdade. Extrato do ensaio	134
Quadro 14. Categorização objetiva material substanciada.....	140
Quadro 15. Relação entre as nomeações das cores de um dicionário de símbolos com o sistema RGB.....	144

Quadro 16. Exemplo de quadro como objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio.....	149
Quadro 17. Exemplo de quadro como objeto material visual da imagem referente do tipo imagético corpo em liberdade decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio	150
Quadro 18. Exemplo de quadro com o inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos relativos ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio	163
Quadro 19. Exemplo de quadro com o inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos relativos ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio	165
Quadro 20. Alguma coisa e algumas coisas	168
Quadro 21. Exemplo de quadro com de simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou qüididades relativo ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso. Extrato do ensaio	173
Quadro 22. Exemplo de quadro com de simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou qüididades relativo ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso. Extrato do ensaio	175
Quadro 23. Elemento ativador e reação do usuário humano (causa-efeito).....	181
Quadro 24. Dispositivo com suas fases com seus respectivos atos e produtos	184

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
1.1	INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA: A RELAÇÃO DO ATO DE PROJETAR COM O EFEITO AFETIVO DO ESPAÇO EM SEUS USUÁRIOS.	14
1.1.1	Relevância do tema	16
1.1.2	Metodologia	17
1.1.3	Fundamentação Teórica	24
1.1.4	Categorias básicas	28
1.2	O caminho heurístico, a apofântica, a poiesis, o diagrama.	29
1.2.1	A volição	30
1.2.2	No caminho não linear e sem uma ordem cronológica - Do espaço-felicidade para espaço-homem-projetista.	37
2.	A ONTOLOGIA DO SER HUMANO POR SUAS DEMANDAS: O SER HUMANO - A QUEM SE DESTINA O ESPAÇO PROJETADO	46
2.1	Demanda corpórea – Relação com o corpo físico do ser humano – fisiologia	48
2.2	Demanda mental – Relação do ser humano e os processos mentais - Pensamento, lógica e razão	49
2.3	Demanda afetiva – Relação do ser humano e as impressões <i>páthicas</i>	50
2.4	Síntese: O Ser humano – Demandas corpórea, mental e afetiva.....	55
2.4.1	A essência da demanda corpórea.....	55
2.4.2	A essência da demanda mental.....	55
2.4.3	A essência da demanda afetiva.....	55
3.	ESPAÇO FINALÍSTICO COMO PROVIDOR DE NECESSIDADES	57
3.1	Dimensão Física – Materialização a partir de seus delimitadores e artefatos contidos (materiais, técnicas e tecnologias construtivas)	59
3.2	Dimensão Objetiva – Materialização a partir do uso-função explícito/compreendido... ..	62
3.3	Dimensão Simbólica – Materialização a partir da afetividade no sentir - <i>Páthos</i>	71
3.4	Síntese: Espaço relativo – Dimensões física, objetiva e simbólica.....	75
3.4.1	A dimensão física.....	75
3.4.2	A dimensão objetiva.....	75
3.4.3	A dimensão simbólica.....	76
4.	A FELICIDADE: UMA DEMANDA AFETIVA DO SER HUMANO	77
5.	PROJETAÇÃO COMO INFERÊNCIA	84

6.	INTER-RELAÇÃO ESPAÇO-HOMEM ACRÔNICA: ELEMENTO ATIVADOR E A REAÇÃO DO USUÁRIO HUMANO - CAUSA E EFEITO ESPACIAIS	95
6.1.	Afetação Central (efeito central).....	100
6.1.1	Dimensão física do espaço - demanda corpórea.....	101
6.1.2	Dimensão objetiva do espaço - demanda mental.....	101
6.1.3	Dimensão simbólica do espaço - demanda afetiva.....	101
6.2	Afetação Periférica (efeito periférico)	101
6.2.1	Dimensão física do espaço - demanda mental.....	102
6.2.2	Dimensão física do espaço - demanda afetiva	102
6.2.3	Dimensão objetiva do espaço - demanda corpórea.....	102
6.2.4	Dimensão objetiva do espaço - demanda afetiva.....	102
6.2.5	Dimensão simbólica do espaço - demanda corpórea.....	102
6.2.6	Dimensão simbólica do espaço - demanda mental.....	103
7.	O MÉTODO, UM DISPOSITIVO - UM ENSAIO METODOLÓGICO PROJETUAL	105
7.1	Introdução e considerações preliminares	105
7.2	O Dispositivo	118
I -	Fase Substantiva.....	122
II -	Fase Analítica.....	130
III -	Fase Hermenêutica	150
IV -	Fase Dispositiva	166
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
	Desdobramentos.....	185
	REFERÊNCIAS.....	187

1. INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA: A RELAÇÃO DO ATO DE PROJETAR COM O EFEITO AFETIVO DO ESPAÇO EM SEUS USUÁRIOS.

Os arquitetos e urbanistas enquanto projetistas, para propor espaços possíveis de serem erigidos e que serão utilizados pelos seres humanos, decidem e expressam quais os materiais, técnica e tecnologias que serão necessários para que se possam construir os delimitadores do espaço e quais artefatos deverão estar contidos naquele espaço o qual, a princípio, poderá lhe auferir uma condição de usabilidade e conforto para seu usuário. O projetista, também, propõe elementos que estimulam os processos mentais a fim de que sejam compreendidos a ideia, o conceito e a função daquele espaço projetado para que, consecutivamente, quando for construído, o seu utilizador o use da forma adequada de acordo com aquela finalidade para qual foi criado, consideremos também que sua eficiência só pode ser verificada *a posteriori* após ou diante o ato de utilização por seu usuário.

No entanto, há também algum efeito que é sentido no fruir do espaço construído, mas que não pode ser explicado e, nem mesmo, enunciado em sua totalidade pela linguagem comum, e que pende à subjetividade. O momento específico, durante as atividades projetuais, no qual foi dada a devida atenção a este efeito espacial que pode ser sentido, tende a não ser localizado ou identificado de forma objetiva pelo projetista, ao menos em modo consciente. Mas, a nosso ver (somente por enunciação de nossa intuição sensível a partir de observações desestruturadas), quando é declarada pelo projetista a presença, no ato de projeção, do efeito que pode ser sentido no fruir do espaço, há a inclinação da justificativa indicar uma espécie de inspiração incontrolável do propositor que, de alguma maneira, parece ter uma propensão de ser relacionado “apenas” (sem nenhum desmerecimento) aos aspectos estéticos ou a idiosincrasias do seu autor. Neste contexto, referindo-se àquele “algum-efeito-que-é-sentido-mas-que-não-pode-ser-explicado” o projetista diz “Eu gostei” e está declarada a razão suficiente¹ para aquilo estar e ficar ali onde está.

Então, a possibilidade da indicação do mapeamento de um processo apropriado à projeção que seja adequada a exequibilidade da proposição, pelo projetista, das condições necessárias para construção de espaços arquitetônicos e/ou urbanos capazes de produzir efeitos que propiciariam o suprimento das demandas afetivas do seu futuro usuário humano é

¹ Tremo da filosofia e da lógica sobre o qual Santos (2010, p. 191) diz que se for “Considerado *a posteriori*, é uma consequência da experiência (hábitos contraídos pela razão e impostos por esta à natureza por necessidade funcional)”.

a questão central que será aprofundada nesta Tese, logo, define-se como o problema de pesquisa que se tenta solucionar. Enfim, seria possível a proposição do mapeamento de um processo de apoio ao ato projetual onde o projetista tivesse a condição de propor o necessário para que o espaço projetado possa produzir efeito afetivo no seu futuro usuário? Seria esta a questão ou a problemática que se almeja encontrar uma possível solução.

Desta forma, o estudo que se apresenta tem em vista, no que tange à generalidade, a reflexão sobre o conhecimento humano aplicado na produção do espaço, especificamente, sobre aqueles saberes que poderão subsidiar a “mudança na atitude projetual e reflexão crítica acerca de seus processos e estratégias quanto ao impacto ambiental das intervenções humanas nas cidades”, onde, no “conceito de cidade estão abrigados tanto a arquitetura quanto os elementos da natureza e uma ampla gama de conceitos vinculados à experiência espacial”².

Para tanto se tem como objetivo geral a elaboração da esquematização de um dispositivo³ (método) de apoio ao ato projetual, que leva em conta os efeitos do espaço sobre a afetividade de seu futuro usuário e, também, a identificação, a partir de sua concretude, dos princípios essenciais ontológicos do referido dispositivo.

Os objetivos específicos são (1) a submissão da esfera abstrata da concepção de espaços ao contato com o campo epistemológico; (2) a sondagem da possibilidade de se contemplar, durante o ato de projetar espaços, a concepção dos efeitos afetivos que atendam às demandas do seu provável usuário humano e (3) o estudo da viabilidade da esquematização de um método para servir como um dispositivo que se conjunta à execução das atividades de análise, síntese e avaliação, que integram o ato projetual. Espera-se também que as inferências produzidas nesta tese possam contribuir para o seu desdobramento em mais outras reflexões sobre conteúdos simbólicos no universo da projetualidade.

Nesta conjuntura se intui a hipótese de que é possível mapear um processo de projetar o que pode causar efeito afetivo do espaço em seus usuários.

² O que está entre aspas neste parágrafo são premissas do Doutorado da Pós-Graduação da Faculdade Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, instituição a qual está vinculada esta Tese. Disponível em <<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fau/pos-graduacao/doutorado-cidades/apresentacao>> Acesso em 04/04/2017

³ O termo dispositivo que será recorrente nesta Tese considera, prioritariamente, dois sentidos. Um dos significados foi retirado do universo da informática que conceitua o conjunto de componentes com um determinado fim e que se integra ou se conecta a um aparelho que executa a operação principal, onde o “aparelho” seria o projetista e a “operação principal” o ato projetual. A outra acepção está relacionada ao étimo “disponibilização” que é um substantivo que indica a ação ou efeito de disponibilizar, de por à disposição, que será a função principal do dispositivo esquematizado neste trabalho.

1.1.1 Relevância do tema

A relevância do tema no campo científico é reforçada por sua contextualização. Primeiro, existe uma carência da submissão da esfera abstrata da concepção de espaços ao contato com o campo epistemológico, com afirmação de Caldana (2012, p. 157), é pouco o que se tem tratado sobre a projetualidade da arquitetura e urbanismo nos programas de “pós-graduação no Brasil” nas “linhas de pesquisa nessa área” e, segundo, se é parco o estudo dos processos projetuais, ainda é mais rarefeito o que se tem sobre o ato projetual específico para a produção de efeitos afetivos no usuário do espaço que se dá pela dimensão simbólica, onde, de acordo como que nos informa Lawson (2011, p.105), a abordagem dos aspectos simbólicos somente se faz por críticos depois do projeto estar feito ou do espaço ser construído.

A premissa do ineditismo da temática desta tese também se dá pela possibilidade de uso dos princípios da Simbólica enquanto hermenêutica aplicada à projeção do espaço e sua relação com a afetividade humana e na busca do estudo dos efeitos do espaço sobre os sentimentos e emoções de seus usuários.

Buscou-se a compreensão de como poderia se dar a projeção dos símbolos visuais que comporão o espaço a ser construído com intuito de funcionarem como estimuladores de um processo dinâmico, “uma relação dialética entre os esquemas mentais e a realidade” onde, “Os esquemas mentais”, segundo Santos (2007, p. 39), “São as estruturas mentais nas quais a realidade externa interfere, ao mesmo tempo sendo assimilada pelos esquemas e transformando-os, de maneira a adaptá-los para conhecimentos posteriores”.

Outro aspecto relevante é que neste estudo da simbolização aplicada, a princípio, pretendeu-se evitar o uso, que é recorrente, do estruturalismo (semiologia) ou pragmatismo (semiótica) de caráter determinista, pois, ambos tendem a excluir as inter-relações entre objetos, conteúdos e atores sociais que se revelam no tempo e no espaço, por meio das práticas sociais assim como em seus efeitos afetivos na subjetividade.

Para tanto, se visitou os princípios do afeto de acordo com a visão de Spinoza. Em *Ética* Spinoza (2014) diz que o que afeta as ações e aumenta a potencialidade de agir e de pensar é a alegria, a qual pode impulsionar a atividade (contrário do repouso e lentidão) e é este movimento positivo o que garante a existência humana a qual o filósofo chamou de desejo (*Conatus*). Ao contrário, a paixão, segundo Spinoza, diminui a potência de agir, pois, o corpo e a mente ficam passivos e sujeitos àquilo que os afetam, levando o ser humano à inatividade da mente e do corpo e à tristeza (ou a infelicidade).

Assim sendo, a possibilidade de instrumentalizar o projetista arquiteto e urbanista com um dispositivo que o capacite a propor espaços que trazem efeitos afetivos em seus futuros usuários, cria uma abertura nova para geração de estímulos que podem impulsionar o ser humano mais para a vontade de viver do que para dor e o sofrimento que é seu oposto. E, desta forma, coloca-se mais um elemento para a plena compreensão do que o projetista pode oferecer para sociedade: espaços que propiciam ao corpo, à mente e à afetividade o que é necessário para ali se viver bem.

1.1.2 Metodologia

Neste contexto apresentado acima e admitindo a vinculação à experiência espacial, ao elaborar esta tese, partiu-se para os (1) estudos daquilo que seria necessário para desvendar as premissas de como o projetista poderia considerar, no ato de projetar, os efeitos afetivos do espaço sobre o ser humano que será o seu futuro usuário, isto é, se foi ao encalço de identificar o esquema concreto, o *logos* e, paralelamente, (2) para verificação da possibilidade de se propor o esquema de uma metodologia de apoio projetual, ou seja, encontrar a sua concretude factual para efetivar o ato projetual referido acima.

Este procedimento apropriado de (1) identificar a norma, a regra, a ordem, enfim, o que é intrínseco e necessário à existência de algo e (2) observar sua manifestação em uma existência factual, nasce das premissas do método racional proposto por Santos (2010, 2007 e 1961, p.19), que de uma maneira simplória pode ser exposta pelo seguinte extrato de sua obra:

Para alcançarmos a concreção de algo, precisamos, não só do conhecimento sensível da coisa, se é objecto dos nossos sentidos, mas também da sua lei de proporcionalidade intrínseca, e de sua heceidade⁴, que inclui o esquema concreto, que é lei (*logos*) da proporcionalidade intrínseca da sua singularidade, e, também, das leis que presidem à sua formação, à sua existência e perduração, bem como ao seu término.

No entanto, consideramos como diz Gerhardt e Silveira (2009, p.25) que “A ciência é um procedimento metódico cujo objetivo é conhecer, interpretar e intervir na realidade, tendo como diretriz dos problemas formulados que sustentam regras e ações adequadas à constituição do conhecimento” o que demanda um objeto e um método para realizar esta investigação.

⁴ Por exemplo, “Este livro é nenhum outro. Está aqui, tem heceidade (*haecceitas*), é singular, inmultiplicável e não pode ser ele e simultaneamente outro.” (SANTOS, 1965, p. 1382). Nota nossa.

O professor Valter Luis Caldana (2012, p. 154) sugere que “O ‘fenômeno’ a ser estudado” no universo da arquitetura e urbanismo “Deixe de ser o produto do trabalho do arquiteto e passe a ser o seu processo de elaboração”, e se volte para “Assumir a elaboração do projeto de arquitetura e urbanismo como um processo e não um fato criativo pessoal isolado” e propõe a categorização das produções acadêmicas sobre este universo em:

[...] três conjuntos de ações de pesquisa distintos e complementares entre si no que diz respeito ao processo de elaboração do projeto de arquitetura e urbanismo: o conjunto de ações de pesquisa sobre o projeto, no projeto e em projeto de arquitetura e urbanismo (CALDANA, 2012, p.157).

Nos três conjuntos, propostos por Caldana (2012, p. 157), a (1) pesquisa sobre o projeto teria em “Seus objetivos o conhecimento intrínseco da matéria e seu objeto, o próprio projeto, materializado, edificado ou não” e considera que “A esmagadora maioria dos programas de pós-graduação no Brasil apresenta linhas de pesquisa nessa área”, já a (2) pesquisa no projeto seria aquela que trataria “da pesquisa realizada para a elaboração de um projeto específico” e a (3) pesquisa em projeto a que focaria no “fazer projeto, sobre o ato de projetar”, no qual o “objeto de estudo” seria “o processo de elaboração do projeto”.

Desta forma, a tese que se apresenta está objetivada na pesquisa em projeto de arquitetura e urbanismo, isto é, na ação de projeção, onde, a partir da concepção projetual de espaços com foco no usuário, foi verificada a possibilidade de utilização de um dispositivo de apoio ao processo projetual de espaço arquitetônico e/ou urbano especificamente voltado à possibilidade de gerar o efeito afetivo em seu usuário.

A projetualidade contempla, segundo as instituições regulamentadoras da profissão de arquiteto e urbanista no Brasil (CAU/BR, 2010; CNE/CES, 2010), o ato intelectual de um indivíduo ou grupo de indivíduos (arquitetos e urbanistas) que objetiva a proposição de soluções e alternativas espaciais para atender às necessidades daqueles seres humanos que utilizarão o espaço em projeto.

Uma vez determinado o objeto específico desta tese, ou seja, estudar a viabilidade de um dispositivo de apoio a ser utilizado durante a ação de projeção, que é pesquisa em projeto, faz-se necessária a explicitação de um método para realizar a investigação pretendida. “O método se concretiza nas diversas etapas ou passos que devem ser dados para solucionar um problema: entende-se, então, como a coordenação unitária dessas diferentes etapas” (RAMPAZZO, 2005, p.33).

Partiu-se do pressuposto que o que se almejava conhecer era a possibilidade de

considerar o efeito afetivo durante o momento da projeção de espaço visando suprir as demandas de seu futuro usuário. Porém, não foi identificada, em pesquisa exploratória em estado da arte, a existência de uma forma sistemática dessa contemplação na projetualidade, o que se encontrou foi que a dimensão simbólica do espaço só era definida, *a posteriori*, pelos críticos que o avaliavam (LAWSON, 2011, p.105).

Também se tinha como compulsória a concepção, mesmo que fosse de forma incipiente, de um meio de se adicionar ao processo de projeção os aspectos dos efeitos afetivos ao espaço que se projeta, ao menos por aqueles que intencionam ou necessitam considerar o suprimento das demandas do seu usuário humano enquanto ser sensiente⁵.

Neste universo pesquisado, encontrou-se com Rampazzo (2005, p.33) que afirma que “Os objetos de investigação determinam o tipo de método a ser empregado, a saber: o experimental⁶ ou o racional⁷” onde, no método experimental a “investigação nasce de algum problema observado ou sentido” que está materializado e, a partir daí, colhe-se todos os dados possíveis e por indução se chega à conclusão. Método que parece predominar na academia atualmente.

Não obstante, a investigação também pode ter como ponto de partida “O questionamento da própria realidade” (RAMPAZZO, 2005, p.34) originado de uma condição apriorística, a qual, por sua vez, pode ser inferida, geralmente, de modo dedutivo e se apresentar conclusões. E, desta forma, o método será racional.

Abordar e utilizar o método racional na produção epistemológica é um desafio nos dias de hoje onde a há “O desenvolvimento maravilhoso da *ciência moderna* (a ciência baseada em experiências metodicamente organizadas, verificáveis e controláveis ao máximo) e de suas aplicações técnicas mais variáveis e prodigiosas representa o acontecimento fundamental de nosso tempo” (RAMPAZZO, 2005, p. 41) e que vivenciamos a todo o momento e é o que Rampazzo (2005, p. 42) chama de “época da tecnologia” onde se dá “a lógica da técnica”, fato que coloca em evidência o método experimental em detrimento do racional.

Por conseguinte, é necessário encontrar na comunidade acadêmica aqueles dotados de generosidade científica, que têm em mente a virtuosa boa vontade cognitiva e que prezam a abertura mental voltada ao saber integral para que haja a aceitação da metodologia racional, pois, esta forma racional de lidar com a ciência, aparentemente vai de encontro com “a lógica

5 Aquele que tem sciência que é a capacidade de sofrer ou sentir felicidade (SINGER, 2002, p. 54).

6 Grifo nosso.

7 Grifo nosso.

da técnica” que está “intimamente relacionada com a ciência experimental” que ganhou muito valor ultimamente, em razão de ter dado “ao ser humano uma nova capacidade, a de transformar a natureza multiplicando a produção de bens” (RAMPAZZO, 2005, p. 42).

Mesmo assim, a metodologia racional tem sua validade epistemológica e, também, virtude, ela ainda não sofreu tanto a “influência determinante” da economia como ocorre na lógica da técnica, que se caracteriza como “a técnica a serviço da ciência, a ciência a serviço da técnica” (RAMPAZZO, 2005, p. 42). E a ciência sob a “influência determinante” da economia pode se desviar para um rumo diferente e ir ao sentido do afastamento da sua essência que seria, a nosso ver, a produção, disponibilização, e utilização do conhecimento para o bem-estar como um direito inalienável a todos.

Este debate que ocorre na epistemologia sobre a validade e as possibilidades de uma ciência experimental e de outra racional foi profundamente tratado por Kant (2004), em *Crítica da Razão Pura*, e explicitada em *Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura* (KANT, 1988) onde o prussiano demonstra a validade do método racional comparando a sua essência com que é intrínseco à matemática. Diz o filósofo: “As proposições matemáticas genuínas são sempre juízos *a priori* e não empíricos, porque têm em si uma necessidade que não pode ser tirada da experiência” (KANT, 1988, p. 27), logo a inferência da matemática se dá por metodologia racional e não experimental e, considerando que a legitimidade da matemática enquanto ciência é inquestionável, Kant passa a afirmar que há licitude no uso do método racional e, também, que continuará a ter a mesma validade se aplicada a outros processos epistemológicos.

Rampazzo (2005, p.34) reforça de forma afirmativa a ciência defendida por Kant, no momento em que diz que o método racional se dá quando “Assuntos a que aplica não são realidades, fatos ou fenômenos suscetíveis de comprovação experimental. As disciplinas que o empregam nem por isso deixam de ser verdadeiras ciências: são principalmente as “ciências humanas” ente as quais se destaca a filosofia”.

A abordagem nesta tese nasceu por deficiência da projetualidade em experimentos devidamente sistematizados e relatados de projeção dos aspectos que geram efeitos afetivos pelo espaço e da proficiência em críticas, *a posteriori*, de espaços construídos. Assim sendo, o questionamento sobre esta realidade era o que interessava como objeto a ser investigado. Onde, se mostrou mais apropriado uma abordagem pelo método racional.

Além da observação da realidade, o método racional também parte da “aceitação de certas proposições evidentes, princípios ou axiomas (como o “*Cogito*” de Descartes), para em seguida prosseguir por dedução ou indução em virtude das exigências lógicas e racionais”

(RAMPAZZO, 2005, p.34) que é algo semelhante ao que Kant (1988, p. 28) chama de “juízos apodíticos”.

No entanto, neste contexto racional, a inferência, operação intelectual ou processo mental por meio do qual, partindo de determinadas premissas, por implicação, chega-se a uma determinada conclusão, utilizada, não se restringiu a um tipo específico e se constituiu “a partir de uma pluralidade metodológica” que é uma característica do paradigma científico que Boaventura de Sousa Santos (1988, p.66) chama de emergente, a qual se tentou apropriar, pois, há aqui uma pesquisa dentro de uma pesquisa.

De acordo com os três tipos de pesquisa idealizados por Caldana (2012), que foram expostos acima, nesta tese, há uma pesquisa que estuda a viabilidade de um dispositivo (um método) específico a ser utilizado como integrante do “processo de elaboração do projeto” que pode ser usado na “pesquisa realizada para a elaboração de um projeto específico” que necessita contemplar o atendimento da demanda afetiva do futuro usuário por meio da dimensão simbólica do espaço em projeto que causará determinados efeitos sobre seu fruidor. Então, há uma (1) pesquisa em projeto que contempla uma maneira de abordar a (2) pesquisa de projeto. Logo, uma pesquisa dentro de uma pesquisa.

Este paradigma científico emergente é apresentado por Santos (1988) através de um conjunto de premissas que afirma que todo o conhecimento é científico-natural é científico-social, onde se “coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento” e também “coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa” (SANTOS, 1988, p.63); é local e total e “Sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade” (SANTOS, 1988, p.66); é autoconhecimento de onde se afirma “que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios” (SANTOS, 1988, p.66) e visa constituir-se num novo senso comum “Ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida” (SANTOS, 1988, p.70-71).

Desta forma, permeou-se esta tese com o paradigma emergente e:

Mediante ao método racional também se desdobra em diversos processos, como a observação, a análise e a síntese, a indução e dedução, a hipótese e a teoria, procura-se interpretar a realidade quanto a aspectos como origem, natureza profunda, destino e significado, no contexto geral. Pelo método racional procura-se obter compreensão e uma visão mais ampla sobre o homem, sobre a vida, sobre o mundo, sobre o ser. Essa cosmovisão a que leva a investigação racional evidente não pode ser testada e comprovada experimentalmente em laboratórios (RAMPAZZO, 2005, p.34).

Nesta conjuntura, as inferências tiveram gênese na busca de uma fundamentação teórica apropriada que contextualizaram e conduziram à proposição do esquema de um dispositivo (método) viável para contemplar o efeito afetivo durante o ato de projeção de espaço. Onde, as observações feitas a partir de um ensaio, sempre com o foco na visualidade⁸, constituíram a produção de um determinado conhecimento.

Então, procurou-se observar o ensaio de um dispositivo (método) de apoio à projeção, com objetivo de verificar a possibilidade da sua aplicação, enquanto um processo intuitivo-racional, para permear o espaço a ser construído com aquilo que pudesse gerar o efeito afetivo, onde se focou na visualidade. Neste processo observatório se visou à elaboração do esquema concreto e ontológico do dispositivo.

Pretendendo a observação se instaurou um embrião do método (dispositivo) para se agregar ao processo de projeção os aspectos afetivos ao espaço que se projeta, ao qual se denominou de ensaio. Onde se utilizou a felicidade, somente como exemplo operacional, como um efeito espacial que supriria a demanda afetiva do futuro usuário do espaço em projeto.

Este ensaio é o que aceita seu significado ancestral originário do latim *exagium* como ato de pesar, ponderar, avaliar, testar e *exigere* ato de pensar, examinar e que derivou os termos “ensaio”, em português; “ensayo”, em espanhol; “essay”, em inglês; “essai”, em francês, e “saggio”, em italiano, que também tem sentido de "sábio", derivado de *sapere*, "saber, conhecer".

Então, o ensaio do dispositivo foi caracterizado como uma forma de avaliação crítica da utilização do método proposto, em um contexto conjecturado, sem que se tivesse uma certeza do resultado final, objetivando somente a sua observação. Este ensaio caracterizou-se como um experimento com o dispositivo em uma instituição de ensino e, assim sendo, não deve ser considerado como um modelo acabado e definitivo.

Para tanto, optou-se pelo usuário hipotético, pois a intenção aqui se ateve ao lançamento das bases teóricas de um dispositivo à projeção espacial por meio de um método que traz em sua essência a adaptabilidade às contingências humanas que se apresentem. Sendo assim, foi utilizado o usuário humano virtual, genérico, oriundo da cultura ocidental e, portanto abstrato, mas com potência de existir no plano físico de forma corpórea, podendo ser ele, eu, você ou o outro, para uma experimentação instrumental a qual os seus dados

⁸ O termo “visualidade” que será utilizado ao longo desta tese é o que é proposto por Lynch (2010, p.11) onde “os objetos não são apenas passíveis de serem vistos, mas também nítida e intensamente presentes nos sentidos”.

primários produzidos serviram apenas para ilustrar possíveis formas de se apresentar os produtos de cada fase para uma descomplicada compreensão pelo intelecto e também para exemplificar procedimentos ou atividades necessárias ao dispositivo (método).

As técnicas de coleta de dados foram de quatro tipos: utilizou-se a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica que serviu para a construção dos conceitos operativos; na primeira fase do dispositivo (método) sujeito ao ensaio, foi utilizada a pesquisa eletrônica por meio de um mecanismo de busca (www.google.com) para coletar as imagens como informações extraídas de endereços eletrônicos; a terceira, também integrante do dispositivo (método) foi a lexicográfica, em que se procurou verbetes com conteúdos latentes e sentidos sugeridos para enunciados textuais e a quarta decorreu por meio da observação simples ou assistemática empregada para a compreensão de determinadas noções dos fatos que se apresentaram no ensaio proposto, onde se fez “uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.74)

Na observação simples ou assistemática, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p.74):

O pesquisador permanece abstraído da situação estudada, apenas observa de maneira espontânea como os fatos ocorrem e controla os dados obtidos. Nessa categoria, não se utilizam meios técnicos especiais para coletar os dados, nem é preciso fazer perguntas diretas aos informantes. É comumente utilizada em casos [...] nos quais os objetivos não estão claramente especificados; pode ser que o pesquisador sinta a necessidade de redefinir seus objetivos ao longo do processo.

Adotou-se também “intuição intelectual” isto é, “A captação imediata das semelhanças e das diferenças que corresponde à quarta fase da intuição” proposta por Santos (1965, p. 874), onde a intuição é a “sensível” que Santos (1965, p. 874), define como “o meio de captação imediata do fenomênico do mundo exterior por um ser vivo, imediata, pois não tem mediação de nada, é direta do fato para o ser humano e, também, a *eidética* que “Não é, porém, uma captação imediata, mas mediata. Exige já a elaboração inteligente, embora a consciência capte imediatamente o resultado” (SANTOS, 1965, p. 874-875). Tal intuição (ou intuições) será explicitada um pouco melhor na seção que aborda dispositivo, pois nele ela será utilizada de forma instrumental.

Neste contexto metodológico, conjuntamente, lançou-se mão da analogia como instrumento argumentativo de apoio à dialética a partir dos conceitos clássicos de Sócrates apresentado por Platão, a qual se configura como arcabouço às suas diversas conceituações que são utilizadas no mundo ocidental.

Assim sendo, apoderou-se da dialética como mais um modo operacional de inferência,

que se efetiva pelo uso das impressões opostas e da contradição devidamente relacionados por meio do diálogo que deve, necessariamente, culminar em um todo conexo, donde a analogia instrumentalizará o processo de argumentação racional. A dialética e analogia dizem respeito, segundo Santos (1965, p.100), aos processos de pensar ao longo da existência humana, os quais serão expostos um pouco mais aprofundados na seção que aborda o dispositivo que os utilizará.

1.1.3 Fundamentação Teórica

A incipiência teórica advém do desdobramento dos estudos e da revisão de literatura que deram na dissertação de mestrado de Spinassé (2009), onde os fundamentos da Retórica Visual⁹ foram utilizados como instrumento de exame de elementos que sensibilizam o sentido da visão, materializados no espaço construído do Shopping Iguatemi (hoje denominado de Maceió Shopping) em Maceió, Alagoas, o qual contemplava os conceitos da retórica como a arte de persuadir pelo discurso.

Além das precedências oriundas do mestrado houveram outras fontes que se juntaram ao corpo desta tese. Todavia os autores apresentados neste arcabouço teórico foram os que permaneceram. Porém existiu uma infinidade de outros que somente passaram, pois foram periféricos, mas que ajudaram na compreensão dos conceitos que não conceberam pela exposição dos seus pontos de vistas sobre as ideias de outros que estão aqui, por isto indico que tive o contato com eles sem falar os seus nomes. A adoção dos teóricos aqui presentes não foi a *priori*, isto é, não se tinha uma doutrinação definida a se seguir. Disponha-se apenas de uma intuição, ou melhor, de uma hipótese que ainda estava mais na mente do que enunciada, mas algo indicava para inter-relação espaço-felicidade que se tornou espaço-homem-projetista e deveria ter relação ao ato projetual, pois a pesquisa estava alocada na linha de Tecnologias do doutorado da pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas¹⁰.

Por outro lado, na busca de uma fundamentação teórica consistente se teve contato com dois outros fatores importantes. O primeiro era que a temática relacionada à pesquisa

⁹ A Retórica Visual seria a tarefa de trazer uma ideia do campo da abstração para o sensitivo, isto é, do intangível para o tangível, através da elaboração de estímulos visuais dotados de um aspecto concreto a fim de torná-lo signo ou símbolo de uma mensagem, com tal verossimilhança que induza, sem imposição autoritária, a quem o olha, a um comportamento determinado, como foi identificado no Shopping Center Iguatemi em Maceió que hoje se chama Maceió Shopping.

¹⁰ Disponível em <<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fau/pos-graduacao/doutorado-cidades/apresentacao>> Acesso em 04/04/2017.

EM projeto no universo da arquitetura e urbanismo é pequena, vejam Caldana (2012, p. 157) e o segundo fator era que a dimensão simbólica tende aos críticos que analisam o espaço já projetado ou construído, vide Lawson (2011, p.105). Ambos os fatores tornaram rarefeitas teorias no campo do ato projetual e, especialmente, da projeção da dimensão simbólica e da forma de proposição daquilo que poderia gerar os efeitos afetivos para o espaço, que é o tema que aqui se estuda, por meio de autores diretamente ligados à arquitetura e urbanismo.

Estes fatos de não se ter uma doutrinação; aquilo que a hipótese insipiente indicava; a tendência das pesquisas em projeto ser pequena e os estudos dos aspectos simbólicos e o efeito afetivo do espaço se dar prioritariamente sobre o que já foi projetado ou construído, obrigaram ao autor a visitar uma diversidade de escritos¹¹ em outros campos do saber e se pendeu para a filosofia na busca do modo de pensar e de inferir.

O raciocínio lógico que atravessa no geral esta tese se partiu da adoção de uma adaptação do método de Santos (2007, p.124) onde primeiramente apresentam-se sinteticamente os temas e, consecutivamente, constrói-se uma inter-relação entre os termos oriundos da análise.

Muito se tem avançado nos estudos da projetualidade sobre utilização de materiais, tecnologias e técnicas da construção, que diz respeito às proposições de espaço na dimensão física, assim como na dimensão objetiva, que contempla a adequação do espaço a uma lógica compreensível de seu uso proposto e de seu reajuste ou reformulação após ocupação, mas o que se refere à dimensão simbólica, que afere ao espaço atributos afetivos, pouco se tem tratado. É o que afirma, por conseguinte, Lawson (2011, p.105) “A maior parte do que se escreve sobre o conteúdo simbólico dos projetos é na forma de análise crítica”, isto é, posterior à projeção, uma análise feita do projeto devidamente finalizado e/ou do espaço já construído.

A conclusão de Lawson (2011, p.04) sobre esta carência de conteúdo simbólico no ato projetual dar-se-á a partir de seus estudos de “quase um quarto de século” que foram oriundos de pesquisas e observações enquanto professor de projeto em vários cursos do ensino superior que, também, é fundamentada nas discussões com projetistas profissionais. Esta afirmação de Lawson corroborou de forma significativa com a motivação do enfoque desta tese.

O estudo do símbolo se iniciou a partir das premissas da semiótica de Charles Sanders Peirce (2005) e semiologia de Ferdinand Saussure (2006), onde, mesmo que um utilize uma esquematização triádica e o outro binária, há uma convergência, onde ambos coadunam que o

¹¹ Quem ler a seção 1.2 “O caminho heurístico, a apofântica, a poiesis, o diagrama” nesta tese, poderá entender amiúde o processo de concreção deste trabalho.

signo seria algo que tem a potencialidade de trazer um ausente para um observador presente, e conceituam o signo desta forma: “Qualquer coisa que conduz a uma outra coisa (*seu interpretante*) a referir-se a um objeto que ela mesmo se refere” (*seu objeto*) (PEIRCE, 2005, p.74) e “A combinação do conceito e da imagem” (SAUSSURE, 2006, p.81). No entanto, compreendeu-se que estas premissas do signo de Peirce e Saussure têm colocado o símbolo em uma dimensão que contempla somente parte de seu universo, que busca exaustivamente a univocidade entre o representante e o representado, que é um movimento da abstração, da lógica racional e da cognição dando margem à utilização dos símbolos como elementos de uma gramática, como almeja as ciências cognitivas e as pesquisas da inteligência artificial. Mas, o símbolo tem algo a mais. Ele é o objeto de estudo da Simbólica “ciência ou a teoria do estudo dos símbolos” (CHEVALIER, 2006, p. XX) que afirma que é o símbolo que possibilita a relação e compartilhamento daquilo que é extramaterial, quando há “deficiência de meio de expressão, mas proficiência no modo de sentir” (SANTOS, 2007, p.120). O sentir: faculdade essencialmente da espécie humana¹², fato que lhe aufere a condição de ser um ser senciente.

Esta justaposição reducionista do signo sobre o símbolo induz a uma reflexão sobre sua abordagem, especialmente no campo da projeção. As teorias pragmática (semiótica) e estruturalista (semiologia) não aprofundam o sentimento em seu universo de estudo e, como elas predominam, pois são as mais difundidas que a simbólica, o símbolo passa a ser percebido como incontrolável e é desta forma, “desclassificado” como algo do sentir, do subjetivo, que é extraordinário e individualizado, devido aos seus aspectos particularmente afetivos e, por conseguinte, que não permite uma padronização abstrata e objetiva, logo sem domínio, especialmente no diz respeito ao ato projetual.

Assim, a dimensão simbólica é entregue para os críticos, *a posteriori*, que expressam o seu sentir subjetivo sobre o projeto finalizado ou espaço construído. Apesar disso, a dimensão simbólica e os aspectos afetivos do espaço são naturalmente contemplados, mesmo que intuitivamente, independentemente de raciocínio ou de análise, pelo projetista em suas propostas. É tanto que os críticos, *a posteriori*, os identificam em suas análises.

Desta forma, adotou-se uma abordagem da Simbólica enquanto hermenêutica¹³ aplicada, que é aprofundada no Tratado de Simbólica de Mario Ferreira do Santos (2007),

12 Referimos-nos especificamente à espécie humana como uma categoria do gênero dos seres vivos, que ontologicamente necessita do sentir. Não se considerou se existe ou não a possibilidade de sentir por outras espécies, pois nos interessa, neste caso, somente o ser humano, pois é ele um dos focos epistemológico que se adotou.

13 “(do gr. *hermeneutiká*, interpretação) [...] Emprega-se [...] para as interpretações simbólicas e alegóricas” (SANTOS, 1965, p. 765). Aqui foram adotados os princípios da Simbólica, enquanto “ciência ou a teoria do estudo dos símbolos” (CHEVALIER, 2006, p. XX), como fundamento do desenvolvimento de uma hermenêutica aplicada à compreensão dos aspectos simbólicos que é aprofundada por Santos (2007) em Tratado de Simbólica.

como eixo epistemológico central para a teorização e concretização do esquema do dispositivo. Este contato com Santos foi profícuo, o que fez que nos aproximássemos de sua obra. Em Santos (2011, 1961 e 1965) se teve acesso à Filosofia Concreta, à Cosmovisão, à Dialética Simbólica, à Analogia, aos processos do pensamento e a uma série de outros conceitos que foram adotados ao longo desta tese.

Em síntese, o campo epistemológico estrutura-se em três étimos: o espaço, o homem (ser humano) e o projeto ou projeção (ato de projetar) que se comunicam e se inter-relacionam e integram o meio no bojo da pesquisa e, também, como cada um - espaço, homem e projeção – constituem-se de outros três.

Nesta lógica o espaço, visto como artefato que materializa a solução humana para atender às suas necessidades (CAU/BR, 2010; CNE/CES, 2010), alicerça-se ontologicamente nas: dimensão física, a partir da reflexão em Kant (2004) em sua concepção de espaço relativo; dimensão objetiva (lógica), por meio de ponderações do exposto por Nesbitt (2006), observadas enquanto consolidação do processo comunicacional que utiliza os signos de acordo com a semiótica (pragmatismo) e/ou semiologia (estruturalismo) objetivando uma compreensão racional; e na dimensão simbólica (afetiva), proveniente do estudo dos conceitos proposto por Santos (2007, 2010, 1961 e 1965), que efetiva a relação dialética entre os esquemas mentais e a realidade, em um processo de interferência-assimilação mútuo e que ocorre no campo afetivo do ser humano de acordo com a visão de Spinoza (2014) esplanada por Deleuze (2012) que estará contido nos subitens do capítulo 3.

Já o homem é abordado em uma perspectiva interdisciplinar – em uma adaptação da visão biopsicossocial exposta por Myers (1999) - com foco nas demandas de seu corpo (fisiológicas), da sua mente (de compreensão fundamentada na racionalidade e/ou na lógica) e do seu afeto (provenientes da sua disponibilidade à recepção passiva e/ou de estar sujeito à modificação por meio de efeitos provenientes do ambiente e de outros corpos), a partir de Spinoza (2014), Deleuze (2012), e Santos (2007, 2010, 1961 e 1965) que está explicitado no capítulo 5, e a projeção, de acordo com Lawson (2011), que engloba as atividades de análise, de síntese e de avaliação que se sobrepôs à inferência, abordados nos subitens do capítulo 6.

Vale ressaltar que das várias inter-relações possíveis nesta tríade - espaço, homem e projeção - evidenciou-se no espaço-homem, nos possíveis elementos que constituem o espaço e que são potenciais ativadores de ações/reações do usuário humano, especialmente, no seu aspecto afetivo, que é explicitado no capítulo 6.

A felicidade que inicialmente era a protagonista, sem perder a sua importância, passa a

ser um exemplo que foi utilizado para a realização do ensaio. Vale se ressaltar que não se pretende elaborar um paradigma unívoco para a felicidade como vivência afetiva, mas demonstrar como é possível relacioná-la com a atividade projetual.

As palavras de McMahon (2006, p.13) “Talvez a felicidade seja, tenha sido e será sempre o objetivo final da humanidade, em todas as épocas e lugares” traz um pensamento que é quase um axioma: o ideal máximo dos seres humanos é, ainda hoje, atingir a felicidade integral. A quantidade de literatura em prosa e verso, de roteiros de histórias que se destinam à interpretação quer seja no teatro, cinema ou na televisão com esta temática é enorme. As promessas de prescrições de autoajuda com este fim abundam nas livrarias e bancas de revistas e engordam financeiramente o mercado editorial em grande parte do planeta. E, mesmo neste momento aonde a tecnologia chegou a um avançado patamar, a expectativa de vida aumenta e os recursos materiais estão à disposição da humanidade, este estado de gozo e paz sempre prometido ainda é desejado e perseguido pelas pessoas, grupos sociais e até governos de países.

Com efeito, a existência da felicidade enquanto ente pode ser considerada um postulado, porque, mesmo que não se possa demonstrá-la pela razão, sua ontologia se baseia ou se fundamenta na possibilidade afetiva, isto é, é plausível que alguém já tenha sentido a felicidade, ou mesmo seu oposto, independente da expressão de uma abstração objetiva unívoca devidamente explicitada e inteligível que defina este termo.

Desta forma, a felicidade parece abarcar um complexo conceito que envolve potencialmente os sentimentos humanos que pode ter relação aos outros e, também, com as coisas e, por isto, pode se configurar como ente tangível da afetividade, isto se for levado em consideração que a afetividade é o que potencializa o ser humano a revelar os seus sentimentos e determinar suas ações em relação a outros seres e objetos.

Os filósofos Agostinho (1998), Lenoir (2016), Lipovetsky (2007), Malouf (2014) e Singer (2002) ajudaram a descortinar um apodítico que a felicidade seria a nomeação do estado humano propiciado por uma intensidade de sensações que o indivíduo quer continuar sentindo.

1.1.4 Categorias básicas

As categorias básicas e os conceitos operacionais apresentados a seguir são meios, isto é, não tem a pretensão de serem unívocos nem universais e muito menos incontestáveis. Eles

servirão apenas como elementos da construção da argumentação lógica e racional para o determinado recorte epistemológico. Desta forma, podem (e devem) sofrer infinitas evoluções críticas quando eles forem relacionados a outros contextos distintos deste que é apresentado.

Demanda Humana (O homem a partir de suas demandas) - O ser humano, esquematicamente, seria um sistema de demandas, onde a demanda corpórea teria relação com as necessidades do corpo físico do ser humano, da sua fisiologia; a demanda mental com as solicitações oriundas dos processos mentais, do pensamento, da lógica e da razão e a demanda afetiva engloba a senciência humana com requisições provenientes das impressões páticas¹⁴, do sentimento, das emoções.

Espaço Dimensões (O espaço em prismas dimensionais) - A dimensão física se caracteriza por meio da delimitação do espaço relativo e dos artefatos contidos, produzidos pela utilização de materiais, tecnologias e técnicas da construção; a dimensão objetiva caracteriza-se por seus definidores e pela sua adequação de seu uso proposto a uma lógica compreensível e/ou perceptível; já a dimensão simbólica constitui-se de elementos que impressionam em maior intensidade a afetividade de seu usuário.

Atividades Projetuais (processo de concepção espacial) - Considera que o ato de projeção requer as atividades de análise, de síntese e de avaliação, sem necessidade de seguir esta ordem, realizadas de forma não linear e que o produto final é o documento com instruções e orientações para construção e ou produção de um determinado espaço físico para o uso de um determinado usuário humano.

Onde a atividade de análise seria o ordenamento, a estruturação de uma problemática, a definição do problema de projeto e a disponibilização de elementos (no caso desta tese é relativo à visualidade) para apoiar as atividades de síntese, que é a geração de soluções e alternativas, e as atividades de avaliação que são caracterizadas pelo confronto crítico das soluções (síntese) com os objetivos (análise), com vistas a verificar se foi realmente contemplado o atendimento adequado às necessidades daquele ser humano que será usuário do espaço em projeto, aqui, enfatizando a dimensão simbólica.

1.2 O caminho heurístico, a apofântica, a poiesis, o diagrama.

Esta seção é um parêntese do corpo da Tese, isto é, é uma interposição com

¹⁴ Referente ao étimo “*pathos*” no sentido de sua origem grega que o relaciona a faculdade humana de sentir, de ter sentimentos, emoções e paixões, e que está em oposição à razão, da capacidade de raciocinar, de utilizar a lógica, de idealizar, de abstrair.

informações adicionais para explicitar o processo conceitual e os seus meandros especulativos que levaram às reflexões e à consecutiva elaboração do conteúdo produzido.

Desta forma, nesta seção o leitor encontrará a substância ainda incipiente, bruta, conceitos abertos, termos variantes e por isto não deve ser considerado como o consolidado, mas como um “pensar alto”, os “primeiros traços”, os “esboços” ou se caracteriza, para utilizar o jargão dos arquitetos e urbanistas, apenas como um “croqui”.

A intenção é somente fornecer ao leitor o caminhar epistemológico, seus percalços e os bônus que advieram. Assim sendo, um salto sobre esta para a próxima seção não afetará a logicidade desta tese. Porém, a leitura desta parte poderá propiciar um contato com as inquietações do autor no processo do “não-ser” ao ser e pode elucidar o raciocínio lógico da tese.

1.2.1 A volição

A presente tese tem uma história, uma jornada, uma heurística que é tão importante quanto o seu produto final. Ela demonstra o percurso epistemológico trilhado, expõe as decisões de seguir por este ou por aquele caminho e como se chegou até os conceitos operativos que servirão para embasar a argumentação lógica das proposições apresentadas.

Edgar Morin (2015, p.54) afirma que “a imaginação, a iluminação, a criação, sem as quais o progresso das ciências não teria sido possível, só estavam na ciência secretamente: elas não eram logicamente identificáveis e epistemologicamente eram sempre condenáveis” e por esta premissa é que se faz necessário um relato do caminhante que empunhou uma bússola e percorreu, e às vezes até abriu, trilhas intelectuais e introspectivas muito mais tortuosas e esburacadas do que havia sido previsto.

A temática contribuiu para esta aventura “constituída pela fossilização e a compreensão do que, no primeiro instante, tinha sido fantasias, hipóteses, proliferação de ideias, invenções, descobertas” (MORIN, 2015, p.54-55), pois se compunha do espaço, da felicidade e da projetualidade. Étimos que só são possíveis como objetos agora, *a posteriori*, pois, ironicamente o que introduz é sempre feito depois.

Espaço, felicidade e projetualidade, não começaram assim, antes foi inevitável que se localizasse e encontrasse o sítio para marcar o terreno, escavar a mina, analisar os minerais, selecionar as pedras, e burilá-las para só depois expô-las.

O princípio se dá a partir de algumas reflexões “ingênuas” (que já nasceram livres),

onde se percebeu que os poetas e os filósofos, em suas obras e pensamentos, costumam relacionar a felicidade com algo que vem do interior do homem, da imaginação, da razão, da abstração, do divino, do sagrado e que refutam a possibilidade de ligá-la à materialidade, em especial ao concreto, construído, ao artefato. Daí emergiu um dos primeiros questionamentos: se assim for, como seria possível relacionar felicidade com o espaço, em especial ao espaço construído e habitado? Esta foi a essência primaz deste estudo.

Uma possibilidade dos elementos definidores de um espaço construído serem admissíveis para gerar as condições propícias de um estado de felicidade do ser humano, substanciou os primeiros estímulos volitivos da tese que se apresenta.

A intuição indicava que esta era uma temática profícua para um estudo um pouco mais aprofundado.

No entanto, alguns já tinham deixado algumas pistas. Vejamos um destes sinais. De acordo com a analogia que Dasho Karma Ura¹⁵ (2012) apresenta, onde a felicidade pode ser vista como uma roda cujo centro se situa o cubo que representa o “bem-estar” e a “satisfação com a vida, aquilo que é o verdadeiro potencial na sociedade humana que buscamos atingir” (URA, 2012, p.4). Já seus raios simbolizam aquilo que se manifestam na materialidade como ações, atitudes tais como:

Raio da educação, o raio da boa saúde, o raio do uso equilibrado do tempo, o raio da cultura, o raio da boa governança, o raio da vitalidade comunitária, o raio da resiliência ecológica, e o raio do componente material da existência – o padrão de vida (URA, 2012, p.4).

Esta ideia começou a nos levar a crer na felicidade como algo bilateral que, mesmo tendo uma forte influência interior, também seria resultante de aspectos externos ao ser humano.

A partir da década de 1970, motivado pelos pensamentos do 4º rei butanês, a felicidade começou a ganhar força com algo a ser perseguido para o bem-estar do ser humano, a ponto de garantir o interesse da Organização das Nações Unidas (ONU). Desde então, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) começou a colocar em prática a Felicidade Interna Bruta (FIB), com o intuito de criar outros parâmetros relacionados ao bem-estar coletivo, uma vez que “O PIB¹⁶ é uma acurada métrica para se determinar tudo aquilo que é produzido e consumido através de transações monetárias” (URA, 2012, p.1).

¹⁵ Dasho Karma Ura, Mestre em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford, Inglaterra, e vice-presidente do Conselho Nacional do Butão.

¹⁶ Produto Interno Bruto

“Sua Majestade o Rei disse que uma sociedade baseada no FIB significa a criação de uma sociedade iluminada, na qual a felicidade e o bem estar de todas as pessoas e de todos os seres sencientes é o propósito último da governança.”, afirma URA (2012, p.1).

Este movimento em busca desta condição psicológica motivou os cientistas a darem uma atenção especial ao tema. Susan Andrews (2011, p.28) que vive no Brasil desde 1992 e está à frente do Instituto Visão do Futuro, por exemplo, propõe um conceito para felicidade:

A felicidade pode ser entendida como combinação entre o grau e a frequência de emoções positivas, o nível médio de satisfação que obtemos durante o longo período de ausência de sentimentos negativos, tais como tristeza e raiva. Essa definição marca a felicidade como uma característica estável, e não como uma flutuação momentânea. Logo, ela não é apenas caracterizada como a falta de emoções desagradáveis, mas também como a presença de sentimentos prazerosos.

Porém, mesmo que a atenção em torno da felicidade tenha ganhando vez no momento atual, já permeava o universo da psicologia moderna desde seu início. Freud em *Mal-estar da Civilização* (1928) abordou este assunto dizendo que queremos ser felizes e ficar nesta condição e, assim, buscamos objetivamente uma ausência de sofrimento e desprazer, mas afirmava que a palavra “felicidade” só se relacionava a outro objetivo: a experiência de intensos sentimentos de prazer. E, neste contexto, o ser humano desenvolve atividades que conduzem para um ou outro objetivo.

Além da visão de Freud, ao se visitar o universo da psicologia é possível nos depararmos com uma infinidade de abordagens que podem trazer a luz ideias, conceitos e comprovações que poderão ajudar na compreensão da felicidade humana. Um destes aspectos, conforme Millan (2011, p.87), é que “Encontrar a felicidade depende de fatores extremos e de experiências subjetivas”. Aqui neste prisma surgiu uma oportunidade epistemológica de descobrir se o fator externo espaço construído pode propiciar algum tipo de condição favorável ao estado de felicidade e de que maneira as experiências subjetivas podem retroalimentar este processo.

Neste ponto notou-se ser basilar a construção de duas dimensões conceituais operacionais interdependentes, onde uma abarcasse saberes sobre a felicidade em seus aspectos filosóficos, religiosos, científicos e psicológicos e outra contemplasse o espaço construído considerando os elementos físico, psicológico e sociocultural que o define.

Ao aproximar do étimo espaço se identificou uma complexidade conceitual que parecia advir do fato de que, junto com tempo, é contumaz ser utilizado como o suporte para a compreensão humana da realidade. A utilização do espaço, e o tempo, com sentido de dar

base à percepção podem ser visto em Kant (1985, p.63) "Há duas formas puras da intuição sensível, como princípios do conhecimento *a priori*, a saber, o espaço e o tempo, de cujo exame vamos nos ocupar".

Diante da visão Kant, de outras diversas abordagens de espaço e da heterogeneidade deste verbete, com o intuito de delimitar o objeto em estudo, iniciou-se pela tentativa de dirigir o enfoque para o espaço construído. O espaço construído, então, compreendido com a mesma concepção de artefato, ou seja, o espaço em estudo seria aquele que é concretizado pela ação do homem e que difere do espaço natural¹⁷, mas, também construído com a possibilidade intencional de propiciar o estado de felicidade, além da proteção de abrigo e de organizador de atividades.

Ao considerarmos o que pensa Ura (2012) que a felicidade é um bem público, que funda sua afirmação a partir do pressuposto que todos a almejam, pareceu ser profícuo centrar os esforços em espaços construídos para o coletivo, uma vez que os espaços de caráter individuais limitariam o objeto em estudo de sua essência maior: a felicidade do gênero humano.

Outro viés que recortou os passos incipientes deste objeto de estudo foi a possibilidade do espaço construído ser visto como aquilo que será do, (para o) e (com o) ser humano. Reforçando a ideia da inter-relação ser humano-espaço construído, que caracterizaria dois enfoques: um, onde estaria o espaço construído e outro, onde se encontraria o ser humano.

Em um enfoque teríamos o espaço coletivo construído definido ou identificado por seus elementos físicos ou materiais, com aqueles estímulos que provocam uma percepção psicológica e os sinais que expressam o contexto sociocultural que está referenciado.

Noutro enfoque encontraríamos o ser humano compreendido como um ser biopsicossocial. Conceito de abordagem clínica que, segundo Myers (1999, p.320) está relacionado com o pensamento que "os psicólogos de hoje sustentam que todo comportamento, quer seja chamado de normal ou perturbado, deriva da interação da natureza (fatores genéticos e fisiológicos) e criação (experiências passadas e recentes)".

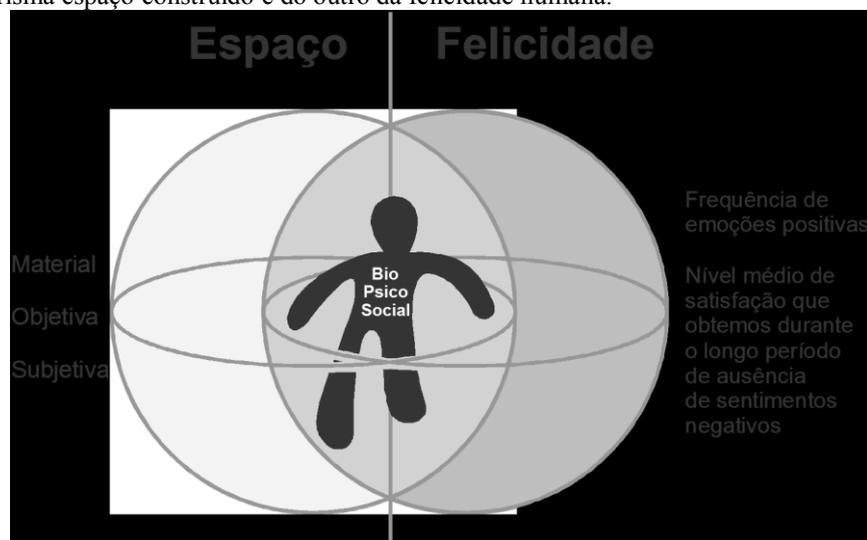
Mantendo as premissas clínicas, mas arriscando uma ampliação deste conceito para além da doença se passou a considerar princípios assim citados por Myers (1999, p. 320): "Para ter o panorama completo, precisamos de uma visão interdisciplinar" do ser humano. O modelo biopsicossocial propõe que o comportamento e os processos mentais humanos

¹⁷ Espaço natural seria aquele determinado por elementos físicos e que já estava ali quando homem tomou consciência de sua existência por meio do estímulo de seus sentidos e, também, que ele não o construiu fisicamente, mas o tornou existente por sua percepção.

seriam gerados e influenciados por três grupos de fatores biológicos, psicológicos e socioculturais. Neste prisma o homem, como ser biopsicossocial, seria uma das camadas a ser verificadas como uma dimensão importante na compreensão do tema desta tese. Mas o que é notório neste modelo é a concepção do homem como um ser interdisciplinar e multifacetado que propõe.

Assim sendo, ao cruzar a ontologia do espaço construído, analisado no caso coletivo, através de seus elementos definidores quer sejam físico/material, ou em seu enfoque psicológico ou sociocultural, inter-relacionados a um ser multifacetado de forma biopsicossocial, parecia ser possível, *a priori*, reconhecer que este meio externo (espaço construído) poderia gerar a condições propícias para o estado de felicidade do ser humano e, assim, foi proposta uma abstração inicial da tese que é apresentada no esquema a seguir.

Figura 01. Abstração inicial da tese: ao centro está o ser humano na perspectiva biopsicossocial perpassado de um lado pelo prisma espaço construído e do outro da felicidade humana.



Fonte: O autor (2017)

O que se pretendia gerar, como fruto deste estudo bidimensional (espaço construído e estado de felicidade), era uma metodologia para identificar os elementos definidores de espaços construídos que propiciavam o estado de felicidade humana e, se fosse possível, estruturar os fios condutores do processo de projetar estes espaços em torno da felicidade.

A perspectiva epistemológica que animou as pesquisas desta tese teve gênese nos estudos iniciados por Spinassé (2009), onde os fundamentos da Retórica Visual¹⁸ foram

¹⁸ A Retórica Visual seria a tarefa de trazer uma ideia do campo da abstração para o sensitivo, isto é, do intangível para o tangível, através da elaboração de estímulo(s) visual(is) dotado(s) de um aspecto concreto a fim de torná-lo signo ou símbolo de uma mensagem, com tal verossimilhança que induza, sem imposição autoritária, a

utilizados como instrumento de exame de elementos que sensibilizam o sentido da visão, materializados no espaço construído do Shopping Iguatemi (hoje denominado de Maceió Shopping) em Maceió, Alagoas, onde, partindo do conceito da retórica como a arte de persuadir pelo discurso foi verificada a possibilidade de relacionar as teorias a este respeito.

Este mesmo estudo demonstrou como o emprego das regras gramaticais e de outras oriundas da linguística não dá conta da Retórica Visual e elucidou, especificamente, como os estímulos sensoriais visuais poderiam, de acordo com os fundamentos da neurociência e da psicologia, ser percebidos pelo ser humano induzindo-o, sem imposição autoritária, a um determinado comportamento, no caso escolhido como empiria.

Assim demonstrado, Spinassé (2009) constatou ser possível utilizar os fundamentos da retórica visual, como instrumento de exame da comunicação visual persuasiva em um espaço arquitetônico, na medida em que encontrou, no caso em estudo, a presença de sinais visuais indutores de determinados comportamentos.

Fundado nessas premissas sobre a ação da retórica visual em um espaço físico, avaliadas por Spinassé (2009), que identificaram a presença de sinais visuais indutores de determinados comportamentos, buscou-se encontrar os indícios da possibilidade dos elementos definidores de um espaço construído gerar condições propícias para um estado de felicidade do ser humano e se optou por avançar no âmbito focal da pesquisa sobre o espaço construído.

Mesmo enfatizando um redirecionamento da primeira pesquisa (em nível de mestrado) que se centrou na percepção-comportamento para uma pretensão, nesta tese, em identificar, analisar e questionar a existência de uma sensação-estado de felicidade em um espaço construído para atender a objetivos comuns a um grupo de usuário-frequenteador, ficou mantido o universo da visualidade (qualidade ou estado de ser visual ou visível) como focalização epistemológica.

Destas observações, algumas pistas se descortinaram sobre este tema e indicaram algumas rotas preliminares: (1) a busca pela ontologia do espaço construído pela premissa dos elementos que os compõem, quer sejam em suas dimensões material, psicológica e/ou sociocultural e (2) a conceituação de um possível estado de felicidade de acordo com os fundamentos filosóficos, religiosos e científicos que deveriam desembocar, consecutivamente, em (3) uma metodologia de identificação dos elementos definidores de um determinado espaço construído que propiciariam o estado de felicidade humana e, se fosse possível,

quem o olha, a um comportamento determinado, como foi identificado no Shopping Center Iguatemi em Maceió que hoje se chama Maceió Shopping.

continuar no que se ambicionava: a estruturação dos fios condutores do processo de projetar espaços.

O gráfico a seguir apresenta um esquema visual das pretensões investigativas.

Figura 02. Pistas se descortinaram na reflexão sobre este tema e indicaram algumas rotas preliminares.



Fonte: O autor (2017)

O que se almejava verificar era de que forma que os elementos definidores, considerando as dimensões física/material, psicológica e sociocultural da ontologia de um espaço coletivo construído, utilizados em um determinado programa/solução arquitetônica ou urbanística poderiam propiciar ao homem, enquanto ser biopsicossocial, um estado de felicidade.

Então, no percurso ao destino pretendido, sempre com foco na visualidade, deveriam ser visitadas as seguintes instâncias: o âmbito da revisão dos conceitos de felicidade humana; o campo da verificação dos condicionantes da sensação-estado de felicidade do ser humano; a esfera do aprofundamento da compreensão do ser humano como um indivíduo multifacetado em uma perspectiva biopsicossocial; o domínio pesquisar sobre os elementos que se caracterizam como definidores do espaço construído nas dimensões física, psicológicos e socioculturais; a área que compreenderia os elementos definidores de um espaço construído com os condicionantes externos da sensação-estado de felicidade humana e categoria da relação dos elementos definidores de um espaço coletivo construído com os externos condicionantes da sensação-estado de felicidade humana.

Uma vez que se chegasse ao destino almejado, os esforços se concentrariam em buscar as premissas para elaboração de uma metodologia para identificar elementos definidores de

espaços construídos que propiciem o estado de felicidade humana e, se for possível, sistematizar as bases do processo de projetar espaços.

1.2.2 No caminho não linear e sem uma ordem cronológica - Do espaço-felicidade para espaço-homem-projetista

Então, iniciou-se a andança epistemológica. O percurso iria levar o caminhante para além de um estudo bidimensional, espaço-felicidade, para uma esfera mais ampla, se consolidando como tridimensional, espaço-homem-projetista, não no plano cartesiano, mas como três extensões apreciáveis, que podem ser perceptíveis e sensíveis em um todo contingente.

Fruto das práticas como docente no processo de ensino e aprendizado, na graduação do curso de arquitetura e urbanismo, no período de 2009 a 2014, em uma disciplina a qual tinha em sua ementa o objetivo de teorizar e criar uma abertura perceptiva nos graduandos foi possível contatar teorias e compartilhar introspecções sobre o espaço com foco na visualidade.

As considerações geradas desta experiência lançaram os fundamentos para uma ontologia espaço como recuso operacional para uma lógica de argumentação epistemológica.

Como conceituar espaço? Logo de saída foi possível concluir como é difícil (se é que é possível) uma definição unívoca, especialmente se o étimo “espaço” estiver sozinho, sem outra palavra que o antecede ou se coloca depois. O espaço ganha sentido mais objetivo se colocamos após o termo “espaço”, por exemplo, a palavra “aéreo”, ou “da casa”, ou “do banheiro”. Quanto mais objetivo e simples for o conceito da palavra que se acopla a palavra “espaço” mais objetivo e simples fica para defini-lo.

Foi no espaço relativo (ou material)¹⁹, e no seu contraponto o espaço absoluto, de Kant que acendeu uma luz. O espaço físico/material começava a se tornar uma ontologia profícua, pois acolhia confortavelmente a geometria euclidiana (plana) e a não euclidiana (hiperbólica e elíptica), os planos cartesianos, enfim, dava base ampla para a materialização do espaço. Mas, a materialização no sentido de dar ou tomar uma consistência, uma natureza material; um transformar(-se) numa realidade; concretizar(-se), pode se dar de forma física ou de forma

¹⁹ O espaço relativo sendo aquele que é definido pelos seus delimitadores físicos (matéria) fundado na premissa que "A matéria é o que é móvel no espaço. O espaço, que é também móvel, chama-se espaço material, ou ainda o espaço relativo; aquele em que, por fim, se deve pensar todo o movimento (por conseguinte, ele é em si absolutamente imóvel) chama-se o espaço puro ou também absoluto" (KANT, 2008-2014).

idealística. Em suma, materializada na forma idealística²⁰, é imprescindível o ser humano (considerando que somente ele idealiza e as outras criaturas não), mas a materialização física pode substanciar uma ontologia que não contempla o homem, pois se relaciona às condições e leis da natureza; natural que podem existir (teoricamente) sem que o ser humano o perceba pelos sentidos. Com efeito, a fim de objetivar, somente para operacionalizar a argumentação lógica, pôs-se a adotar somente étimo “físico”²¹, como terminação, pra indicar o espaço que existe independentemente da existência humana.

Assim, com objetivo somente analítico e não unívoco, pensou-se no espaço em duas dimensões (que se transformou em três). A existência do espaço se materializaria de forma sistêmica (com associação combinatória de elementos diferentes e sem disjunção ou hierarquia) a partir de sua dimensão inerentemente física (que existe, teoricamente, independente da existência do homem) e de outra que lhe é extrínseca, esta última com gênese no homem que com o espaço se relaciona.

Mais tarde, o que era extrínseco ao espaço passou a integrar o espaço em duas dimensões (objetiva e simbólica) juntando-se à dimensão física para formar um sistema triádico.

O processo para uma conceituação operacional daquilo que seria extrínseco ao espaço físico tomou muito tempo e demandou uma introspecção intensa e o debate intelectual de pensadores ausentes com suas ideias presentes. Existia um nó górdio e onde estaria o Alexandre com sua espada para cortá-lo?

Havia uma intuição, mas ela sempre era travada pelo paradoxo objetividade-subjetividade, pois ao extrapolar o espaço invariavelmente ia-se para o ser humano e diante do ser humano como espécie tinha-se que considerar, também, a sua singularidade e, consecutivamente, a incontrolável subjetividade.

A introspecção nos colocou diante de elementos em uma relação profícua e donde surgiu a proposição da premissa de um espaço como uso imposto e outro com uso tácito.

A função tem conceito diferente do de uso. O étimo “função” é comumente usado no sentido de finalidade, como um fim em vista ou o intuito de um artefato, no caso, de um espaço específico. Já o “uso” tem sentido independente de função, ele nasce do hábito, da

²⁰ Material/matéria – De acordo com KANT (2008-2014) “Como o complexo de todas as coisas enquanto podem ser objetos dos nossos sentidos e, por conseguinte, também objetos da experiência; entende-se, pois, por essa palavra a totalidade de todos os fenômenos, ou seja, o mundo dos sentidos, com exclusão de todos os objetos não sensíveis”.

²¹ Física/físico: “(lat. *physica*. do gr. *physike*: ciência da natureza) 1. O termo "físico" designa a realidade material, concreta, objeto de nossos sentidos, em contraste com a realidade psíquica, subjetiva, interior, bem como a realidade espiritual ou abstrata. Ex.: mundo físico, objeto físico. Oposto a abstrato, por matéria” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001)

prática e não, necessariamente, naquilo que se determina, mas se origina de uma ação humana, de como ele se serve do artefato, que pode ser imposto ou espontâneo.

A diferenciação conceitual de função para uso abriu um precedente que permitiu entender outro fato análogo e posterior. O uso do espaço pode ser imposto de maneira explícita, pelo arquiteto urbanista, poder público constituído, proprietário e/ou por uma lei, e que também pode ter seu uso definido por uma prática de forma tácita, que não é claramente explicitada, mas que tem sua origem em uma operação na subjetividade que é produzida por agenciamentos de enunciação, podendo dar pistas para uma configuração do uso de um espaço.

Através do projeto, da construção, de uma lei ou ordem, a objetividade (que diz respeito ao seu uso) de um espaço, que chamamos de imposta ou explícita, pode ser compreendida, pois está posta, descrita e desenhada. Por outro lado a objetividade tácita do espaço, que advém da fruição impõe maior dificuldade em ser reconhecida, salvo pela observação das operações do fruidor. Donde se conclui que a maneira que o usuário demonstra seu relacionamento está ligada à forma como o corpo e a mente são afetados pelo espaço ao qual frui.

A divisão abstrata deste todo integral e impartível começou a se descortinar. Como foi exposto acima, já se tinha a dimensão física, intrínseca, que parte dos elementos que delimitam e dos artefatos que compõem o espaço. Agora podíamos esboçar outras duas dimensões: uma dimensão objetiva e outra relacionada à subjetividade.

A dimensão objetiva do espaço, sendo uma realidade existente a partir de um ato cognitivo, apreendida pela percepção e/ou pelo pensamento, que está situada em uma dimensão exterior à subjetividade, isto é, está no objeto enquanto coisa mental ou física para a qual converge o pensamento e pode ser idealizado pela mente, pela cognição, pela lógica racional, que pode ser separada a sua materialização física da abstração que o define.

A outra dimensão relacionada à subjetividade que está no ser humano e não no espaço, no caso o usuário, diz respeito ao sujeito do conhecimento, à consciência humana que se apodera cognitivamente dos objetos que lhe são externos, que tem tendência à particularidade singular individual do sujeito (do ser sujeitoado, neste caso, ao espaço).

Mas se o espaço tem uma dimensão subjetiva que implicaria que a observância de um padrão seria impraticável, pois ao ser singular seria único e, portanto, e sendo singular diferenciaria de outro e não serviria de modelo para a elaboração de outro e, assim, não se constituiria em um padrão.

No entanto, apoiou-se nas teorias da comunicação ao perceber-se que o que é objetivo,

enquanto ser idealizado, pode ser expresso e compartilhado por uma linguagem comum e, desta forma, tem o potencial de ser mensagem que pode ser transmitida de um emissor a um receptor, sempre condicionado a compreensão ou não deste último.

Ao ler que “A comunicação tem a ver com o uso e os efeitos dos signos, enquanto a significação remete à natureza dos signos e às regras que os governam” (NESBISTT, 2006 p.134) foi-se à Semiótica/Semiologia que estuda signo, chegou-se ao sinal e, especialmente, ao símbolo, e este derradeiro esteve o conceito da dimensão relativa à subjetividade.

A partir dos conceitos encontrados no estudo anterior de Spinassé (2009) que identifica que sinal, signo e símbolo se relacionam respectivamente em uma manifestação física que pode representar um objeto (material ou de elaboração mental) e, também, um agenciamento da subjetividade, chegou-se a apresentar uma como conceitos operativos, que podem ser visto na seção 3.2 do capítulo 3.

Donde, a dimensão física é intrínseca ao espaço, *a priori*, mesmo que o homem a tenha construído ela pertence ao espaço relativo, pois sem ela este espaço não existiria; a dimensão objetiva e a simbólica são extrínsecas ao espaço relativo, pois é condição *sine qua non* a existência do ser humano (seu usuário) para suas ontologias. A dimensão objetiva estaria relacionada à sua objetividade idealística que poderia ser expressa por uma linguagem comum em um processo de comunicação, e a dimensão simbólica diz respeito às subjetividades dos usuários a partir dos aspectos afetivos, logo simbólicos, do espaço que fruem.

Desta maneira, chegou-se a uma concepção do espaço que serviria como um meio útil à argumentação contextualizada, agora faltava a felicidade... Por onde caminhar para defini-la e, assim, tratá-la como ciência? McMahon (2006) inicia seu livro “Felicidade uma História” citando Kant “O conceito de felicidade é tão indeterminado que, embora todo mundo queira alcançar a felicidade, nunca se consegue dizer de forma definitiva e coerente o que é que realmente deseja e quer” (KANT, 2002 apud MCMAHON, 2006, p.11) e, com esta citação e outras, relata como é difícil lidar com esta “coisa” no campo epistemológico.

Como equacionar esta variável? Como analisá-la? Novamente foi necessário utilizar uma grande quantidade de tempo para a reflexão sobre as observações e convidar à discussão, teóricos, os não presentes que deixaram suas ideias ao alcance.

Antes de relacionarmos o espaço com a felicidade era necessário concatenar o espaço com o homem senciente. Mas qual ser humano? O usuário do espaço, pois o uso é um fator basilar para a produção do espaço quer seja em seu projeto ou em sua construção.

No entanto, existe também o ser humano que concebe e, consecutivamente, põe-se a

construir o espaço e que pode ser ou não seu usuário. Donde se constata duas categorias essenciais: uma que contempla o ser humano que planeja, projeta e constrói e outra que engloba o ser humano usuário do espaço planejado e construído.

O espaço projetado e construído é destinado a seu usuário, mesmo que ele seja o próprio projetista e/ou construtor. E se o espaço é para o usuário, logo a felicidade que nos interessa é a do ser humano que será o usuário do espaço em projeto e que poderá ser construído.

Por outro lado, ao propormos estudar uma possibilidade de processo projetual não podíamos, também, excluir o ser humano que projeta, pois será ele quem concebe e constrói o espaço para o seu usuário.

Nesta bifurcação onde o usuário e a sua felicidade estaria em um lado e o projetista do outro se tomou uma decisão: da premissa biopsicossocial tirou-se a ideia da interdisciplinaridade humana, mas ainda carecia de uma relação com a felicidade (que viria à frente). Quanto ao projetista tudo era ainda muito vago.

De mão na interdisciplinaridade e da compreensão que o espaço necessariamente deve atender às necessidades humanas de seus usuários, como afirma as instituições que oficializam o exercício da profissão do arquiteto e urbanista no Brasil (CAU/BR, 2010; CNE/CES, 2010), passou-se a pensar no ser humano usuário em relação às suas demandas.

A reflexão sobre a interdisciplinaridade tripartite “bio-psico-social” levou a propor um modelo com as mesmas bases, mas que abarcasse a felicidade como demanda humana.

Considerando o ser humano integral sem a pretensão de auferi-lhe uma disjunção, mais uma vez, somente para uma construção abstrata como meio argumentativo, propôs-se as premissas do ser humano com demandas de seu corpo, que seriam as fisiológicas, similar ao “bio” (da perspectiva biopsicossocial) e de outras extracorpóreas. Carecia de contemplar as demandas extrabiológica, pois havia a convicção de que a felicidade não estava no corpo, mas o utilizava como meio. Era algo “exterior” a fisiologia humana, mas, mesmo assim, relacionava-se a ela.

Sabia-se da “psico” e do “social” (ambos da perspectiva biopsicossocial) o que era inquietante e gerou um hiato. Como considerar as demandas que não são fisiológicas? E ainda mais complexo, como relacioná-las à felicidade? Tendo a noção que o espaço poderia atender às demandas corpóreas, como ele atenderia as demandas que não eram do corpo, da fisiologia?

Como este relato não obedece a uma sequência cronológica, ele não é linear e, sendo assim, não é possível saber quem chegou primeiro e quem influenciou a quem, se foi esta

ideia sobre aquela ideia ou vice-versa. Mas as premissas sobre o espaço e sua análise em dimensões ajudaram a conduzir para um ajuste das demandas extracorpóreas do usuário do espaço (se é que não foi o contrário).

Como o social implica necessariamente que exista o outro ou outros e como aqui o foco estava sobre o um, somente como forma de criar uma seção epistemológica, sem depreciar a relevância do aspecto societário do ser humano, voltou-se para o “psico”.

O psíquico é o que tem sentido contrário à materialidade do ser, da carne, do corpo, não diz respeito ao físico, biológico, fisiológico. Os conceitos que tangem ao psíquico como algo que o ser humano possui, embaraçam o cérebro com a mente com a alma e com o espírito, o pensar com o sentir e com o agir, mas se assim se apresentam é porque são assim mesmo, ontologicamente emaranhados.

Nesta esfera com intrincados conceitos, viu-se que o agir, o comportamento que se observa, tem volição no pensar ou no sentir ou no pensar e no sentir. É o efeito cuja causa seria o pensar ou o sentir ou os dois juntos. Como a expressão humana se dá no agir e como felicidade só pode ser precedida se ela for expressa pelo homem que a sente, resolveu-se partir das causas e, assim, adotou-se o “pensar” e o “sentir” como meio para a materialização das demandas extracorpóreas.

Do “Latim *sentimentum*, “opinião, sentimento, afeição”, de *sentire*, “sentir”” que deu origem ao nosso “sentir” (ORIGEM DAS PALAVRAS, 2004-2016) por conseguinte remete a perceber pelos sentidos, ter sentimento, conhecer etc. Já o conceito do “pensar” nos leva ao “cogito” uma das substâncias que compunha o homem, idealizada por Descartes (2001) na quarta parte de sua obra o Discurso do Método: o *Res cogitans* o pensante, separado do *Res extensa* o corpo, a matéria que não pensa e, também, da *Res divina* Deus que pensa e é independente do corpo e da mente humana.

Mas o pensar e o sentir são ações e em uma categoria diferente de corpo que é uma substância. Para existir uma ação é necessário ter um agente que a faça e considerando que se está utilizando o ser humano como unidade de estudo, o sentir e o pensar seriam ações dele.

Como a proposição está em uma trilogia que é meramente abstrata, somente para a operação argumentativa, para materializar as demandas do usuário que é um ser humano integral e indivisível, fez-se necessário que suas extensões fossem da mesma natureza. Por conseguinte, o pensar deu lugar aquela dimensão que pensa, isto é, a mente (o tópico do “*nous*” étimo grego relativo à atividade do intelecto ou da razão em oposição aos sentidos materiais: visão, audição, paladar, tato e olfato).

Da mesma forma que o pensar deu lugar à mente, o sentir cedeu sua posição ao

afetivo, isto é, à dimensão da suscetibilidade, daquilo que tem disposição especial para sentir influências, tem capacidade de receber as impressões que põem em exercício as ações orgânicas e diz respeito à sensibilidade, aos sentimentos e às emoções, a qual, em Ética, Spinoza (2014) relacionou ao étimo “afecção” e, consecutivamente, ao “afeto”, que por sua vez está em oposição à mente e, também, não é o corpo, mas se apropria do movimento corpóreo para se materializar e da consciência racional para abstraí-lo sempre de forma parcial.

Concomitantemente, a partir dos estudos sobre um conceito basilar “a simbólica”, abordada no tratado proposto por Santos (2007) foi o que provocou o contato com o pensamento de Spinoza. O que Spinoza teoriza, além de substanciar o aspecto afetivo da demanda humana, também ratifica a separação meramente teórica e operacional de uma integralidade em mente, afetividade e corpo que imaginamos ser adequada.

As premissas incipientes da tese se expandiram. O espaço em dimensões física, objetiva e simbólica e o ser humano usuário em demandas corpórea, mental e afetiva. Faltava uma potência que ao consubstanciar o espaço com as demandas geraria arquitetura e/ou espaço urbano. A categoria de alquimistas, denominada de arquitetos e urbanistas, poderia fazer estas substâncias comuns serem elevadas a sinergia “especializadas” para o uso e a consolidação essencial de seus componentes.

Emergia outro ensejo onde era inevitável visitar as premissas em movimentos recorrentes, o espaço e seu usuário humano para integrar o ato do projetista, que surgiu, outra vez, das práticas acadêmicas no exercício da docência no curso de arquitetura e urbanismo, na disciplina de atelier de projeto, no ano de 2015, onde se buscava compartilhar com os aprendizes os processos de concepção espacial.

Grande parte da literatura revisada como Neves (2012), Silva (1998) sobre projeção trazia possíveis práticas e propunham métodos sujeitos a relativização. Sob a alegação de garantir o direito à liberdade conceitual individual, e, talvez, temendo um estruturalismo ortodoxo, poucos arriscam, como faz Vassão (2010) ou De Moraes (2010), a uma metaprojetualidade ou a filosofar sobre a temática, uma evidencia oriunda da essência existencial do arquiteto e urbanista onde o final tem que culminar em uma proposição projetual, e se for espacial, melhor ainda. Donde, deduz-se a existência de uma vertente predominantemente tecnocientífica.

Nesta lógica, o que se oporia à tecnocientífica, seria uma espécie de *laissez faire* projetual, algo próximo ao fazer do artista. A busca da inserção da relatividade humana especialmente em sua condição social associada a um movimento opositor à arquitetura

modernista e suas ideias ligadas à industrialização e à economia, é possível ver uma tendência a um tipo “desestruturalismo” aproximando de um holismo que não é capaz, por sua fluidez natural, de se solidificar adequadamente em propostas projetuais, apesar de ser apropriado como crítica.

A meio caminho, considerando as ideias de complexidade, sistema e emergência se esteve como Lawson (2011); Kowaltowski et al. (2011); Caldana (2012); Morin (2015), que lança olhares sobre o modo e pensar humano que converge para uma melhor compreensão sobre a projetualidade na esfera epistemológica. Deles se tirou um foco no ato de projetar como uma atividade intelectual conceitual passível de uma lógica nem simples e nem holística, nem universal e nem subjetiva, que lida com aquilo que surge inesperadamente, não como algo a ser desconsiderando ou como estranho, mas o integra como componente inerente ao processo.

Mas é Lawson (2011) que nos apresenta uma clareira neste caminho inóspito, suas pesquisas, de muitos anos, junto a profissionais projetistas e em cursos em nível superior que preparam estes profissionais, tentou explicitar como os arquitetos e designers pensavam e daí se pôde construir teoricamente a ontologia do derradeiro elemento de nossa tríade tripartite.

Para diferenciar o universo do projeto entendido como o produto final do trabalho do arquiteto e urbanista que precede a construção e quantifica, instrui e orienta aqueles que construirão um espaço específico do ato humano de projetar soluções de problemas oriundos das necessidades humanas por meio da proposição de espaços, optou-se pelo ato, por deixar explícita uma ação e foi daí que decorreu o termo “atividades projetuais”.

Atividade vem do latim *activus*, ativo, que age, que tem significação ativa e indica a qualidade ou circunstância de um ser que age de maneira livre, independente ou incondicionada. Estas atividades quando provenientes do projetista podem ser categorizadas por três instâncias distintas, mas contíguas e integrantes de um processo não linear de encontrar soluções para o uso humano do espaço.

No processo projetual o problema é aquilo que precede a uma solução e esse processamento configura-se pela tensão entre ambos. O problema concerne à questão, ao quesito, à problemática e a solução (solucionar) tem relação com resolução (resolver). De um lado está o objeto que é o obstáculo, a barreira, o nó e, do outro, está verbo que exprime uma ação de transpor, de dissolver, de dissipar, de afrouxar, de desatar.

Para a projetualidade o problema só tem sentido se estiver concatenado à solução. Se não existirem ao menos fragmentos de solução, mesmo que seja no campo da intuição, o problema se torna desinteressante para o ato projetual. Onde, deduz-se a importância da

solução para a projeção.

O étimo solução tem origem no latim *solutio* "afrouxamento, ato de soltar algo" e está relacionado ao sentido de *solvere*, "soltar, afrouxar, dissolver", assim, o problema tem que ser sujeito a um trabalho de análise, isto é, de divisão para ser compreendido, para, a partir daí e subseqüentemente se propor uma ou a resolução. Mas esta solução precisa ser verificada para haver a constatação de que trouxe realmente a resolução adequada ao problema. Em caso positivo, o processo desse problema-solução se encerra e, em caso negativo, o problema é reformulado e o processo é retomado *ad infinitum*.

Assim seriam as atividades exercidas pelo ser humano que se põe a projetar. Seu ofício é um processo contínuo de decisões e compõem-se das atividades de análise, síntese e avaliação para dar conta de descobrir e configurar o problema e apresentar soluções que o resolva e consiga gerar proposições alternativas de espaços que atendam às necessidades de seu usuário humano.

Foi assim que se chegou à proposição das categorias básicas operacionais desta tese²² elaborada em uma abstração tríade tripartite: Espaço Dimensões (O espaço em prismas dimensionais) formado pelas dimensões física, objetiva e simbólica; Demanda Humana (O homem a partir de suas demandas) composto por demanda corpórea, mental e afetiva e nas atividades projetuais (processo de concepção espacial) formada pelas atividades de análise, de síntese e de avaliação. Na sequência se fundiram as atividades projetuais à inferência dando no hexagrama que inte-relaciona os elementos do sistema em um todo.

As inter-relações derivadas dos componentes desta tríade tripartite descortinarão os elementos ativadores e das reações do usuário do espaço decorrente do contato com eles. Por conseguinte, estudar a esquematização das bases de um dispositivo para acoplar à projeção visando atender a demanda afetiva de seu provável usuário pela projeção da dimensão simbólica do espaço.

O esquema do dispositivo se estrutura na integração das suas fases que são a substantiva, a analítica, a hermenêutica e a dispositiva, e tende a se localizar no raciocínio ontológico na análise no hexagrama.

²² Ver o item 1.1.4 Categorias Básicas na Introdução desta Tese.

2. A ONTOLOGIA DO SER HUMANO POR SUAS DEMANDAS: O SER HUMANO - A QUEM SE DESTINA O ESPAÇO PROJETADO

Este capítulo visa o lançamento dos fundamentos idealísticos para compor o ser humano em uma ontologia por meio de suas demandas que é um dos pontos do lastro conceitual operacional da tese que é triádico, a saber: (1) o homem que é definido por suas demandas; (2) o espaço por suas dimensões e (3) a projeção por meio de atividades que serão apresentados nos capítulos subsequentes.

Cada um dos três elementos conceituais deste esquema triádico, por sua vez também se subdividem em (1) homem: (1.a) demanda corpórea, (1.b) demanda mental e (1.c) demanda afetiva; (2) espaço: (2.a) dimensão física, (2.b) dimensão objetiva e (2.c) dimensão simbólica e (3) projeção: (3.a) atividade de análise, (3.b) atividade de síntese e (3.c) atividade de avaliação. Mais à frente, em seção específica, a projeção será relacionada à inferência e desdobrará em um hexagrama, onde a atividade de análise se decomporá em (3.a.1) problema e (3.a.2) raciocínio ontológico; a atividade de síntese em (3.b.1) raciocínio lógico e (3.b.2) solução e atividade de avaliação em (3.c.1) homem e (3.c.2) espaço.

Assim com o meio²³ de substanciar o homem o veremos como aquele para quem se destina o espaço que o arquiteto e urbanista projeta.

Esta essência que media a presente argumentação lógica funda também a existência da profissão daqueles que projetam o espaço arquitetônico e urbano no Brasil, como pode ser visto na Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo.

Os campos da atuação profissional para o exercício da arquitetura e urbanismo são definidos a partir das diretrizes curriculares nacionais que dispõem sobre a formação do profissional arquiteto e urbanista nas quais os núcleos de conhecimentos de fundamentação e de conhecimentos profissionais caracterizam a unidade de atuação profissional.

Desta forma, por esta premissa legal, a definição da função do arquiteto e urbanista deverá ser determinada nas legislações referentes aos cursos que preparam estes profissionais, as quais são devidamente regulamentadas pelo Ministério Educação que encontramos no 1º

23 Meio na concepção de Merleau-Ponty (1999, p.11) “Aqui a essência não é a meta, que ela é um meio, que nosso engajamento efetivo no mundo é justamente aquilo que é preciso compreender e conduzir ao conceito e que polariza todas as nossas fixações conceituais” e que “Buscar a essência da percepção é declarar que a percepção é não presumida verdadeira, mas definida por nós como acesso à verdade” (MERLEAU-PONTY, 1999 p.14).

parágrafo da Resolução CNE/CES N° 2, de 17 de junho de 2010, encontramos:

§ 1º A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis.

Sendo assim, *a priori*, os arquitetos e urbanistas seriam os “Profissionais generalistas capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço” (CNE/CES, 2010 § 1º.). É notório que o espaço deve ser produzido para o atendimento das necessidades de indivíduos e esta premissa norteará o ser humano que mediará sua ontologia aqui.

A ontologia do ser humano (ser humano como termo identificador de indivíduo(s), grupos sociais e comunidade) se deu a partir de suas necessidades e por inspiração na premissa biopsicossocial, que propõe um modelo composto por três grupos como um sistema com inter-relações tripartite.

Na visão biopsicossocial, segundo Myers (1999, p.320), “Para ter o panorama completo, precisamos de uma visão interdisciplinar” do ser humano, o que dá indícios que este modelo propõe que o comportamento e os processos mentais humanos seriam gerados e influenciados por três grupos de fatores biológicos, psicológicos e socioculturais.

No que é proposto, partiu-se das necessidades, isto é, das demandas entendidas enquanto manifestações das solicitações explícitas ou subentendidas do futuro usuário, e da utilização de um sistema de inter-relações trinitárias para apresentar um modelo que considerará as estas demandas do ser humano que perpassa três dimensões: a corpórea, a mental e a afetiva.

Assim, o ser humano, esquematicamente, seria um sistema de demandas inter-relacionadas, onde a demanda corpórea teria relação com as necessidades do corpo físico do ser humano, da sua fisiologia; a demanda mental com as solicitações oriundas dos processos mentais, do pensamento, da lógica e da razão e a demanda afetiva com requisições provenientes das impressões páticas²⁴, sentimento, emoções.

O espaço, que o projetista traça e que poderá ser construído, visa atender às

²⁴ Segundo Santos (1961, p. 1095) é o sentir psíquico de forma passiva, não somente da dor, “mas de toda afecção no campo da afetividade”.

necessidades daquele ser humano de uma forma integral a partir de suas demandas enquanto futuro provável usuário.

Então, a ontologia do ser humano, que é integral, será dada por meio das demandas inter-relacionadas e interdependentes do corpo, da mente e da afetividade humana e na sua relatividade que considerará às necessidades específicas daquele(s) corpo(s), daquela(s) mente(s) e daquela(s) afetividade(s) que serão os prováveis usuários dos espaços em projeto.

A ontologia tripartite do ser humano aqui proposta é especialmente relacional. O que pressupõe a interconexão do ser humano ao meio ambiente ao qual se insere e que transcende a sua existência, pois será dali que terá suas demandas supridas ao fruí-lo. Este meio ambiente seria o espaço que envolve o seu usuário, que trataremos ao discorrer sobre o espaço.

2.1 Demanda corpórea – Relação com o corpo físico do ser humano – fisiologia

Para se conservar vivo (sentido etimológico da palavra saúde: *salus, utis* que indica salvação ou conservação da vida) o corpo humano busca estar em estado de saúde e, para tanto, tenta suprir as suas deficiências, onde, haverá doença se houver privação. De acordo com Maslow (1970, p.47): “Urna doença de deficiência [...] que se originava na privação de certas satisfações, a que chamei necessidades, no mesmo sentido em que a água, os aminoácidos e o cálcio são necessidades, isto é, a sua ausência produz doença”.

Diante deste conceito onde o corpo tem necessidades fisiológicas e, desta maneira, solicita de forma explícita ou subentendida, decorre a demanda para sua preservação e saúde.

Considerando que o corpo (do usuário do espaço) existe e tem as demandas atendidas no espaço em que ocupa. Este espaço, que o envolve, para que o corpo seja conservado ou tenha saúde, precisa fornecer, a partir do que lhe é pertinente, o necessário para a sua subsistência.

A fisiologia do corpo diz respeito ao funcionamento apropriado de seus órgãos para manter o corpo vivo e as condições adequadas à sua saúde e bem-estar. Consecutivamente, devem ser supridas as demandas do corpo, enquanto usuário, para que utilize o espaço de forma harmônica com a sua constituição biológica e fisiológica. O corpo deve poder estar e transitar pelo espaço de forma que as suas deficiências sejam providas ao máximo.

Assim sendo, ao projetar o espaço, o projetista deve buscar o máximo de informações sobre as condições fisiológicas do ser humano relativo àqueles que serão seus prováveis usuários. Os estudos, os resultados das pesquisas e instrumentos de ciências como a

ergonomia podem funcionar como fundamentação e ferramental para o entendimento das demandas corpóreas daquelas pessoas que utilizarão, em potencial, o espaço em projeto.

2.2 Demanda mental – Relação do ser humano e os processos mentais - Pensamento, lógica e razão

Da mesma forma que devem ser atendidas as necessidades corpóreas do ser humano usuário, as demandas mentais dele também devem ser supridas. Em uma se considera a fisiologia e noutra os processos do pensamento, sempre compondo uma integralidade por suas inter-relações e interdependência.

De forma analógica ao corpo, a mente teria uma descrição topológica, que seria o “local” aonde se processaria o pensamento. Mente, como foi dito anteriormente, o tópico do “*nous*” étimo grego relativo à atividade do intelecto ou da razão em oposição aos sentidos materiais (visão, audição, paladar, tato e olfato), mas que destes últimos necessita como estimulador e captador de dados. Mas, também, é o que tem sentido contrário à materialidade do ser, da carne, do corpo, não diz respeito ao físico, biológico, fisiológico, no entanto, está interconectado a ele em um todo existencial.

Semelhante aos termos informáticos, a mente seria análoga ao “software”, isto é ao suporte lógico onde se dá processamento de dados que necessita do cérebro que é, nesta analogia, equivalente ao “hardware”, o conjunto dos componentes físicos fundamentais para realização de suas atividades.

Na mente seria onde ocorreriam, a partir do estímulo corpóreo, as atividades mentais como a percepção, a memória, a cognição, que são necessárias a uma estruturação lógica e racional, abstração idealística e sua expressão pela linguagem em um sistema comunicativo que utiliza signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc.

Ao expressar pela linguagem, desvenda-se a maneira de se impressionar a mente e, como resultado, chega-se à comunicação e à semiótica. A mente demanda, considerando que esteja com saúde, isto é, sem deficiências fisiológicas, signos reconhecíveis para fazer funcionar os processos noéticos que são as atividades intelectuais.

A mente precisa reconhecer, compreender e concatenar com os esquemas (SANTOS, 2007) ou estruturas (PIAGET, 1999) mentais os estímulos eletromagnéticos, no caso da visualidade, que chegam, por meio da transdução²⁵, ao cérebro para efetivar o processo

²⁵ Processo pelo qual uma energia se transforma em outra de natureza diferente.

mental.

Esquema mental é como Santos (2007) se refere às estruturas mentais da psicogenética de Piaget (1999) que a chama de psicologia da inteligência, onde a estrutura seria “Um sistema parcial, mas que, enquanto sistema, apresenta leis de totalidades distintas das propriedades dos elementos” (Piaget, 1999, p.121), logo se constitui de um esquema mental que generaliza o que se apreendeu do objeto sensível.

Estes esquemas são dinâmicos, isto é, “Toda gênese parte de uma estrutura e chega a outra estrutura. Mas, reciprocamente, toda estrutura tem uma gênese” (Piaget, 1999, p. 126).

Portanto, “Não existem estruturas inatas: toda estrutura supõe uma construção. Todas essas construções estão ligadas em cadeia a estruturas anteriores, fazendo-nos chegar, finalmente [...] ao problema biológico” (Piaget, 1999, p. 126).

Assim seria a demanda mental: uma necessidade humana de ativar o processo de compreender pela razão, o que propicia ao homem uma condição de lidar com o que lhe advém a partir das ações, de estar ou ficar, isto é, de usar o espaço de determinada maneira, oriundas de decisões calçadas em sua cognição, que objetivam a garantia da continuação de sua existência, pela apropriação do seu ser ao meio que o envolve no ato de sua fruição.

Esta demanda mental seria suprida por elementos com a potência de se acomodarem facilmente aos esquemas mentais do usuário do espaço. Logo, o projetista pode se equipar no momento que tem acesso aos conhecimentos do campo da comunicação, semiótica e semiologia e das ciências ligadas aos processos mentais que abordam a percepção, cognição, lógica etc. e munido destes saberes identifica e compreende as demandas mentais do futuro possível usuário do espaço em projeto.

2.3 Demanda afetiva – Relação do ser humano e as impressões *páthicas*

Na mesma linha, onde contextualmente se considerou a existência integral do homem (aqui usuário do espaço) por partes abstratas entre ordenadas que compõe um todo com gênese em suas demandas, onde existiriam as necessidades corpóreas e mentais necessárias à subsistência, apresentadas acima, o ser humano, por ser senciente, também teria uma demanda afetiva.

É fato que o ser humano existe. Este ser que escreve só escreve porque existe e porque tem a potência para isto, e aquele que lê, do mesmo modo, também só o faz a partir de sua existência, condição que o potencializa a esta ação. Se não existíssemos, enquanto seres

humanos, não estaríamos escrevendo e lendo este texto, pois a ação preconiza um ser que age.

No entanto, no instante em que o homem passa ser cômico de existir, ele já existia, logo sua existência antecede ao momento de sua consciência de ser ou, ao menos, seu corpo, seu ente físico já estava ali quando seu deu a ciência de si mesmo.

Este corpo agora consciente de si mesmo e que já existia antes de ser cômico, pressupõe um gerador, pois ciente de si, recordou de seu genitor, que não era ele mesmo, era outro corpo, que, por sua vez, também foi concebido por outro progenitor diferente de si mesmo *ad infinitum*. Mas, todos esses corpos foram e serão finitos e, por serem assim, não há possibilidades desses corpos produzirem a sua essência infinita, pois em algum momento houve um primeiro corpo sem que outro corpo da mesma natureza, mas diferente de si, que o gerasse. Sabe-se que não há efeito sem causa. A existência de um corpo (efeito) deve ser causada por alguma coisa que não pode ser finita, pois, o criador tem grau de complexidade mais elevado que a criatura. Por exemplo, de forma grosseira, o carpinteiro é um ser mais complexo que uma mesa madeira que fabrica. Essa mesa de madeira jamais poderá conceber e trazer a existência um carpinteiro. Por esta lógica, um ser finito não poderia criar um ser infinito, mas o contrário é possível, pois o finito tem menor grau de complexidade que o infinito, pois necessita de ser infinito, ou de outro ser finito para que se defina sua finitude.

Esse imbróglio ontológico abriu um caminho para entender as questões que dizem respeito às demandas humanas relativas a seus afetos, pois, é nesta esfera que Spinoza nos dá norte para alçarmos a influência dos sentimentos sobre a existência humana.

Da mesma maneira que a tendência do corpo é de se manter vivo com bem-estar e a mente humana de atuar decidindo de forma racional sobre o que é mais apropriado para a sua própria existência, o ser humano, segundo Spinoza, também traz consigo o “Conatus”, isto é, um esforço, uma ação, pela autopreservação humana que está relacionado ao afeto e à afetação e transpassa, transcende e, também, é imanente.

Spinoza não vê o homem com a mente apartada do corpo, mas como um ser íntegro, e integra este ser a uma substância. Em *Ética*, seu principal livro, ele diz: “Por substância compreendo aquilo que existe em si mesmo e por si mesmo é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não exige o conceito de outra coisa do qual deva ser formado” (SPINOZA, 2014, p.13) e que existe necessariamente “Uma substância que consta de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita” (SPINOZA, 2014, p.19), e por atributo ele entende como “Aquilo que, de uma substância, o intelecto percebe como constituindo a essência” (SPINOZA, 2014, p.13).

Este batavo, assim, deduz que o ser humano e, consecutivamente, seu corpo e a alma

(mente) não são substâncias em si, mas atributos da substância infinita, isto é, são natureza naturada da natureza naturante. Onde, natureza naturante é “O que é em si e se concebe por si, ou, em outras palavras, os atributos da substância, que exprimem uma essência eterna e infinita, isto é [...], Deus”, então, Deus seria a natureza e vice-versa, e natureza naturada é “Tudo o que se segue da natureza de Deus, ou seja, de cada um dos atributos de Deus, isto é, todos os modos dos atributos de Deus, enquanto considerados como coisas que existem em Deus, e que, sem Deus, não podem existir nem ser concebidas” (SPINOZA, 2014, p.35).

Por esta lógica, o corpo e a mente seriam atributos da mesma natureza (ou Deus, pois para Spinoza Deus é imanente à natureza) e não instâncias disjuntas como concebeu seu contemporâneo Descartes. São naturezas naturadas, mas se caracterizam como efeitos diferentes, pois “O objeto da ideia que constitui a mente humana é o corpo, ou seja, um modo definido da extensão, existente em ato, e nenhuma outra coisa” (SPINOZA, 2014, p.61). Onde, a mente e o corpo seriam o atributo pensamento (um efeito) e o atributo extensão (outro efeito) da mesma substância infinita ou da mesma natureza. Assim, “Nem o corpo pode determinar a mente a pensar, nem a mente pode determinar o corpo ao movimento ou ao repouso, ou a qualquer outro estado (se é que isto existe)” (SPINOZA, 2014, p.100).

O homem ente finito, então, seria formado pelas modificações do corpo (atributo extensão) que é afetado, junto com a ideia desta afecção que é representada na mente (atributo pensamento). Esta dinâmica não pressupõe uma hierarquia desse sobre outro ou do outro sobre esse, são efeito de causas pertinentes a cada um de forma distinta.

A natureza naturante, enquanto substância, tem em sua essência a sua existência “Que existe em si mesmo e por si mesmo é concebido” (SPINOZA, 2014, p.13) e o modo que isto é expresso se dá pelos seus atributos os quais seriam a extensão (corpo) e o pensamento (mente), onde o homem, enquanto coisa singular, exprime a potência da natureza, como ela existe e como age, de maneira definida e determinada “E esforça-se, assim, tanto quanto pode e está em si, por preservar em seu ser” (SPINOZA, 2014, p.105), pois ele é atributo da substância infinita e eterna que tem em sua essência o existir e não o contrário, o desaparecer, o sucumbir, o morrer.

Com efeito, na definição de Spinoza “O esforço pelo qual cada coisa se esforça por preservar em seu ser nada mais é do que sua essência atual” (SPINOZA, 2014, p.105), em seu original em latim, esse “esforço” seria escrito como “*conatus*”, e é esta grafia latina que se encontra na literatura para referir-se ao esforço humano para o viver como sua existência substancial. Marielena Chauí elucidada: “Definindo corpo e alma pelo *conatus*, Espinosa faz com que sejam essencialmente vida, de maneira que, na definição da essência humana, não

entra a morte. Esta é o que vem do exterior, jamais do interior” (CHAUÍ, 1995, p. 63).

Neste esforço por existir ou por preservar o seu ser (*conatus*) o ser humano pode ser, e é, afetado por outros corpos e/ou por sua própria imaginação, o que produz uma variação entre sua ação (para existir) ou seu padecimento. Nessa oscilação, quando a afetação produz a ação (de viver), dá-se o que Spinoza chamou de alegria e, assim, a potência do *conatos* será maior a qual poderá diminuir na medida em que pende para o oposto, isto é, para o padecimento, indo para condição que o holandês intitulou de tristeza.

Vale a pena abrir um parêntese conceitual, o qual é habilidosamente abordado por Gilles Deleuze em Curso sobre Spinoza, ocorrido na virada das décadas de 1970 para 1980, para dirimir “O que é um afeto em Spinoza?” (DELEUZE, 2012, p.5), pois como tratamos de uma demanda afetiva, que reporta ao pensamento spinoziano, é necessário um esclarecimento.

Deleuze aponta que “No livro principal de Spinoza, que se chama *Ética*, escrito em latim, se encontra duas palavras: *affectio* e *affectus*. Alguns tradutores, muito estranhamente as traduzem da mesma maneira. É uma catástrofe” (DELEUZE, 2012, p.5), isto é, mesmo tendo significados diferentes é comum que ambos os termos sejam apresentados pelo étimo “afecção”.

Na nota do tradutor no rodapé do curso sobre Spinoza na edição em português é demonstrado que neste idioma, assim como no francês, como afirma Deleuze, há uma palavra específica para traduzir cada um dos dois termos em latim, onde *affectio* seria “afecção” e *affectus* “afeto”.

Seguindo, Deleuze faz algumas afirmações sobre os conceitos spinozianos, a saber: Spinoza chama de afeto (*affectus*) “Todo modo de pensamento que não representa nada” e a ideia “Como um modo de pensamento que representa alguma coisa” (DELEUZE, 2012, p.5), que tem caráter representativo, tem uma realidade objetiva.

Explica Deleuze (2012, p.6):

O que isso quer dizer? Tomemos ao acaso isto, não importando que se chame afeto ou sentimento, uma esperança por exemplo, uma angústia, um amor, o que não é representativo. Nisto há bem uma ideia da coisa amada, há bem uma ideia de uma coisa prometida, mas a esperança enquanto tal ou o amor enquanto tal não representam nada, estritamente nada.

Todo modo de pensamento enquanto não representativo será denominado de afeto. Uma volição, uma vontade, implica bem, a rigor, que eu quero alguma coisa, isto que eu quero, é objeto de representação, o que eu quero está dado em uma ideia, mas o fato de querer não é uma ideia, é um afeto porque é um modo de pensamento não representativo. Funciona, isto não é complicado.

Porém, a distinção ideia-afeto é para Deleuze (2012, p.9), uma “Simples definição

nominal, ou, se preferirem, exterior, extrínseca”, pois, ainda de acordo com Deleuze, para Spinoza, existe outra distinção, onde “A ideia é o que tem em si uma realidade intrínseca, e o afeto é a variação contínua ou a passagem de um grau de realidade a outro ou de um grau de perfeição a outro”.

Compreendendo que “Toda ideia é alguma coisa, não somente é ideia de alguma coisa” [ou realidade objetiva ou extrínseca], “Mas também é alguma coisa, isto é, tem um grau de realidade ou de perfeição que lhe é próprio” [ou realidade formal ou intrínseca] (DELEUZE, 2012, p.7). Spinoza, confessa Deleuze (2012, p.7), “Faz uma espécie de retrato geométrico de nossa vida que, ao que me parece, é muito, muito convincente. Este retrato geométrico consiste em dizer-nos, a grosso modo, que nossas ideias se sucedem constantemente: uma ideia persegue a outra, uma ideia substitui a outra”.

Mas nem só de ideias vive o ser humano, esta “série de sucessões, de coexistências de ideias, sucessões de ideias” spinozeanas, que fazem parte da vida, tornam o homem uma espécie de “Autômatos espirituais, ou seja, é preferível dizer que são as ideias que se afirmam em nós do que dizer que somos nós que temos ideias” (DELEUZE, 2012, p.9), isto é, há sempre uma “variação”, étimo conceitual que Deleuze atribui a Spinoza que diz que a “Força de existir”, pode ser “maior ou menor” (Spinoza, 2014, p.162, 166) e que as “Afecções do corpo que aumentam ou diminuem, ajudam ou limitam, a potência de agir” (Spinoza, 2014, p.98), onde, este “maior ou menor”, ‘diminuir ou aumentar’, “ajudam ou limitam”, justificam a adoção da palavra “variação” pelo filósofo francês, uma vez que não foi dita pelo Baruch.

Nota-se que esta variação se trata da “força de existir” e da “potência de agir” que é o *conatus* (explicitado acima). “Eu diria que para Spinoza há variação contínua - e existir quer dizer isto - da força de existir ou da potência de agir” afirma Deleuze (2012, p.8), e segue com uma explicação:

Quando eu vejo Pedro, que me desagrada, uma ideia, a ideia de Pedro, me é dada; quando eu vejo Paulo que me agrada, a ideia de Paulo me é dada. Cada uma dessas ideias em relação a mim tem um certo grau de realidade ou de perfeição. Eu diria que a ideia de Paulo, em relação a mim, tem mais perfeição intrínseca do que a ideia de Pedro posto que a ideia de Paulo me alegra e a ideia de Pedro me entristece. Quando a ideia de Paulo sucede à ideia de Pedro, convém dizer que minha força de existir ou minha potência de agir é aumentada ou favorecida; quando, ao contrário, é o inverso, quando após ter visto alguém que me torna alegre eu vejo alguém que me torna triste, eu digo que minha potência de agir é inibida ou impedida. Neste nível, não sabemos se estamos ainda nas observações terminológicas ou se estamos já em alguma coisa muito mais concreta.

Então, concluiu Spinoza (2012, p.98) “Por Afeto entendo as afecções do corpo que

aumentam ou diminuem, ajudam ou limitam, a potência de agir deste corpo e ao mesmo tempo as ideias destas afecções”. E Deleuze (2012, p.9) elucida “O afeto é determinado pelas ideias que se tem, porém, ele não se reduz às ideias que se tem, ele é determinado pelas ideias que se tem”.

Donde a demanda afetiva, a necessidade humana por afeto, pela alegria, pela força de existir, pela potência de agir, ou seja, pelo *conatus*, seria aprovionada por impressões *páthicas* dotadas da condição de serem assimiladas pelas “ideias que determinam os afetos, tendo bem presente em nosso espírito que o afeto não se reduz às ideias que nós temos, ele é absolutamente irreduzível. Ele é de outra ordem” (DELEUZE, 2012 p.10).

Diante da demanda afetiva, aquele que projeta o espaço a ser construído, necessita se conectar ao universo que extrapola a materialidade percebida pelo intelecto do futuro usuário, na busca intuitiva de notas simbólicas latentes na expressividade humana para que, por analogia, sejam arranjadas na espacialidade com intuito de afetar intensivamente, aqueles que fruirão a edificação ou o espaço urbano quando concretizado, para o querer existir, isto é, para o *conatus*.

2.4 Síntese: O Ser humano – Demandas corpórea, mental e afetiva

2.4.1 A essência da demanda corpórea

Manter com saúde, com bem-estar e vivo o corpo humano de forma integral. Suas características são expressas pela biologia do corpo que frui o espaço. Os elementos que a compõem são os que integram a fisiologia do corpo humano do usuário do espaço.

2.4.2 A essência da demanda mental

A plenitude do processo do pensamento do homem objetivando a garantia da existência de seu ser de forma integral. Suas características são expressas pela linguagem de uma forma geral e pelo comportamento daquele que frui o espaço. Os elementos que a compõem são a percepção, cognição e memória do usuário e, também, a sua maneira racional de usar o espaço.

2.4.3 A essência da demanda afetiva

A plenitude do processo do sentimento humano objetivando a garantia da existência de seu ser de forma integral. Suas características são expressas pela alteração entre a simpatia e antipatia em relação ao o espaço que frui que são demonstradas pelo corpo e denominadas objetivamente pela linguagem. O elemento que a compõe é a variação afetiva do usuário do espaço.

3. ESPAÇO FINALÍSTICO COMO PROVEDOR DE NECESSIDADES

Chegou-se ao conceito operativo de homem, como aquele para quem se destina o espaço que o Arquiteto e Urbanista projeta, a partir de suas demandas corpórea, mental e afetiva, conforme demonstrado acima. Urge a necessidade de uma ontologia, um conceito operativo do espaço, assim como se fez com o ser humano no item anterior, para se seccionar o campo epistemológico a fim de se abordar este termo.

Uma circunstância já está dada: considerando que o ser humano tem necessidades, o espaço que se relaciona a ele deve necessariamente se circunscrever conceitualmente no provir ou no suprir as demandas corpóreas, mentais e afetivas do seu usuário. Outra conjuntura também está posta: o espaço deve ser o produto do projeto de um projetista, isto é, concepção do arquiteto e do urbanista.

A complexidade conceitual do étimo espaço passa pelo fato de que, junto com o tempo, ele é utilizado como conceito daquilo que dá suporte para a compreensão humana da realidade. A utilização do espaço, e o tempo, com sentido de dar base à percepção pode ser vista em Kant (2004, p.16): "Resultará desta pesquisa que existem duas formas puras da intuição sensível, como princípios do conhecimento '*a priori*', a saber: o espaço e o tempo, de cujo exame vamos agora ocupar-nos".

Primeira seção nesta vertente kantiana o espaço seria uma substância existencial, logo infinita, algo que o ser humano, por ser finito não teria como concebê-lo materialmente ou mesmo trazê-lo a forma física, pois ao tentar faria só parte e nunca na sua totalidade, logo este espaço de Kant não poderia ser fruto do arquiteto ou do urbanista.

Sendo assim, o espaço que nos interessa é o construído ou que tem potência de ser construído (doravante chamado de espaço construído). Um espaço construído compreendido com a mesma concepção de artefato, ou seja, o espaço construído seria aquele que é, ou pode ser, concretizado pela ação do homem e que difere do espaço produzido pela natureza. Este espaço construído também teria o intento de propiciar algum sentido, além da proteção de abrigo e de organizador de atividades, enfim, visa atender às demandas humanas. O topo do ser e estar e do ir e vir.

Nas reflexões sobre a produção do espaço construído, em seu aspecto ontológico, em especial no viés do ato projetual, tende-se no geral a relacioná-lo com a configuração morfológica ou com os elementos que o definem na dimensão física, pois é nesta dimensão que se materializa a forma de pensar de seu produtor.

Esta tendência formal influenciou significativamente a maneira de ver e fazer arquitetura com podemos observar o caminho capitaneado pelo arquiteto americano Louis Sullivan que, no início do século XX, tinha como ideário que “A forma segue a função” e, também, quando foram revisitadas na renascença as premissas de Marcus Vitruvius, arquiteto romano do final Século I A.C., que concebe o espaço projetado em três dimensões onde uma das quais é a Dimensão Funcional (Utilitas), premissa que alicerçou o que hoje é intitulado funcionalismo.

Nesta vertente, o arquiteto e urbanista, assim como se incorporasse o deus grego Demiurgo, que segundo a mitologia fazia em “nome do povo”, e acreditando ter, possivelmente por meio do conhecimento científico e/ou de um elevado senso do “belo”, a sabedoria necessária para conceber o espaço de acordo com a “função” que acredita ser alinhada com aqueles a quem se destinava, concebe habitações e até cidades, supondo ser o objeto criado o artefato capaz de atender as necessidades e desejos de seus usuários pela forma proposta e adotada para o espaço projetado.

Mas, a função é um atributo do espaço e não do homem que é ou será seu usuário. O usuário ao fruir parece impor ao espaço construído outras significações de uma maneira totalmente descompromissada. O ser humano, obedecendo apenas o seu próprio desejo, fruto do seu ser dinâmico e multifacetado, incute o seu uso ao espaço, que ser seja este espaço construído ou natural, e o impregna de um “elemento” que extrapola a constituição física do ambiente em que está e, assim, lhe insufla o atributo essencialmente humano. Então o usar, neste contexto, seria um predicado do ser humano e não do espaço usado.

Um ser inanimado, o espaço construído, inter-relaciona-se com um ser vivo, o ser humano, pela função-uso. Aquilo que pode desconectar também pode interligar. Quando a função do espaço construído, materializado por meio de sua constituição física, aproxima-se de entrar em conformidade com o uso feito por aquele que o utiliza ou utilizará, o espaço inanimado vai ganhando ânimo e passa a existir, também, a partir de atributos humanos e transita de uma dimensão a outra sem alterar sua composição.

Então, um mesmo espaço construído pode existir, ser percebido e sentido, por meio de suas dimensões física, objetiva e simbólica num composto integral. Serão os elementos da constituição de cada uma destas dimensões que o arquiteto e urbanista deverá manipular num arranjo para atender as demandas dos futuros usuários do espaço em projeto.

Este é o recorte epistemológico que delimita o estudo na influência do espaço construído sobre o ser humano no que diz respeito à afetividade, onde haverá um intercâmbio contingente: a dimensão física será considerada como o suporte material ativador do processo,

a objetiva como a dimensão que propicia significado de forma lógica e a dimensão simbólica que possibilita as afecções no usuário.

Nesta lógica, propõe-se uma maneira de conceber o espaço que parte de três dimensões ontológicas interdependentes que integram um todo. Portanto, por esta lógica, um espaço construído poderia ser idealizado e definido por meio das dimensões física, objetiva e simbólica.

3.1 Dimensão Física – Materialização a partir de seus delimitadores e artefatos contidos (materiais, técnicas e tecnologias construtivas)

A princípio, o espaço, pela dimensão material, existiria por meio dos elementos físicos que o delimitam. Esta concepção parte de um resgate do pensamento kantiniano retirado da definição 1, do capítulo I: Primeiros Princípios Metafísicos da Foronomia, de sua obra Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza, que afirma:

A matéria é o que é móvel no espaço. O espaço, que é também móvel, chama-se o espaço material, ou ainda o espaço relativo; aquele em que, por fim, se deve pensar todo o movimento (por conseguinte, ele é em si absolutamente imóvel) chama-se o espaço puro ou também absoluto (KANT, 2008-2014).

Assim sendo, o espaço relativo está contido no espaço absoluto que é infinito e que parece preceder as coisas espaciais. Nesse espaço absoluto, uma matéria, que é móvel, define outro espaço que é contingente, que seria o espaço relativo, que por sua vez define a existência do espaço absoluto que o comporta, os conceitos são opostos, mas complementares.

Desta forma, a dimensão material existirá a partir dos elementos físicos que delimitam o espaço relativo e através do quais pode descrevê-lo, projetá-lo ou construí-lo. O espaço físico seria aquele que o projetista idealiza e que pode ser construído considerando por esta dimensão sua condição exclusivamente física.

Por analogia vejamos uma embalagem. Imaginemos uma embalagem de vidro, devidamente tampada, com um determinado conteúdo no seu interior. Esta embalagem está sobre uma bandeja retangular.

Para efeito taxonômico o espaço relativo, aqui, será caracterizado em grupos, a saber: Sítio, Delimitadores Externos, Delimitadores Internos e Conteúdos.

Observando mais aprofundadamente visualizemos uma bandeja retangular que sobre

ela está colocada uma embalagem de vidro, devidamente tampada que tem no seu interior um conteúdo granuloso. A bandeja seria o sítio²⁶; a embalagem, feita de vidro, a materialidade do espaço físico, onde a parte externa seria o delimitador externo e no lado oposto a este, por dentro a superfície do vidro estaria o delimitador interno e os grãos, em seu interior, o conteúdo.

O sítio seria o tópico, o lugar, o espaço relativo externo a materialidade que fica fora dos delimitadores externos do espaço relativo, onde ele (o espaço relativo) está localizado. O sítio tem limite na decisão de seu definidor (o ser humano que delimita em relação ao espaço relativo).

O sítio do espaço possui e pode ser caracterizado pelos seus qualificadores que podem ser próprios (como a sua configuração formal, dimensão, cor, textura, material construtivo e aberturas) e/ou incidentes (como a iluminação que se projeta sobre sua materialidade).

O delimitador externo é a superfície voltada para fora (para o sítio) da materialidade do espaço relativo e o delimitador interno, por sua vez, é a superfície interna da materialidade do espaço relativo voltada para si mesmo (para dentro).

O delimitador externo possui limitadores laterais e superiores que são compostos de estruturas e fechamentos. As estruturas, assim como, os delimitadores internos, tanto dos limitadores laterais quanto o superior, possuem qualificadores que podem ser caracterizados como próprios (como a sua configuração formal, dimensão, cor, textura, material construtivo e aberturas) e/ou incidentes (como a iluminação que se projeta sobre sua materialidade).

Já o delimitador interno possui limitadores laterais, superiores e inferiores que são compostos de estruturas e fechamentos. As estruturas, assim como, os delimitadores internos, tanto dos limitadores laterais quanto o superior e, ainda, o inferior, possuem qualificadores que podem ser caracterizados como próprios (como a sua configuração formal, dimensão, cor, textura, material construtivo e aberturas) e/ou incidentes (como a iluminação que se projeta sobre sua materialidade).

Os conteúdos seriam os elementos ou artefatos que estão dispostos no limitador inferior afixados aos limitadores laterais ou pesos ao limitador superior. Os conteúdos, também, possuem qualificadores e podem ser caracterizados como próprios (como a sua configuração formal, dimensão, cor, textura, material construtivo) e/ou incidentes (como a iluminação que se projeta sobre sua materialidade).

Assim, a materialização do espaço se daria pelos elementos físicos tangíveis que o

²⁶ Sítio no sentido da indicação e identificação de um lugar ou local específico ocupado ou mesmo a delimitação territorial apropriada para quaisquer construções que pode ser localizada de alguma forma.

delimitaria e consecutivamente o definiria. Então, a ontologia do espaço se configura através da dimensão física e se dá a partir da materialização, concreta, da existência de forma material dos elementos definidores e delimitadores do espaço relativo, assim como os artefatos contidos.

A dimensão física toma emprestado a ideia de espaço do relativo e considera que sua essência está em sua materialização composta por elementos intrínsecos agrupados na dimensão física. Já os componentes que existem a partir do seu usuário humano e que estão contidos nas dimensões objetiva e simbólica (dimensões que veremos a seguir) em um todo conexo, seriam extrínsecos ao espaço relativo, pois tem gênese em seu fruidor.

A dimensão física se caracteriza por meio da delimitação do espaço relativo e dos artefatos contidos, produzidos pela utilização de materiais, tecnologias e técnicas da construção; a dimensão objetiva evidencia-se por seus definidores, mas ela não é somente uma seccionadora tridimensional que determina o dentro e o fora, o em cima e o embaixo, o de um lado e do outro, o na frente e o atrás, ela é arquitetura, é o urbanismo, é aparelho, engenho, mecanismo construído, que embora inanimada, tem um fim determinado: atender ao homem, suprir suas necessidades fisiológicas, mentais e afetivas.

Do que é pertinente do espaço físico construído, seu usuário deve, ao fruí-lo, receber de seus elementos delimitadores, definidores e seus artefatos contidos, isto é, a partir de sua dimensão física, o necessário para estar em equilíbrio biológico e fisiológico, para executar de forma desobstruída e harmônica seus processos mentais e ser afetado pela alegria até seu máximo de bem-estar e a felicidade, ou seja, ser impulsionado para a vida.

A dimensão física seria a que dá forma ao espaço relativo construído, a sua ontologia concreta; concreto de real, de existente, de construído, que é palpável, que é um aglomerado sólido, que é oca ou maciça, se sujeita a composição e a desagregação, tem unidade de comprimento, de área, de volume, tem massa e, por isso, pode ser medida com uma trena ou pesada com uma balança e é capaz ser preenchida ou imersa;

A dimensão física seria a que possibilita a condição do espaço ser captado pelos sentidos, por exemplo, no caso da visualidade, seria a que tem o necessário para sensibilizar a visão, pois seria ela que possibilitaria a reflexão das ondas eletromagnéticas da luz a partir de uma superfície, onde há a transformação e uma frequência luminosa para outra capaz de sensibilizar os cones e bastonetes, que são células neuronais que se localizam no olho o qual integra o sistema ocular humano, onde se dá o processo condução do impulso visual até o cérebro por meio da transdução físico-química.

Seria a dimensão física que habilitaria o espaço a envolver e abrigar o corpo do

homem, a ser estância de seu usuário corpóreo, ou o deixar ir, passar, trafegar quando o corpo desejar ou precisar se movimentar. Ela permite que o espaço seja o meio que faculta o corpo a ser, a estar, a mover ... a existir ou desaparecer, padecer, morrer!

O projetista ao idealizar para construir o espaço relativo se tem como objetivo atender as demandas humanas, deve buscar os materiais, tecnologias e sistemas construtivos mais apropriados para que a dimensão física seja o suporte adequado para o prover das necessidades do futuro usuário do espaço em projeto que o fruirá e, com isso, ter o necessário para conceber uma dimensão física de tal forma que tornaria o espaço em projeto o condicionante físico para a vida, para a existência do corpo humano e não seu oposto.

3.2 Dimensão Objetiva – Materialização a partir do uso-função explícito/compreendido

Como foi explicitada, a dimensão física tem sua ontologia extra-homem, isto é, ela se define pelos elementos que são próprios da composição física do próprio espaço, naquilo que lhe é intrínseco. O espaço por este prisma pode ser localizado em um sítio, ter qualidades em seus delimitadores tanto externos como internos (que são análogos aos invólucros ou embalagens) e, também, no espaço que é gerado a partir dos delimitadores, onde podem existir alguns elementos que integram por sua vez o conteúdo em seu interior.

Já a dimensão objetiva, apesar de se materializar na dimensão física, é de uma natureza diferente, isto é, tem gênese no ser humano, na sua mente, nas suas respostas a estímulos sensoriais, na cognição. Ela define o espaço como um objeto idealístico essencialmente utilitário.

Vale ressaltar que o que aqui se considera que difere um espaço natural de um construído é a sua função ou seu uso determinado. O espaço construído tem sua gênese numa possível função ou uso para o ser humano, já o natural é fato, está aí, existiu e existe antes de ser fenômeno ou ser experimentado, é aquele que o ser humano não concebeu que no máximo é auferido a ele uma função ou uso ou se propõem modificações, da mesma forma, também para uma função ou uso. Então a ideia que se teria do espaço se objetiva no seu uso pelo homem.

Assim sendo, o criador ou o construtor do espaço construído ou relativo determina o objetivo, ou função, do espaço ao concebê-lo ou ao edificá-lo. Seja o criador o arquiteto ou urbanista, ou mesmo um homem primitivo que empilhava galhos e pedras ou apenas riscava o solo delimitando geometricamente um território. Ele passa a ser um espaço do homem, para o

homem e pelo homem por meio de sua dimensão objetiva.

Esse uso é tangível pelo espaço e o espaço se faz pelo uso, a razão do existir espacial se objetiva, isto é, se torna inteligível ou perceptivo pela mente humana na medida em que se materializa pelos elementos físicos que definem espaço físico por meio de sua delimitação.

Então, o objetivo do espaço por esta perspectiva seria seu uso e o uso se dá pela determinação humana e não parte do espaço material, apesar dos elementos físicos serem o suporte para a efetividade de um determinado uso.

Desta forma, compreender as conexões que existem entre o ser humano que é, ou será, usuário com o espaço que ele se relacionará se torna digno de consideração. Se fizermos uma relação do espaço construído com o seu possível uso poderemos nos deparar com a abstração de dois definidores de uso: um que o projeta, constrói, delibera e controla e o outro que o frui.

Um advém do arquiteto urbanista, do poder público constituído, do proprietário ou da lei, que estrategicamente determina uma função, isto é, impõe um uso; o outro, que surge da subjetividade do seu usuário, que o define na tática e de forma tácita.

Um encontro com os pensamentos de Certeau (1998) pode nos ajudar numa compreensão desta dualidade. Para tanto ele toma o cuidado de significar espaço de forma diferente de lugar:

Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar construído por um sistema de signos – um escrito (CERTEAU, 1998, p. 202).

Michel Certeau (1998, p. 202) traça este conceito dualístico fundando-o na fenomenologia de Merleau-Ponty onde é possível encontrar o espaço geométrico relacionado com uma espacialidade:

Merleau-Ponty já distinguia de um espaço “geométrico” (“espacialidade homogênea é isotropa”, análoga ao nosso “lugar”) uma outra “espacialidade” que denominava “espaço antropológico”. Essa distinção tinha a ver com uma problemática diferente, que visava separar da univocidade “geométrica” a experiência de um “fora” dado sob a forma do espaço e para o qual “o espaço é existencial” e “a existência é espacial”. Essa experiência é relação com o mundo; no sonho e na percepção, e por assim dizer anterior à sua diferenciação, ela exprime “a mesma estrutura essencial do nosso ser como ser situado em relação com o meio” – um ser situado por um desejo, indissociável de uma “direção da existência” e plantado no espaço de uma paisagem. Deste ponto de vista, “existem tentos espaços quantas experiências espaciais distintas”. A perspectiva é determinada por uma “fenomenologia” do existir no mundo.

Quer queira que chamemos como deseja Certeau (1998) de lugar e espaço ou como quer Merleau-Ponty (apud CERTEAU, 1998) espaço geométrico e espacialidade, é possível notar que a dualidade se constata. De um lado o lugar ou o espaço geométrico do arquiteto urbanista, do poder público constituído, do proprietário ou da lei e do outro o espaço ou a espacialidade que surge da subjetividade dos que fruem o espaço.

Esta dualidade pode se tornar dicotômica onde o uso definido de forma imposta (função) é resignificado por “operações” (“maneiras de fazer”)

[...] eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panóticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”), a “uma outra espacialidade” (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível. (CERTEAU, 1998, p. 172)

No entanto, por meio das operações os outros usos dos espaços, vão surgindo de forma que não são necessariamente explícitas e, assim sendo, caracterizam-se como tácita e contrapõe a um uso imposto ou o confirma.

Porém, estas operações advêm do ser humano e não do espaço e mesmo que se caracterize como do coletivo surge do indivíduo. Desta forma, entender o indivíduo na sua singularidade e/ou na sua subjetividade é fundamental.

Diante disto, faz-se necessário entender à função como conceito diferente do de uso. O étimo “função” é comumente usado no sentido de finalidade, como um fim em vista ou o intuito de um artefato, no caso, de um espaço específico. Já o “uso” tem sentido independente de função, ele nasce do hábito, da prática e não, necessariamente, naquilo que se determina, mas se origina de uma ação humana, de como ele se serve do artefato, que pode ser imposto ou espontâneo.

Partindo da premissa que o uso do espaço pode ser imposto de maneira explícita, pelo arquiteto urbanista, poder público constituído, proprietário e/ou por uma lei, e que também pode ter seu uso definido por uma prática de forma tácita, que não é claramente explicitada, mas que tem sua origem em uma operação, estudar a subjetividade que é produzida por agenciamentos de enunciação pode nos dar pistas para uma configuração do uso de um espaço.

Através do projeto, da construção, de uma lei ou ordem, a objetividade (que diz respeito ao seu uso) de um espaço, que chamamos de imposta ou explícita, pode ser

compreendia, pois está posta, descrita e desenhada. Por outro lado, a objetividade tácita do espaço, que advém da fruição impõe maior dificuldade em ser reconhecida, salvo pela observação das operações do fruidor.

Diante desta linha de raciocínio, parece ser profícuo articular a dimensão objetiva do espaço por meio do marco conceitual onde, mais uma vez, dois universos se entrelaçam: a objetividade do espaço advinda de uma imposição que é permeada pela objetividade praticada. Em algum momento estes universos se validam em outro se opõem; confirmam-se ou se negam; consolidam o espaço ou o transforma.

Uma vez imposta a objetividade para um determinado espaço, não é possível garantir que esta objetividade seja compreendida e aceita durante o uso por seu fruidor. O fruidor em sua operação pode o aceitar, aceitá-lo parcialmente ou mesmo adotar uma forma diferente de uso.

Estes movimentos operatórios podem ser os agenciamentos (máquinas) que, *a priori*, revelarão a subjetividade e que poderão ser incorporados de forma tácita por um determinado grupo social auferindo ao espaço fruído outras objetividades espaciais com um viés coletivo, podendo se tronar até um acordo coletivo.

Os espaços assim, pelo seu uso, podem adquirir aspectos sógnicos advindos da forma que um determinado grupo o usa ou o percebe.

Como exemplo, vejamos o caso de um corrimão instalado em uma escada situada em uma praça pública em uma cidade. O referido corrimão pode ser usado e percebido como um artefato destinado à utilização das mãos para garantir o subir ou descer de forma mais segura, garantindo assim que o corpo não se desequilibre, o que provocaria a queda do seu usuário.

O mesmo corrimão, na mesma praça pode ser usado e percebido como um obstáculo apropriado para desenvolver manobras na prática de um esporte por um grupo, por exemplo, de skatistas.

Desta forma, o mesmo artefato físico (como o corrimão, por exemplo) podem ter uso e significação diferentes dependendo do acordo coletivo feito por um determinado grupo social.

Então, se observarmos, registrarmos, compararmos, analisarmos as enunciações sejam elas produzidas pelo relato, comportamentos ou mesmo pelas intervenções de fruidores em um determinado espaço coletivo, poderemos possivelmente identificar elementos definidores do espaço pela dimensão objetiva, isto é, um espaço produzido a partir de seu uso pelo ser humano ali presente.

Aqui poderíamos traçar um escopo para instrumentalização da análise espacial, *a posteriori*, em um espaço já construído e já usado, onde de um lado estaria a descrição da

dimensão física do espaço observado, feita pela identificação e qualificação dos seus elementos que o delimitam e, consecutivamente, o definem (a saber: sítio, delimitadores externos, delimitadores internos e conteúdo) e do outro, a definição de sua dimensão objetiva, que contemplaria o estudo dos documentos (plantas, projetos, leis e outros) que explicitam o objetivo do espaço, que seria relacionado à pesquisa da enunciação produtora da subjetividade de seu fruidor, a fim de verificar se os objetivos do espaço em estudo se validam, opõem-se, confirmam-se ou se negam e, por fim, consolidar a descrição da dimensão objetiva do espaço.

Desta reflexão sobre esta inter-relação, da função determinada pelo produtor do espaço com uso auferido por quem o frui, é possível construir uma analogia para conceituar a dimensão objetiva nos apropriando dos elementos da comunicação, onde um emissor codifica uma mensagem e a transmite por um determinado meio, objetivando que a sua decodificação produza um efeito significativo em seu receptor, a ponto de motivá-lo a uma determinada ação.

Esta analogia comunicacional é ratificada pelo fato de que consideramos que na dimensão objetiva o espaço se materializa na mente do homem que o usa ou o projeta e, assim é abstraído ou objetivado idealisticamente e, nesta condição, pode ser expresso por uma linguagem comum e ser compartilhado com o outro, logo é potencialmente pertinente à esfera comunicacional.

Nesta ótica comunicacional é inevitável trazer o signo enquanto unidade significadora que nos leva a semiótica e a semiologia que o estuda e apresenta seus princípios.

A relação da semiótica/semiologia com a comunicação funda-se aqui na citação de Nesbitt (2006, p.134) que diz que “A comunicação tem a ver com o uso e os efeitos dos signos, enquanto a significação remete à natureza dos signos e as regras que os governam” é que a comunicação tem foco na relação do emissor e receptor da mensagem, leva em conta o uso e os efeitos dos signos, enquanto que a semiótica (generalista) centra-se em compreender como se dá a significação, estudando a natureza dos signos e definindo as regras que os governam.

Sendo assim, o processo de comunicar demanda um ato, isto é, compõem-se de uma série de ações ou operações que alguém (emissor) adota para, por meio da utilização de signos ao qual o outro alguém (receptor) atribui significados, transmitir conceito ou ideia contida em uma mensagem.

A princípio, a intenção é a decodificação pelo receptor ao qual diante dos estímulos, que geram efeitos psicológicos (percepção, cognição e memória), deve responder com uma reação, de certa forma, prevista e controlada pela mensagem transmitida pelo emissor.

Os conceitos se distinguem, enquanto a comunicação centra-se no processo emissor-mensagem-receptor visando um efeito e uma ação consecutiva, a semiótica/semiologia foca-se no processo de significação dos signos. A comunicação se apropria das descobertas da semiótica/semiologia e a usa em seus processos.

O signo e, por conseguinte, a semiótica/semiologia tem serventia, pela possibilidade de controle comunicativo e, desta forma, a dimensão objetiva institui ao espaço a sua condição significativa e, consecutivamente, comunicativa para que seu usuário o use de acordo com a função determinada. Por isto, o projetista deve investigar e estudar minuciosamente para compreender profundamente os futuros usuários em seus aspectos socioculturais, a fim de tentar antever seu comportamento ao usar o espaço e, somente depois disto, determinar a função do espaço em projeto. Com este procedimento ele poderá ter uma maior assertividade ao propor uma função, pois poderá adotar os signos apropriados para conceber a dimensão objetiva do espaço em projeto e se aproximar de forma mais eficiente de um processo de comunicação.

Esta analogia comunicacional da relação espaço-função-uso que explicita a dimensão objetiva nos leva para a dimensão física, volta para a dimensão objetiva para, em seguida, nos colocar diante da explicação da dimensão simbólica e tendo como elemento condutor o signo.

Se o signo contido no espaço é o elemento que compõe a dimensão objetiva, isto é a extensão espacial na dimensão objetiva, ele necessita de antes ser sinal que é físico e, desta forma, será necessário existir na dimensão física e, subseqüentemente, se ele tiver a potência de ser símbolo se manifestará na dimensão simbólica. Esta última dimensão será detalhada na próxima seção, a 3.3, deste capítulo 3.

Propomos uma síntese a partir da analogia com a comunicação e a semiótica/semiologia o espaço relativo construído e suas dimensões física, objetiva e simbólica, no quadro sinótico abaixo.

Quadro 01– Elementos comunicativos (O emissor emite a mensagem por um meio, sensibiliza os sentidos e provoca um efeito e reação do receptor) relacionados às dimensões do espaço.

Dimensão		Elemento básico	Ação/efeito	Processamento no ser humano
Física	Sinalética	Sinal	Ativar	Sentidos - VAPTO ²⁷
Objetiva	Semântica	Signo	Significar	Mente-Razão
Simbólica	Simbólica	Símbolo	Impressionar	Afetividade

Fonte: O autor (2017)

²⁷ VAPTO são as iniciais das palavras que indicam dos cinco sentidos: Visão, Audição, Paladar, Tato e Olfato.

Esta lógica está de acordo com os conceitos encontrados no estudo anterior de Spinassé (2009), onde, sinal, signo e símbolo se relacionam respectivamente em uma manifestação física que pode representar um objeto (material ou de elaboração mental) e, também, um agenciamento da subjetividade.

Os conceitos de sinal, signo e símbolo são referenciados tanto na Semiótica (Pragmatismo peirciano) e quanto na Semiologia (Linguística saussuriana) onde foi possível encontrar algo em comum:

[...] tanto signo como símbolo são objetos de estudo, tanto na semiótica (Peirciana) como na semiologia (Saussuriana), independente de qual significado adotado para estas ciências. Há uma indicação [...] que tanto o signo como o símbolo tem em comum uma generalidade, ou seja, podem ser considerados, cada qual, algo que está por outra coisa (SPINASSÉ, 2009, p.43).

Santaella, citando Peirce, traz uma “definição abusivamente simplificadora, que reduz a concepção de signo peirceana à seguinte formulação: ‘Signo é alguma coisa que representa algo para alguém’” (SANTAELLA, 2000, p.11) e Barthes, referindo-se a Saussure, diz “Signo, definido como união de um significante e de um significado (à maneira de anverso e verso de uma folha de papel), ou ainda de uma imagem acústica e de um conceito” (BARTHES, 2004 p.9).

Porém, outro viés foi observado nestas escolas semiológicas que na Semiótica o símbolo é algo arbitrário, isto é “Teria uma relação convencional com seu objeto” (PEIRCE apud EPSTEIN, 2002, p.62) “Se refere ao objeto pela força de uma lei” (PEIRCE apud EPSTEIN, 2002, p.77) e na Semiologia ele é eliminado:

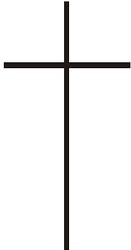
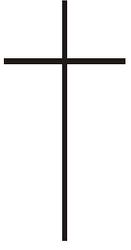
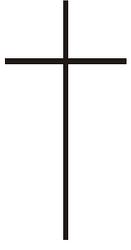
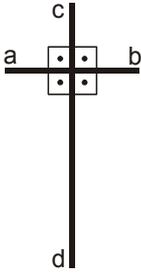
Para designar a relação significante, Saussure eliminou imediatamente símbolo (porque o termo comportava uma ideia de motivação) em proveito do signo, definido como união de um significante e de um significado (à maneira de anverso e verso de uma folha de papel), ou ainda de uma imagem acústica e de um conceito (BARTHES, 2004, p.9).

Então, nesta abordagem signo é entendido como “‘Algo que está no lugar de outra coisa’ e esta ‘outra coisa’ seria o objeto, algo racional ‘eidos’, e, assim, como a própria etimologia sugere, seria alguma coisa objetiva.” e “símbolo, mesmo composto de signo, ou signos, no entanto, em vez de remeter ao objeto único, sem ambiguidade, consideraria o imaginário, o repertório” (SPINASSÉ, 2009, p.48) daquele que o observa levando-se em conta o seu aspecto subjetivo.

O sinal seria uma ativação de um espaço inativo como quer Frutiger (1999) ou o ente físico de materialização que tem a potencialidade de ser signo ou mesmo símbolo

Qualquer forma gráfica, sonora, geológica, astronômica etc. de assinalação, sem que para tal incorra qualquer relação com uma possível construção de significado. O sinal é uma entidade destituída de mecanismos para a construção de significados (AZEVEDO NETTO, 2002, p.2-3). Para tanto, Spinassé (2009) propõem o quadro sinótico a seguir:

Quadro 2 – Quadro sinótico

SINAL - Segmentos de retas	SIGNO - Cruz	SÍMBOLO - Cristandade
		
		
<p>SINAL - Apoiando-se em Frutiger (1999) tem-se que em uma superfície branca considerada vazia, como uma área inativa, surge um segmento de reta “ab” que faz uma intercessão com outro segmento de reta “cd”, formando, entre elas, quatro ângulos de 90°. Esta superfície vazia é ativada. Uma pequena quantidade da superfície é coberta por estes segmentos de retas. Se considerarmos apenas estes elementos descritos, os segmentos de retas que se cruzam, somente pelas suas características formais, esta ativação poderia ser considerada um sinal, um elemento ainda sem sentido, mas, com potencialidade de significar algo.</p>	<p>SIGNO - Se considerarmos que os dois segmentos de retas que se intercedem seja uma cruz, ou seja, como “Antigo instrumento de suplício, constituído por dois madeiros, um atravessado no outro, em que se amarravam ou pregavam os condenados à morte”. (FERREIRA, 1999) e que remeta somente a ele, isto é, a um objeto conhecido e único, sem ambiguidade, poderíamos classificar como signo. Pois, especificamente, neste caso, quando a cruz, mesmo sendo desenhada apenas com dois segmentos de retas, remete a somente um objeto sem equívocos, aqui, a cruz de madeira, este sinal seria também considerado como um signo.</p>	<p>SÍMBOLO - Se este mesmo sinal, que foi considerado um signo, da cruz de madeira, for significado como o elemento que representa a cristandade, sua significação pode ser ampliada para subjetividade, isto é, passa a receber vários sentidos de acordo com o sujeito que o observa. Assim este sinal construído de dois segmentos de retas, signo da cruz de madeira, neste caso, poderia ser considerado um símbolo da cristandade com seus infinitos significados.</p>

Fonte: SPINASSÉ, 2009, p.50

Donde, é possível propor algumas assertivas sobre sinal, signo e símbolo. O símbolo estará relacionado à dimensão simbólica do espaço a qual será tratada na próxima seção, a 3.3, deste capítulo 3.

O sinal pode ser entendido como a ativação do espaço para a percepção, ele seria um signo virtual, isto é, que tem potencial de ser um signo. Antes não se percebia agora inicia o processo e a volição semiológica, ele chama a atenção e dá início ao processo perceptivo. Seria a figura distinta do fundo de acordo com a teoria da Gestalt.

O sinal (ou o conjunto de sinais) que é físico se torna signo quando representa um objeto (material ou abstrato, isto é elaborado pela mente) conhecido e tem a capacidade de deflagrar um processo semiótico.

O signo seria um sinal que estimula uma significação, remete a um significado compreendido, ele (re)apresenta um objeto (material ou abstrato) conhecido e remete a um significado “primeiro” que detona um processo de significação ou de semiose.

O signo tem conformidade, remete à forma, à configuração do objeto (material ou abstrato) que representa, ele busca a similaridade, é próximo ao modelo (formal) de qual se originou.

Neste contexto, objeto seria aquilo que o signo representa (material ou abstrato, isto é elaborado pela mente), e configura-se para o signo como o primeiro significado compreendido pela razão ou lógica.

Assim sendo, o signo é objetivo, isto é, remete ao objeto primeiro que o representa buscando o tornar tangível, já o símbolo afasta do tangível e se torna cada vez mais abstrato e aproxima-se do intrapsíquico, da subjetividade e da singularidade.

O signo (ou conjunto deles) se torna símbolo quando recupera a significação da unidade individual psíquica.

Similar à dimensão física, o projetista, ao propor e construir o espaço relativo, se objetiva suprir as demandas humanas, precisa adotar o signos apropriados para que a dimensão objetiva seja significada e compreendida adequadamente para que o espaço seja utilizado pelo seu futuro usuário de acordo com sua função projetada, considerando que esta função foi determinada pelas características humanas de seu provável utilizador, ou seja, que prover as necessidades do futuro usuário do espaço em projeto que o fruirá e, com isso, ter o necessário para conceber uma dimensão objetiva de tal forma que tornaria o uso do espaço facilmente compreensível e racionalmente realizável a fim de garantir a sua existência de forma integral e não o contrário a sua desintegração.

3.3 Dimensão Simbólica – Materialização a partir da afetividade no sentir - *Páthos*

A analogia comunicacional do espaço em projeto que apoditicamente fundou a dimensão objetiva assim como seu elemento o signo e retroafirmou a dimensão física como suporte para o sinal, vai ser considerada e ultrapassada na dimensão simbólica.

A dimensão física tem sua ontologia extra-homem e ela se define pelo que lhe é intrínseco, assim o espaço que é gerado a partir dos seus delimitadores e artefatos contidos e é o suporte dos sinais potenciais signos e símbolos.

A dimensão objetiva se materializa na dimensão física, mas é de natureza diferente, tem gênese no ser humano, na sua mente, nas respostas a estímulos sensoriais, na cognição. Ela define o espaço como um objeto idealístico essencialmente utilitário e, assim, possível de ser expresso pela linguagem e passível de ser usado de forma racionalizada.

A dimensão simbólica, também se vale da dimensão física e da objetiva, mas as excede. Da mesma forma da dimensão objetiva ela advém do homem, mas, diferentemente, define o espaço como uma coisa pela qual seu usuário pode ter sentimentos.

A dimensão simbólica configura o espaço como um produtor de afecção. Então retornemos a Deleuze e a sua explicação do conceito de afecção elaborado por Spinoza:

O que é uma afecção (*affectio*)? Eu vejo literalmente seus olhos fecharem... Tudo isto é muito curioso. À primeira vista, há que ater-se ao texto de Spinoza, isso não tem nada a ver com uma ideia; mas, também não tem a ver com um afeto. Nós determinamos *affectus* como a variação da potência de agir. E uma afecção, é o que? Em uma primeira determinação, uma afecção é isto: o estado de um corpo enquanto sofre a ação de um outro corpo. Que quer dizer isso? "Eu sinto o sol sobre mim", ou bem, "um raio de sol pousou sobre você"; é uma afecção do seu corpo. Que é uma afecção do seu corpo? Não o sol, mas a ação do sol ou o efeito do sol sobre você. Em outros termos, é um efeito, ou a ação que um corpo produz sobre outro, uma vez dito que Spinoza, por razões de sua Física, não crê em uma ação à distância, a ação implica sempre um contato, é uma mistura de corpos. A *affectio* é uma mistura de dois corpos, um corpo que é dito agir sobre o outro, e o outro vai acolher a marca do primeiro. Toda mistura de corpos será chamada de afecção (DELEUZE, 2012, p.10).

Deleuze apresenta esta explicação a partir de um exemplo de Spinoza:

Assim quando olhamos o sol, imaginamos²⁸ que ele está a uma distância aproximada de duzentos pés, o erro que não consiste nessa imaginação enquanto tal, mas em

²⁸ “Chamaremos de imagens das coisas as afecções do corpo humano, cujas ideias nos representam os corpos exteriores como estando presentes, embora elas não restituam as figuras das coisas. E quando a mente considera os corpos desta maneira diremos que ela os imagina” (SPINOZA, 2014, p.68-69). Grifo nosso.

que, ao imaginá-lo, ignorarmos a verdadeira distância e a causa dessa imaginação. Com efeito, ainda que, posteriormente, cheguemos ao conhecimento de que ele está a uma distância de mais de seiscentos diâmetros da Terra, continuaremos, entretanto, a imaginá-lo próximo a nós. Imaginamos o sol tão próximo não por ignorarmos a verdadeira distância, mas porque uma afecção de nosso corpo envolve a essência do sol, enquanto o próprio corpo é por ele afetado (SPINOZA, 2014, p.77-78).

Nesta concepção, a dimensão simbólica é a que apresenta o espaço construído como sendo um corpo que causaria um efeito sobre aquele usuário que o frui. Se esta afecção fizer aumentar ou diminuir, ajudar ou limitar a potência de agir do usuário, este ser humano terá pelo espaço que frui, de acordo com Spinoza (2014, p.98), um afeto e “Ao mesmo tempo as ideias destas afecções”. É nesta relação das afecções, afetos com as ideias que se encontra solo fértil para a ontologia da dimensão simbólica e do símbolo.

Pela explicação de Deleuze sobre Spinoza “O afeto é determinado pelas ideias que se tem, porém, ele não se reduz às ideias que se tem, ele é determinado pelas ideias que se tem” (DELEUZE, 2012, p.9) que se chegou ao símbolo como elemento componente da dimensão simbólica. O símbolo seria a configuração parcial da ideia que determina o afeto, mas que não é capaz de contê-lo, por isto, não significa na plenitude a afecção nem o afeto. O símbolo somente provoca a evocação de seu simbolizado e o afetado o reconhece de uma maneira que excede a sua idealização abstrata, por isto não tem com explicá-lo de uma forma lógica e pela linguagem, pois ativou algo sentido e subjetivo que é de natureza diferente do objetivo.

Por isto, reafirma-se a distinção e inter-relação: o signo é objetivo, isto é, remete ao objeto primeiro que o representa buscando o tornar tangível, já o símbolo afasta do tangível e se torna cada vez mais abstrato e aproxima-se do intrapsíquico, da subjetividade e da singularidade. O signo (ou conjunto deles) se torna símbolo quando recupera o efeito da unidade individual psíquica.

O signo se aproxima de ser símbolo quando se afasta da representação do objeto “primeiro” do material (tangível) e deflagra o processo de afetação colocando seu efeito cada vez mais próximo do ser humano enquanto unidade individual psíquica, passando pela sua representação social, subjetiva, intrapsíquica, espiritual *ad infinitum*, sempre em direção ao imaterial, ao interior do afetado e indo para uma condição humana onde há “Deficiência de meio de expressão, mas proficiência no modo de sentir” (SANTOS, 2007, p.120).

O Símbolo distancia da forma, da sua existência corpórea e se aproxima do seu simbolizador e do efeito singular do interpretante enquanto unidade psíquica e envolve a imaginação a partir da senciência. Busca o ponto de semelhança, por analogia (a meio caminho entre o unívoco e o equívoco), muito mais com algum elemento essencial existencial

do que com forma a qual remete, assim ele se avizinha de onde se tem dificuldade em expressar algo pela lógica racional utilizando a linguagem comum e materializa uma ontologia no modo de sentir.

Neste processo simbólico que se dá por meio do contato com a dimensão simbólica integralizada no espaço como um todo, onde a afetividade predomina sobre a razão, o ser afetado se encontra mais propício ao juízo²⁹ de valor do que ao juízo de existência, pois aquilo que está sentindo naquele instante parece o impressionar sem haja ainda uma lógica racional intelectual, isto é, o indivíduo identifica que está sentindo algo, mas não sabe como explicar.

O trabalho intelectual lógico é de descentração, de separação. A acção abstradora da razão é uma marcha para o objecto, mas na verdade, aparente. À proporção que o sujeito se afasta de si para afirmar o objecto, na verdade ele afirma seus esquemas noéticos³⁰ abstractos, quer intuitivos, já intelectualizado. Por isto a razão trabalha predominantemente com juízos de existência, enquanto a afectividade, pela frônese³¹, é fusionada de sujeito e objecto, porque o esquema afectivo assimila o seu estado, provoca a construção de juízos de valor (SANTOS, 2007, p.144-145).

A impressão *páthica*, no contexto de uma dimensão simbólica integralizada no espaço como um todo e que é viva, se dá pela quebra da indiferença, logo se processa uma “Preferência, prefere isto e pretere aquilo, o que obriga sempre a presença de um valor³², segundo o grau de desirabilidade³³ do estado páthico” (SANTOS, 2007, p.144-145). Esta preferência é afirmada ou negada pelo juízo de valor, o qual, segundo Santos (1965, p. 1388), “Enunciam algo que não se junta nem se tira à existência, nem à essência da coisa” diferente do juízo de existência, o qual “Diz-se de uma coisa o que a coisa é. Enunciam-se as propriedades, atributos, predicados dessa coisa, que permanecem no seu próprio ser”.

Mas um juízo de valor só se efetiva diante do fato, no instante de contato sensível (VAPTO) com o todo simbólico que, neste caso, se espacializa, aqui, e agora, *hic et nunc*. Desta forma, se considerarmos especificamente, só será possível um juízo de valor quando o indivíduo fruir o espaço construído. Fora da fruição deste tempo-espaço o indivíduo se afasta da plenitude da afetação sentida e o símbolo tende a sofrer um arrefecimento, pois penderá à racionalização, logo, estará mais propenso ao juízo de existência que se dá pela abstração.

²⁹ “Na lógica, o juízo é o ato intelectual, pelo qual negamos ou afirmamos uma coisa de outra” (SANTOS, 1965, p.880).

³⁰ Que se realizam por processos do pensamento ou por atividades mentais. Nota nossa.

³¹ “Frônese, ato de saber vivencial, páthico” (SANTOS, 1965, p.510). Nota nossa.

³² Trata-se aqui de valor no sentido de valoração em detrimento do conceito de valorização, onde o primeiro diz respeito à outorga de qualidade e o segundo tende ao adotado no universo da economia de mercado o que implica um valor econômico.

³³ Termo que tem raiz na palavra “desire” que é o étimo “desejo” no idioma inglês e com a essência deste verbe se constitui.

A razão pode racionalizar tais estados, como na verdade o faz, transformando-os em objectos, o que permite assimilá-los aos esquemas abstractos, e os juízos de valor tornam-se, afinal, em juízo de existência, porque ela apenas capta a sua correspondência ao esquema, e não ao estado de afectividade que estes estados provocam (simpathético ou antipatheticos) (SANTOS, 2007, p. 145).

Assim, o símbolo em sua dinâmica só é assimilado pelo ato, isto é somente no momento em que alguém está se relacionando com ele que se pode sentir sua ação, onde, em outro momento, em outra circunstância, tudo pode ser diferente.

Neste contexto entra-se em um universo epistemológico distinto da comunicação e das semânticas (semiótica e semiologia), pois há a priorização dos efeitos da afecção sobre a racionalidade do indivíduo e a representação objetiva do símbolo será sempre parcial e, neste aspecto, a Simbólica nos parece mais adequada ao que se pretende abordar.

Designar-se-á de simbólica o conjunto de relações e de interpretações referentes a um símbolo [...] é também a arte de interpretar símbolos através da análise psicológica, da etnologia comparada, de todos os processos de compreensão [...] que constituem uma verdadeira hermenêutica do símbolo. Também, por vezes, é chamada de simbólica a ciência ou a teoria do estudo dos símbolos, assim como a física é a ciência dos fenômenos naturais, e a lógica é a ciência das operações racionais (CHEVALIER, 2006, p. XX).

Chevalier (2006), usando a lua como exemplo, diferencia a simbólica do simbolismo, dizendo que a primeira “Compreende o conjunto de relações e de interpretações simbólicas sugeridas efetivamente pela Lua, ao passo que o simbolismo visa somente uma propriedade geral da Lua como fundamento de possíveis símbolos” (CHEVALIER, 2006, p. XX).

Outro ponto é que Santos (2007, p.81) afirma que “O pensamento simbólico, em sua eclosão, é de origem genuinamente afectiva [...] e os símbolos tem sua origem no subconsciente” e que “O símbolo só se torna consciente quando a razão já funciona” o que ajuda a ratificar a relação símbolo-dimensão simbólica do conceito afeto e afecção.

A Simbólica se vale do conceito Arquétipo no sentido de "resíduos arcaicos" de acordo com Freud ao qual Jung chamou de "arquétipos" ou "imagens primordiais" (JUNG, 1999, p.67) como premissa estruturante do símbolo e, por conseguinte, da dimensão simbólica.

A Simbólica estruturada pelo Tratado de Simbólica de Mário Ferreira dos Santos (2007), que se apodera da psicogenética³⁴, considera também a dinâmica do meio sobre a formação do homem trazendo um conceito análogo ao arquétipo (esquema mentais) e o

³⁴ “Toda gênese parte de uma estrutura e chega a outra estrutura. Mas, reciprocamente, toda estrutura tem uma gênese” (Piaget, 1999, p.126) veja abordagem sobre psicogenética no item Demanda Mental nesta tese.

relaciona com a dinâmica influência dos estímulos constantes a que o ser humano é submetido. Desta forma de acordo com Santos (2007, p.39), a simbólica estuda:

Os símbolos na atividade mental [...] é uma relação dialética entre os esquemas mentais e a realidade. Os esquemas mentais são as estruturas mentais nas quais a realidade externa interfere, ao mesmo tempo sendo assimilada pelos esquemas e transformando-os, de maneira a adaptá-los para conhecimentos posteriores.

A dimensão física se caracteriza por meio da delimitação do espaço relativo e dos artefatos contidos, produzidos pela utilização de materiais, tecnologias e técnicas da construção; a dimensão objetiva caracteriza-se por seus definidores e pela sua adequação de seu uso proposto a uma lógica compreensível e/ou perceptível; já a dimensão simbólica constitui-se de elementos que impressionam em maior intensidade a afetividade de seu usuário.

O projetista nesta camada da dimensão simbólica deve, então, estar consciente de que o futuro usuário do espaço em projeto tem necessidade de afeto, de alegria, de volição para a força de existir, de potencializar seu agir, ou seja, almeja o *conatus* e, nessa compreensão, precisa encontrar e adotar os símbolos adequados à sua impressão *páthica*, ou seja, para a afetação do provável utilizador que, essencialmente, necessita e deseja existir e se conservar como vivente.

3.4 Síntese: Espaço relativo – Dimensões física, objetiva e simbólica

3.4.1 A dimensão física

É intrínseca, pois se origina no próprio espaço e sua essência é ser meio e suporte para o corpo estar e transitar. Suas características são expressas pelas técnicas, tecnologias e materiais construtivos utilizados na sua construção. Os elementos que a compõem são os delimitadores do espaço e os artefatos nele contido.

3.4.2 A dimensão objetiva

Extrínseca ao espaço, pois vem da mente humana e sua essência é o poder ser significado e ser compreendido. Suas características são expressas pela objetivação idealística de sua função e do seu uso, que são componentes contraditórios, onde, a primeira é imposta

pelo criador do espaço e a outra advém da maneira que o usuário o utiliza. Os elementos que a compõem são os signos contidos no espaço.

3.4.3 A dimensão simbólica

Extrínseca ao espaço, pois vem do sentimento humano e sua essência é o poder ser sentido. Suas características são expressas pela afetividade que o usuário tem por ele. Os elementos que a compõe são os símbolos contidos no espaço.

Será aprofundada no Capítulo 6 a inter-relação da assertiva sobre o ser humano e suas demandas, abordada no Capítulo 2, com a assertiva do espaço como provedor das necessidades do seu usuário, que foi explicitada no Capítulo 3. O foco do estudo destas assertivas tratadas no Capítulo 2 e 3 desdobra-se em questões as quais os projetistas se propõem a equacionar pela produção do espaço, pois está no universo de sua atuação, que será abordado no Capítulo 5, e não no cuidar do homem que é campo de trabalho de outras disciplinas.

4. A FELICIDADE: UMA DEMANDA AFETIVA DO SER HUMANO

Na construção desta tese, no momento que a temática sobre felicidade era apresentada, no geral, as abordagens observadas que foram recorrentes podem ser reunidas por meio de dois questionamentos centrais predominantes.

Os “não cientistas” (pessoas comuns) em sua grande maioria pediam com euforia a receita da felicidade e os “cientistas” (docentes, discentes, pesquisadores e especialistas, em especial do meio acadêmico) exigiam uma definição, um conceito, uma objetivação e perguntavam com veemência “Mas, de qual felicidade se está falando?”

No entanto, parece natural que o pragmatismo concreto do senso comum e o universo das ciências queiram se apropriar do saber sobre esta temática, pois é quase um axioma afirmar que o ideal máximo dos seres humanos hodiernos é atingir a felicidade plena, o qual incluem os “cientistas” e “não cientistas” indiscriminadamente.

A quantidade de literatura em prosa e verso, de roteiros de histórias que se destinam à interpretação quer seja no teatro, cinema ou na televisão com a temática da felicidade é enorme. As promessas de prescrições de autoajuda com este fim abundam nas livrarias e bancas de revistas e engordam financeiramente o mercado editorial em grande parte do planeta. E, mesmo neste momento aonde a tecnologia chegou a um avançado patamar, a expectativa de vida aumenta e os recursos materiais estão à disposição da humanidade, este estado de gozo e paz sempre prometido ainda é desejado e perseguido pelas pessoas, grupos sociais e até governos de países.

Vale ressaltar que mesmo diante desta observação sobre a busca da felicidade, a seção que se desenrola não trará a construção de um receituário com a cura hedonista ou mesmo uma regra eudaimônica e nem admoestações para a humanidade, muito menos tem a pretensão de elaborar uma unívoca e substancializada existência epistemológica da palavra felicidade, mas tentará contemplar de alguma forma estes dois pontos questionados um pelos “cientistas” e outro pelos “não cientistas”.

Sempre é bom lembrar que o lastro conceitual aqui organizado tem fins operacionais à construção da elaboração da proposta da esquematização de um dispositivo de apoio ao ato projetual que leva em conta a afetividade humana onde, para tanto, apropriou-se da felicidade como amostra de um ente afetivo.

A felicidade será abordada como exemplo, trataremos uma reflexão sobre a parte do universo em que ela está inserida e sua possível materialização através do arranjo das inter-

relações de três elementos: o (1) ser humano, o (2) espaço construído e o (3) ato projetual. Interconexão que não deve, necessariamente, estar nesta ordem e nem ter a configuração em formato linear.

Sendo assim, ao considerarmos operativamente o ser humano em uma concepção a partir de suas demandas (corpóreas, mentais e afetivas) se possibilita uma relação com a felicidade. A felicidade circunscrita em algo subjetivo a se alcançar para a manutenção da vida em sua singularidade e para a preservação da existência humana é o que se configura.

McMahon (2006) inicia seu livro “Felicidade uma História” citando Kant “O conceito de felicidade é tão indeterminado que, embora todo mundo queira alcançar a felicidade, nunca se consegue dizer de forma definitiva e coerente o que é que realmente deseja e quer” (KANT, 2002 apud MCMAHON, 2006, p.11) e, com esta citação e outras, relata como é difícil lidar com esta “coisa” no campo epistemológico.

No entanto, alguns fragmentos da felicidade podem ser lançados nesta compreensão conceitual especialmente em torno de algo pretendido e desejado por alguém, por vários e, até, por todos, de acordo com maneira de cada um, ao qual aqui se recorta.

É recorrente a afirmação que “Os grandes filósofos da Antiguidade dedicavam-se à filosofia como caminho que conduz à felicidade” (AGOSTINHO, 1998, p. 112), isto é, configura-se numa rota que leva a uma meta almejada a um bem supremo: “Tanto as ações humanas quanto os ‘fins-bens’ particulares para os quais tendem, subordinam-se a um ‘fim último’. Este ‘fim último’ é o ‘bem supremo’ que os homens sensatos concordam em chamar de ‘felicidade’” (AGOSTINHO, 1998, p. 112-113).

A busca pela felicidade é uma premissa basilar no caminho construído pelo pensar humano visando a aquisição desse “bem supremo”. Na gênese da filosofia ocidental Platão já selava esta assertiva quando expressou: “Não desejamos, nós todos, homens, sermos felizes? Ou esta seria, talvez, uma daquelas perguntas que se faz num instante temeroso e que provoca o ridículo? Na verdade, é mesmo uma coisa definitivamente louca considerar tal pergunta. Quem não quer ser feliz?”³⁵. Esta pergunta retórica parece demonstrar que para Platão o fato de desejar o “bem supremo” seria uma condição *sine qua non* à felicidade.

Essa ambição que é necessária à felicidade é contumaz, Lenoir diz “Muitas vezes se afirmou que a aspiração à felicidade é o que há de mais universal.”, e continua, “A coisa mais venerável no mundo, a mais ouvida, a mais explicada, a mais constante, não é apenas que

³⁵ Livre tradução do texto original em espanhol “¿No deseamos acaso todos nosotros, hombres, ser dichosos? ¿O es ésta, tal vez, una de aquellas preguntas que hace un instante temía que provocaran el ridículo? En efecto, es sin duda cosa de locos plantearse siquiera semejante cuestión. ¿Quién no quiere ser dichoso?” (PLATÓN, 2017, p. 13)

queremos ser felizes, mas que queremos ser apenas isso” (LENOIR, 2016, p. 39). Vejamos a seguir algum dos enunciados que corroboram com isso.

É possível ler a afirmação relacionada à ideia de ir ao encontro do algo cobiçado em Malouf (2014) quando ele traz a felicidade na sua forma mais elevada, enquanto prática de virtudes inatas ou adquiridas com sabedoria, defendidas pelos aristotélicos, epicuristas e estoicos e a compara com as assertivas das sociedades desenvolvidas de hoje, que por sua vez consideram a felicidade como “[...] uma condição que todos aspiramos e da qual, seja qual for o lugar da sociedade, consideramos ter o direito de desfrutar” (MALOUF, 2014, p. 16).

Ainda, se levarmos em conta a civilização ocidental em função da cronologia, como faz McMahon (2006), temos a felicidade em dois momentos marcantes, onde o iluminismo é o limítrofe entre eles. A partir do iluminismo a felicidade passa a ser “Um direito humano natural atingível, em tese, por qualquer homem, mulher ou criança” (MCMAHON, 2006, p.28) em oposição ao tempo anterior onde a humanidade tinha um “Estado-padrão” no qual a felicidade era um “presente de Deus”, ou “golpe do destino”, ou uma “recompensa por um comportamento excepcional”.

Mas, mesmo que esta condição pós-iluminista coloque o ser humano em um paradoxo, onde a busca da felicidade pode causar a própria ruína, gerada pela conflituosa “Sensação de direito e expectativa” (MCMAHON, 2006, p.30) da qual advém a responsabilidade individual em alcançá-la, que outrora era de Deus, do acaso, ou somente como um prêmio pelo heroísmo, sempre se configura como algo desejável.

Em análise crítica ao texto da declaração da proclamação da independência dos Estados Unidos da América, escrito por Thomas Jefferson, Malouf (2014) cita “Consideramos estas verdades como sagradas e inegáveis que todos os homens são criados iguais, dotado pelo Criador de certos Direitos (inerentes e) inalienáveis, entre os quais estão a Vida, a Liberdade e a procura da felicidade” (MALOUF, 2014, p. 22), mas uma vez há uma relação da felicidade com uma forma de rastreio, agora como diretriz à conduzir os rumos de uma nação. Neste contexto a felicidade seria “Como algo que se deveria obter, e não como uma dádiva que pudesse ser encontrada facilmente” (MALOUF, 2014, p. 47), e mesmo que sejam, neste caso, antagônicos os verbos “obter” ou “encontrar” ainda indicam ações do adquirir pra si.

Do mesmo modo, se a felicidade pode ter sentido ligado ao desejo e/ou a necessidade do ser humano, ela poderia ser um produto, produzido, valorizado, comercializado e, consecutivamente, consumido, logo seria uma mercadoria. Focado neste aspecto mercadológico e no hiperconsumo, Lipovetsky (2007) conduz-nos, a partir da perspectiva do

consumo, a uma lógica deste “direito e expectativa” acerca da felicidade, onde a máquina econômica move-se para produzir aquilo que atende aos desejos e necessidades dos consumidores e, ao mesmo tempo, cria a possibilidade de desapego pela consciência da contingência material “sempre mais, sempre novo” (LIPOVETSKY, 2007, p.25) que desemboca no “hiperconsumo”. A sociedade que se alicerça com esta fundação é erigida para abrigar o “Honus consumericus” “Uma espécie de turbo consumidor desajustado, instável e flexível, amplamente liberto das antigas culturas de classe, imprevisível em seus gostos e suas compras” [...] “à espreita de experiências emocionais e de maior bem estar, de qualidade de vida e de saúde, de marcas e de autenticidade” (LIPOVETSKY, 2007, p.14) e também altamente individualista que pode “comprar” a felicidade em uma loja de um shopping center ou em uma empresa do mercado imobiliário.

Para “ter” algo desejado que não seja tangível se faz necessário um ser que sente para “tê-lo”. Esta condição humana de sentir e sua relação à felicidade é abordada por Peter Singer, a qual ele denomina de senciência, onde o ser senciente seria aquele “Capaz de sofrer ou de experimentar fruição ou felicidade” (SINGER, 2002, p.54). Singer constrói esta conceituação a partir da afirmação de premissas opostas, pois para o filósofo australiano “A dor é ruim”, e prossegue, “A título de dor, eu incluiria aqui todos os tipos de sofrimento e de aflição. [...] a dor, em si mesma, é um coisa ruim. [...]” e em seguida contrapõe, “Por outro lado, prazer e felicidade são bons, não importa de quem sejam, embora possa estar errado fazer algo para obter prazer e felicidade se, por exemplo, ao fazê-lo prejudicamos aos outros” (SINGER, 2002, p.11).

Com efeito, a partir deste desejo de obter o “bem supremo”, a existência da felicidade enquanto ente pode ser considerada um postulado, porque, mesmo sem uma demonstração racional unívoca, sua ontologia se baseia ou se fundamenta na possibilidade afetiva, isto é, é plausível que alguém já tenha sentido ao menos o desejo de ter a felicidade ou de ser feliz, ou mesmo seu oposto, a dor ou o sofrimento, independente da expressão de uma abstração objetiva unívoca devidamente explicitada e inteligível que defina este termo.

Assim sendo, a felicidade parece abarcar um complexo conceito que envolve potencialmente os sentimentos humanos que pode ter relação aos outros e, também, com as coisas e, por isto, pode se configurar como ente tangível da afetividade.

Como desenvolvido na seção que aborda o ser humano e suas demandas, no capítulo 2, ficou explicitado que a natureza do corpo humano insiste em mantê-lo vivo, com saúde e bem-estar, e em condição de compreender racionalmente os estímulos que lhe impressionam. De forma análoga, enquanto vivo e sensitivo, no ser humano predomina sua inclinação à

felicidade e não à dor e ao sofrimento, que seria o seu oposto. No caso do contrário, isto é na manifestação do querer a dor e o sofrer, a dissonância cognitiva³⁶ seria uma causa a se investigar.

Desta forma, a felicidade pode ser considerada uma demanda afetiva do ser humano, o que é tratado no capítulo 4, pois ele prioritariamente não quer ter dor nem sofrimento para si mesmo. Ampliando o universo individual é possível conceber que esta ideia “É bastante generalizada: as pessoas não querem sofrer” (SINGER, 2002, p.392), podemos concluir que, de forma genérica, o seu oposto, a felicidade, seria o que se quer, logo uma demanda afetiva.

No entanto, o ser humano enquanto senciante está sujeito à tensão entre a felicidade e o seu oposto, a dor ou sofrimento. Esta intensidade não é medível, pois é intuitiva e depende de quem a sente. Ela não tem dimensão métrica, pois não é possível comparar as intensidades sensitivas do sentido deste com aquele outro e generalizar em um sistema métrico com unidade definidas. A intensidade vivida nos cinco minutos que precedem ao enforcamento por um condenado à morte é diferente do sentido por um apaixonado que aguarda cinco minutos para chegada de sua amada. Estas realidades temporais não podem ser comparadas, mesmo que com o relógio seja possível contar e identificar que cinco minutos do condenado e do amante seja a mesma quantidade de tempo.

O étimo intensidade aqui utilizado é especializado. A intensidade se constitui em um termo que junto com a extensidade “Depois de tantos séculos, vêm servir para denominar uma série de fatos da experiência científica” (SANTOS, 2010, p. 175). Segundo o filósofo Mario Ferreira dos Santos (2010) “Os conceitos de extensidade e intensidade encontraram na ciência moderna novos meios de aplicação e, graças a eles, pode ela penetrar em campos inexplorados” e cita como exemplo desta utilização “Os temas do tempo e do espaço e das visões gerais do mundo de Albert Einstein (1879-1955), de Willem de Sitter (1872-1934), de Georges Lemaitre (1894-1966) e outros” (SANTOS, 2010, p. 178).

Especialmente em relação à intensidade o filósofo brasileiro reconhece:

Têm dificuldades imensas os filósofos e dicionaristas para definir a intensidade. E a razão é que definir é comparar, é medir, e a intensidade, por seu próprio caráter, afasta-se da definição, não é apreensível por uma definição. Desta forma, esse conceito só se esclarece pela intuição e por uma vivência (SANTOS, 2010, p. 176).

³⁶ Dissonância Cognitiva (teoria de Leon Festinger) - O comportamento ou a expressão da opinião de alguém que é contraditório com aquilo que realmente pensa, acredita ou estaria em desacordo com que seria o seu comportamento esperado ou habitual, em relação aos estímulos provenientes do meio ambiente ao qual estaria inserido. Em decorrência, este modo de pensar e de proceder é apresentado como algo coerente e aceitável, pois se justificaria por uma lógica racional adequado ao fato.

E, assim sendo, só recorrendo na íntegra ao texto de Mario para um contato pormenorizado com esta temática e ao penetrar e vivenciar seus meandros, quiçá, a intuição do leitor seja ativada e um esclarecimento amplificado apareça.

No entanto, por fragmentos tentemos uma ontologia. Elucida Santos (2010) que etimologicamente o termo “tensão” no sentido “tender para” é comum a extensidade e a intensividade o que difere é o prefixo “ex” e “in”. “Ex” tender para fora e “in” tender para dentro. São direções inversas da tendência. A extensidade é voltar-se para fora (força centrífuga), logo tende para o objeto e chega-se ao “Conceito-objeto”. Por sua vez a Intensidade volta-se para dentro (força centrípeta), isto é direcionar-se para o sujeito e dá no “Conceito-sujeito”.

O objeto pode ser medível, o subjetivo não. Mario parafraseia Kant dizendo que “Uma grandeza é extensiva quando a representação das partes torna possível a representação do todo” (SANTOS, 2010, p. 176). A extensão deste livro enquanto conceito se materializa ou continua em algo que tem comprimento, largura e profundidade e que poderá referir-se a outro objeto que tenha forma semelhante e que também poderá ser nomeado como livro, pois tem as mesmas características do anterior. Estas dimensões objetivas são definidas por unidades métricas que são independentes dos objetos aos quais mensuram, podem medir este livro ou aquela mesa.

Por outro lado, poderemos ter uma unidade deste livro, duas ou várias. Ao juntar uma unidade deste livro a outra unidade deste livro, teremos duas unidades e se reunirmos a mais uma unidade deste livro somaremos três e assim por diante. Desta forma, a extensidade tem um caráter quantitativo pela possibilidade por ser “Sintetizador, que implica sempre uma grandeza, uma operação, desenvolvendo-se em extensão na realidade, enquanto a intensidade se desenvolve em intensidade, em si, em separação em distinção em análise” (SANTOS, 2010, p. 177). E conclui Santos “Nós *sentimos* mais a intensidade, mas *sabemos* mais da extensidade, por isso essa é mais definível que aquela” (SANTOS, 2010, p. 177).

No artigo “A felicidade está nos números” Leonardi (2016) apresenta o desenvolvimento pelos pesquisadores da Universidade College London de “Uma fórmula para prever matematicamente o nível de felicidade de uma pessoa” (LEONARDI, 2016). No relato se pode ver que a “fórmula matemática” da felicidade proposta é uma tentativa de quantificar, isto é apresentar pela extensidade a felicidade, no entanto ela é, predominantemente, qualitativa ou intensiva.

A qualidade não se vê intrinsecamente. Vemos coisas amarelas, mas não o amarelo (que é um conceito). Assim, podemos ver pessoas felizes, mas não a felicidade (que é apenas

um conceito). Na quantidade, o crescimento aumenta; na qualidade, não. “Um verde mais um verde não formam duas vezes verdes, enquanto uma medida quantitativa e outra medida igual forma duas” (SANTOS, 2010, p. 207).

“Eles desenvolveram uma fórmula para prever matematicamente o nível de felicidade de uma pessoa” (LEONARDI, 2016), pois mede o grau daquele indivíduo, mas ao contrário do que é dito no texto “As variáveis desse cálculo” não podem nos ajudar “A entender quais são os fatores determinantes para que alguém seja feliz”, pois este é um aspecto intuitivo, subjetivo e, consecutivamente, qualitativo, que só pode ser entendido pela análise individual.

Se fosse comparado o resultado do grau numérico de felicidade de um indivíduo com outro, a relação estaria nos números (quantidade) e não na qualidade, pois seria como comparar uma mesa com um livro, que tem qualidades diferentes, mas que poderia ser comparado pelo peso ou pelas suas medidas, que são quantitativas e abstratas, pois são convenções da mente humana e não própria dos objetos.

Por esta lógica, se a intensidade do que se está sentindo pender para a vida e não para seu inverso, a dor e o sofrimento, o ser sensitivo que a sente tenderá para a felicidade e, assim, estará propenso a continuar sentido o que está sentido. Então, a felicidade seria a nomeação do estado humano propiciado por uma intensidade de sensações que o indivíduo quer continuar sentindo.

5. PROJETAÇÃO COMO INFERÊNCIA

Continuando seguindo a linha de lançar sumariamente as temáticas e, subsequentemente, fazer uma inter-relação entre os conceitos provenientes da análise que fornecem concepções operativas que mediam a argumentação lógica desta tese. Mais uma vez, não há a pretensão nem necessidade de impor ontologias, substâncias e conceito unívocos ou universais, nem, muito menos, menosprezar as que já existem, aqui eles serão termos mediadores para um raciocínio lógico.

Nas circunstâncias propostas até então de um homem-usuário que sua ontologia está em suas demandas corpórea, mental e afetivas, inter-relacionado com o espaço-finalidade que existe e se qualifica nas dimensões física, objetiva e simbólica, a projeção será vista no contexto da relação causa-efeito. Onde o efeito seria o iminente atendimento e provisão das demandas corpóreas, mentais e afetivas no momento da fruição do futuro usuário do espaço construído e a causa seria a projeção e a produção das dimensões física, objetiva e simbólica do espaço em consonância com as necessidades de seu potencial utilizador previamente identificadas.

Vale ressaltar que este é um processo dinâmico, onde o ambiente influencia o usuário que o frui da mesma maneira que o comportamento do utilizador reforça ou define uma forma diferente de uso do espaço. Essas mudanças seriam provenientes de novas demandas ou por aquelas que não foram contempladas no projeto e, consecutivamente, no espaço construído, o que motiva um novo ato projetual, conseqüente construção e subsequente uso, *ad infinitum*.

Na projetualidade, os dois elementos essenciais entrelaçados que integram: homem-usuário e suas demandas e o espaço-finalidade nas dimensões física, objetiva e simbólica geram um ente duplo composto pelo problema e a solução que se juntam aos primeiros.

A recorrência da relação problema-solução na literatura a ratifica como algo inerente ao processo projetual. Citemos algumas: Lawson (2011, p. 26) afirma “Antes que possamos estudar adequadamente como pensam os projetistas, precisamos desenvolver um entendimento melhor da natureza e das características dos problemas e soluções dos projetos”. Kowaltowski diz “Não há um método único para resolver os problemas, pois cada caso é único e precisa de soluções específicas” (KOWALTOWSKI et al. 2011, p.21)³⁷, Elvan Silva escreve “O projeto arquitetônico pode, provisoriamente, ser descrito como uma proposta de solução para um específico problema de organização do entorno humano” (SILVA, 1998,

³⁷ Grifos nossos

p.35)³⁸. Vianna se referindo ao design enquanto projeto fala “O designer sabe que para identificar os reais problemas e solucioná-los de maneira mais efetiva é preciso abordá-lo sob diversas perspectivas e ângulos” (VIANNA, 2012, p.13)³⁹.

Nesta lógica, a projeção, como conceito operativo, seria o ato intelectual de um indivíduo ou grupo de indivíduos que objetiva a proposição de soluções e alternativas espaciais para atender às necessidades daqueles seres humanos que utilizarão o espaço em projeto, logo é um processo mental.

Enquanto ato processual intelectual, por analogia, pode-se afirmar que a projeção é uma inferência, isto é, é uma operação intelectual ou processo mental por meio do qual, partindo de determinadas premissas, por implicação, chega-se a determinadas conclusões que apontarão as orientações e diretrizes apropriadas para se construir o espaço.

Mas o foco no que diz respeito ao processo projetual, aqui, não se atém ao desenvolvimento da habilidade de projetar que tanto almeja o arquiteto e urbanista, nem em propor um método universal, mas centrar-se no entendimento e numa possível ontologia do encadeamento que é não linear, do ir das causas ao efeito, ou do efeito às causas, circunscrito no campo intelectual da projetualidade, logo uma inferência. Mais precisamente o alvo está em identificar o possível ponto de conexão entre a esquematização de um dispositivo de apoio ao ato projetual que leva em conta a afetividade, ao qual se busca aqui lançar as bases, em relação ao processo de projeção do espaço com um todo integral, o que será feito em capítulos posteriores no decorrer desta tese.

Sendo assim, alinhou-se em descobrir e entender primeiro sobre o corpo da projetualidade para em seguida, nos capítulos que se seguem, verificar onde o dispositivo que se estuda pode ser conectado.

Neste caminho em busca da relação da projetualidade com a inferência encontrou-se com Lawson que afirma que “Uma das dificuldades essenciais e fascinantes de projetar é a necessidade de adotar tantos tipos diferentes de pensamento e conhecimento” (LAWSON, 2011, p. 24-25) e continua dizendo que os projetistas “Tem de avaliar a natureza tanto da arte quanto da ciência e, além disso, ter capacidade de projetar” (LAWSON, 2011, p.25). Duas naturezas distintas que são vistas como beligerantes, mas que podem ter seus *status* alterados para cooperativas no ato de projetar. Esta mesma abordagem encontramos, também, em Kowaltowski et al. (2011, p.12) que nomeia a dupla e indica a contenda “A razão e o ideal do projetista brigam pelo controle do projeto” (KOWALTOWSKI et al. 2011, p.12).

³⁸ Grifos nossos.

³⁹ Grifos nossos.

Quando Lawson coloca os “tipos diferentes de pensamento e conhecimento” e arte e a ciência e Kowaltowsk a “razão e o ideal” cada um apresenta uma dupla de aspectos que estão no campo da projeção e, desta forma, estão necessariamente ligados ao encontrar as soluções, isto é, as conclusões. Esta dupla de fatores, como aponta Lawson, são de naturezas diferentes, mas não disjuntos, são interconectados e inter-relacionados na esfera da projetualidade espacial.

De um lado há algo ligado à intuição, ao sensitivo, à germinação, à prenhez, ao ato criador, à invenção, a heurística, à imaginação, à iluminação, ao estalo, à luz, ao “insight”, à apofântica, ao juízo perceptivo, enfim, à clareza súbita na mente e no intelecto de um indivíduo e, desta forma, essencialmente da subjetividade humana e que só é expressa por sua enunciação. A tendência para a instabilidade, à variação, à tensão, a uma graduação de afetação, está na essência deste algo. A esfera da projeção, que aqui está inserida, direciona-se ao universo ontológico na busca do ôntico ou ao nada absoluto, pois a arte é ato e não potência, diz Aristóteles a Nicômaco.

Noutro flanco há algo que é conexo à confirmação, à objetivação, à representação, à comprovação, ao raciocínio lógico, à argumentação, à validação. Que, também, é subjetivo, mas que tem potencial de ser intersubjetivo, pois parte de um ser, de uma hipótese, de uma ideia, de algo expresso, dito, posto, diagramado, esquematizado, desenhado, tridimensionalizado, para poder ser avaliado, verificado, comparado, experimentado, observado e racionalizado, logo é possível de ser comunicável, de se tornar comum. Em sua essência há a propensão à estabilidade, à estruturação, à fundamentação. Sua natureza é do tipo reflexiva, isto é, que reflexiona ou pondera sobre alguma coisa, onde esta coisa seria algo que existe, para que dela se tire conclusões de forma intelectivas a ponto de serem adotadas como sentenças válidas ou aceitáveis, o que na esfera da projetualidade seriam as soluções propostas e suas respectivas justificativas.

Estes dois fatores do campo da projetualidade são atividades ou operações mentais, são processamentos no pensamento e estão interligadas ao caminho das conclusões e soluções, logo são inferências que se entrelaçam. Se um aspecto prevalece sobre o outro haverá um descaminho projetual, por exemplo, isoladamente um poderá levar ao “culto ao indivíduo” que domina uma “arte individual” e que não deve “ser regularizada e controlada” (LAWSON, 2011, p. 35), logo o espaço pensado será refém e produto da idiossincrasia do artista. O outro fator, uma vez disjunto, tentará buscar um padrão generalizador, que é típico da ciência, e é “Improvável que as questões de configurações e organizações gerais” sejam “Consideradas ao mesmo tempo que o detalhamento” esse padrão pode esconder o

“Significado natural do problema e impõe ao projetista um modo estranho de trabalhar” (LAWSON, 2011, p.81) mas, que é normal para um cientista. Donde, a desconexão desses fatores na projetualidade tende à produção de uma característica viciosa ao processo, o que poderá influenciar, significativamente, na deformação da proposição espacial apresentada como solução, uma vez que a maior importância na hierarquia decisória de um tende ao universo subjetivo do projetista e do outro ao padrão estabelecido pela razão, onde, ambos, podem ser diferentes e até opostos das demandas humanas do futuro usuário do espaço em projeto o que potencializa a distorção formal.

A dificuldade é que o processo intuitivo gerativo está tradicionalmente ligado à arte e não à ciência, onde esta última tem em seu bojo a sistematização do conhecimento e que reluta em trazer a primeira ao campo epistêmico enquanto processo de inferência, pois o universo da arte tem em seu ato o caráter iminentemente subjetivo e singular, logo não padronizável e não generalizável que é típico da ciência. A tensão se caracteriza e para evitar uma possível polarização é preciso um diálogo entre as partes, um devir generativo, uma dialética.

É comum de se utilizar o termo “a ciência comprova” para tornar uma afirmação em uma “verdade” irrefutável, pois como a ciência é objetiva e padroniza afirmações a partir da observação da repetição de um padrão em uma quantidade aceitável estatisticamente e, quando devidamente referendada por aqueles que têm o poder de fazê-lo, se tem à mão um impenetrável escudo epistemológico, e às vezes até espada, para o enfrentamento das ideias que provem da “mera” intuição humana, sem uma comprovação, é uma simples opinião, só uma “*doxa*”.

Mas “A razão de *per si* não cria”, diz Santos (1961, p.55) e continua explicando que “Fundada na intuição intelectual generalizadora, é a razão sintetizadora, e, ademais lhe falta o mais profundo papel *poiético*, criador”. E paradoxalmente uma hipótese, donde parte a dedução e regressa a indução, tem um nascer no homem, tem uma germinação intuitiva, um abrolhar do perceber, do discernir, do pressentir as coisas, aquilo que é independente de raciocínio ou de análise.

Apesar de ter a intuição gerativa em seu cerne, o que se tem mais valor na ciência é o que ela prova e como o faz. Já nas artes e na projetualidade é o inverso, a inventividade, a heurística⁴⁰ prevalece. Porém, na projetualidade a coisa precisa ser construída e ser habitável

⁴⁰ Heurístico origina-se no grego *heuriskô* e tem sentido de descobrir, achar, investigar. “É um método de invenção, de descoberta que, de certo modo, se alia ao método apofântico, que é um método de iluminação e de descobrimento de ideias, já contidas em outras” (SANTOS, 1965, p.767).

para poder existir e, isso, demanda a comprovação prévia da sua viabilidade em todos os aspectos, fato que se funda na razão, o que a leva a projeção de volta para o outro prisma lógico e sintetizador. Urge o diálogo, para o entendimento, intencionando um consenso, mesmo que seja circunstancial.

Mas algo já está acontecendo. O “Design Thinking”, idealizado por Tim Brown presidente da Ideo⁴¹, é uma espécie de doutrina ligada ao âmbito a projetualidade que em suas premissas assume um processo intuitivo gerativo ligado ao raciocínio lógico, onde o:

Design Thinking se refere à maneira do designer de pensar, que utiliza um tipo de raciocínio pouco convencional no meio empresarial, o pensamento abduutivo. Nesse tipo de pensamento, busca-se formular questionamentos através da apreensão ou compreensão dos fenômenos, ou seja, são formuladas perguntas a serem respondidas a partir das informações coletadas durante a observação do universo que permeia o problema. Assim, ao pensar de maneira abduativa, a solução não é derivada do problema: ela se encaixa nele.

Não se pode solucionar problemas com o mesmo tipo de pensamento que os criou: abduzir e desafiar as normas empresariais é a base do Design Thinking. É pensando de maneira abduativa que o designer constantemente desafia seus padrões, fazendo e desfazendo conjecturas, e transformando-as em oportunidades para a inovação. É essa habilidade, de se desvencilhar do pensamento lógico cartesiano, que faz com que o designer se mantenha “fora da caixa” (VIANNA, 2012, p.13-14).

Neste texto de Vianna (2012) que aborda o design thinking, há uma referência, mesmo sem uma explicação detalhada, à “maneira abduativa” que o projetista utiliza para “se desvencilhar do pensamento lógico cartesiano, que faz com que o designer se mantenha “fora da caixa””, por conseguinte diferente do padrão ou de premissas consolidadas e, devidamente, comprovadas no meio científico hegemônico na contemporaneidade onde, segundo Morin (2015, p.54) “A imaginação, a iluminação, a criação, sem as quais o progresso das ciências não teria sido possível, só estavam na ciência secretamente: elas não eram logicamente identificáveis e epistemologicamente eram sempre condenáveis”.

Esta “maneira abduativa” se refere ao raciocínio lógico de Peirce ao qual Ghizzi (2006) trata com maestria ao fazer uma análise da presença do raciocínio Dedutivo-Diagramático no processo projetivo em arquitetura.

Ghizzi (2006) compara os croquis ou os primeiros desenhos elaborados pelos projetistas no ato projetual com o diagrama⁴². O diagrama é um elemento de representação imediata do juízo perceptivo que integra o raciocínio lógico que Peirce (2005) chamou de

⁴¹ Ideo é uma empresa internacional de design e consultoria em inovação, fundada em Palo Alto, Califórnia, em 1991.

⁴² “Diagrama que se faz para representar as relações entre as ideias abstratas ou os fatos não perceptíveis” (SANTOS, 1965, p.651).

semiótica, que considera a intuição gerativa, a reconhece, a aceita e passa a utilizá-la no processo da inferência. Na concepção peirciana onde “O raciocínio divide-se em três tipos, Dedução, Indução e Abdução” (PEIRCE, 2005, p.215), a objetivação ou a representação diagramática ou, especificamente, os croquis dos projetistas, seria uma espécie de hipótese estruturada e formalizada deste juízo perceptivo que é fruto da inferência dedutiva, sujeita inferência dedutiva e até a indutiva que Ghizzi (2006, p.116) explica assim:

Uma ideia associada aos argumentos em geral é que eles buscam (tendem para) a acolhida de suas conclusões como uma verdade. Em vista disso, as características particulares de cada modo de raciocínio determinar o seu significado podem ser assim resumidas: (1) o raciocínio **abduativo** faz associação de ideias por similaridade, como o signo icônico, daí sua conclusão não poder ser mais que (ou necessário) constrói um argumento de necessidade, relativamente àquela hipótese abstrata, de tal modo que havendo tal coisa no universo, uma outra coisa (sua conclusão) é necessariamente verdadeira: sua conclusão é o tipo de verdade e uma possibilidade (de verdade ou não), uma hipótese abstrata; (2) o raciocínio **dedutivo** limitado ao estado de coisas ou fatos contidos na premissa, independente de correspondência com o mundo real, embora já contenha, virtualmente, as consequências daquele estado de coisas para uma experiência possível; (3) a **indução**, ou argumento “transuasivo”, que consiste em comprovar ou refutar, por meio da experiência aquilo que está virtualmente previsto da dedução. Pode afirmar a verdade ou falsidade da ideia.⁴³

Assim sendo “O modo de agir por meio de diagramas é caracterizado como sendo próprio do raciocínio dedutivo, também chamado de raciocínio diagramático” (GHIZZI, 2006, p.115) que parte de uma hipótese que existe primitivamente em um esquema mental e ontologicamente no diagrama, logo se denota sua potencialidade heurística que antecede ao raciocínio lógico e almeja uma inferência.

Com as mesmas bases intuição gerativa esquematizável e diagramável que é sucedida pela razão sintetizadora, o filósofo brasileiro, pouco conhecido, chamado Mario Ferreira dos Santos, funda a filosofia concreta, na década de 1950⁴⁴, e a alicerça em um raciocinar ontológico e um outro raciocinar lógico, onde “A dialética ontológica não repele a lógica, não a nega, não a abandona. Mas torna-a aposteriorística; ou seja, só aceita e emprega o raciocínio com juízos lógicos, depois de os haver devidamente fundado ontologicamente” (SANTOS, 1965, p.1193).

Mário Ferreira dos Santos em sua obra fundadora “Filosofia Concreta, Tomo 1º da Enciclopédia de Ciências Sociais” explica:

⁴³ Grifos nossos

⁴⁴ No ano de 1957 foi publicado a 1ª edição do livro Filosofia Concreta, Tomo 1º da Enciclopédia de Ciências Sociais de Mário Ferreira dos Santos, que traz o termo Filosofia Concreta e sua conceituação.

Não se pode negar o extraordinário papel que cabe à instituição da apofântica (iluminadora) na filosofia. Os irracionistas são positivos em suas afirmações e a favor das intuições apofânticas e criadoras, e também o são quando estabelecem restrições ao papel da razão, como ela é concebida na filosofia moderna pelos racionalistas. E fazemos essa distinção, com intuito de evitar confusões tão costumeiras, pois a *rationalistas*, em sentido lato, é o entendimento, o conjunto da faculdade cognoscitiva intelectual, em oposição à sensibilidade, o que, naturalmente, inclui a intuição apofântica, que não é de origem sensível, mas intelectual (SANTOS, 1961, p.55).

Mas o método de raciocínio lógico, semiótica, de Peirce difere-se da filosofia concreta de Mário, pois na primeira se faz uso da inferência abdução que diante o juízo perceptível e decide pelo pragmatismo para dar a melhor justificativa de seu diagrama à inferência dedutiva, já Mário propõe que a intuição apofântica seja ontológica.

Quando alcançamos uma situação ontológica, ela exige, necessariamente, uma só resposta, ela é, por si mesma, esclarecedora, ela se apresenta nua à intuição intelectual do entendimento. É o que se vê em face das teses demonstradas. Não há propriamente dedução nem indução; há *revelação, desnudamento, desvelamento*. A necessidade ontológica *ressalta, exhibe-se*, e ela mesma *inaugura* a descoberta pelo espírito do homem. É o rigor ontológico, é o logos do ontos examinado, que esplende, que ilumina o que estava oculto (apô-phaos). Nosso trabalho é, então, apenas intuitivo-apofântico, e a racionalização processa-se a *posteriori* (SANTOS, 1961, p.56).

Sendo assim, podemos considerar que as decisões que o projetista deve tomar durante a projetualidade é similar à inferência quer seja ela alinhada com a semiótica, com a filosofia concreta ou a outra que seja possível ou que já exista.

Mas, especificamente, em relação ao Homem-Espaço (Homem-Demanda [copórea-mental-afetiva] e Espaço-Dimensões [física-objetiva-simbólica]) é possível traçar um diagrama que represente a projeção como inferência por meio de um hexagrama sistêmico, apresentado na figura 03, onde seus entes seriam a dupla Homem-Espaço citados acima, nos capítulos 2 e 3 desta tese, correlacionados entre si e inter-relacionados a outras duas duplas de entes também correlacionados entre si, a saber: problema-solução, que é essência da projeção e raciocínios ontológico-lógico que tomou-se emprestado da forma de pensar proposta pela filosofia concreta.

Este hexagrama proposto, ajusta-se às várias conclusões sobre o processo de projetar em arquitetura e urbanismo, o qual Lawson (2011) apresenta, como decorrência de seus mais de um quarto de século de estudos e pesquisas na academia e em contato com profissionais do ramo, do “Processo de projeto visto como negociação entre problema e solução por meio das

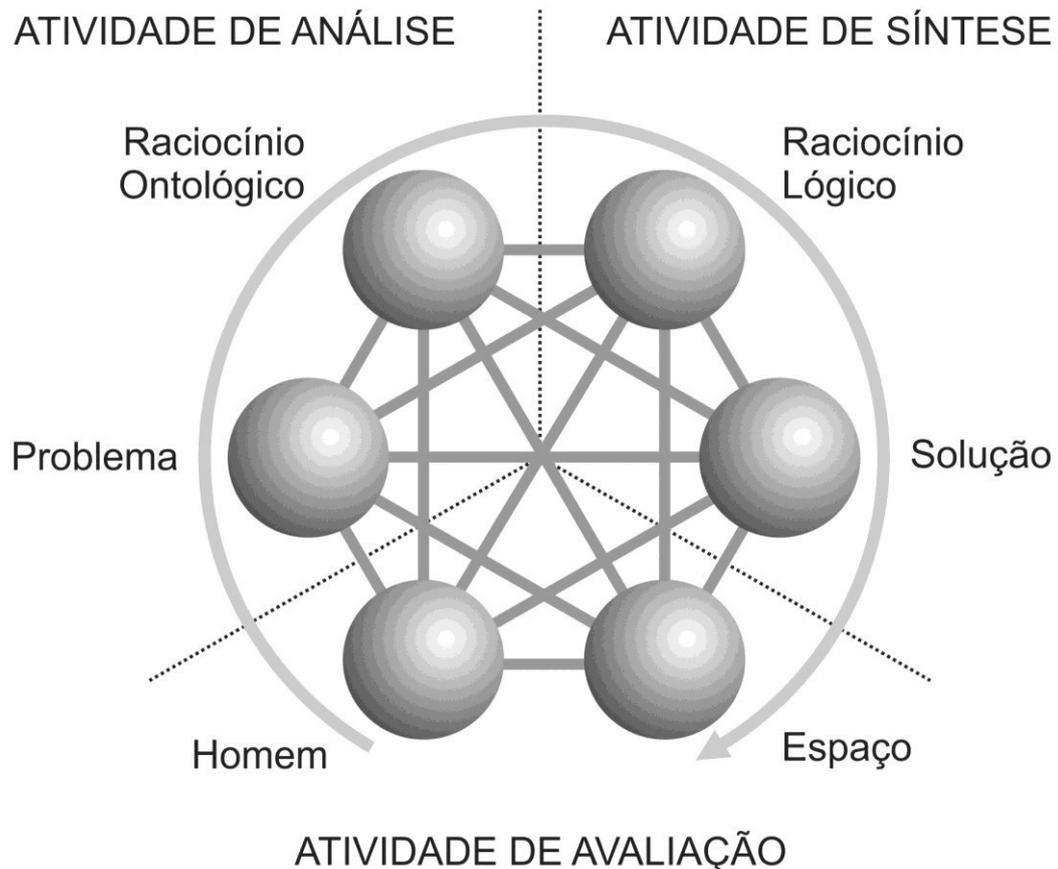
três atividades de análise, síntese e avaliação” (LAWSON, 2011, p.55). Onde, a atividade de análise seria o ordenamento, estruturação do problema e definição do problema de projeto e a disponibilização de elementos para apoiar as atividades de síntese, visto como geração de soluções e alternativas e de avaliação como confronto crítico das soluções (síntese) com os objetivos (análise), logo uma inferência.

Enquanto sistema, o hexagrama, que se idealizou, é a representação de uma “Associação combinatória de elementos diferentes” como “Um ‘todo’ que não se reduz à ‘soma’ de suas partes constitutivas” (MORIN, 2005, p.19), como “Noção ambígua e fantástica” e que se situa “A um nível transdisciplinar, que permite ao mesmo tempo conceber a unidade da ciência e a diferenciação da ciência” que considera a “Complexidade dos fenômenos de associação/organização” (MORIN, 2005, p.20) dos seus entes e suas interligações que se integralizam na projetualidade enquanto inferência.

Este sistema que esquematiza a projetualidade como inferência é aberto, isto é, ele é auto-eco-organizador, pois é uma máquina viva (auto-organizada) (MORIN, 2015, p.87-91) com seis entidades que têm contato com o meio ambiente que funcionam como receptores, processadores e distribuidores intercomponentes que transformam dados sobre o futuro usuário em espaço possível de ser construído e de atender às necessidades humanas demandadas. Como se expõe na Figura 03 a seguir.

Figura 03. Hexagrama sistêmico que diagrama o alinhamento da relação do “processo de projeto visto como negociação entre problema e solução por meio das três atividades de análise, síntese e avaliação” (LAWSON, 2011, p.55) com a projeção. O Hexagrama deve ser entendido como uma inferência que considera a intuição gerativa e a lógica sintetizadora como parte do mesmo processo.

HEXAGRAMA - Ato projetual-Inferência [Atividades de Análise (problema-raciocínio ontológico), Atividades de Síntese (raciocínio lógico-solução) e Atividades de avaliação (homem-espaço)]



Fonte: O autor (2017)

No hexagrama apresentado acima, na figura 03, a seta circular mostra o sentido do sistema, no entanto, o processo pode ser iniciado ou reiniciado a partir de quaisquer de seus elementos ou de grupos de seus entes.

É possível concentrar o processo em relações de dupla, tripla, quádrupla, quántupla em todos os elementos de forma integral, pois todo e qualquer elemento é entrada e está conectado aos demais.

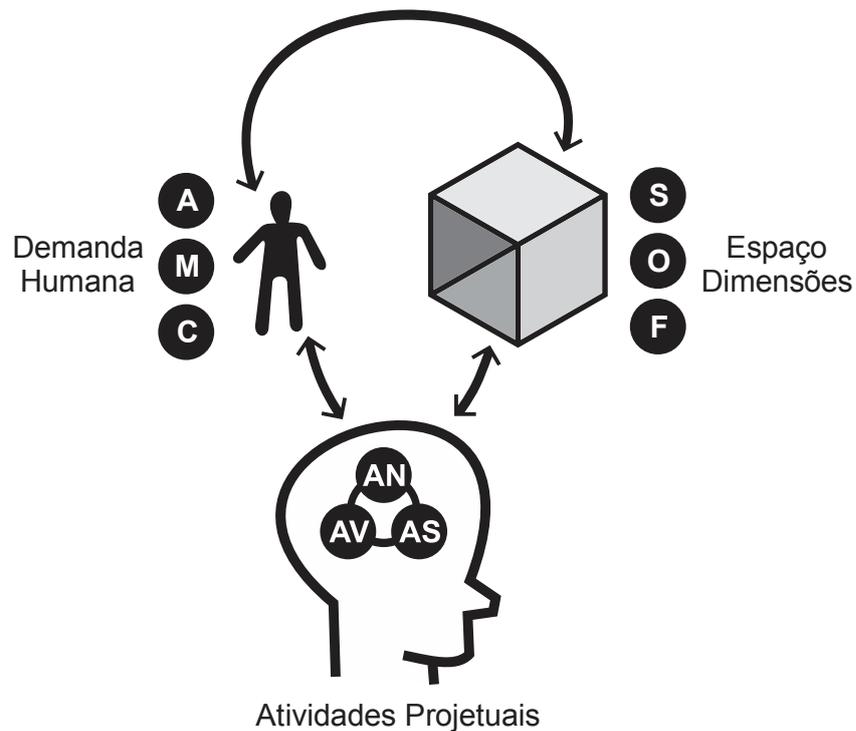
O sistema é dinâmico e cíclico, e o seu fim se dá quando todas as necessidades humanas demandadas pelo futuro usuário estiverem supridas na plenitude tanto no projeto,

quanto pelo subsequente espaço construído ou por determinação daqueles que acionaram o processo de projeção. Por isto que o início e o fim da seta circular não se encontram no hexagrama, há sempre uma abertura regenerativa, que pode ocorrer considerando os retornos que Lawson (2011, p. 46) identificou no mapeamento da “Sequência de decisões de Markus/Maver, que, em termos simples, exige que o projetista tenha outra ideia, já que a anterior mostrou-se inadequada”.

Assim a projetualidade pode ser considerada uma inferência que contempla qualquer emergência (MORIN, 2015), pois é um sistema aberto e que se funda no diálogo produtivo entre a intuição gerativa e lógica sintetizadora, a qual propicia conclusões adequadas ao contexto que se insere o que possibilita uma decisão um pouco mais segura e precisa e plenamente justificada sobre as alternativas mais apropriadas para ser propor a construção de espaços que melhor atendam às necessidades humanas demandadas pelo seu futuro usuário.

O esquema a seguir é um diagrama sinótico das inter-relações ativadas em um processo projeção espacial, que considera as demandas humanas, as atividades projetuais e o espaço relativo integral idealizado e possível de ser construído. Como se apresenta na figura 04 a seguir.

Figura 04 - Diagrama sinótico das inter-relações ativadas em um processo de projeção espacial
Inter-relações ativadas em um processo de projeção espacial



Demanda Humana	Espaço - Dimensões	Atividades Projetuais
A - Demanda afetiva	F - Dimensão Física	AN - Atividade de análise
M - Demanda mental	O - Dimensão Objetiva	AS - Atividade de síntese
C - Demanda corpórea	S - Dimensão Simbólica	AV - Atividade de avaliação

Fonte: O autor (2017)

As Atividades Projetuais integrariam o ato intelectual acionando o processo de inferência e colocando a “funcionar” o Hexagrama proposto na figura 03, onde o Espaço integral, idealizado e possível de ser construído, em suas Dimensões física, objetiva e simbólica supriria as Demandas Humanas do seu futuro usuário, quer sejam corpóreas, mentais ou afetivas.

O resultado deste processo projetual é uma proposta possível de ser construída que gerará uma série de impulsos no seu futuro usuário e, sendo assim o projeto, também, contemplará e almejará os estímulos adequados a seu provável utilizador que pode ser visto no próximo capítulo.

6. INTER-RELAÇÃO ESPAÇO-HOMEM ACRÔNICA: ELEMENTO ATIVADOR E A REAÇÃO DO USUÁRIO HUMANO - CAUSA E EFEITO ESPACIAIS

O ser humano expressa a sua afetividade, condição que lhe é intrínseca, no espaço ao qual está sujeito. Neste momento é que e a relação afetividade-espaço e espaço-afetividade se efetiva. O que é físico e concreto interage com o que não está nesta dimensão tangível, que a extrapola e que só pode existir a partir do ser humano que é seu usuário.

Desta forma, os estudos relacionados à compreensão do espaço construído e habitado que vão além de sua existência física são de relevante importância para a sua dimensão humana e, consecutivamente, em sua relação com a afetividade.

Alguns esforços neste sentido têm sido experimentados e, entre eles, estão aqueles que focam na tentativa de tornar os estímulos visuais, encontrados no espaço, num sistema de códigos conhecidos, assim como é o alfabeto, para que seja “lido” o(s) significado(s) que os transcendem.

Porém, diferente das letras de um abecedário, onde é condição *sine qua non* que cada significante remeta a um significado, na visualidade, que é o foco aqui, os sinais visuais não são digitais e, sendo assim, deflagram um processo mental diferente da leitura, fato que cria limitações na tentativa de compreensão e concepção do espaço através da sua relação com a gramática.

Pignatari (1980) afirma que, por ser analógica, a mensagem visual atua diretamente no cérebro sem que seja primordial a existência de um processo cognitivo racional para que ela seja significativa, pois, a princípio, a imagem que se vê é a imagem que se formará no encéfalo, podendo ser significada imediatamente sem intermediários. Diferentemente, na mensagem oral/escrita, que é digital, o estímulo que foi codificado em dígitos (letras e/ou sons) deverá ser decodificado, tornando-se a imagem e/ou o conceito para, só então, ser percebida. Este aspecto que ultrapassa a codificação-decodificação necessária ao universo do sistema linguístico que abarca princípios da comunicação e da semiótica/semiologia é profícuo.

Uma aproximação dos princípios da comunicação será feita ao avizinharmos da materialidade, especialmente na associação da Demanda Mental com a Dimensão Objetiva do espaço, e o necessário afastamento também se dará quando a inter-relação homem-espaço se distanciar da materialidade e tender a extramaterialidade na correlação da Demanda afetiva e a Dimensão Simbólica do espaço.

De volta a Nesbitt (2006, p.134), sabe-se que os conceitos se distinguem, enquanto a

comunicação centra-se no processo emissor-mensagem-receptor visando um efeito e uma ação consecutiva, a semiótica/semiologia foca-se no processo de significação dos signos. A comunicação se apropria das descobertas da semiótica/semiologia e as usa em seus processos.

Desta forma, o signo e, por conseguinte, a semiótica/semiologia tem mais serventia para o ato projetual, pela possibilidade de controle comunicativo, enquanto o símbolo, devido a sua dinâmica tende a ser evitado, pelo menos de forma consciente, pelo projetista e quando são usados tendem a ser relacionados (sem nenhum desmerecimento) principalmente aos aspectos estéticos ou a idiosincrasia do autor (veja a seção 3.3 no capítulo 03). E este é um ponto crucial a se ponderar.

Considerando que o ato do arquiteto e urbanista enquanto inferência contemplará as inter-relações homem-espaço e se dará pela apropriação do sistema de projeção, que inclui a definição do problema de projeto, a busca, a análise, a síntese e a avaliação dos elementos para conceber o espaço para atender às demandas humanas identificadas e, também, tendo em mente que o produto deste processo projetual é algo possível de ser construído e que deve propiciar um conjunto de incitações no seu futuro usuário de forma que abrangerá e aspirará aos estímulos apropriados a seu provável utilizador, abstrai-se que o projetista, nestas circunstâncias, inclinaria a colocar sua inferência como o foco voltado para a proposição de estímulos geradores de ação/reação no futuro usuário do espaço que projeta.

Sendo assim, o ponto de conexão entre a esquematização de um dispositivo de apoio ao ato projetual que leva em conta à afetividade, pelo qual se busca aqui lançar as bases, com o processo de projeção do espaço com um todo integral estaria na inter-relação do espaço com homem, isto é, na interconexão do espaço composto por elementos ativadores ou geradores com a reação que eles provocam no usuário humano.

Observamos que o espaço pode ser projetado e construído para diversos fins como: atender às necessidades e desejos do seu usuário em uma perspectiva humanista; seguir as solicitações de clientes públicos ou privados (que seria aquele que solicita o projeto e remunera o projetista pelo serviço de projetar o espaço); responder às demandas do mercado (imobiliário) e tornar-se produto com valor agregado; utilizar tecnologias e materiais da construção disponíveis ou em desenvolvimento; realizar as aspirações pessoais do projetista de tornar o espaço edificado uma obra de arte ou de inovação tecnológica autoral.

Estas diversas finalidades a que se destina o espaço não existem de forma fragmentada. Elas compõem um todo e atuam de maneira mais ou menos intensa diante das contingências que se apresentam.

No entanto, o espaço sempre terá o ser humano como usuário principal quer seja como

usufruidor, como o alguém a quem se destinará o espaço que o projetista foi contatado para projetar, como consumidor do produto imobiliário, como o experimentador de uma edificação com tecnologias e materiais construtivos específicos ou, mesmo, como aquele que ocupará ou contemplará a obra-prima de um artista ou gênio criativo.

O juízo de valor que poderá se auferir ao espaço em qualquer um dos vários fins terá uma estreita ligação com ser humano que será seu usuário. O cliente terá solicitado acertadamente ao projetista, o mercado terá sucesso com seu produto, as tecnologias e materiais construtivos serão eficazes e o autor será reconhecido se, em todos estes casos, o usuário perceber positivamente o espaço fruído.

Em princípio, o foco central da projetualidade penderá para uma perspectiva humanista, não como a difundida no continente Europeu durante a Renascença enquanto movimento intelectual inspirado na cultura Greco-Romana, mas numa visão essencialmente assentada nas possibilidades, nas faculdades e nos interesses tipicamente humanos.

O espaço em projeto deve configurar-se como o meio de expressão da intenção do possível uso por um determinado usuário humano. Visando a compreensão do processo de atendimento aos desejos e necessidades de seres humanos específicos por meio da construção de um espaço delimitado, tomemos analogicamente a comunicação para uma reflexão sobre a projetualidade.

O ato projetual do espaço, em analogia ao processo comunicacional, se configuraria da seguinte maneira: o projetista ou aquele que deseja produzir um determinado espaço para um fim especial seria o emissor (independente ou contratado), o qual tem em mente transmitir uma mensagem de um uso específico mediada pelo espaço em projeto. Para tanto, buscaria codificar espacialmente a função por meio de signos comuns, isto é, através de elementos da dimensão física que sejam devidamente reconhecíveis e decodificáveis, na intenção de produzir o significado pretendido em seu futuro usuário, o receptor, e a partir desta compreensão ou percepção se deflagraria uma ação de uso pelo utilizador apropriado daquele espaço em projeto, uma vez que ele for construído.

Além de tocar os sentidos corpóreos pelos elementos construtivos que delimitam o espaço e seus artefatos contidos influenciariam o processo mental de estímulo, transdução, percepção, cognição e memorização, o usuário também seria provocado ao comportamento de utilização adequado ao uso projetado. Por esta linha de raciocínio, a afetividade, também, seria afetada por impressão *páthica* e teriam o potencial de ocasionar reações afetivas no usuário por ele sensibilizado.

Neste esquema as dimensões física, objetiva e simbólica do espaço teriam elementos

ativadores do usuário que o frui. As reações almejadas seriam o comportamento que expressaria que as demandas corpóreas, mentais e afetivas do ser humano que utiliza o espaço foram aprovionadas ou não.

No quadro sinótico a seguir (Quadro 03) se apresenta os elementos ativadores e a possível reação que pode ocorrer no usuário humano na inter-relação do espaço-homem de forma acrônica. Demonstra a influência de um corpo que afeta outro para atender às suas demandas, isto é, esquematiza os elementos do, e no, espaço que afetam ao seu usuário humano e suprem suas demandas. O universo onde se dá a efetivação espacial do encontro dos estímulos com as demandas e efetivam a relação causa e efeito.

Na coluna vertical à esquerda temos as demandas humanas corpórea, mental e afetiva e na linha horizontal inferior aparecem as dimensões espaciais física, objetiva e simbólica. Em uma extremidade, no canto inferior esquerdo aproxima-se da materialidade (condição de maior concretude, de existir no espaço) e no vértice superior direito, o outro extremo, é onde se encontra o campo da extramaterialidade (por falta de uma definição mais precisa usaremos aqui que é o oposto e complementar à materialidade, logo a condição de existência na extramaterialidade).

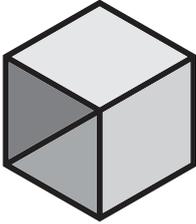
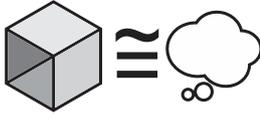
As três células que estão na diagonal que vão da materialidade à extramaterialidade constituem o campo relativo da afetação central (ou efeito central), que são: a Dimensão física do espaço em relação a Demanda corpórea; a Dimensão objetiva do espaço com a Demanda mental e a Dimensão simbólica do espaço de acordo com a Demanda afetiva. A afetação aqui tem sentido de *affectio* (de Spinoza) ou “*afecção*”, como aquilo que sensibiliza, provoca ou produz alguma alteração no corpo biológico, na mente ou na afetividade humana, ação sobre o corpo que possibilita alguma reação, isto é, produz um efeito. São afetações centrais (ou efeito central), pois seria daí que se identificariam os primordiais elementos ontológicos e ônticos para um arranjo que materializará, por sua vez, o espaço relativo objetivo, como artefato estimulador do processo de ação-reação (causa-efeito), projetado e possível de ser construído.

No entanto, a afetação pelo espaço é integral. Todas as suas dimensões física, objetiva e simbólica podem contribuir para afetar (causar efeito) o seu usuário e influenciar no atendimento as suas demandas quer sejam corpórea, mental ou afetiva. Pois, sem os sentidos da visão, audição, paladar, tato e olfato, cujo suporte originador está no plano físico, o corpo não poderia ser impulsionado e, sem estímulos, o sistema nervoso não seria ativado e, também, tornaria desconexo àquilo que o transcende. Desta forma, as seis células restantes no quadro integram o conjunto das afetações periféricas que dão suporte e permitem a

interconexão das relações indiretas, mas necessárias, entre as dimensões do espaço e as demandas humanas.

No grupo da Afetação Periférica (efeitos periféricos) podem ocorrer seis inter-relacionamentos: a dimensão objetiva com a demanda corpórea; a dimensão física com a demanda mental; a dimensão simbólica com a demanda corpórea; a dimensão simbólica com a demanda mental; a dimensão física com a demanda afetiva e a dimensão objetiva com a demanda afetiva, que, junto com as afetações centrais, efetivariam todas as possíveis conexões entre o espaço e o homem neste sistema ativo-reativo (de causa-efeito).

Quadro 3 – Inter-relação Espaço-homem Acrônica: elemento ativador e reação do usuário humano (causa-efeito)
EXTRAMATERIALIDADE

Demanda Afetiva 	Ativador: Equívocos Morfológicos - Reação: Tensão Fática- Idealista	Ativador: Signos Ambíguos - Reação: Poli significação	Ativador: Símbolos - Reação: FORÇA DE EXISTIR POTÊNCIA DE AGIR CONATUS
Demanda Mental 	Ativador: Sinais Reconhecíveis - Reação: Pregnância Formal-Acomodação	Ativador: Signos Reconhecíveis - Reação: COMPREENSÃO PERCEPÇÃO USO APROPRIADO	Ativador: Notas simbólicas Ideias percebidas e não intelectivas - Reação: Evocação Afetiva
Demanda Corpórea 	Ativador: Delimitadores e Artefatos contidos - Reação: USABILIDADE ⁴⁵ CONFORTO	Ativador: Elementos Sensoriais - Reação: Estímulos aos sentidos (VAPTO ⁴⁶) influenciando os comportamentos	Ativador: Elementos Notáveis - Reação: Estímulos aos sentidos (VAPTO) influenciando os Sentimentos
MATERIALIDADE	Dimensão Física 	Dimensão Objetiva 	Dimensão Simbólica 

Fonte: O autor (2017)

6.1. Afetação Central (efeito central)

Inter-relação Espaço-homem de forma acrônica: Elemento ativador e reação do

⁴⁵ Facilidade percebida ao fruir um espaço quando sua utilização é objetivada a um uso específico para realizar uma determinada atividade humana, isto é, seria a adequação do espaço apropriado ao desejo ou a necessidade de efetivar algum movimento ou repouso pretendido por um corpo humano.

⁴⁶ VAPTO – Abreviação dos cinco sentidos humanos Visão, Audição, Paladar, Tato e Olfato.

usuário humano (causa-efeito).

6.1.1 Dimensão física do espaço - demanda corpórea

Os elementos ativadores são os compreendidos pelos delimitadores e os artefatos contidos que formam o corpo espacial em sua dimensão física que vão afetar diretamente o corpo biológico do seu usuário humano. Eles devem suprir as demandas corpóreas por meio da usabilidade⁴¹ e conforto do ser humano que usará o espaço.

6.1.2 Dimensão objetiva do espaço - demanda mental

Os elementos ativadores são os signos reconhecíveis que auferem significado ao corpo espacial em sua dimensão objetiva que vão afetar o seu usuário humano. Eles devem suprir as demandas mentais de compreensão, percepção, cognição, memorização para a decisão do uso apropriado do ser humano que utilizará o espaço.

6.1.3 Dimensão simbólica do espaço - demanda afetiva

Os elementos ativadores são os símbolos que animam o corpo espacial em sua dimensão simbólica que vão sensibilizar afetivamente o seu usuário humano senciante. Eles devem suprir as demandas afetivas para o “*conatus*”, para a vontade de viver do ser humano que usará o espaço e não para o seu oposto que é a dor e o sofrimento.

6.2 Afetação Periférica (efeito periférico)

Contemplam as afetações e ação-reação (causa-efeito) propiciadas pelas dimensões física, objetiva e simbólica sobre o corpo, a mente e a afetividade que não geram os elementos que podem atender de forma direta às demandas ao qual o espaço projetado deve aprovisionar, mas que possibilitam o suporte para que os elementos ativadores se realizem na Afetação Central (efeito central).

6.2.1 Dimensão física do espaço - demanda mental

Os sinais reconhecíveis são predicados do corpo espacial em sua dimensão física que vão afetar o seu usuário humano. Eles devem ativar os processos mentais do ser humano que usará o espaço por meio da pregnância⁴⁷ formal que devem possuir.

6.2.2 Dimensão física do espaço - demanda afetiva

Os equívocos morfológicos são predicados do corpo espacial em sua dimensão física que vão afetar o seu usuário humano. Eles devem ativar os processos afetivos do ser humano que usará o espaço por meio da tensão fático-idealística que possibilita.

6.2.3 Dimensão objetiva do espaço - demanda corpórea

Os elementos perceptíveis são predicados do corpo espacial em sua dimensão objetiva que vão afetar o seu usuário humano. Eles devem ativar, a partir dos processos mentais, as atividades corpóreas do ser humano que usará o espaço por meio dos estímulos ao comportamento que propiciam.

6.2.4 Dimensão objetiva do espaço - demanda afetiva

Os signos ambíguos são predicados do corpo espacial em sua dimensão objetiva que vão afetar o seu usuário humano. Eles devem ativar os processos afetivos do ser humano que usará o espaço por meio da polissignificação que propiciam.

6.2.5 Dimensão simbólica do espaço - demanda corpórea

47 A pregnância está fundamentada na premissa de que os seres humanos percebem de maneira mais rápida e clara quando a figura está mais bem definida, como afirma Filho (2008, p.35) “Apresenta um máximo de harmonia, unificação, clareza formal e um mínimo de complicação visual na organização de suas partes ou unidades compositivas”, isto é, quanto maior for a capacidade do objeto - que gera o estímulo sensorial - de facilitar a produção de um significado compreensível, mais pregnância ele terá.

Os elementos notáveis são predicados do corpo espacial em sua dimensão simbólica que vão afetar o seu usuário humano. Eles devem ativar os processos corpóreos do ser humano que usará o espaço que os intuirão por meio dos estímulos aos sentidos (VAPTO⁴²) propiciando sentimentos.

6.2.6 Dimensão simbólica do espaço - demanda mental

As notas simbólicas (ideias percebidas e não intelectivas) são predicados do corpo espacial em sua dimensão simbólica que vão afetar o seu usuário humano. Eles devem ativar os processos mentais do ser humano que usará o espaço que o sentirá por meio da evocação afetiva que propiciam.

O processo projetual, parafraseando Lawson (2011), é um contínuo de atividades de análises, sínteses e avaliações e só é interrompido no instante em que se acredita ter chegado a uma proposta de espaço relativo capaz de ser construído que atenderá ao máximo possível das demandas de seu provável usuário humano. No entanto, de acordo com a dinâmica projetual esta interrupção pode ser apenas momentânea, uma etapa projetual, a qual sucederá a um novo ciclo projetual diante do que foi identificado e ainda não foi solucionado a contento.

Para um momento de interrupção ao qual se expõem uma proposição é necessário apresentar os elementos que foram arranjados para configurar o espaço, quer queira em sua dimensão física, objetiva ou afetiva.

Sendo assim, neste processo de projeção como inferência, para um momento de interrupção onde se vão apresentar os elementos que foram arranjados para configurar o espaço, cabe ao projetista um juízo que “Na lógica [...] é o ato intelectual, pelo qual negamos ou afirmamos uma coisa de outra” (SANTOS, 1965, p.880), isto é, deve se expor a decisão sobre a escolha destes e não daqueles elementos que compõem o arranjo espacial.

Então, considerando a inter-relação espaço-homem aqui proposta, para materializar o arranjo espacial o projetista precisa definir quais elementos construtivos, seus materiais, técnicas e tecnologias, que poderão ser utilizados para construir os delimitadores espaciais e, também, determinar o necessário para inserir ou produzir artefatos que comporão a dimensão física do espaço; deverá estabelecer aqueles signos que poderão ser melhor reconhecíveis que formarão a dimensão objetiva e, do mesmo modo, indicar os elementos notáveis que tem a melhor condição de sensibilizar os sistemas óptico, auditivo, tátil, olfativo e gustativo para

impressionar os sentimentos dos prováveis usuários do espaço e, assim consecutivamente, estabelecer a dimensão simbólica.

No caso da busca ao atendimento da demanda afetiva, a atenção estará inclinada para a proposição dos elementos que materializarão a dimensão simbólica que, obrigatoriamente, devem considerar os efeitos a dimensão física e objetiva sobre o corpo e a mente do provável usuário humano do espaço em projeto. Assim sendo, em relação, prioritariamente, à demanda afetiva, o foco estará em pesquisar, encontrar, identificar, escolher e decidir os elementos notáveis mais indicados de impressionar o corpo de maneira *phática* por meio dos sentidos (VAPTO) e quais as notas simbólicas que teriam a melhor condição de serem acomodadas no esquema mental do ser senciente para que os símbolos se efetivem e venha propiciar afetação da afetividade do provável utilizador do espaço em projeto, assim como, criar a possibilidade de que seu sentido seja assimilado pelo seu futuro usuário.

A base do esquema do dispositivo de apoio ao ato projetual que leva em conta a afetividade humana, que será tratada no Capítulo 7 a seguir, constituiu-se a partir das premissas da projeção como inferência, operação intelectual ou processo mental por meio do qual, partindo de determinadas premissas, por implicação, chega-se a uma determinada conclusão, direcionada para consolidar a inter-relação espaço-homem acrônica. O dispositivo esquematizado focará na possibilidade de produzir os elementos ativadores de reações do usuário humano que serão apropriadas ao espaço visando o atendimento às demandas do seu provável utilizador, especificamente, no que diz respeito à afetação central na qual a dimensão simbólica do espaço deverá ter os elementos notáveis com potência de serem notas simbólicas capazes de auferir ao espaço projetado e possível de ser construído uma condição simbólica, logo, animadora da afetividade do ser senciente que fruirá.

7. O MÉTODO, UM DISPOSITIVO - UM ENSAIO METODOLÓGICO PROJETUAL

7.1 Introdução e considerações preliminares

Neste capítulo apresenta-se a esquematização do dispositivo que se constitui no método para identificar e disponibilizar elementos da visualidade que poderão ser utilizados pelos projetistas para compor a dimensão simbólica de um espaço em projeto e auferir aspectos que produzam efeito afetivo no seu usuário.

Na abordagem adotada partiu-se das necessidades, isto é, das manifestações das solicitações explícitas ou subentendidas do provável usuário, e da utilização de um sistema de inter-relações trinitárias, para apresentar um modelo que considerará as demandas do ser humano que perpassa três dimensões: a corpórea, a mental e a afetiva.

Assim, o ser humano, esquematicamente, seria um sistema de demandas, onde a demanda corpórea teria relação com as necessidades do corpo físico do ser humano, da sua fisiologia; a demanda mental com as solicitações oriundas dos processos mentais, do pensamento, da lógica e da razão e a demanda afetiva com requisições provenientes das impressões *páthicas*, sentimento, emoções.

O espaço, que o projetista traça e que poderá ser construído, visa, neste caso, atender às necessidades daquele ser humano a partir de suas demandas enquanto futuro provável usuário, o qual se materializa integralmente pelas dimensões física (por meio dos delimitadores e artefatos contidos em um espaço relativo), objetiva (pela presença de signos reconhecíveis ou perceptíveis) e afetivo (através dos símbolos ali integrados).

Nas decisões projetuais o projetista se vale de alguns elementos para elaborar o projeto que são os materiais, técnica e tecnologias para construção dos delimitadores do espaço e dos artefatos que estarão contidos para propor a dimensão física do espaço relativo destinado a seu possível usuário; utiliza os "signos" reconhecíveis para propor a dimensão objetiva por meio de uma espécie de linguagem expressa espacialmente para comunicar ou possibilitar a percepção do conceito e da forma de uso daquele espaço relativo. Então, o projetista utiliza elementos ativadores do corpo e da mente do ser humano que será o provável usuário do espaço que projeta a fim de estimular uma determinada reação.

Neste caminho, deparou-se com a necessidade de encontrar os elementos ativadores de reações do ser humano, que será o provável usuário, para ser possível propor, também, a dimensão simbólica de um espaço relativo, o que desembocou na felicidade, na simbólica e, subsequentemente, na afetividade.

Desta forma, o desafio que se estabeleceu estava relacionado na possível elucidação da esquematização de um dispositivo para identificar e disponibilizar elementos da visualidade que poderão ser utilizados pelos projetistas para compor a dimensão simbólica de um espaço em projeto e verificar a viabilidade de adequação deste protoinstrumento à execução das atividades de análise, síntese e avaliação, que integram o ato projetual.

O termo “dispositivo” foi retirado do universo da informática que o conceitua como o conjunto de componentes com um determinado fim e que se integra ou se conecta a um aparelho que executa a operação principal. Adotou-se o étimo “dispositivo” por analogia ao termo informático para se nomear a metodologia que se estuda aqui, pois ela se dispõe a propor aquilo que poderá auferir o espaço um aspecto afetivo (determinado fim) que se caracteriza somente no apoiar (se integra ou se conecta a) a projeção que é a concepção do espaço (operação principal) pelo arquiteto e urbanista (aparelho que executa).

Deve se levar em conta que este ato de projeção requer as atividades de análise, de síntese e de avaliação realizadas de forma não linear (LAWSON, 2011) e que o produto final é o documento com instruções e orientações para construção e ou produção de um determinado espaço físico para o uso de um determinado usuário humano.

Onde, a atividade de análise seria o ordenamento, a estruturação de uma problemática, a definição do problema de projeto e a disponibilização de elementos (no caso desta tese no campo da visualidade) para apoiar as atividades de síntese, que é a geração de soluções e alternativas, e de avaliação que caracteriza do confronto crítico das soluções (síntese) com os objetivos (análise) (LAWSON, 2011), com vistas a atender às necessidades daquele ser humano que será usuário do espaço em projeto, enfatizando, neste caso, a dimensão simbólica e seus aspectos afetivos e, também, no desdobramento projetualidade enquanto inferência, isto é, em operação intelectual ou processo mental de se chegar a determinadas conclusões, esquematizado pelo hexagrama, que interconecta e inter-relaciona os elementos das três duplas: homem-espaço, problema-solução e os raciocínios ontológico elógico.

A ideia consistiu-se em esquematizar um método que funcione como um dispositivo que poderá ser adicionado à realização do ato projetual visando atender às necessidades afetivas daqueles seres humanos que serão os prováveis usuários e que considera os aspectos que produzam efeito afetivo no seu utilizador. Vale ressaltar que o produto a ser apresentado é o esquema do dispositivo e não será a produção dos elementos visuais notáveis ou a elaboração do arranjo das notas simbólicas visuais, como por exemplo, da felicidade, em um espaço projetado e nem constituirá em uma análise da presença destes elementos e notas visuais em um espaço construído.

O processo da concepção do dispositivo transitou por vários estágios não cronológicos e não linear. Buscou-se uma conexão lógica de alguns poucos fragmentos conceituais para possibilitar a materialização daquilo que se objetivava. Foram feitas várias experimentações de possíveis mapeamentos da sucessão de procedimentos que o projetista poderia adotar e assim se configurar o esquema do dispositivo de apoio ao ato projetual que leva em conta a afetividade, utilizando a felicidade como exemplo.

Estas tentativas foram ensaiadas, isto é, adotou-se a avaliação crítica da utilização do método proposto, em um contexto conjecturado, sem que se tivesse uma certeza do resultado final, objetivando somente a sua observação, para chegar ao dispositivo em uma existência que ainda poderá e deverá ser testada e criticada, mas que se propõe a servir como uma ontologia insipiente, o “croquis”, o objeto de uma *poiesis*, de Platão, onde se tentou passar do “não-ser para o ser” (PLATÃO, 2012, p. 86) em uma realidade diagramática, foi somente um raciocínio de lógica ontológica *apriori* sujeita a uma lógica racional *aposteriori*, por isto é esquema, é diagrama.

A essência adotada na elaboração do dispositivo foi a crítica constante, que consistiu na operação intelectual e no processo mental de procura do nexos do caminhar entre a teoria e o ensaio, foi uma dialética entre as ideias filosóficas e outros conhecimentos com as tentativas de aplicação às circunstâncias prognosticadas. A exposição do dispositivo se dá por uma crítica sincrética, que caminha nas sínteses das principais questões e tenta homogeneizar ao máximo os produtos e um processo mental complexo. Em sua apresentação tenta-se possibilitar, considerando as limitações linguísticas, gráficas e temporais, a adequação da sua demonstração à compreensão intelectual. A crítica não dá conta, por seu caráter essencialmente intuitivo e de difícil expressão intelectual, de alguns devaneios especulativos periféricos que surgiram, por isto, mesmo que tenham relações importantes, eles foram evitados neste texto principal, mas frequentaram de alguma maneira as sínteses centrais.

O primeiro fragmento era a ideia de que se estava centrado em estudar a possibilidade de elaborar metodologia para identificar os elementos definidores de espaços construídos que propiciavam o estado de felicidade humana e, se fosse possível, estruturar os fios condutores do processo de projetar estes espaços.

Mas, *a posteriori*, de acordo com o esquema Inter-relações ativadas em um processo projeção espacial (veja o quadro 03), percebeu-se que este primeiro fragmento era um caminho unilateral, indo do projetista, em seu ato projetual, para o espaço para depois passar pelo ser humano que usaria e, assim sendo, não considerava o caminho inverso de olhar para o usuário e depois pensar no espaço. Seria identificar em espaços já construídos possíveis

elementos que geraram felicidade em seu usuário para depois utilizá-los no projeto de outro espaço.

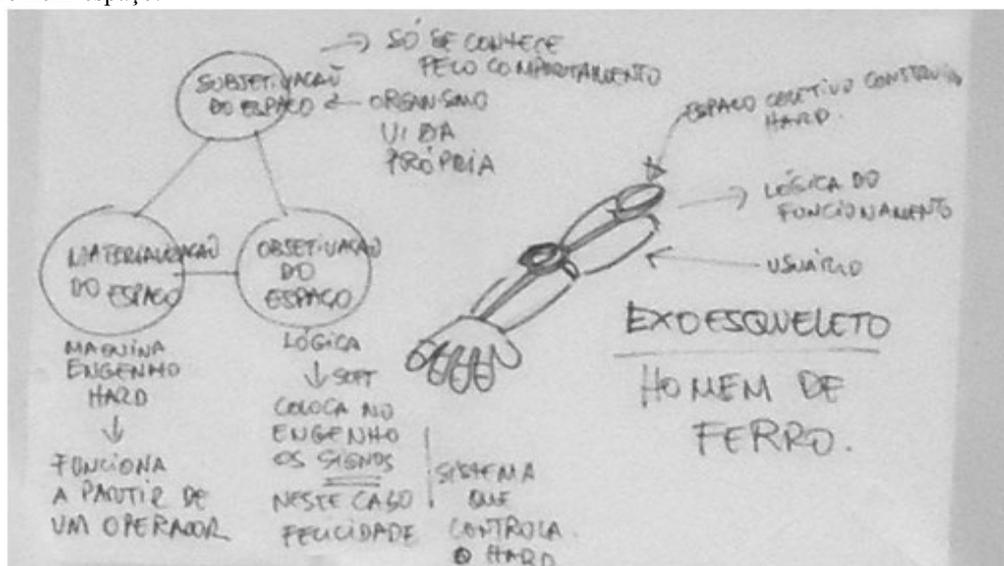
A felicidade é uma qualidade que depende de alguém que a tenha, como foi explicitado no capítulo 4, e possa senti-la, ela não parte do espaço, mas do ser humano que o frui.

Neste recorte epistemológico o espaço se mostrava como o lugar onde permanece ou transita e o ser humano, por sua vez, apresentava-se como aquele que sente a felicidade. Eram duas coisas que pareciam não se encontrar a não ser pelo ser humano que conectava o espaço à felicidade ou vice-versa. Era inevitável a relação objeto com o sujeito, isto é, era necessário considerar a objetividade e a subjetividade em um possível método projetual.

Foi a partir da reflexão da razão da existência de espaços construídos que se encontrou uma possibilidade. A princípio, o espaço construído se destina ao uso do ser humano. Então como se poderia projetar um espaço que seu uso gerasse a felicidade enquanto afetividade?

Pensou-se no uso do exoesqueleto tipo a armadura utilizada pelo empresário e bilionário Tony Stark, no combate ao crime o que o fez se tornar o super-herói Homem de Ferro, personagem das histórias em quadrinho da Marvel Comics, criado pelo escritor Stan Lee, o roteirista Larry Lieber, e os desenhistas Jack Kirby e Don Heck, para propor uma analogia: O espaço (como exoesqueleto), o ser humano usuário do espaço (como Tony Stark) e a felicidade (afetividade) como ação resultante (como o combate ao crime pelo Homem de Ferro).

Figura 05. Fac-símile do esquema, elaborado pelo autor em agosto de 2013, de uma ideia fruto da reflexão da relação homem-espaço.



Fonte: O autor (2017)

Esta máquina ou engenho teria a seu hardware⁴⁸, seu software⁴⁹ e o usuário, onde o exoesqueleto, em si, seria o hardware, que teria uma lógica de funcionamento para que um usuário o acionasse e o utilizasse.

O espaço se assemelharia ao exoesqueleto nos três seguintes pontos: a materialização do espaço físico seria a máquina, engenho, hardware em si que funciona a partir de um operador; a objetivação do espaço constituiria o software, isto é a lógica que impregna ao engenho os signos em um sistema linguístico operacional que controla hardware e o usuário do espaço na sua subjetivação que só se conheceria efetivamente pelo comportamento deste organismo com vida própria.

A potência do corpo ativa o exoesqueleto que por sua vez altera a intensidade da potencialidade do corpo que o acionou. O comando para o exoesqueleto se dá pela interface gerada pelo software onde o usuário pode fazer funcionar o hardware.

Este encontro do corpo do usuário com o espaço origina-se nos sentidos corpóreos onde a visão predomina, pois a velocidade da luz refletida nos delimitadores e artefatos contidos no espaço pela sua intensidade e alcance propicia o primeiro ponto de contato do usuário com o espaço⁵⁰. Desta forma, a luz relativa refletida pelos elementos espaciais sensibilizaria primeiramente o sistema óptico do usuário para em seguida os outros estímulos, como o som, o cheiro, o toque na superfície e o sabor, que porventura tenha, possam chegar ao corpo. Cada um destes impulsos sensoriais demandaria uma aproximação maior dos elementos espaciais para gerar o constato do corpo do usuário do espaço.

Este imediatismo óptico conduziu alguns outros elementos balizadores do dispositivo de apoio à projeção que seria a visualidade⁵¹ que se juntou ao processo semióticos⁵² em um sistema linguístico operacional que controla hardware. Foi esta a gênese que se levou a acoplar a semiótica/semiologia e em seguida a simbólica de forma operacional aplicada ao dispositivo, veja seção 3.2 sobre o espaço, no capítulo 3.

Por outro lado, a instigação se deu na compreensão que ao se projetar o espaço o projetista tende para a dimensão física que é concreta, é um fato, é o próprio espaço

⁴⁸ Apropriou-se por analogia de um conceito informacional que indica hardware como o conjunto de componentes físico de um computador, isto é, é tudo o que é tangível neste tipo de equipamento.

⁴⁹ Acomodou-se de forma análoga a um termo retirado do universo informático que define software como o conjunto de programas, instruções e regras informáticas, é a sua parte lógica não tangível.

⁵⁰ Considerou-se o corpo humano no estado físico (biológico e fisiológico) onde o funcionamento do seu sistema óptico o possibilitaria uma condição de ver as coisas que existem no espaço físico.

⁵¹ “Os objetos não são apenas passíveis de serem vistos, mas também nítida e intensamente presentes nos sentidos” (LYNCH, 2010, p.11).

⁵² “Semiótica - (do gr. *semeion*, marca distintiva, de onde semeiotikê, arte de estabelecer pelos sintomas o que algo é)” (SANTOS, 1965, p 1222).

materializado e pende a postergar uma lógica da subjetivação espacial, que por sua natureza variante é considerada prioritariamente um processo intuitivo, logo irracional.

A questão da subjetividade levava para a dificuldade de uma empiria que conduzisse as sínteses abstratas e generalizadoras que é uma necessidade da ciência experimental. O que o sujeito tem em mente é diferente do que o outro sujeito tem e as tentativas de formular uma teoria comprovável que abarca as diferenças as tornam homogêneas, logo distanciam do sujeito e a aproxima do objeto idealístico.

Neste estágio ainda não estava apropriado o espaço nos termos das dimensões física, objetiva e simbólica e o ser humano futuro usuário, também, não era visto por suas demandas corpórea, mental e afetiva, que só vieram a se revelar um pouco mais tarde. Estavam confusas, em especial, as dimensões objetiva e simbólica (que ainda nem eram chamadas assim) e, desta maneira, a proposição de um dispositivo de apoio à projeção seria incompleta.

A possibilidade de uso do espaço volta contrapondo e complementando a ideia de função, onde a primeira é necessariamente do usuário humano e a segunda essencial ao artefato espacial, ver seção 3.2 do capítulo 3 sobre a dimensão objetiva do espaço. Aqui há o retorno ao antagonismo do objetivo e subjetivo

O uso é tangível pelo espaço e o espaço se faz pelo uso, razão do existir espacial se objetiva, isto é, torna-se inteligível ou perceptivo pela mente humana na medida em que se materializa pelos elementos que definem espaço físico por meio de sua delimitação.

Então, o objetivo do espaço por esta perspectiva seria seu uso e o uso se daria pela determinação humana e não por parte do espaço material, apesar dos elementos físicos serem o suporte para a tangibilidade de um determinado uso. Onde um uso do espaço seria imposto por um agente declarado (arquiteto urbanista, poder público constituído, proprietário e/ou a lei), o qual seria confirmado (total ou parcialmente) ou contestado e produzido outro uso pelo seu fruidor que se caracterizaria como um agente subjetivo mesmo que estiver agrupado.

A compreensão que o uso de um espaço pode ser imposto ou definido de forma tácita sedimentou a possibilidade de fazer uma analogia com os processos comunicacionais e semióticos ou semiológicos. Se a mensagem, espacialmente mediada, de como aquele espaço deve ser usado fosse clara, compreensível e convincente, o processo teria êxito, atingiria seu objetivo, logo se objetivaria. Por outro lado é da essência humana o extrapolar da objetividade, o mover criador intuitivo de definir ao fruir outros usos.

A revelação que confirmará o uso imposto ou outros usos subjetivos se dá pela enunciação e sem ela a subjetividade se oculta dos sentidos e da percepção humana, ficando

restrita somente ao indivíduo na sua singularização. Diz Guattari:

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, ou seja, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem e de valor, modos de memorização e de produção de ideias, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos e assim por diante) (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 31).

A enunciação⁵³ se mostrou pertinente para desprender a subjetividade para o intelectual, pois tanto na confirmação do uso, quanto em sua reformulação, ou mesmo a sua contestação só seria perceptível por uma manifestação daquele agente que utiliza o espaço, quer seja individual ou grupal, enquanto máquinas de expressão.

A atração pelo concreto impulsionou para uma primeira instrumentalização do dispositivo, mas que logo foi descartada, pois o que se pretendia era um dispositivo de apoio projetual e não de análise e críticas do espaço já construído e ocupado. O que se tinha pensado e que foi afastado era a descrição da dimensão material do espaço observado feita pela identificação e qualificação dos elementos físicos que o delimitam e, consecutivamente, o definem. Este processo seguiria pela análise dimensão objetiva por meio do estudo dos documentos (plantas, projetos, leis e outros) que explicitam o objetivo do espaço. Por fim, iria se relacionar os resultados aos dados colhidos por uma pesquisa da enunciação produtora da subjetividade de seu fruidor, a fim de verificar se os objetivos do espaço em estudo se validam ou se opõem, confirmam-se ou se negam e, ao término, consolidar a descrição da dimensão objetiva do espaço. No entanto, este método, que pode ser até eficaz para análise crítica espacial, foi preterido devido ao seu afastamento da aplicação na projetualidade em si e que era a meta aqui.

Utilizar a análise crítica descrita no parágrafo anterior para encontrar elementos para compor um espaço também foi rejeitada parcialmente. Mais uma vez ela segue o caminho do espaço para o homem e não o inverso, isto é, os elementos que geraram este uso naquele espaço seriam reproduzidos em outro espaço com vistas a induzirem ao mesmo uso observado no espaço do qual os elementos foram retirados. Portanto, era necessário algo que

53 Do verbo enunciar no sentido de anunciar, dar a conhecer, dar sinais, declarar, dizer, emitir, enumerar, expor, expressar, exprimir, falar, formular, indicar, manifestar, mostrar, proferir, relatar, revelar. Nota do autor

identificasse a expressão humana da subjetividade em outros universos para depois as relacionar a um espaço em projeto.

Ainda havia uma inquietação. Era necessário compreender como, ou de que forma, o espaço construído que tem uma determinada dimensão material, onde se observa certa dimensão objetiva, poderia influenciar e/ou ser influenciado pelo seu fruidor. Questão que só foi contemplada posteriormente durante o contato com a afetação e o afeto de Spinoza (2014) e com o Tratado de Simbólica de Mario Ferreira dos Santos (2007) que fundamentaram a demanda afetiva e a dimensão simbólica o espaço.

Neste estágio se apoiou no universo da visualidade como campo de conexão comum à expressão de subjetividade e os espaços construídos, pois em ambos esta manifestação óptica é presente. E tentou-se inverter a lógica, ao invés de ir para o espaço à caça de algo, voltou-se para a busca do desenvolvimento de uma ferramenta/instrumento de identificação dos elementos visuais definidores da subjetividade dos usuários do espaço construído ou a ser construído e não do inverso, como se tinha cogitado e refutado anteriormente. Já eram dados os primeiros passos em direção à simbólica como “hermenêutica do símbolo” (CHEVALIER, 2006, p. XX) e aos "arquétipos" ou "imagens primordiais" (JUNG, 1999, p.67).

Esta etapa foi marcada pelo ensaio de uma ferramenta/instrumento para identificar os símbolos visuais da felicidade, para uma posterior aplicação dos símbolos encontrados com o objetivo de contribuir para a concepção dos definidores físicos do espaço construído com o propósito de gerar um estado de felicidade humana (observado através do comportamento humano).

Como a tese está centrada na pesquisa “em projeto de arquitetura e urbanismo”. (CALDANA, 2012, p.157), verificava-se a possibilidade da Simbólica ser utilizada como instrumento hermenêutico para a compreensão da dimensão simbólica do espaço, objetivando embasar o ato de projetar de arquitetos e urbanistas, especialmente aqueles que desejam considerar o efeito afetivo do espaço para a felicidade humana como um dos elementos fundamentais do projeto de espaços.

A Simbólica era a de Santos (2007, p. 48) onde “O método de interpretar os significados dos símbolos só pode ser o dialético, que chamaremos de método dialéctico-simbólico, e que se funda, sobretudo na analogia”.

A ideia se consistiu em encontrar no acúmulo de experiências subjetivas e/ou ancestrais (Inconsciente coletivo) os elementos visuais que teriam a potência de deflagrar o processo simbólico de gerar o efeito afetivo da felicidade humana, levantando, por meio de uma ferramenta de busca da rede mundial de computadores da internet, as imagens que

aparecem ao solicitar uma busca a partir de palavras relativas à felicidade nos idiomas mais falados no mundo e, deste ponto de partida, tentar descobrir nas ocorrências os recorrentes padrões visuais mais significativos, a fim de construir um possível modelo abstrato do “Locus Felici” representado por meio de grafo e/ou imagético.

Isto feito, seria tentada a utilização dos símbolos visuais para desenvolver interpretações densas através de uma análise comparativa em exemplares de espaços de uso similares onde, preservando suas características peculiares, seriam relacionados pela isomorfia os elementos que definem sua dimensão física/material com os que compõem o possível arquétipo visual do “*Locus Felici*” identificado pela simbólica aplicada.

Figura 06. Excertos de uma tentativa, elaborados em maio de 2014, de aplicação do dispositivo ainda em estado embrionário.

Tentativa de formatar o dispositivo

I - Felicidade (10 idiomas)

5 imagens sem textos ou palavras com pessoas
05/02/2014
https://www.google.com.br

PORTUGUES_PESSOAS_01
http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/felicidade-2.jpg

PORTUGUES_PESSOAS_02
http://www.jmy.campanas.org.br/wp-content/uploads/2011/11/felicidade-1.jpg

PORTUGUES_PESSOAS_03
http://abracamp.com.br/site/wp-content/uploads/2011/11/felicidade-e-a-certeza-q-nossa-vida-nao-esta-se-passando-inutilmente-erico-verissimo.jpg

PORTUGUES_PESSOAS_04
http://blog.d34m.com/gentecalab-oca/files/2012/03/felicidade-521x329.jpg

PORTUGUES_PESSOAS_05
http://4.bp.blogspot.com/-yPrak77G7w4/UEfyV0U28U/AAAAAAABABUS/EKUD0pHtmI/s1600/134572606519-felicidade-realista.jpg



Levantamento da Dimensão Física do Espaço → LOCUS

Registro fotográfico do Locus
Plano A

Plano D

Plano B

Plano C

Foto aérea - Google Maps

Síntese Gráfica do volume
Representação ortográfica Aérea e/ou Representação volumétrica - perspectiva

Descrição física geral do Locus
Nome: Igreja Nossa Senhora do Rosário
Localidade entre as ruas: Praça Luciano das Neves e Praça Otávio Araújo.

Levantamento da Dimensão Física do Espaço → LOCUS

Registro fotográfico do Locus

Foto Plano C

Síntese Gráfica - Representação ortográfica frontal - Plano C

Descrição: ambiente residencial tranquilo com pouca movimentação.
1. Configuração: várias formas geométricas formam esse plano.
2. Qualificadores próprios predominantes
a. Materiais: concreto, ferro, alvenho e madeira.
b. Cores: vinho, cinza, branco e verde.
3. Qualificadores incidentes predominantes
a. Luz: solar.

Foto Plano D

Síntese Gráfica - Representação ortográfica frontal - Plano D

Descrição: uma via de acesso com residências e pouca movimentação.
1. Configuração: o alinhamento compõe uma linha contínua.
2. Qualificadores próprios predominantes
a. Materiais: asfalto e concreto.
b. Cores: cinza, verde e branco.
3. Qualificadores incidentes predominantes
a. Luz: solar.

Levantamento da Dimensão Física do Espaço → Delimitador Externo

Registro fotográfico do Delimitador Externo

Plano D

Plano A

Plano B

Plano C

Foto Plano Geral Fechado vista em perspectiva

Síntese Gráfica dos delimitadores externos
Representação volumétrica - perspectiva

Descrição física dos delimitadores externos
A igreja em seu volume retangular e sua cora triangular, linhas delimitando cada plano. Material: a o concreto, acessórios de madeira e detalhes de pedra, cor branca e verde e sua textura bem forte, iluminação solar.

Levantamento da Dimensão Física do Espaço → Delimitador Interno

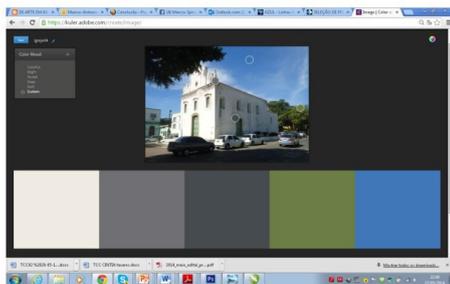
Registro fotográfico do Delimitador Interno

Foto Plano Superior (Corta Plangia)

Síntese Gráfica - Representação ortográfica frontal - Plano Superior

Descrição:
1. Configuração: Espaço retangular com arco pleno, janelas e portas retangulares, uma sequência de bancos de cada lado do espaço também com o formato retangular, uma parte elevada retangular entre uma porta e outra que possui o acesso através de escadas. Uma grande cruz no centro da parede, quadros retangulares, imagens de santidades, colunas retangulares, altar intermediário de formato quadrado e retangular, mesas e caixas de som quadradas, ventiladores arredondados com apoio cilíndrico, longas linhas retas com globos em suas pontas.
2. Qualificadores próprios predominantes
1. Materiais: Madeira, concreto, gesso, metal, vidro.
2. Cores: Marrom, azul, branco, rosa, vermelho, preto, dourado.
3. Texturas: lisa, striada.
4. Qualificadores incidentes predominantes
1. Luz: Natural
m. Odo: Inodoro
n. Som: Silenciosa

Estudo Cromático



Descrição da dimensão subjetiva do espaço

1 - No espaço delimitado, quais formas de USO originadas na ação humana (por meio do COMPORTAMENTO de sua usuários) que foram identificadas? (no máximo 03 (três) usos/compartamentos)

11 - Foto ou conjunto de fotos que identifica um USO/Compartamento do espaço

Descreva o USO observado
Um dos bancos para descanso (há restaurantes próximos), passagem de pessoas (há muitos edifícios próximos, portaria e passagem de pessoas e acessórios em banco concreto), o grupo e mais artigos de estallo, portaria, e costum ver pessoas visitando e ficando fiéis.

Descreva o COMPORTAMENTO que define o uso observado

Desta comparação, parecia ser possível verificar a potencialidade de evocar a felicidade em cada um desses exemplares de espaço.

Mas alguma coisa ainda estava desconectada. Hoje, após a crítica se tem a noção que esta etapa ensaiada foi exposta, mais uma vez, diante da armadilha reducionista que tenciona a homogeneizar e que considera o espaço em sua extensão em detrimento da intensidade do fruidor subjetivo em um tempo específico, daí o malogro, especificamente, pela ideia de construir um possível modelo abstrato do “*Locus Felici*”.

Pensando na resolução do dispositivo, o contato com o arcabouço teórico era inevitável, o processo crítico adotado entre o ensaio e a teoria em um contexto conjectural já era natural, chegou-se a um questionamento: afinal, o que seria que o dispositivo propiciaria para o ato projetual que considera a inter-relação do ser humano usuário a partir de suas demandas corpórea, mental e afetiva com o espaço em suas dimensões física, objetiva e simbólica?

Seria uma síntese da dialética entre a demanda humana e as dimensões espaciais, isto é, algo nas dimensões física, mental e simbólica deveria suprir as demandas do corpo, da mente e da afetividade humana. Esta reflexão sobre o dispositivo impulsionou a consolidação do quadro Inter-relação Espaço-homem Acrônica: Elemento ativador e reação do usuário humano (Quadro 03) que denomina as categorias dos elementos que deverão ser adotados pelo projetista para projetar e construir o espaço e, assim, provisionar as demandas do seu futuro usuário e, concomitantemente, contribuiu, também, para o mapeamento do dispositivo por meio de fases e seus respectivos produtos.

Figura 07. Fac-símile do pensamento diagramado, elaborado em 2015. No canto inferior esquerdo no campo delimitado e indicado com o número 1 há a presença da aplicação da dialética (espaço/dimensões x homem/demanda) pelo corpo-dimensão física (elementos) e a síntese como proposição da solução. Um pouco acima à direita existe outro campo indicado como o número 2, onde está o primeiro esquema do quadro (ainda em ordem inversa) da Inter-relação Espaço-homem Acrônica: Elemento ativador e reação do usuário humano.

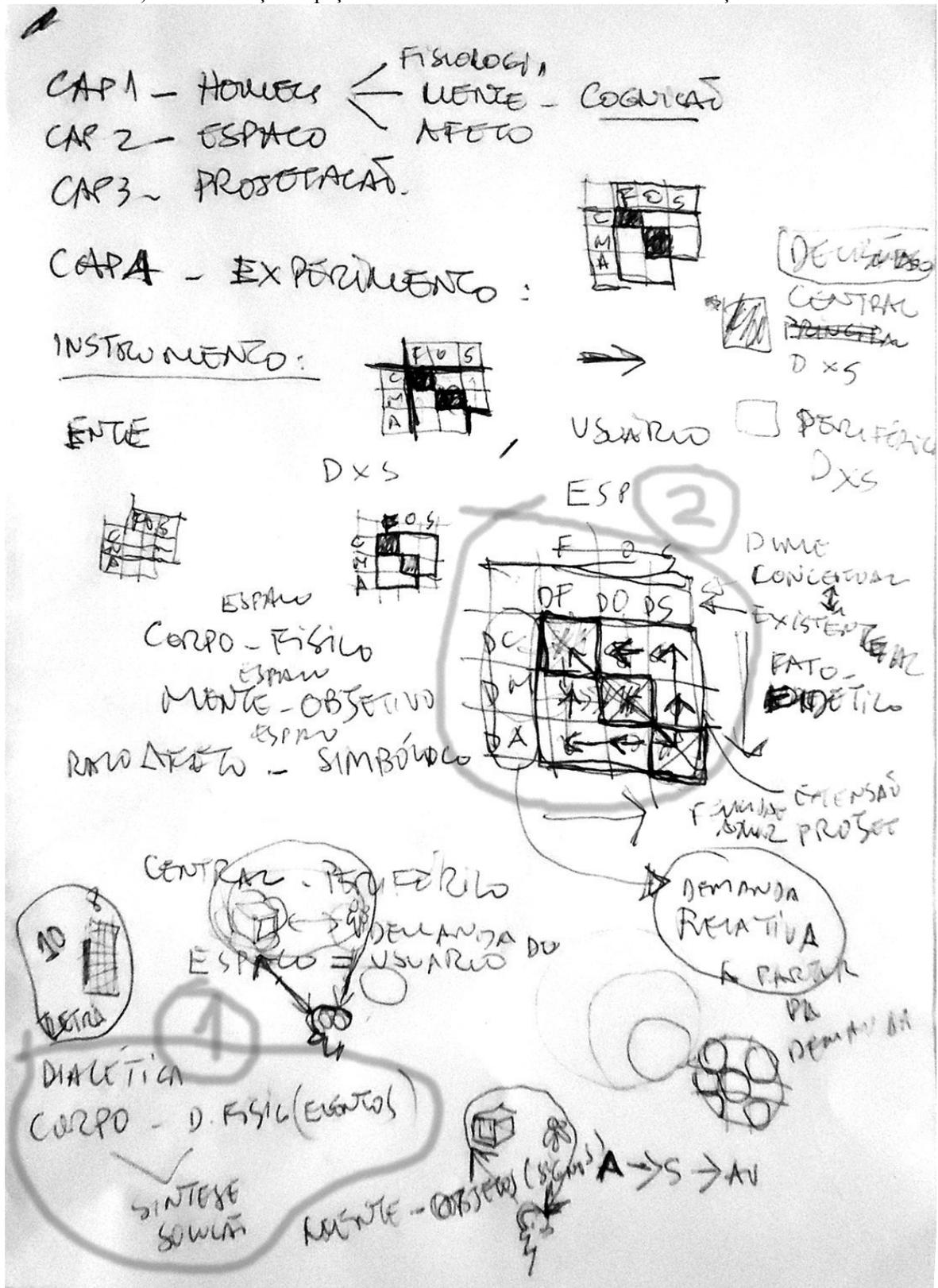
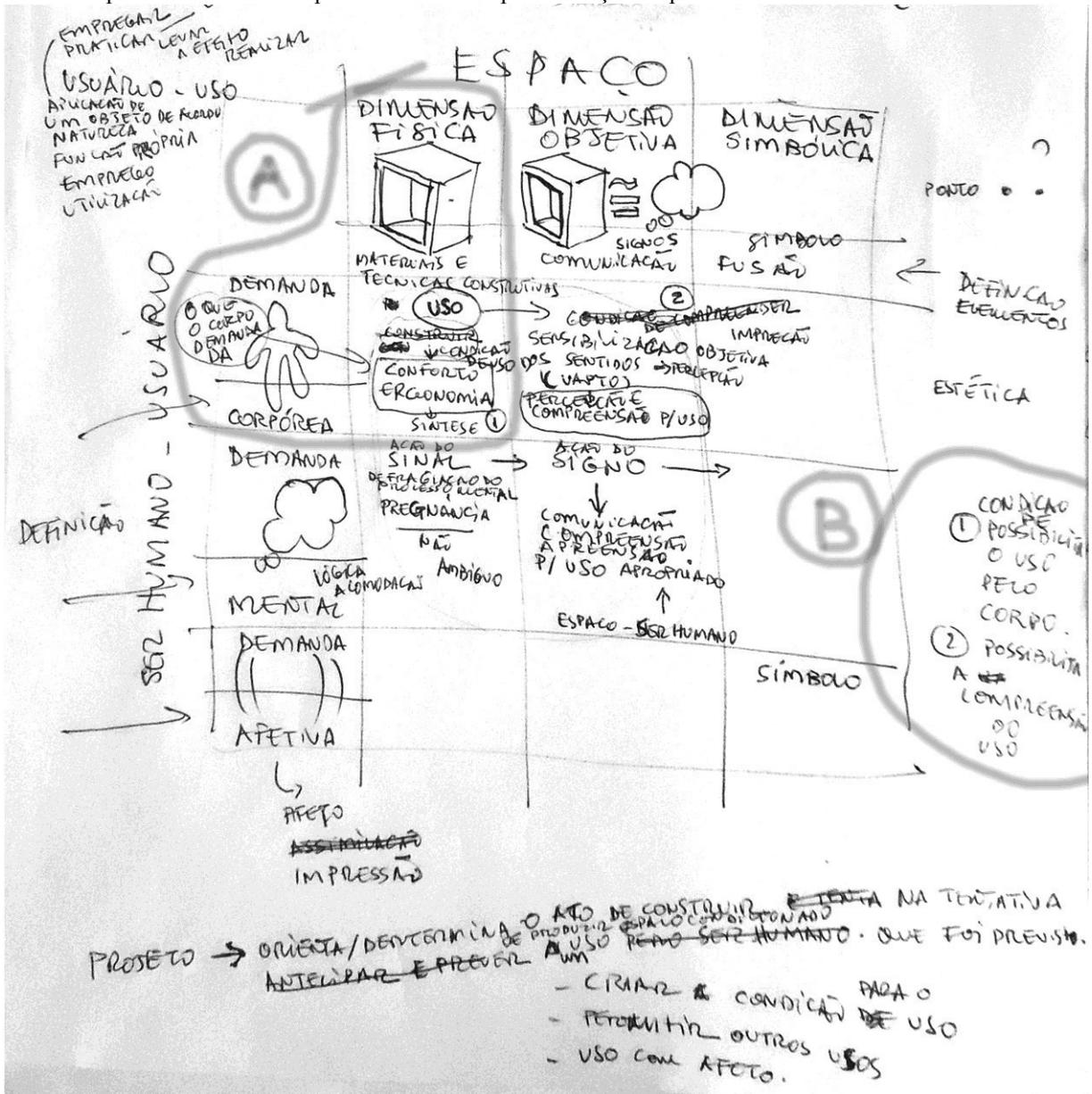


Figura 08. Fac-símile do esquema do o primeiro esquema do quadro (ainda em ordem inversa) da Inter-relação Espaço-homem Acrônica: Elemento ativador e reação do usuário humano, elaborado em 2015. No campo indicado com a letra “A” há um esboço da categoria dos elementos e dos efeitos da dimensão física do espaço sobre o corpo ao usá-lo e no campo “B” o caminho para a relação corpo-dimensão mental.



Fonte: O autor (2017)

A proficiência deste modelo de agenciamento, que se efetivou no dispositivo, está no fato de que para a validação de seus produtos não há necessidade da sua confrontação com espaço já construído como referencial. No entanto, se a comparação ocorrer será um acréscimo a considerar, mas a ausência deste paralelo não impedirá a indicação dos elementos ativadores.

A ideia norteadora central do dispositivo é o de apoiar ao ato projetual por meio da indicação dos elementos ativadores da ação-reação humanas (efeitos) para o atendimento das

demandas do futuro usuário no momento do uso do espaço construído. No caso específico da concepção da dimensão simbólica do espaço em atendimento da demanda afetiva da felicidade.

Diante do exposto, na seção a seguir se passa à descrição dos aspectos essenciais e as suas inter-relações para concretizar o esquema do dispositivo.

7.2 O Dispositivo

Apresenta-se a esquematização do dispositivo que se constitui no método para identificar e disponibilizar elementos da visualidade que poderão ser utilizados pelos projetistas para compor a dimensão simbólica de um espaço em projeto e possibilitar auferir ao espaço aspectos que produzam efeito afetivo no seu usuário.

As inferências que fundamentam o esquema apresentado são decorrentes do ensaio que se constituiu em uma experiência com o dispositivo realizada no projeto de Iniciação Científica vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo que ocorreu no ano de 2016 no Centro Universitário Católico de Vitória/ES, e, assim sendo, não deve ser considerado como um modelo acabado e definitivo.

O esquema do dispositivo diagrama o mapeamento de atividades lógico-intuitivas por meio de fases e dos produtos que são gerados em cada uma destas etapas que poderá ser adicionado à realização do ato projetual.

A lógica parte de uma analogia ao processo de projeto seguido da construção. Da mesma forma que para propor e edificar a dimensão física do espaço é necessário escolher e arranjar elementos construtivos para edificar os seus delimitadores, assim como, definir os artefatos que o integrarão, também será nas dimensões objetiva e simbólica que, da mesma maneira, terão elementos a serem estabelecidos e combinados. Na dimensão objetiva seriam os signos reconhecíveis e na simbólica os elementos notáveis (estímulos corpóreos) com potência de serem notas⁵⁴ simbólicas (estímulos mentais) a fim de efetivarem um símbolo, logo uma relação afetiva.

A dimensão simbólica só se materializa a partir dos elementos da dimensão física que ativam os sentidos (VAPTO) e dos signos da dimensão objetiva que estimulam a sua percepção pela mente de forma racionalizada. Os elementos das dimensões física e objetiva

⁵⁴ NOTA – “É tudo quanto é do caráter de um sujeito. A compreensão de um conceito é o conjunto das notas do referido conceito. Assim, no homem, racionalidade e animalidade são notas que o compõem” (SANTOS, 1965, p.1030).

além de configurar as próprias dimensões fornecem, também, fragmentos que poderão contribuir para a formação do símbolo. Por isto que no gráfico das inter-relações espaço-homem existe em um de seus extremos a materialidade e no outro vértice a extramaterialidade. Neste citado quadro 3, a demanda corpórea se encontra com a dimensão física do espaço mais próximo da materialidade, a demanda afetiva com a dimensão simbólica está perto da extramaterialidade e a demanda mental com a dimensão objetiva a meio caminho entre os dois extremos.

Diz Santos (2007, p. 81) “No pensamento simbólico, o símbolo está incorporado no esquema afectivo”, ele “É o meio de transmitir o intransmissível, por processos operatórios, racionais ou com intuito de provocar uma *pathética*⁵⁵ mais viva” (SANTOS, 2007, p. 85), isto confirma que seria o símbolo que poderia construir a dimensão afetiva do espaço, porém o afeto é “Todo modo de pensamento que não representa nada” (DELEUZE, 2012, p.5), o que impossibilitaria de se propor um símbolo por si só, pois ele só poderá ser materializado por elementos de natureza diferente que é oposta, mas complementar a sua, contudo, com a potência de provocar afetação humana.

O espaço deve ser projetado de tal forma que quando for construído deverá sensibilizar os sentidos (VAPTO) do seu fruidor, por meio de elementos visuais (no caso deste dispositivo que foca no campo da visualidade) que sejam notáveis, digno de atenção, perceptíveis, apreciados que funcionem como notas⁵⁶ visuais que propiciem a condição de uma assimilação à estrutura afetiva de quem o utiliza e, assim, materializar a sua dimensão simbólica.

Com efeito, se faz necessário descrever o dispositivo no geral indicando suas fases e produtos, detalhar cada fase e seus respectivos produtos para em seguida fazer a crítica. Vale ressaltar que esta descrição é um instantâneo de algo dinâmico entre a ontologia do dispositivo e o seu ensaio, desde o seu embrião até o momento em que se propôs expô-lo em um texto houve várias alterações, mudanças de rotas, retornos avanços, enfim todos os movimentos peculiares ao processo de concepção de uma coisa. O que se apresenta é a síntese possível daquilo que se pode homogeneizar.

A primeira proposta foi um mapeamento⁵⁷ linear do dispositivo que contempla as seguintes fases com as suas respectivas ações e produtos: I - Fase Substantiva (Nomeação do

⁵⁵ “Tudo que intuimos no mundo através dos nossos sentidos têm suas ressonâncias na nossa afetividade e nos produzem pathências (estados afetivos), conscientes ou não.” (SANTOS, 1961, p. 866). Nota de rodapé nossa.

⁵⁶ “Palavra muito usada em filosofia, que significa um componente conhecido de uma coisa. Por exemplo, o ser racional, no homem; o ser quadrúpede, no cavalo; o ‘ter assento’ na cadeira, etc.” (SANTOS, 2010, p. 40)

⁵⁷ “Ele se compõe de uma sequência de atividades distintas e identificáveis que ocorrem numa ordem previsível e com uma lógica identificável” (LAWSON, 2001, p. 42).

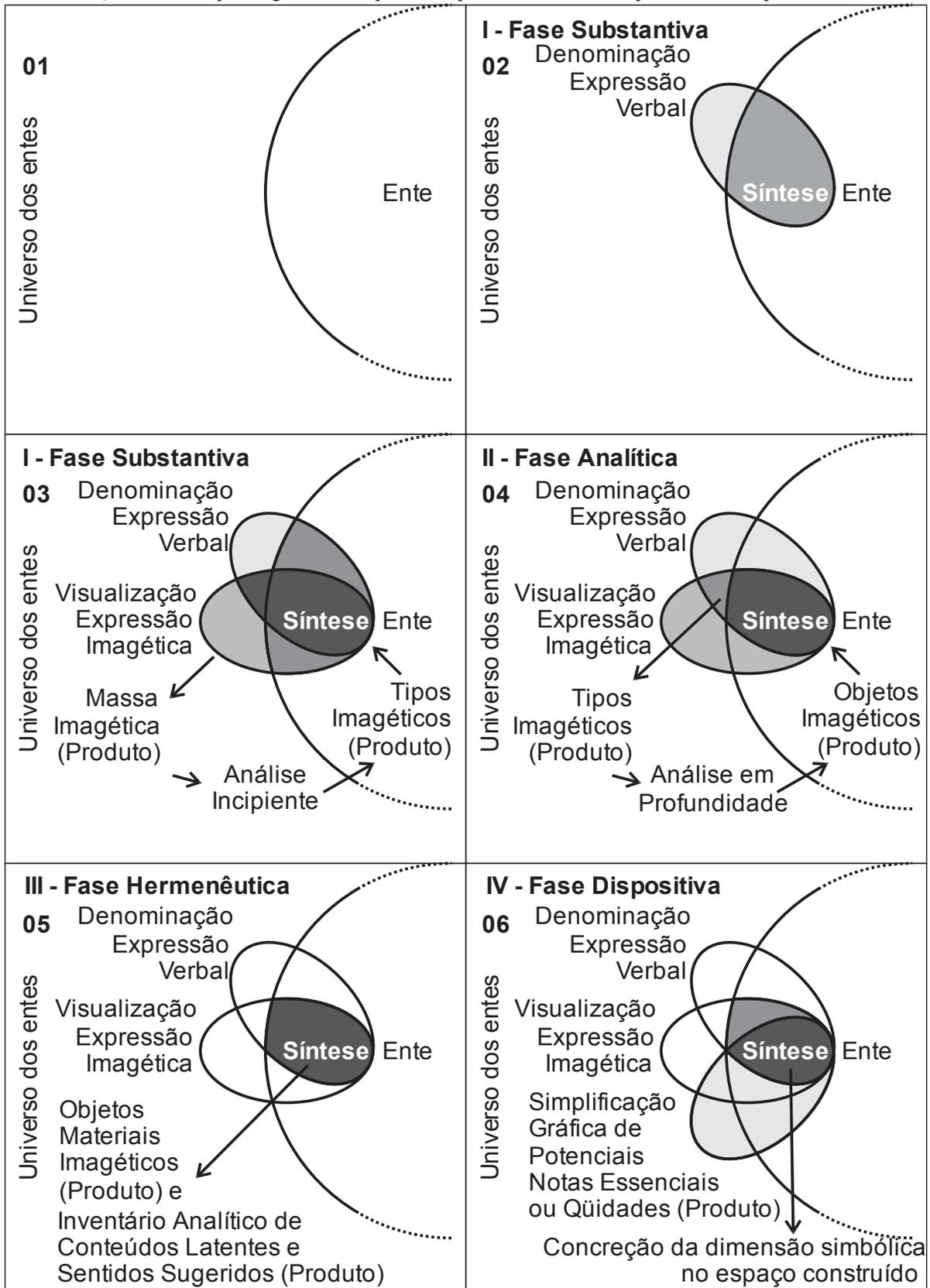
ente; Busca e produção da Massa Imagética.); II - Fase Analítica (Análise Incipiente; identificação dos Tipos Imagéticos, enunciação verbal e imagem referente; Análise em Profundidade e identificação dos Objetos matérias visuais e o todo imagético); III - Fase Hermenêutica (Simbólica aplicada (hermenêutica) e Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos e IV - Fase Dispositiva (Disposição visual e Simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou *qüididades*). Este mapeamento linear está diagramado no Quadro das etapas do dispositivo com seus respectivos atos e produtos a seguir.

Quadro 04 - Quadro de etapas do dispositivo com seus respectivos atos e produtos:

Fase	Ações	
I - Substantiva	Nomeação do ente	
	↓ Busca	
	↓ Massa Imagética	
		Produto
II - Analítica	Análise Incipiente	
	↓ Tipos Imagéticos, Enunciado verbal e Imagem referente	
	↓ Análise em Profundidade	
	↓ Objetos materiais visuais e o todo imagético	
		Produto
III - Hermenêutica	Simbólica aplicada (hermenêutica)	
	↓ Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos	
		Produto
IV - Dispositiva	Disposição visual	
	↓ Simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou <i>qüididades</i>	
		Produto

Fonte: O autor (2017)

Quadro 05. Esquema geral das etapas do dispositivo com seus respectivos atos e produtos.



Fonte: O autor (2017)

I - Fase Substantiva

Nesta fase se dá o início do processo, nela se objetiva tornar o ente⁵⁸ afetivo substanciado a partir de sua denominação como a substância básica inicial para que o ente possa passar a existir neste processo. Substância entendida a partir de seu sentido etimológico “do lat. *sub stare, substantia, quod sub stat*, dá a ideia de suporte, o que está abaixo, o que é estável, a base do que é real” (SANTOS, 1965, p. 1282). Em seguida se parte para a expressão visual onde seu produto é a massa imagética.

A nomeação é um traço marcante do aspecto psicológico do ser humano, de acordo com Santos (2007, p. 76) “Nossa primeira providência, ao descobrimos algo novo, ao construirmos um esquema objectivo, isto é, de objectivação do mundo exterior, é darmos-lhe um nome que o aponte, que o assinale. Realizamos, assim, a existência de completação de um esquema *eidético*⁵⁹”.

Nomeação do ente - Esta é a ação de se apropriar de um termo textual para indicar pela nomeação o ente afetivo que predicará o espaço em projeto, como por exemplo, felicidade, alegria, mistério etc. O que caracteriza como uma abstração onde o étimo é homogêneo e só dá conta de uma parcela do ente substanciado.

Atividade essencial - Definir o nome do ente que predicará o espaço em projeto, como por exemplo, felicidade, alegria, mistério etc.

Busca – O objetivo é a busca no acúmulo das expressões dos conteúdos subjetivos, e nas manifestações de fragmentos dos “resíduos arcaicos”, “arquétipos” ou “imagens primordiais” (JUNG, 1999, p.67), isto é, nas notas do “Inconsciente coletivo” que estão depositadas nos arquivos disponibilizados pela rede mundial de computadores (*world wide web*), os elementos visuais que teriam a potência de deflagrar o processo simbólico.

Jung concorda com Freud quando afirma que o inconsciente além de sujeito atuante tem uma existência topológica, onde “Nada mais é do que o espaço de concentração desses conteúdos esquecidos e recalçados” (JUNG, 2000, p.15) a qual ele utiliza para fundamentar sua ideia de inconsciente coletivo.

Assim, Carl G. Jung se apropria do termo freudiano e o denomina de “*inconsciente pessoal*” para poder conceituar, por relação com este étimo, o seu “*inconsciente coletivo*”, onde o primeiro é “Uma camada mais ou menos superficial do inconsciente e indubitavelmente pessoal” e o segundo é “Uma camada mais profunda, que já não tem sua

⁵⁸ Tudo aquilo que se possa crê que exista.

⁵⁹ “Nada mais é que a *abstração* de Aristóteles e dos escolásticos” (SANTOS, 1965, p. 601).

origem em experiências ou aquisições pessoais, sendo inata”, sendo que o segundo dá apoio ao primeiro. E reforça: “Eu optei pelo termo "coletivo" pelo fato de o inconsciente não ser de natureza individual, mas universal” (JUNG, 2000, p.15).

Assim Jung demonstra que o inconsciente coletivo é o arcabouço dos arquétipos, “Os conteúdos do inconsciente pessoal são principalmente os *complexos de tonalidade emocional*, que constituem a intimidade pessoal da vida anímica. Os conteúdos do inconsciente coletivo, por outro lado, são chamados arquétipos” (JUNG, 2000, p.16) cujos alcances se estendem para além da psique humana, mas que a influenciam.

Os pensamentos junguianos se encontram com o tempo presente. Com o avanço da tecnologia da digitalização e a disponibilização de dados via rede mundial de computadores, passou-se a ter as condições propícias para existência de um depósito infinito de informações possíveis de serem acessadas por quase todo ser humano. Neste contexto, os motores de pesquisa ou ferramentas de busca (*search engine*) tornam-se instrumentos recorrentes na procura do que está depositado e disponibilizado via internet e, aparentemente, configuram-se em um influenciador da homogeneização e mundialização das informações nos dias atuais e, talvez, também, formador de uma “cultura mundializada”.

Desta forma, é teoricamente possível se encontrar por meio destes motores de pesquisa ou ferramentas de busca os elementos para diagramar um arquétipo, ou formar esquema mental hodierno que se referencie por aquilo que é fornecido pela rede mundial de computadores e, a partir deste ponto, estabelece-se a potência de elaborar (sem a pretensão de torná-lo unívoco) um enunciado conceitual imagético cultural e temporal de um ente sujeito a ser assimilado afetivamente pela subjetividade em um determinado tempo e espaço, como por exemplo, da felicidade-espaço.

Nesta dimensão, durante o processo de utilização do dispositivo em apoio ao ato projetual, não se pode descartar, também, uma reflexão crítica sobre as possíveis forças que movem esta complexa rede de comunicação digital e todos os diversos interesses do sistema econômico, político e social que influenciam esta realidade cibernética presente que trazem em seus discursos a verossimilhança da possibilidade uma felicidade virtual plena e objetiva, que pode ser adquirida como uma mercadoria.

Atividade essencial - Reunir as imagens que aparecem ao solicitar uma busca a partir de palavras associadas à denominação (termo textual) nos idiomas mais falados pelos futuros usuários do espaço em projeto (Por exemplo, idiomas ocidentais de derivação do latim e do anglo-saxão) que são depositadas nos arquivos que estão disponibilizados pela rede mundial de computadores (*world wide web - www*) e podem ser localizados e recuperados pelos

mecanismos ou motores de busca (*search engine*), como é o caso do Google, por exemplo.

A reunião consiste em selecionar as primeiras imagens que aparecerem em cada idioma. Para ter uma validade científica seria apropriado adotar um percentual estatístico confiável. Por exemplo, segundo, SurveyMonkey (1999-2015) para que uma amostra tenha 95% de confiança, consecutivamente, margem de erro de 5% para um universo acima de 1.000.000 a população-alvo aproximada seria de 384 indivíduos.

Sendo assim, ao adotarmos que futuros usuários do espaço em projeto, por exemplo, utilizam os cinco idiomas ocidentais mais falados⁶⁰ que são os de derivação do latim e do anglo-saxão poder-se-ia selecionar as cem primeiras imagens de cada um dos cinco idiomas que totalizaria 500 imagens. Considerando a Uniform Resource Locator (URL), que é o endereço onde está o arquivo na Rede Mundial de Computadores (www), de cada imagem como um indivíduo num total de 500 arquivos/imagens chega-se a uma amostragem acima dos 384, aferindo a pesquisa a precisão de 95% de confiança.

O mesmo procedimento de Substanciação deverá ser feito com o oposto do ente a ser evocado pelo futuro usuário (em foco) do espaço a ser projetado. A título de exemplo, ao se utilizar o étimo felicidade poderia ser usar a palavra infelicidade como seu contrário. Este procedimento permitirá uma melhor identificação dos elementos pelo “dualismo antagônico” que se caracteriza como antinomia a “Reunião de duas proposições, uma chamada tese e outra antítese, que embora contraditórias, podem apoiar-se, tanto uma como outra, em argumentos de igual força” (SANTOS, 2010, p. 64). Então na exemplificação utilizada de cinco idiomas teríamos algo como o que se demonstra na tabela a seguir.

⁶⁰ Das línguas de grande difusão no universo linguístico do Ocidente (línguas europeias que partem dos ramos do tronco indo-europeu), as cinco mais faladas seriam de acordo com Lewis; Paul; Simons and Fennig (2015), o espanhol, o inglês, o português, o alemão e o francês.

Quadro 06 - Denominação (termo textual)

Idioma	Substanciação (Denominação) textual do ente a ser evocado	Oposto da Substanciação
Espanhol – ES	Felicidad	Infelicidad
Inglês – US	Happiness	Unhappiness
Português – PT	Felicidade	Infelicidade
Alemão – AL	Glück	Unglück
Francês – FR	Bonheur	Le malheur

Fonte: O autor (2017)

Produto desta fase - Massa imagética que seria um grupamento de imagens de natureza semelhante, que se apresentam reunidas, conjuntadas em uma concentração informe, isto é, ainda sem forma uma própria.

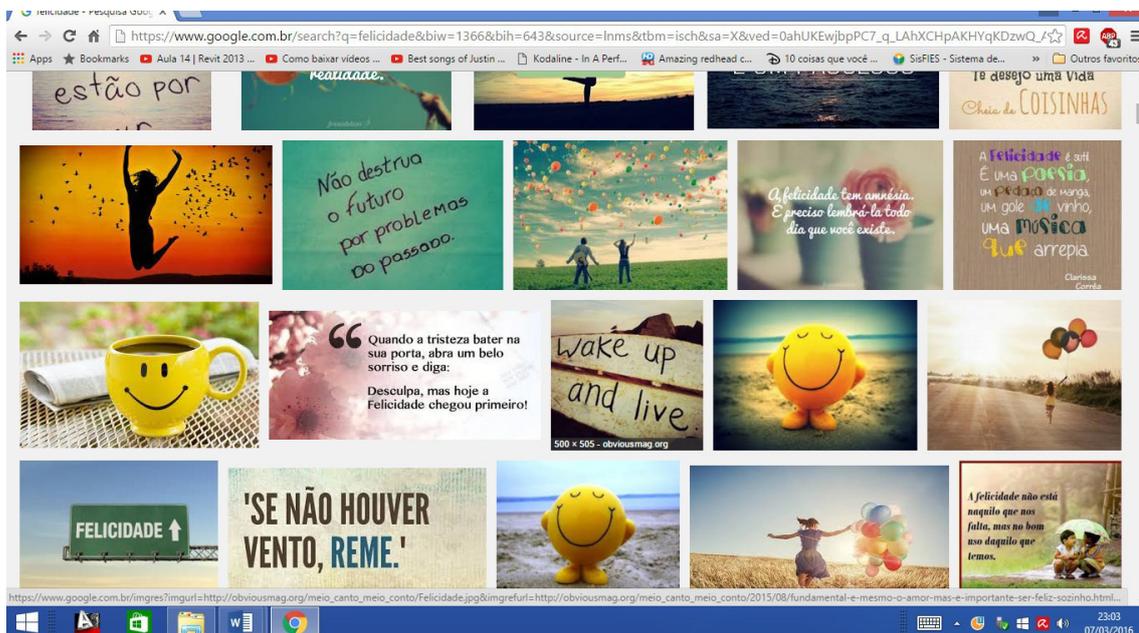
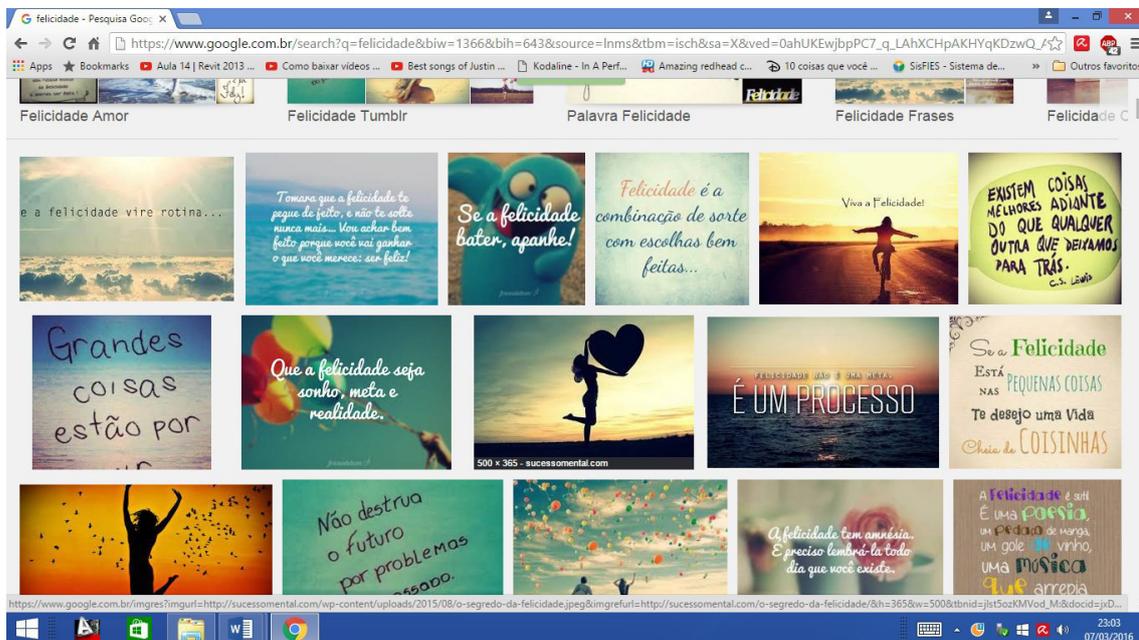
Atividade essencial - Reunir as imagens coletadas pelos mecanismos ou motores de busca na rede mundial de computadores em um único local analógico ou digital. Por exemplo, fazer um *Print Screen*, isto é, tirar fotos da tela do computador, por meio do pressionar da tecla que aciona este comando, no momento de cada visualização dos vários resultados da busca e reunir as imagens das telas dispostas de maneira contígua, uma após a outra, de forma sucessiva em um único arquivo digital. Registrar o endereço da URL cada uma das telas e também de cada imagem que aparece.

Montar quadros com as imagens que são associadas à denominação do ente, no caso em exemplificação a felicidade e, também, a infelicidade, em cada um dos idiomas pesquisados, coletadas no mecanismo ou motor de busca (*search engine*) com seus respectivos endereços de URL.

Estes dois procedimentos de reunir e montar quadros dará uma validação consistente ao seu produto, pois terão as fontes que referenciam a coleta dos dados. Dependendo do rigor e da necessidade de organização da pesquisa cada imagem pode ser codificada, como por exemplo, no caso da felicidade a primeira imagem poderia ter a seguinte codificação FE_001_PT_MAR16, onde FE seria a abreviação do ente (felicidade); 001 o número que indica sua ordem de apresentação (001 a primeira a aparecer, 002 a segunda e assim por diante); PT indica o idioma (no caso de português) e em seguida MAR-16 significando o mês e o ano da coleta.

Quadro 07 - Exemplo de parte dos Print Screen (captura da imagem exibida na tela do computador no momento em que se acessa ao site)⁶¹

Print Screen (captura da imagem exibida na tela do computador no momento em que se acessa ao site)

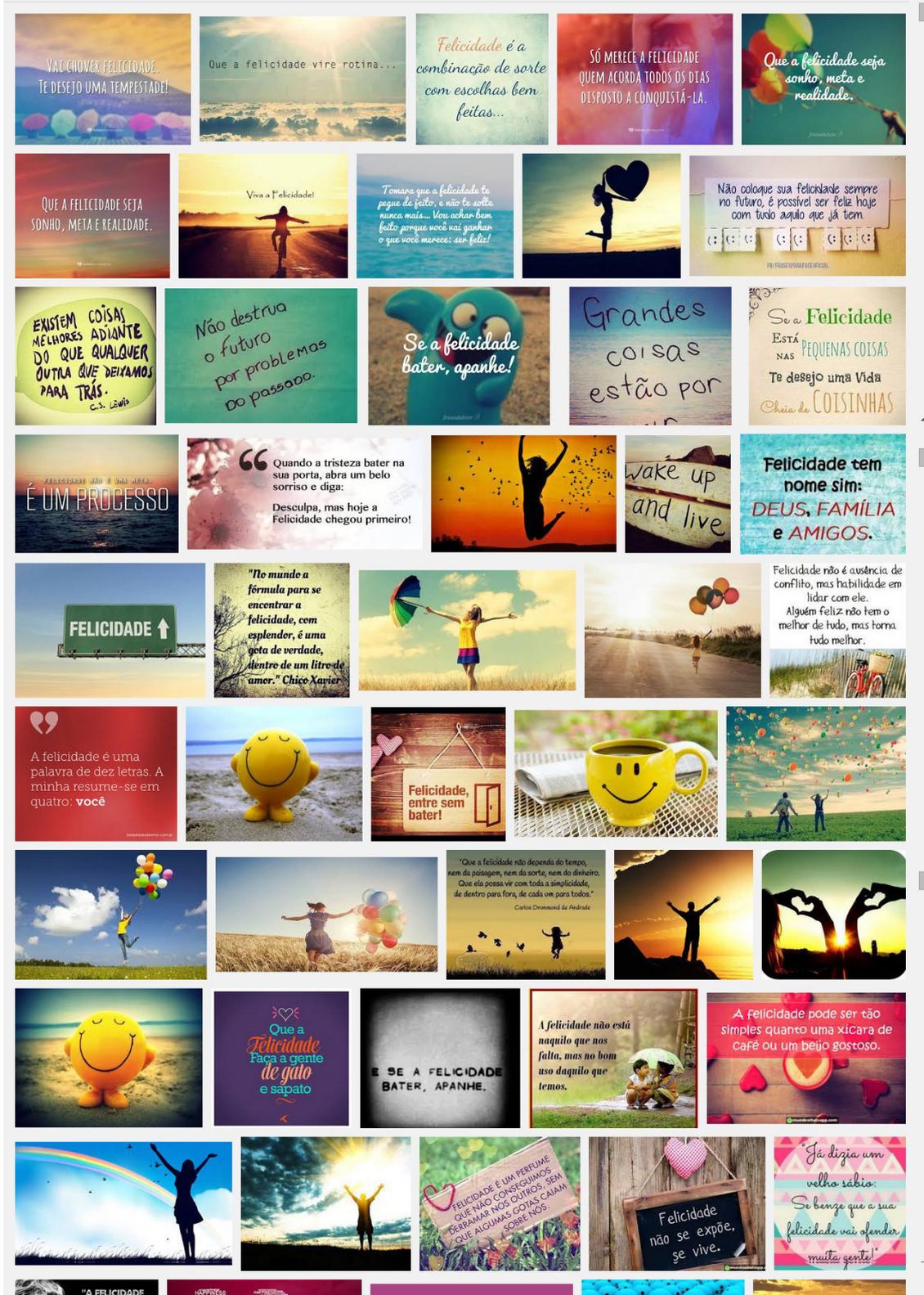


Fonte: www.google.com.br

⁶¹ Extrato do ensaio disponível em: www.google.com.br acesso em 05/03/2016.

Quadro 08 - Exemplo de parte da reunião das imagens das telas dispostas de maneira contígua uma após a outra, de forma sucessiva em um único arquivo digital de Print Screen (captura da imagem exibida na tela do computador no momento em que se acessa ao site)⁶².

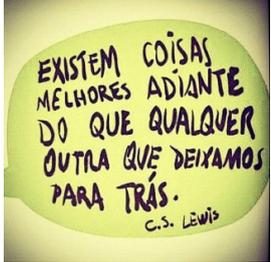
Reunião das imagens das telas



Fonte: www.google.com.br

⁶² Extrato do ensaio disponível em: <www.google.com.br> acesso em 05/03/2016.

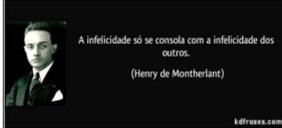
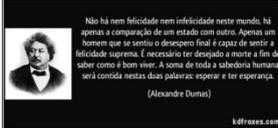
Quadro 9 - Exemplo do quadro de com parte das imagens que são associadas à denominação “felicidade” no idioma Português coletadas no mecanismo ou motor de busca (search engine) Google⁶³.

Imagens que são associadas à denominação FELICIDADE no idioma Português			
<p>FE_001_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://static.frasesparaface.com.br/imagem/q/u/que-a-felicidade-vire-rotina.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_002_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.frasesdobem.com.br/wp-content/uploads/2014/08/tomara-que-a-felicidade-te-pegue-de-jeito.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_003_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.frasesdobem.com.br/wp-content/uploads/2014/07/se-a-felicidade-bater.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_004_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.mensagens10.com.br/wp-content/uploads/2013/06/felicidade-e.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>
<p>FE_005_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://mensagens.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/o-que-e-a-felicidade-6/O-Que-e-a-Felicidade-18.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_006_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://mensagens.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/o-que-e-a-felicidade-3/O-Que-e-a-Felicidade-7.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_007_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://fmanha.com.br/blogs/bethlandim/files/2013/12/felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_008_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.frasesdobem.com.br/wp-content/uploads/2014/08/que-a-felicidade-seja.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>

Fonte: www.google.com.br

⁶³ Extrato do ensaio disponível em: <www.google.com.br> acesso em 05/03/2016.

Quadro 10. Exemplo do quadro com arte das imagens que são associadas à denominação “infelicidade” no idioma Português coletadas no mecanismo ou motor de busca (*search engine*) Google⁶⁴.

Imagens que são associadas à denominação INFELICIDADE no idioma Português			
<p>IN_001_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://marquinhouk.files.wordpress.com/2013/05/aaa1.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>IN_002_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://jeffwendell.files.wordpress.com/2012/02/infmund.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>IN_003_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://universonatural.files.wordpress.com/2014/11/para-eliminar-as-causas-da-sua-infelicidade-universonatural.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>IN_004_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.cantinhodacy.com/wp-content/uploads/2015/10/infeliz.png> Acesso em 05/03/2016</p>
<p>IN_005_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://images.endeavor.org.br/images/posts/infelicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>IN_006_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://kdfrases.com/frases-imagens/frase-a-infelicidade-so-se-consola-com-a-infelicidade-dos-outros-henry-de-montherlant-151105.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>IN_007_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.poesias.omeilhorda-web.com.br/img_poesias/39818_gr.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>IN_008_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://kdfrases.com/frases-imagens/frase-nao-ha-nem-felicidade-nem-infelicidade-neste-mundo-ha- apenas-a-comparacao-de-um-estado-com-alexandre-dumas-158057.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>

Fonte: www.google.com.br

A massa imagética será a existência sobre a qual se iniciará a próxima etapa, a Fase Analítica.

⁶⁴ Extrato do ensaio disponível em: <www.google.com.br> acesso em 05/03/2016.

II - Fase Analítica

Análise Incipiente - Esta é uma análise feita pela “intuição intelectual” isto é, é “a captação imediata das semelhanças e das diferenças que corresponde à quarta fase da intuição” em que a intuição é a “sensível” que Santos define como “O meio de captação imediata do fenomênico do mundo exterior por um ser vivo” (SANTOS, 1965, p. 874), imediata, pois não tem mediação de nada, é direta do fato para o ser humano.

No início tinha se pensado em fazer uma categorização em grupos, como os que se apresentam na lista abaixo, porém se assim fosse deixaria de ser um processo imediato, mas mediado pela categorização dos grupos que se estruturam por um conceito abstrato e, logo é *apriorístico*, o que, de certa forma, colocaria barreiras em uma possível desambiguação⁶⁵ (livre associação) das imagens. Outro ponto que reforçou o descarte foi que existiam imagens que poderiam ser enquadrada em mais de um grupo sucessivamente, fato que tornou o processo confuso para uma análise operacional para a etapa seguinte de Análise Imagética em Profundidade.

Grupos que identificam categorias de imagens, classificação que foi descartada.

I. Imagens em cores (Policromática)

1. Imagens sem texto
2. Imagens com texto
 - a. Imagem com objeto definido formado pelo texto
 - b. Texto acompanhado de imagem e/ou objeto definido e vice-versa
 - c. Texto sobre imagem (Objeto definido)
 - d. Objeto definido com texto inserido em sua forma.
 - e. Objeto definido inserido no texto
3. Texto sem imagem
 - a. Texto sobre cor (Objeto indefinido)

II. Imagem em preto e branco e tons de cinza (Acromática)

1. Imagens sem texto
2. Imagens com texto
 - a. Imagem com objeto definido formado pelo texto
 - b. Texto acompanhado de imagem e/ou objeto definido e vice-versa
 - c. Texto sobre imagem (Objeto definido)
 - d. Objeto definido com texto inserido em sua forma.
 - e. Objeto definido inserido no texto
3. Texto sem imagem

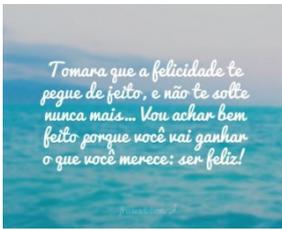
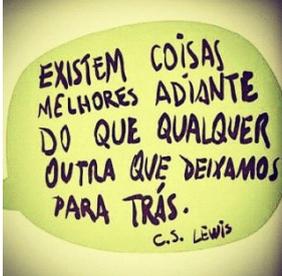
⁶⁵ Vem de desambiguar, onde o prefixo “des”, indica um valor negativo e, desta forma, aparece com o sentido de retirar a ambiguidade de uma palavra ou expressão, isto é, sinalizando o extrair do equívoco, ou seja, apontado para o recolher de algum ou de alguns daquilo que tem diferentes sentidos.

- a. Texto sobre preto, branco e/ou tons de cinza (Objeto indefinido)

Tentativa de focar em um número menor de categorias para a seleção das imagens a serem destinadas para Análise Imagética em Profundidade partia dos elementos prioritários que as compõem e obedeceria a ordem a seguir que também foi afastada pelas razões já explicadas.

1. Imagens (por ordem de importância)
 - a. Imagens sem texto
 - b. Imagens e/ou objetos definidos (maior importância) acompanhada de texto (menor importância)
 - c. Objeto definido com texto inserido em sua forma.
 - d. Objeto definido inserido no texto
 - e. Texto sobre imagem (Objeto definido)
2. Cor
 - a. Todas imagens em cores (Policromática)

Quadro 11. Quadro parcial de uma tentativa de agrupar as imagens em categorias que foi descartada. Este agrupamento se referia a subcategoria I.2.c texto sobre imagem (objeto definido) dentro da imagens em cores (poli-cromática) da categoria imagens com texto⁶⁶.

Uma tentativa de agrupar as imagens em categorias que foi descartada			
<p>FE_001_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://static.frasesparaface.com.br/imagem/q/u/q-ue-a-felicidade-vire-rotina.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_002_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.frasesdobe.com.br/wp-content/uploads/2014/08/tomara-que-a-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_003_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.frasesdobe.com.br/wp-content/uploads/2014/07/se-a-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_004_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.mensagens10.com.br/wp-content/uploads/2013/06/felicidade-e.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>
<p>FE_005_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://mensagens.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/o-que-e-a-felicidade-6/O-Que-e-a-Felicidade-18.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_006_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://mensagens.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/o-que-e-a-felicidade-3/O-Que-e-a-Felicidade-7.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_007_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://fmanha.com.br/blogs/bethlandim/files/2013/12/felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_008_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.frasesdobe.com.br/wp-content/uploads/2014/08/que-a-felicidade-seja.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>

Fonte: www.google.com.br

Produto - Tipos imagéticos denominados pelo enunciado verbal referente a cada agrupamento de imagens assemelhadas.

Esses tipos englobam dois predicados essenciais concomitantes: uma agregação “De características que se assemelham mais ou menos às que possuem certos indivíduos, objetos, etc.” e outro que conjunta “A classe indivíduos que possui caracteres que a diferenciam de outras” (SANTOS, 1965, p. 1358), onde os indivíduos seriam imagens coletadas.

⁶⁶ Extrato do ensaio disponível em: <www.google.com.br> acesso em 05/03/2016.

Cada tipo imagético deve ser nomeado por uma palavra ou pelo conjunto da menor quantidade possível de palavras que expressem de forma verbal aquilo que represente de forma mais apropriada o conceito deste agrupamento de imagens, entretanto “Não devemos confundir o conceito com a palavra que o expressa. O conceito é produto de uma operação mental; a palavra, apenas o seu enunciado, um sinal verbal” (SANTOS, 2010, p. 53).

Atividade essencial - Pela intuição intelectual e a partir das possíveis semelhanças e das diferenças, por livre associação, agrupar imagens a fim de formar vários tipos imagéticos e auferir a cada um desses tipos imagéticos uma denominação que seja o mais apropriado enunciado verbal de seu conceito.

Quadro 12. Exemplo de quadro parcial a partir do idioma português e da palavra felicidade que gerou o agrupamento das imagens do tipo imagético do enunciado verbal do conceito sorriso⁶⁷.

Tipo imagético: SORRISO			
<p>FE_003_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.frasesdobem.com.br/wp-content/uploads/2014/07/se-a-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_017_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://caminhosdailuminacao.com.br/wp-content/uploads/2015/10/felicidade-nao-e-terceirizavel.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_020_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://marianakalil.com.br/wp-content/uploads/2015/12/feliz-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_024_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://projetojejafeliz.com/wp-content/uploads/2015/10/feliz-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>
<p>FE_039_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://radioboanova.com.br/wp-content/uploads/2015/03/felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_041_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://blog.cancaonova.com/phn/files/2012/11/Felicidade_11.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_053_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://thesecret.tv.br/leidaatracao/wp-content/uploads/2014/11/felicidade-2.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_063_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://www.greenme.com.br/images/viver/saud-e-bem-estar/felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>

⁶⁷ Extrato do ensaio disponível em: <www.google.com.br> acesso em 05/03/2016.

Quadro 12. Exemplo de quadro parcial a partir do idioma português e da palavra felicidade que gerou o agrupamento das imagens do tipo imagético do enunciado verbal do conceito sorriso.

(Continuação)

<p>FE_064_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://ithblog.com/wp-content/uploads/2015/03/felicidade-lincoln.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_067_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://s2.glbimg.com/gfqT4yvD18uTWqOmt2a17IKsWvk=e.glbimg.com/og/ed/f/original/2015/03/10/felicidade3.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_073_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://i.mensagenscomamor.com/content/images/int/mensagens_felizes.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_076_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://assets3.exame.abril.com.br/assets/images/2014/8/506950/size_960_16_9_sorriso-feliz.jpg> Acesso em 05/03/2016.</p>
<p>FE_086_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://static.wixstatic.com/media/199e1f_b28419daf1074e49886267bedf3648fe.png_srz_257_305_85_22_0.50_1.20_0.00_png_srz> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_090_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://obviousmag.org/hom-onimundo/2015/sobre-a-felicidade.html.jpg?v=20160128090114> Acesso em 05/03/2016.</p>	<p>FE_096_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQmiVifnRf7cgvRutLSgInTdSoaXTQ5OXDXB6V1rXQsmQBZYaNr> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_097_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.frasesabias.com.br/wpcontent/uploads/2015/01/Felicidade.png> Acesso em 05/03/2016.</p>

Fonte: www.google.com.br

Quadro 13. Exemplo de quadro parcial a partir do idioma português e da palavra felicidade que gerou o agrupamento das imagens do tipo imagético do enunciado verbal do conceito corpo em liberdade⁶⁸.

Tipo imagético: CORPO EM LIBERDADE			
<p>FE_005_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://mensagens.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/o-que-e-a-felicidade-6/O-Que-e-a-Felicidade-18.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_009_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://sucessomental.com/wp-content/uploads/2015/08/o-segredo-da-felicidade.jpeg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_012_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.escolapsicologia.com/wp-content/uploads/2012/10/felicidade1.jpeg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_014_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://mensagens.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/perseguindo-a-felicidade-1/perseguindo-a-felicidade-5.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>

⁶⁸ Extrato do ensaio disponível em: <www.google.com.br> acesso em 05/03/2016.

Quadro 13. Exemplo de quadro parcial a partir do idioma português e da palavra felicidade que gerou o agrupamento das imagens do tipo imagético do enunciado verbal do conceito corpo em liberdade.

(continuação)

<p>FE_021_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://clinicaviarengo.files.wordpress.com/2012/09/felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_025_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://www.sbcoachin.com.br/blog/wp-content/uploads/2014/05/cao-minho-para-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_027_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.felizcomavida.com/wp-content/uploads/2014/04/FELIZ-COM-A-VIDA_planejar-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_028_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.melevajunto.com.br/wp-content/uploads/2016/02/felicidade-2.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>
<p>FE_030_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://i.mensagenscomamor.com/content/images/int/felicidade_frases.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_031_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://guiadoestudante.abril.com.br/blogs/redacaoenemvestibular/files/2014/06/felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_033_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.centropastoral.com.br/wp-content/uploads/2014/06/felicidade-001.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_037_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://dinheirama.s3.amazonaws.com/wpcontent/uploads/2014/10/21143306/20141021-dinheirama-dinheiro-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>
<p>FE_040_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://noticias.universia.com.br/br/images/universia/s/se/ser/serenidade-segrego-felicidade-universia-brasil.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_045_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://image.slidesharecdn.com/filosofia-131022091148-phpapp02/95/o-que-felicidade-37-638.jpg?cb=1445529151> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_048_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcT6JgiJ1iUEI65RH-3LPedi6lG_St9Hg8VXFeml5n9Y6c0PeI6HDA> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_050_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://puraqualidadedevida.files.wordpress.com/2014/02/felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>

Quadro 13. Exemplo de quadro parcial a partir do idioma português e da palavra felicidade que gerou o agrupamento das imagens do tipo imagético do enunciado verbal do conceito corpo em liberdade.

(continuação)

<p>FE_052_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://manchetegospel.com.br/wp-content/uploads/2012/09/Conquiste-a-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_054_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.thaissacarvalho.com.br/wp-content/uploads/2016/01/pessoas-felizes.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_057_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.galaxcms.com.br/imgs_redactor/468/images/Alegria_Felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_058_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://s2.glbimg.com/5NoD9JvVdWEH-IL7jfaOBPNSp4g=/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2014/08/06/felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>
<p>FE_062_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://colunas.gospelmais.com.br/files/2014/01/images-1.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_070_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://aekonomiadafelicidade.com.br/wp-content/uploads/2015/07/A-Economia_da_Felicidade_boys_1920x1024.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_078_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://paularaquel.com/wp-content/uploads/2016/01/msn.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_081_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.psicologaizabelmoraes.com.br/wp-content/uploads/2015/09/felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>
<p>FE_088_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <https://essenciacao.files.wordpress.com/2013/04/felicidade-no-trabalho.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_091_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://hypescience.com/wp-content/uploads/2013/09/ONU-felicidade.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_094_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://www.apaz.com.br/assets/files/felicidade/felicidade_papel_thmb.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>	<p>FE_099_PT_MAR16</p>  <p>Disponível em <http://bolsablindada.com.br/wp-content/uploads/2015/11/pessoa-feliz.jpg> Acesso em 05/03/2016</p>

Fonte: www.google.com.br

Imagem referente - Assim como se definiu um enunciado verbal é necessário também optar por uma imagem referente para que se faça uma análise em profundidade no tipo imagético. A intenção é objetivar o tipo imagético para efetivar uma observação pormenorizada dos seus elementos visuais essenciais. Apoiou-se em Santos, onde ele define que “Na lógica referente é o ato de referência, que há no conceito, no juízo, em relação aos seus conteúdos. A palavra A é referente aos seres A, ao conteúdo formal dos seres A” (SANTOS, 1965, p. 1200), parafraseando-o e substituindo a palavra pela imagem elaborou a seguinte assertiva: A imagem A é referente aos tipos imagéticos A, ao conteúdo formal dos tipos imagéticos A.

Produto - Imagem referente, que realiza a referência, e o referido é o que, ao qual, a mesma se destina, isto é, é a imagem que representa o conjunto de imagens que compõe o tipo imagético como um todo.

Atividade essencial - Por comparação, escolher entre as várias imagens de um tipo imagético, aquela que contempla a mais apropriada síntese do seu enunciado verbal, isto é, a imagem que abrange o maior número de elementos visuais qualificados como essenciais para existência daquele tipo imagético. Esta é uma operação mediada, pois se tem um grupo de imagens similares, sua categoria tipológica e sua expressão verbal como meio operacional de escolha, a qual Santos denomina de *eidética* que “Não é, porém, uma captação imediata, mas mediata. Exige já a elaboração inteligente, embora a consciência capte imediatamente o resultado (SANTOS, 1965, p. 874-875).

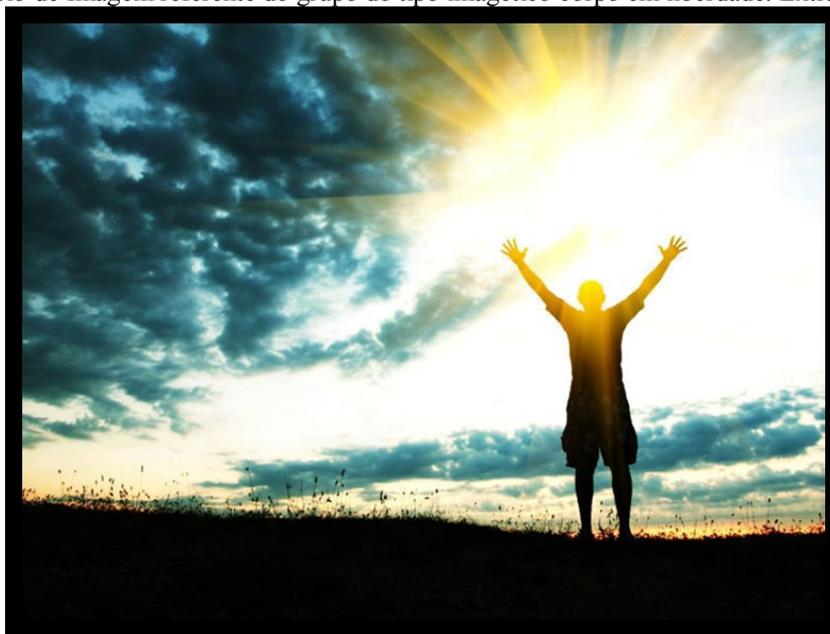
Figura 09. Exemplo de imagem referente do grupo do tipo imagético Sorriso. Extrato do ensaio.



Fonte: www.projetosejafeliz.com⁶⁹

⁶⁹ Disponível em <<http://projetojafeliz.com/wp-content/uploads/2015/10/feliz-felicidade.jpg>> Acesso em 05/03/2016.

Figura 10. Exemplo de Imagem referente do grupo do tipo imagético corpo em liberdade. Extrato do ensaio.



Fonte: <http://hypescience.com>⁷⁰

Imagem referente de cada tipo Imagético com seu enunciado verbal será a base que se analisará em profundidade na próxima etapa.

Análise em Profundidade – Nesta fase, a imagem referente de cada tipo imagético devidamente enunciado verbalmente será analisada profundamente. Sabe-se que análise vem “do gr. *analysis*, de *ana*, para cima, e *lysein*, resolver, desfazer uma solução” e se caracteriza como a “Decomposição de um todo em suas partes” cuja “tarefa é descobrir, sob os sinais, os fatos distintos” (SANTOS, 1965, p. 97).

Segregação do objeto material visual - A primeira análise deverá se constituir em segregar o objeto material visual de seu todo imagético. Neste caso, o objeto material seria o componente visual que “Existe em si mesmo com todas as suas notas” e que traz “As propriedades cognoscíveis e que se manifestam” (SANTOS, 1965, p. 1067) prioritariamente a relação com seu enunciado verbal e ao tipo imagético que referencia.

Vale ressaltar que todas as imagens coletadas se expressam em um plano mesmo que seus efeitos ópticos nos façam acreditar que existe uma profundidade espacial. O que ocorre é que de acordo com a maneira que os elementos visuais são configurados e estão dispostos no plano imagético temos a impressão pela visão que algumas imagens têm aspectos de espaço e,

⁶⁹ Disponível em <<http://hypescience.com/wp-content/uploads/2013/09/ONU-felicidade.jpg>>
Acesso em 05/03/2016.

consecutivamente, o caráter tridimensional.

Uma parte desta sensação, da imagem plana ser percebida como espaço tridimensional, está relacionada às impressões oculares que o espaço físico impregna sobre o sistema óptico e suas implicações sobre as atividades mentais de percepção, cognição e memória do ser humano. Quando estímulos visuais de uma imagem plana propiciam sensações semelhantes às que o indivíduo recebeu pelo espaço físico anteriormente o processo mental é ativado de forma similar e a percepção deste sujeito tenderá, de forma intuitiva, a identificar a imagem plana com alguma característica espacial. Existe outra forma de explicar a sensação de espacialidade propiciada por uma imagem em plano como é o caso da percepção de profundidade monocular, que será abordado adiante.

Desta forma, a análise se dará na identificação e segregação dos elementos visuais por recorte do plano imagético em zonas visuais, assim como se corta uma folha de papel com uma tesoura, onde as partes seccionadas são inter-relacionadas entre si e, também com o todo de onde foram retiradas.

Zonas visuais - O todo imagético seria o plano continente sinérgico de elementos visuais que se encontram em zonas visuais interconectados em uma forma integral. Neste plano imagético se buscará identificar o objeto material para em seguida examiná-lo detalhadamente.

Para contribuir para uma análise a partir de uma *eidética* apresentam-se alguns meios para operacionalizar a segregação do plano imagético em busca do objeto material visual a ser analisado.

Contraste visual - Um dos meios de instrumentalizar a separação é utilizar o contraste enquanto variação da intensidade das nuances ou de oposição entre elementos visuais que se encontram em zonas visuais contíguas que compõem um plano imagético para se estabelecer as respectivas diferenças.

Sendo assim, pode-se operacionalizar a segregação do plano imagético pelo:

1. Contraste de padrão visual (mudança e/ou diferença de um padrão visual de uma zona visual para outra);
2. Contraste de cor (mudança e/ou diferença de um padrão cromático ou tonal de uma zona visual para outra);
3. Contraste de intensidade (presença de aumento da carga visual de uma zona visual em relação ao todo e/ou a outras zonas visuais);

4. Contraste de incongruência (presença de incompatibilidade ou desacordo ou desproporcionalidade de uma zona visual em relação ao todo e/ou a outras zonas visuais).

Cada um destes contrastes pode ser utilizado para a segregação do plano imagético de forma individual ou conjugado com outro, com mais de um ou com todos.

Para indicar a segregação, pode-se utilizar a linha definidora da forma ou de contorno, traçando-a onde há o contato de uma zona visual com outra ou mesmo “recortando” a zona visual de seu plano imagético.

Outro meio para efetivar a segregação que pode ser adicionado ao contraste seria o denominar, classificar e categorizar os elementos que se configuram nas zonas visuais ou somente o objeto material.

Denominação ou descrição - É a relação do elemento visual que está em uma zona visual a uma ou a um grupo de palavras que o substancializa de forma textual e, se necessário, relacioná-lo a outros objetos visuais que substancializa a mesma palavra para identificar e reforçar uma isomorfia. A denominação adotará a terminologia dos objetos que consta da categorização objetiva material substanciada apresentada na sequência deste texto.

Classificação dos elementos visuais - A classificação dos elementos visuais que constam em cada zona visual pode ser simples ou composta, onde o elemento visual simples é aquele elemento ímpar que por si só, na sua singularidade, tem a capacidade representar visualmente um único objeto ausente; e o elemento visual composto é o que necessita do arranjo de dois ou mais elementos simples para representar visualmente um único objeto ausente.

Categorização objetiva material substanciada - A categorização objetiva material substanciada é uma taxonomia que visa ordenar os elementos visuais que se pode determinar sua denominação ou descrição a partir de suas características essenciais, assim como possibilitar uma terminologia de referência. Esta categorização objetiva material substanciada apresenta-se de forma detalhada no quadro 14 a seguir.

Quadro 14 - Categorização objetiva material substanciada

ESPAÇO FÍSICO

Construído (Construído e/ou modificado pelo ser humano)

- Arquitetônico - Espaço produzido para o (um) uso humano.
- Urbano – Conjunto de arquiteturas e suas interconexões em um determinado espaço.
- Paisagístico (geomorfologia) – O suporte visual e ambiental da arquitetura e/ou espaço urbano
- Para locomoção – Espaço destinado ao transporte físico de seres humanos e artefatos.

Quadro 14 - Categorização objetiva material substanciada (Continuação)

Natural (NÃO construído nem modificado pelo ser humano)
<ul style="list-style-type: none"> • Terra • Céu/ar • Água
SERES
Antropomórficos (Ser humano ou com forma análoga ou isomorfa ao ser humano)
<ul style="list-style-type: none"> • Biótipo • Ação (o que estão fazendo) • Expressões faciais • Expressões corporais • Vestimentas/Acessórios • Artefatos portáteis • Circunstância
Zoomórficos (Ser animal ou com forma análoga ou isomorfa ao ser animal)
<ul style="list-style-type: none"> • Espécie • Circunstância
Fitomórficos (Ser vegetal ou com forma análoga ou isomorfa ao ser vegetal)
<ul style="list-style-type: none"> • Espécie • Circunstância
Líticos [Ser mineral, de rocha ou de pedra (Inorgânico) ou com forma análoga ou isomorfa ao ser mineral, de rocha ou de pedra (Inorgânico)]
<ul style="list-style-type: none"> • Espécie • Circunstância
Mitológicos (Seres fantásticos e/ou metamórficos e/ou híbridos)
<ul style="list-style-type: none"> • Espécie • Circunstância
OBJETOS FÍSICOS
Artefatos (Construído e/ou modificado pelo ser humano)
Naturais (NÃO construído nem modificado pelo ser humano)
SINAIS GRÁFICOS
Naturais (NÃO foram construído nem modificado pelo ser humano)
Artificiais Intencionais (Construído e/ou modificado pelo ser humano para ser um sinal)
Artificiais Espontâneos (Que não foram Construído e/ou modificado pelo ser humano para ser, mas que se tornaram um sinal)
TIPOGRAFIA (letras, números e outros elementos da escrita)
Forma - Família (variações)/fonte
CATEGORIZAÇÃO OBJETIVA INDEFINIDA
Alguns elementos visuais não chegam a caracterizar-se em um objeto devido a sua indefinição formal, mas existem enquanto forma que, mesmo sendo ambígua, contém cor e/ou textura. Estes elementos são estruturalmente valiosos, uma vez, que funcionam como ligação entre os objetos substanciados e, também, com o todo imagético.
Agrupamento das zonas visuais identificadas a partir da teoria da Gestalt
<ul style="list-style-type: none"> • Similaridade - identificação da repetição de elementos que apresentam características de elemento singular em comum. • Proximidade de elementos singulares • Sequência - identificação de uma lógica da sucessão de elementos singulares

Quadro 14 - Categorização objetiva material substanciada (Continuação)

Descrição morfológica das zonas visuais identificadas a partir da configuração da

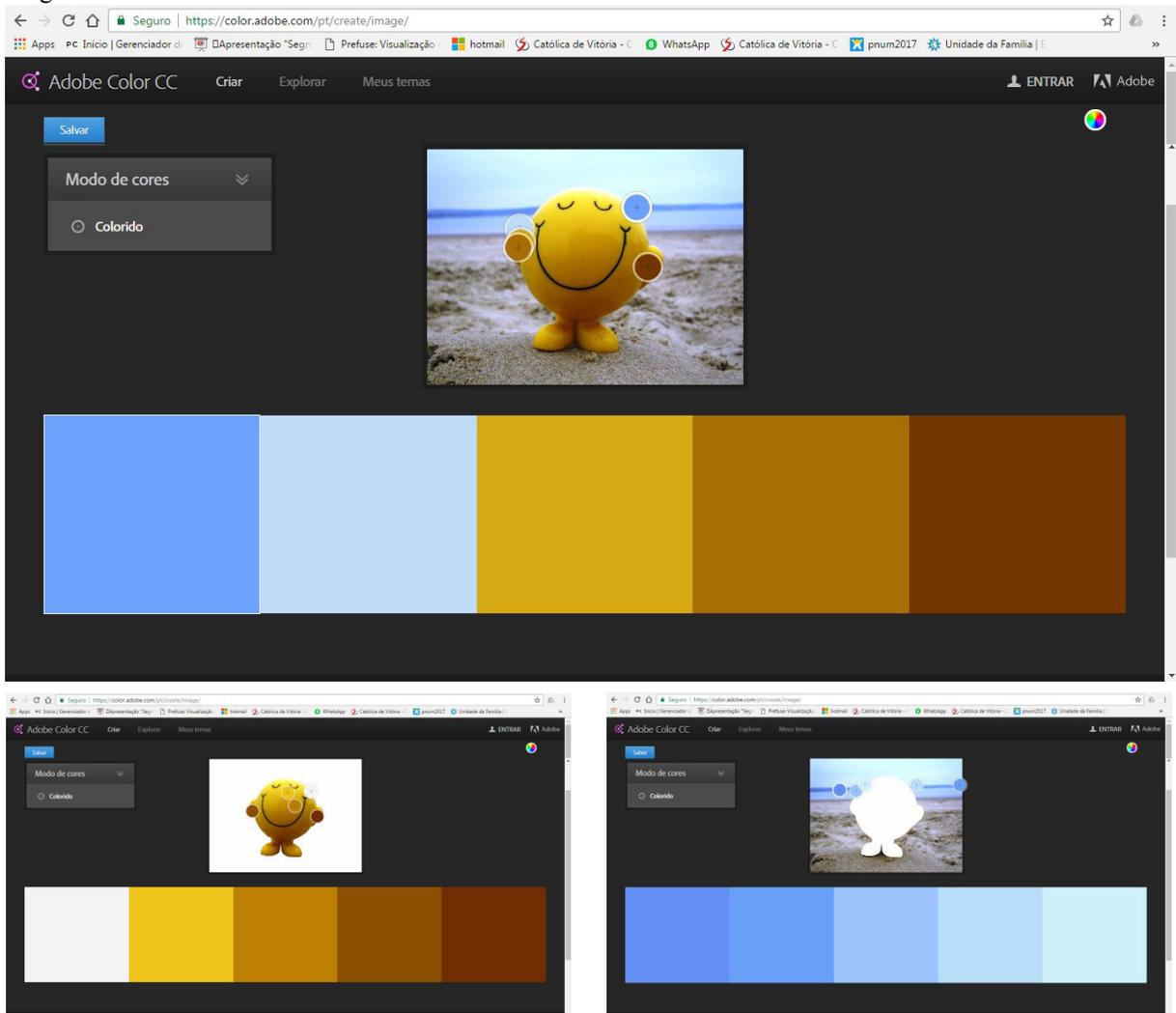
- Forma (geometrização)
- Cor
- Textura

Fonte: O autor (2017)

A cor pode ser indicada e caracterizada por sua predominância, pois existem cores que sobressaem mais que outras o plano imagético. Em uma imagem digitalizada, como é o caso das colhidas na atividade de busca, onde se utiliza um mecanismo para identificar e coletar da internet, pode se adotar o *Adobe Color CC* que é um programa informático disponibilizado pela *Adobe*⁷¹ na internet, com acesso disponibilizado pelo link <<https://color.adobe.com/pt/>>. Este programa foi desenvolvido para captar cores e criar paletas. Seu funcionamento se dá por meio de um algoritmo, o qual tem a função identificar a intensidade da frequência de padrões cromáticos na imagem e apresentar as cores que predominam em uma paleta.

⁷¹ Adobe Systems Incorporated, Inc. Companhia americana que desenvolve programas de computador.

Figura 11 - Exemplo de utilização do Adobe Color CC para identificar as cores predominantes em um plano imagético.



Fonte: O autor (2017) através do site <<https://color.adobe.com/pt/>>.

Em vista a alinhar com a simbólica, a nomeação cromática pode se dar a partir das entradas encontradas em um dicionário de símbolos como, por exemplo, o de Chevalier (2006, p.275), onde “Cada uma das cores principais será objeto de entrada particular, por ordem alfabética: amarelo, azul, branco, castanho, cinzento, laranja, preto, verde, vermelho, violeta”. Estas denominações podem ser relacionadas com o sistema RGB (Vermelho, Verde e Azul) que é uma tricomia aditiva (luz) adotada para produção das cores nas telas de computadores, assim como em todos “Dispositivos emissores ou captadores de luz” (VILLEGAS, 2009, p.86) como, por exemplo, é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 15. Relação entre as nomeações das cores de um dicionário de símbolos com o sistema RGB.

COR (Nome de acordo com CHEVALIER, 2006, p. 275)	Sistema RGB		
	R (Vermelho) Variação de 0 a 255	G (Verde) Variação de 0 a 255	B (Azul) Variação de 0 a 255
Amarelo 	255	255	0
Azul 	0	0	255
Branco	255	255	255
Castanho 	200	64	0
Cinzentos 	R com valor igual a G e B	G com valor igual a R e B	B com valor igual a R e G
Laranja 	255	100	0
Preto 	0	0	0
Verde 	0	255	0
Vermelho 	255	0	0
Violeta 	255	0	255

Fonte: O autor (2017)

Nesta relação o amarelo, o azul, o castanho, o laranja, o verde, o vermelho e o violeta seriam os elementos básicos do sistema policromático e pela intuição intelectual (conceito que será explicitado mais à frente) as variações seriam definidas pela tendência para mais para uma cor ou para outra, isto é, uma tonalidade que o observador tem um juízo que é mais amarelo que vermelho será considerada como cor amarela. Estas cores poderiam, também, variar para seu clareamento ou escurecimento, assim poderíamos ter um azul escuro ou claro, mas ambos seriam a cor denominada de azul.

O preto, acinzentado e branco ora seria considerado um variação acromática, isto é, somente uma intensidade da luz, onde o preto seria a ausência da luz, o branco a luz em sua maior intensidade e o acinzentado toda gama de variação ente a luz e a escuridão, podendo tender mais para a luz ou para a iluminação, ou para a escuridão ou para a sombra ou, mesmo, ficando a meio termo na penumbra. Em outro momento, o preto, o branco e o acinzentado (cinza escuro ou cinza claro) seriam cor, caso se caracterizasse como a pigmentação de algum objeto.

Assim, poderia se utilizar a categorização objetiva material substanciada para ordenar a reprodução textual de um determinado elemento visual, por exemplo, o objeto material visual do tipo imagético Sorriso poderia ser descrito como: Objeto em forma de esfera que representa um ser antropomorfo com elementos que remetem aos olhos e boca compondo o que parece uma face, o qual apresenta uma expressão facial sorridente, logo se caracteriza como um sorriso.

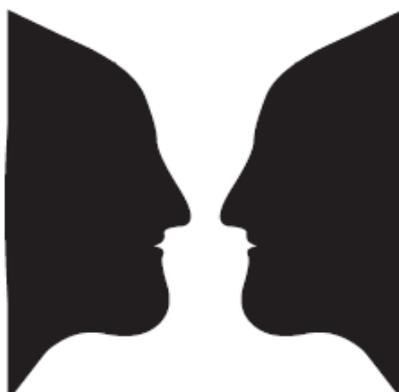
A segregação dos objetos materiais, a sua configuração formal, denominação e descrição textual, classificação e categorização servem como meio para uma melhor identificação dos elementos visuais de um todo imagético. As interconexões destes componentes, em operação associada, combinam-se para a obtenção de determinados resultados significativos e criam a sua coesão semântica⁷² no plano imagético.

Ordenamento visual no plano imagético - Para a análise do todo em sua relação com as suas partes e vice-versa, tendo-se em vista a circunscrição das imagens, especialmente do objeto material visual, objetivando a sua utilização na fase hermenêutica, faz-se necessário uma organização ou um ordenamento e, para tanto, lançaremos mão do conceito oriundo da teoria da Gestalt de Figura-Fundo.

Figura e fundo semântico - No processo de percepção das coisas, de acordo com a teoria da Gestalt, as figuras são definidas por estar em destaque num determinado momento e o fundo é o que fica em segundo plano. Segundo Ginger (1995, p.38), “Não se pode distinguir uma figura sem um fundo: a Gestalt se interessa por ambos, mas, sobretudo, por sua inter-relação”.

Vernon (1974, p. 19) afirma que o ambiente completamente homogêneo não pode ser percebido; parece vago, indefinido, sem localização no espaço. A percepção só ocorre na medida em que surge alguma forma ou padrão, e na medida em que são discriminados em virtude do contorno que os separa de seu fundo. Essa é a experiência conhecida como figura-fundo, fundamental para toda percepção.

Figura 12 – Figura-fundo



Fonte: Barki, p.19.

⁷² Semântica de acordo com a semiologia, que afirma que a significação indica a relação entre os signos e seus referentes, onde “O signo é, pois, composto de um significante e um significado” (BARTHES, 2004, p. 32). O grifo na palavra “um” é nosso.

Para tanto, a maior importância semântica ordenada (hierárquica) em um todo imagético é dada prioritariamente para a figura e, em segundo plano, ao fundo. O fundo pode, em alguns casos, ser até desconsiderado totalmente para a subsequente fase hermenêutica.

A partir desta parte da teoria da Gestalt apresentada utilizaremos a ideia de que o elemento (simples ou composto) que terá a função de objeto material visual será aquele que for prioritário para a semântica, pois se ele for eliminado do todo imagético causará o distanciamento ou rompimento da relação do que restou da imagem com o ente substanciado que representa, isto é, a imagem sem este elemento deixará de trazer à mente o ente substanciado que tenta significar, o que o caracterizaria como figura semântica. Já o fundo semântico, o oposto e complementar à figura semântica, se for retirado do todo da imagem não interferirá na relação com o ente substanciado que representa. Isto quer dizer que a imagem, mesmo sem estes elementos, continuará a representar significativamente o ente substanciado.

Desta maneira é possível identificar as figuras em um todo imagético, pois frequentemente, elas estão em evidência de contraste ou topológica nas imagens e, assim, segrega-se dos demais elementos que caracterizam o fundo semântico imagético. Este aforismo soma-se à importância semântica contribuindo para uma análise mais aprofundada da imagem e uma interpretação mais consistente.

Quanto à evidência de contraste elementar, vale o que já foi explanado, a saber: contraste de padrão visual (mudança e/ou diferença de um padrão visual de uma zona visual para outra); contraste de cor (mudança e/ou diferença de um padrão cromático ou tonal de uma zona visual para outra); contraste de intensidade (presença de aumento da carga visual de uma zona visual em relação ao todo e/ou aos outras zonas visuais) e contraste de incongruência (presença de incompatibilidade ou desacordo ou desproporcionalidade de uma zona visual em relação ao todo e/ou aos outras zonas visuais).

Topologia elementar - Além da evidência de contraste há a hierarquia elementar topológica. Mesmo que a imagem seja uma representação plana é possível abstrair-se uma ideia de profundidade, onde os objetos formais e áreas visuais segregados, denominados, classificados e categorizados podem ser localizados e/ou posicionados no espaço tridimensional percebido.

Para tanto, adotou-se a ideia de uma topologia elementar em camadas, isto é, a identificação da posição ou localização do elemento nas camadas da profundidade espacial expressa no plano imagético:

1. Camada frontal (Parte ou a espessura do todo espacial que se encontra à frente, isto é, mais próxima do observador);
2. Camada intermediária (Parte ou a espessura que se localiza entre a camada frontal e a posterior);
3. Camada posterior (parte planificada situada no ponto mais distante do observador, localizada depois de tudo). Esta camada se caracteriza como suporte visual do(s) demais elementos(s)

Disposição elementar - é a identificação da disposição dos elementos nas camadas que se dará a partir e de acordo com a percepção de profundidade pela visão monocular e adotando a ordem que identifica a sua localização ou seu posicionamento, que poderão estar à frente (Camada frontal), no meio (Camada intermediária) ou atrás (Camada posterior).

Ramos (2006) em fisiologia da visão binocular, fala de como o ser humano apreende os estímulos visuais com os dois olhos e cita a superposição que é característica da visão binocular. No entanto, faz um adendo e diz que “Percepção de distâncias egocêntricas não é necessariamente vinculada a essa superposição de campos, podendo ser dada por uma série de ‘pistas monoculares’” (RAMOS, 2006, p.9). O autor cita seis destas pistas onde uma delas refere-se ao movimento. Apoiando-se nestas cinco pistas que dizem respeito ao espaço estático elaboramos uma adaptação operacional e incluímos outros três princípios para indicar as condições que propiciam, a partir da visão monocular, uma percepção de profundidade em um plano imagético estático. A saber:

1. Oclusão ou sobreposição (opaca ou transparente) ou Interposição.
Em Ramos (2006 p. 9) “interposição de estímulos (os mais próximos “cobrindo” os contornos e áreas dos mais distantes)”;
2. Relação ao tamanho conhecido (escala e/ou dimensão relativa a formas conhecidas). Em Ramos (2006 p. 9) “Tamanhos relativos das imagens (maiores para os de objetos mais próximos, menores para os mais distantes)”;
3. Identificação da zona de foco e de desfoque (nitidez e indefinição).
Em Ramos (2006, p. 9) “Contornos e brilhos (mais acentuados com a proximidade, esmaecidos com o distanciamento); identificação da zona de foco e de desfoque (nitidez e indefinição)”;
4. Luz incidente e sombra (própria e projetada).
Em Ramos (2006, p. 9) “Zonas de sombras e iluminação (sugerindo relevos e

cavidades)”;

5. Perspectiva atmosférica (Cores e tons que propiciam uma sensação que algo está mais próximo ou mais afastado).

Em Ramos (2006, p. 9) “Perspectiva aérea (coloração mais azulada para grandes distâncias, pela interposição de ar entre o observador e os objetos)”;

6. Perspectiva linear (Diagonal – Sensação que as linhas paralelas se encontram em um ponto no espaço óptico);
7. Gradiente (variação ou tonalidade) de textura. (variação óptica do tamanho de elementos visuais que possuem tamanhos iguais na tridimensionalidade do espaço);
8. Altura no campo de visão (posicionamento na parte de cima ou de baixo do plano imagético propiciando uma sensação de mais afastado ou mais próximo).

Vale ressaltar que zonas visuais segregadas no geral que não se caracterizam necessariamente como figura semântica ou o objeto material visual estão contidas e contém de forma recorrente o fundo semântico.

Produto – Objeto material visual como figura semântica segregada do fundo semântico do plano imagético de um tipo imagético, devidamente denominado e descrito de acordo com a categorização objetiva material substanciada.

Atividade essencial – Tomar as imagens referentes de cada tipo imagético e em cada uma delas fazer a segregação do objeto material visual enquanto figura semântica do fundo semântico do plano imagético de seu tipo imagético. Pela intuição intelectual e a partir das possíveis semelhanças e das diferenças, sobre o plano imagético, utilizando o princípio do contraste, identificar as variadas zonas visuais; delimitar estas zonas por linhas ou por recorte; ordenar as zonas visuais de alguma forma: pode-se utilizar a sua denominação a partir da categorização objetiva material substanciada, sua classificação como elementos visuais; identificar a hierarquia visual semântica: pode-se utilizar a topologia e disposição elementar e separar a figura do fundo semântico e em seguida apresentar as imagens referentes, seu fundo semântico e o objeto material referente a tipo imagético que referencia fazendo o enunciado verbal de cada um deles.

Quadro 16. Exemplo de quadro como objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio.

	
<p>Figura semântica - Objeto material visual</p>	<p>Imagem referente integral</p>  <p>Padrão Cromático colorido da Imagem referente integral definido pelo Adobe Color CC</p>
	
<p>Padrão Cromático colorido da figura semântica definido pelo Adobe Color CC</p>	<p>Fundo semântico</p>  <p>Padrão Cromático colorido do fundo semântico definido pelo Adobe Color CC</p>
<p>Descrição - Objeto em forma esférica que representa um ser antropomorfo com elementos que remetem aos olhos e boca compondo o que parece uma face, o qual apresenta uma expressão facial sorridente, logo se caracteriza como um sorriso. Predomina a cor amarela.</p>	<p>Descrição - Sem valor significativo. Predomina a cor azul.</p>

Fonte: O autor (2017)

Quadro 17 - Exemplo de quadro como objeto material visual da imagem referente do tipo imagético corpo em liberdade decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio.

	
<p>Figura semântica - Objeto material visual</p>	<p>Imagem referente integral</p>
	
<p>Padrão Cromático colorido da figura semântica definido pelo Adobe Color CC</p>	<p>Padrão Cromático colorido da Imagem referente integral definido pelo Adobe Color CC</p>
<p>Descrição - Figura de um ser antropomorfo com braços abertos como se desprendesse sua existência da paisagem natural que o contém. Predomina a forma antropomorfa sobre a cor, muitas vezes apenas a silhueta basta sobre a qual incide a luz ou a iluminação.</p>	
	
<p>Padrão Cromático colorido da figura semântica definido pelo Adobe Color CC</p>	<p>Padrão Cromático colorido do fundo semântico definido pelo Adobe Color CC</p>
<p>Descrição - Paisagem natural com o horizonte dividindo o céu com sol e a terra. Predomina as cores azul e amarelo (luz ou iluminação) no céu e a sombra (cores em tons escuros) na terra.</p>	<p>Descrição - Paisagem natural com o horizonte dividindo o céu com sol e a terra. Predomina as cores azul e amarelo (luz ou iluminação) no céu e a sombra (cores em tons escuros) na terra.</p>

Fonte: O autor (2017)

A entidade a se verificar na próxima fase hermenêutica será objeto material visual como figura semântica segregada do fundo semântico do plano imagético de um tipo imagético, devidamente denominado e descrito de acordo com a categorização objetiva material substanciada.

III - Fase Hermenêutica

Simbólica aplicada (hermenêutica) - Esta fase visa verificar a conexão que existe entre

o objeto material visual de cada um dos tipos imagético com o ente ao qual se pretende apontar, quais os nexos e sua razão de ser e, também, o que o afasta. Neste processo se vai ao encontro das “Notas essenciais ou *quidditativas*⁷³” (SANTOS, 1965, p. 332).

Os nexos serão apresentados por meio da análise de notas simbólicas suscetíveis de serem expressas por elementos notáveis à visualidade e de serem arranjadas na dimensão física do espaço, necessários ao projeto e na consecutiva construção, com vistas à efetivação da dimensão simbólica que se constitui pela síntese do possível símbolo espacializado para seus fruidores.

Deverão ser adotados os princípios da Simbólica, enquanto “Ciência ou a teoria do estudo dos símbolos” (CHEVALIER, 2006, p. XX), como fundamento do desenvolvimento de uma hermenêutica aplicada à compreensão dos aspectos simbólicos.

Nesta etapa, o referencial metodológico se dá pela Dialética Simbólica de Mario Ferreira dos Santos, onde “A dialética simbólica, para a interpretação dos símbolos, funda-se na analogia que sempre indica a participação [...] o emprego da analogia” é o “Fundamento do método dialético, que muito favorecerá para o melhor estudo do símbolo” (SANTOS, 2007, p. 121).

Aos estudarmos conceitos enquanto esquemas elaborados pelos pensamentos por abstração homogênea “Podemos permanecer no campo da lógica formal” é o que afirma Santos (2007, p. 115), entretanto, continua o filósofo, o universo do estudo dos símbolos extrapola esta condição e se torna necessário “Investigar a realidade na sua heterogeneidade” e assim:

A dialética se torna para nós imprescindível [...] a dialética não se preocupa apenas com a tomada das relações lógicas, porque não é uma mera operação de lógica formal, nem tenta agrupar conceitos sobre os conceitos gerais o de ser. Ela procura alcançar o que é a heterogeneidade, a diversidade da realidade (SANTOS, 2007, p. 116).

Cabe aqui uma abordagem sintética de alguns aspectos terminológicos que permeiam a dialética simbólica que se constituirá nas suas categorias básicas necessárias.

É uma máxima bionômica⁷⁴ que todo ser vivo vive no meio ambiente que o abrange com o qual sustenta uma relação de dependência que pode lhe ser conveniente ou

⁷³ “QÜDIDADE - (do lat. *quidditas*, de *quid*, o *to ti én enai*, de Aristóteles). É o que responde à pergunta *quid si* (que é), em oposição à pergunta *an sit* (se é). O primeiro é a essência e o segundo, a existência. A quiddidade é expressa na definição. Na escolástica é sinônimo de forma, de essência, de natureza, etc., salvadas as distinções que há nesses termos” (SANTOS, 1965, p. 1189).

⁷⁴ Refere-se à Bionômica que é o campo da ciência biológica que estuda os animais em relação ao meio ambiente.

desfavorável. O lidar com esta relação - ser vivo-meio ambiente - o habilita a sobreviver na medida em que ele se modifica e se adequa a esta ou aquela situação para que assim possa se manter vivo ou preservar sua existência. Segundo Santos (2007, p. 58), considerando especialmente o ser humano, “Essa actividade toma o nome genérico de *Adaptação* – a qual pode ser, não só biológica, como psicológica e até social”.

Esta afetação dos elementos do meio ambiente sobre o corpo e a mente humana impressiona a “Parte somática, constituída dos esquemas hereditários, genericamente biológico, incluindo ainda, como se inclui no pensamento actual, todo conjunto de constelações esquemáticas do psíquico e neuro-somático⁷⁵” (SANTOS, 2007, p. 58) que se constitui na *Organização* que por sua vez estrutura a adaptação.

O esquema, no sentido psicológico e social, que é o que interessa para estudar os símbolos, elucida Mário Ferreira dos Santos (1965, p. 652) se conceitua como a estrutura que se estabelece a partir do processo do pensamento do ser humano que é mediado por algo que tem uma forma representativa que se dá na mente e que é objeto do conhecimento e do entendimento. Mas mesmo sendo mental esta forma está relacionada a uma forma mediada por algo que é materializado no mundo físico que por sua vez mantém uma proporcionalidade com o objeto que é gerado na mente.

O pensamento de Mario Ferreira dos Santos que o ser humano traz geneticamente esquemas mentais sujeitos a adaptações diante da influência do meio ambiente em que vive é reforçado pela genética comportamental. Mesmo que ainda haja uma polêmica, denominada de *controvérsia natureza-criação* (DAVIDOFF, 2001, p. 51), do que mais influenciaria o fenótipo, isto é, se ele seria mais motivado pela constituição genética do organismo ou pelas questões ambientais, a genética comportamental afirma que a hereditariedade é essencial para o comportamento e a cognição do ser humano. Na concepção deste campo científico o ser humano traz algo em seu genoma, “Configuração genética determinada no momento da concepção” (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 90), que define suas estruturas do processo do pensamento e, consecutivamente, seus esquemas mentais.

Para entender a influência da genética sobre o comportamento e a cognição, segundo Davidoff (2001, p. 54), os geneticistas de comportamento utilizam uma série de estratégias para explorar esta relação que, entre elas, está estudo de gêmeos. Davidoff (2001, p. 54) apresenta uma pesquisa feita com um par de meninos gêmeos idênticos, com dois meses de

⁷⁵ Este assunto é abordado atualmente pela “*genética comportamental*” que é “o estudo de como os genes e o ambiente interagem para influenciar a atividade psicológica” (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p. 91) ou “genética do comportamento, um ramo da psicologia e também da genética, que estuda as bases herdadas da conduta e da cognição. Abrange diferenças individuais e de espécie (evolutivas)” (DAVIDOFF, 2001, p. 51).

nascidos, que foram submetidos a um estímulo semelhante (uma pessoa os alimentava) e eles apresentaram respostas sociais similares: “Ambos os bebês fixam o olhar no rosto da pessoa que os alimenta” (DAVIDOFF, 2001, p. 54). A mesma experiência foi observada em outro par de gêmeos com as mesmas características do primeiro, diferenciando apenas pelo fato destes serem bivitelinos e, neste segundo caso, a reação divergiu de um menino para o outro, onde um sorriu e o outro ficou em estado de alerta.

Estes tipos de observações feitas nos primeiros meses após o nascimento dos seres humanos, no momento que ainda não existe uma experiência consolidada de aprendizado pelo convívio social, demonstram reações observáveis que reforçam que o indivíduo já expressa algum comportamento diante dos estímulos ambientais que são fruto de sua hereditariedade - os gêmeos mozigotos apresentavam comportamento mais similar entre si que os dizigotos (DAVIDOFF, 2001, p. 54) – mas, mesmo assim, não se pode descartar que serão influenciados mais ou menos à medida que haja o convívio com o meio ambiente.

A adaptação do ser humano, no que diz respeito a sua parte somática geneticamente constituída, ao meio ambiente que o afeta “Processa-se pela acomodação, isto é, pela disposição dos esquemas à circunstância ambiental, e por uma assimilação (assemelhação), em que é captado do ambiente o que é assimilável aos... e pelos esquemas” (SANTOS, 2007, p. 59), isto é, o ser biológico possui esquemas que têm atribuição de realizar ação de “Acomodação ao meio ambiente (psicologicamente seria o mundo do objeto)” e de captar “Do objeto, as formas que se assemelham às constitutivas dos esquemas” (SANTOS, 2007, p. 59).

Assim, a adaptação, segundo Santos (2007, p.60), pode ser entendida como um processo de acomodação e assimilação, onde na acomodação de esquemas “O organismo põe seus esquemas dirigidos ao meio exterior” e “acomoda-se a ele” e na assimilação “incorpora o que lhe é afim e o de que necessita para sua economia, o semelhante, o que pode e lhe convém assemelhar”. Este processo adaptativo e a decorrente acomodação e assimilação de esquemas mentais, explicitado por Santos e estudado pela genética comportamental, é inerente ao ser humano que o aciona naturalmente para ser manter vivo e preservar sua existência no meio ambiente em que se encontrar e, por isto, constitui-se como uma das premissas centrais da simbólica.

“Dessa acção múltipla, surge a actividade dos esquemas que, por sua vez, ante os diferentes, assimila-os em esquemas diferentes ou constrói, com esses, novos esquemas, para outras acomodações”, conclui Santos (2007, p.60-61), demonstrando que esta atividade dos esquemas é dinâmica e cumulativa.

“Não há uma acomodação pura, nem uma assimilação pura” (SANTOS, 2007, p.66), o que existe é uma tensão que pende ora para um, ora pra outro: “A actividade adaptativa de nosso espírito funciona dialécticamente por dois vectores inversos: o de exteriorização dos esquemas, e o de interiorização dos mesmos pelas acções da acomodação e de assimilação” (SANTOS, 2007, p.66-67). “Assim, quando a assimilação é muito inferior à acomodação, temos a *imitação*; quando a assimilação supera em muito a acomodação, temos o *símbolo*. E nos casos de equilíbrio dinâmico, temos a *inteligência* maior ou menor do facto”, conclui Santos (2007, p.66), explicitando a relação geradora do símbolo.

À medida que vai aumentando a compreensão e se efetivando a adoção na prática projetual do conceito proposto por Santos, que a dialética da acomodação e assimilação é necessária à existência do símbolo, vai aproximando o projetista de uma posição de iniciado na simbólica. Logo, poderá ter ele uma atitude, uma percepção e, enfim, uma postura mais adequada para lidar com símbolo e, por conseguinte, será mais especializado que um usuário do espaço que não tenha esta expertise. Esta condição de iniciado é requerida para a execução da todas as etapas do dispositivo de apoio à projeção do espaço que prevê as demandas afetivas de seus futuros usuários, mas de forma operacional é indispensável, especialmente, à fase hermenêutica.

Outros elementos da categoria básica que se tornam necessário que se aborde, pois também encerram conceitos primordiais para estabelecer a “via simbólica” apresentada por Santos (2007, p. 109-121), seriam a “*atribuição essencial*, por essência, e *por atribuição por participação*” (SANTOS, 2007, p. 110). Santos traz uma analogia de Tomás de Aquino para nos fazer entender que a “Distinção entre estes dois tipos de atribuição é de máxima importância para a compreensão do símbolo, porque a formalidade⁷⁶ do simbolizado que o símbolo aponta, é participada por este, e não se identifica com aquele” (SANTOS, 2007, p. 110).

E diz Tomás de Aquino: “ao contrário, o que não é totalmente uma coisa, para falar com propriedade, diz-se que participa da coisa. Assim, se houvesse um calor existente de per si, não se diria que participa do calor, porque, no calor, nada mais haveria que calor. O fogo, ao contrário, pelo facto de que é alguma coisa diferente de o calor, diz-se que participa do calor” (SANTOS, 2007, p. 110).

No entanto, o filósofo brasileiro fala que o símbolo “não se identifica com aquele” (o

⁷⁶ Santos (2007, p. 109) nos esclarece que estas formas são a “*eide*” enquanto “presença prévia no cognoscente de esquemas noéticos”, isto é, formado pelos processos mentais ou os conceitos abstratos e “não as *eideola*, as forminhas, as ideias das coisas que nossa experiência fornece”. Nota nossa.

simbolizado), sendo que identificar se relaciona etimologicamente com o termo identidade, o que parece indicar uma incoerência, pois, se esse não se identifica aquele, como poderia apontar para aquele? Para dirimir este suposto contrassenso, Santos (2010) esclarece, na interpelação que faz em “Filosofia e Cosmovisão”, relacionando a identidade com outro termo: a semelhança. Diz ele:

O próprio conceito de identidade não pode admitir uma maior ou menor identidade, pois este conceito não admite graus. Eis que afirmamos que o *semelhante não é uma categoria do idêntico*⁷⁷. Duas coisas, por serem semelhantes, não quer dizer que sejam *mais ou menos* idênticas (SANTOS, 2010, p. 57).

Esclarecido o discernimento do idêntico e semelhante voltemos à distinção entre atribuição essencial e a por participação fundamental para simbólica. A atribuição essencial se refere ao *ser* e a atribuição por participação ao *ter*. Diz Santos (2007, p. 111), “O símbolo *tem* a formalidade da qual participa, que é da essência do outro, o simbolizado. Por ex., na circunferência, o ilimitado ela o *tem*, mas somente a Divindade o *é*. Por isso, o círculo pode simbolizar, através desta formalidade, a divindade”. Isto afasta o conceito de símbolo do de signo, onde “O signo é, pois, composto de um significante e um significado” (BARTHES, 2004, p. 32) e o símbolo é o que aponta, o que direciona, o que dirige para o simbolizado. “O símbolo, portanto, indica com sua formalidade, em estado limitado, a referência a uma forma em estado superior ou absoluto” (SANTOS, 2007, p. 114).

Vimos acima que o símbolo surge “Por deficiência de acomodação, com o conseqüente excesso de assimilação” e Santos ainda afirma que ocorre, também, “Por proficiência de parte do iniciado que não podendo transmitir à fraca acomodação do profano o conhecimento do superior, emprega o símbolo como um meio mais hábil para tocar na profundidade da alma humana” (SANTOS, 2007, p. 120).

Esta profundidade da alma humana é que a dimensão simbólica intenciona afetar. Esta dimensão é composta por elementos da dimensão física que geram os estímulos sensoriais (VAPTO) e da objetiva que relaciona a ideia “como um modo de pensamento que representa alguma coisa” e visa provocar “Todo modo de pensamento que não representa nada” (DELEUZE, 2012 p.5) por meio do apontar para uma forma (eido) em estado superior que não pode ser apreendida somente pela razão e que deve contemplar a afetação do usuário que

⁷⁷ “O conceito de idêntico (de idem, mesmo) indica uma perfeição absoluta e exclui da sua formalidade, todo diferente. Já o semelhante, não. É verdade que nem este é empregado com tal rigor” (SANTOS, 2010, p. 57). Nota de rodapé na íntegra.

fruirá o espaço em projeto e possível de ser construído suscitando nele a afetividade espacial.

Desta forma, diante da compreensão da importância da adaptação, acomodação, assimilação, atribuição por participação e semelhança para a simbólica, pode-se aprofundar um pouco em seu aspecto mais operacional na hermenêutica. Como já foi dito “A dialética simbólica, para a interpretação dos símbolos, funda-se na analogia que sempre indica a participação” (SANTOS, 2007, p. 121) e agora nos resta relacionar dialética simbólica com a analogia que é, de certa forma, a participação, como nos elucidam Santos (2007, p. 130) “Na ordem noética⁷⁸, a participação chama-se analogia; na ordem ontológica, a analogia chama-se participação”.

A analogia vem acompanhando e apoiando os processos de pensar ao longo da existência humana: “Aristóteles aplicou-a as condições da lógica” e “Kant compara analogia com a indução” (SANTOS, 1965, p.100), e para inferências não empíricas: Locke “Considera-a como probabilidade concernente a coisas que transcendem a experiência” e, concordando, Leibniz defende que a analogia é “‘A grande regra da probabilidade’, na medida em que aquilo que não pode ser comprovado pela experiência pode parecer provável se está mais ou menos de acordo com a verdade estabelecida” (ABBAGNANO, 1998, p.57).

No entanto, de forma operativa, a analogia diz respeito à igualdade de relações, isto é, como:

Uma forma de argumento (raciocínio por analogia) que, partindo da identidade ou semelhança observada ou suposta, entre dois ou mais objetos, infere da existência de um caráter observado em um dos termos, a existência do mesmo caráter, ainda não observado no outro termo (SANTOS, 1965, p.100).

A analogia, então, opera como “A síntese do semelhante e do diferente” (SANTOS, 1965, p.102, e SANTOS, 2007, p. 125) naquilo que visa o que nem é unívoco⁷⁹ nem equívoco⁸⁰, mas que encontra uma similitude em relação a ambas.

“Um conceito é análogo quando aplicado a coisas diversas, com acepções que não são nem propriamente idênticas, nem completamente diferentes. Ex.: uma razão forte e uma árvore forte, etc” (SANTOS, 1965, p.101, e SANTOS, 2007, p. 124). Esta realidade não é um

⁷⁸ Noética e relativo à “Noesis - (do gr.) = conhecimento. É a ação de conhecer, mas uma operação exclusivamente do intelecto”. (SANTOS, 1965, p. 1026)

⁷⁹ Unívoco: do “Latim UNIVOCUS, “o que tem um só significado”, de UNUS, “um”, mais VOX, voz, fala” (ORIGEM DAS PALAVRAS. 2004-2016). Nota nossa.

⁸⁰ Equívoco: vem de AEQUI, “igual”, mais a raiz de VOX, “voz” e quer dizer “ambíguo, de igual significado, com voz igual a ponto de enganar, suscetível de dupla interpretação” (ORIGEM DAS PALAVRAS. 2004-2016), isto é, a que tem dois sentidos, ambíguo, que causa confusão. Nota nossa.

equivoco, pois existe uma “razão”, “árvore” e “forte” que conhecemos pela experiência; nem é unívoco, pois sempre há alguma diferença da “razão”, “árvore” e “forte” que conhecemos dos conceitos abstratos que são auferidos a “razão”, “árvore” e “forte”. São, portanto análogos, pois trazem uma relação de semelhança entre coisas ou fatos distintos, isto é, a definição idealística, assim como, o registro experimental que se tem de “forte” torna a “razão” similar à “árvore”, pois o primeiro termo é comum aos outros dois.

Desta maneira, a analogia pode ser explicitada pela seguinte relação: “A” esta para 1, assim como “B” está para 2 e “C” para 3. Por exemplo: o automóvel (“A”) está para estrada (1), assim como o trem (“B”) está para via férrea (2), como a cabine teleférica (“C”) para o cabo (3). Onde se estabelece uma relação veículo-via. O artefato transportável conectado com o meio de sua locomoção seria a analogia. Embora que o automóvel, o trem e a cabine teleférica, assim como a estrada, a via férrea e o cabo sejam do conhecimento empírico e, mesmo que, existam vários tipos diferentes de automóveis, de trens e de cabines teleféricas, assim como de estradas, de vias férreas e de cabos, eles mantêm, entre si, um nexos em comum.

Pela ideia da analogia como “Síntese do semelhante e do diferente” Santos (1965, p.102 e 2007, p. 125) nos leva à dialética da participação ou simbólica como instrumental. Conceito que corrobora com a essência da dialética constituída em diálogos de pensamentos contraditórios, sucedidos na sua integração em um todo coerente, concepção esta que acompanha os ocidentais desde a Grécia antiga.

Sócrates enuncia a Glaucón no Livro VII de A República: “Certos objectos convidam à reflexão” e “Recaem sobre a sensação acompanhada de impressões opostas” e continua dizendo que se este objeto for apreendido pela visão ou “Qualquer outro sentido não nos levaria até a essência” (PLATÃO, 2001, p. 332). Esta contradição - entre o que Sócrates (ou Platão) também chamou de “unidade” e “número”, onde o primeiro a essência e o segundo sua manifestação materializada em um singular que não é a essência, mas que dela se atribui - cria um “embaraço” e a potência para o entendimento. Questiona Sócrates: “O que será a unidade em si, e assim é que a apreensão intelectual da unidade pode pertencer ao número das que incitam e voltam o espírito para a compreensão do Ser” (PLATÃO, 2001, p.334), assim se passa a ter “A apreensão visual da unidade não pertence menos a esse número, pois vemos simultaneamente a mesma coisa como unidade e como ilimitada em multiplicidade” (PLATÃO, 2001, p.333).

A dialética como diálogo entre opostos para se chegar a uma essência é similar entre Platão e Santos, porém a unidade e o número de Platão são, respectivamente, a multiplicidade

abstrata e a unidade, conceitos de Santos (inspirado em Tomás de Aquino) e a estes últimos conteúdos quando iremos nos referir doravante quando os termos forem usados.

Mencionando Tomás de Aquino, Santos (2007, p. 115) afirma que “A unidade do ser é mais facilmente captada por nós do que propriamente a multiplicidade, que nos permanecia em grande parte oculta” e este seria o ponto ao qual a dialética propicia o máximo de concreção, pois diferente da lógica formal, cujos objetos são os conceitos, a dialética tem como seu objeto a multiplicidade do Ser. Desta forma, seria difícil de ser intelectiva esta multiplicidade, devido a sua heterogeneidade, sem a existência da unidade. Assim sendo, a dialética “Procura, alcançar o que é heterogeneidade [...] os nexos de realidade” (SANTOS, 2007, p. 116).

A dialética proposta por Santos a ser utilizada na simbólica enquanto hermenêutica procura “incluir e não excluir” as *quidades* (notas essenciais) que vão auferir a substancialidade, os esquemas mentais (noéticos-abstratos) e os esquemas eidéticos das formas (no sentido platônico) para alcançar os esquemas concretos. Para esta dialética “As essências são substanciais e a unidade do ser é imanente a tudo” (SANTOS, 2007, p. 116). Contudo, afirma Santos (2007, p. 117), “A unidade concreta do ser, que se chama imanência, permanece para nós uma intenção, uma necessidade, da qual vemos o sentido e a lei, sem poder realizá-la. A unidade positiva nos escapa”.

Neste contexto, onde há o “inverso do declive natural do nosso conhecimento, que tende a representar a unidade de toda a multiplicidade, antes de tudo, como a de um elemento comum, abstraído de um conjunto de casos concretos” Santos (2007, p. 117) recomenda o uso da analogia para evitar a univocidade.

A dialética funda-se, portanto, na unidade do ser e também na unidade da inteligência, como um poder, cujo objeto natural é o ser. A unidade do ser afirma sua imanência absoluta em toda a sua multiplicidade, e é expressada pelos nossos esquemas. O ser transcendental e imanente a todo ser, e em todo o modo de ser, e é através da multiplicidade que a dialética o alcança (SANTOS, 2007, p. 116).

Nesta conjuntura simbólica, a semelhança e a diferença são os elementos opositivos que quando relacionados complementam-se e se funda a dialética, onde analogia (atribuição por participação) conduz à síntese e é por esta que poderemos perceber um sentido. Assim, os termos semelhança (ou semelhante) e diferença (ou diferente) precisam ser esclarecidos.

“O diferente é uma característica do individual”, pois só é individual aquilo que é “idêntico a si mesmo” (SANTOS, 2010, p. 57), logo diferente do outro. Então, entre este fato

individual e aquele outro fato individual não se pode estabelecer uma relação de identidade, pois se assim fosse o um seria o outro e sabe-se que é um absurdo que existam duas coisas ou fatos sem nenhuma diferença. Ao menos uma discrepância se estabelece, por exemplo, ambos são “Distintos no tempo ou no espaço, pois um ocupa um lugar diferente do outro” (SANTOS, 2010, p. 59).

A conjugação de infinitos singulares aufere ao ambiente a heterogeneidade, isto é, ela é uma congregação incomensurável de múltiplas identidades. Diante deste fato e em busca de sobreviver e garantir a existência de sua espécie, os seres vivos, especialmente o humano, desenvolvem um processo seletivo. “Escolhem o que lhe é assimilável e repelem o que lhes é prejudicial ou julgado prejudicial. Esse trabalho de seleção funda-se na procura do semelhante e na rejeição do que é diferente. Este alimento deve ser aproveitado, aquele não” (SANTOS, 2010, p. 56).

Segundo Santos (2010), este procedimento de escolha do que é assimilável ou não, de certa forma, ocorre de maneira independente da intervenção consciente da vontade do ser humano:

A percepção é seletiva porque não capta tudo quanto lhe é possível captar do meio ambiente, mas apenas o que lhe convém. Há uma seleção de notas que oferecem as partes da realidade; capta umas e outras não. Há nesse ato certo automatismo de seleção do diferente e do semelhante, como também uma preconsciente, quando se trata da seleção condicionada pela ordem, social, profissional, etc. (SANTOS, 2010, p. 56).

Entretanto, a escolha se dá a partir da comparação de “Notas que oferecem as partes da realidade” (SANTOS, 2010, p. 56) e não do ser em sua integralidade, na sua singularidade com o outro em sua individualidade plena, pois, como já foi dito, seria impossível ter duas identidades totalmente iguais. Estas notas são captadas com base nas qualidades do ser e variam na intensidade. “O homem em face da realidade percebe que esta não é homoganeamente igual. Ela apresenta diferenças [...] mas essas diferenças são intensivamente maiores ou menores, pois uma pedra e outra pedra apresentam menores diferenças que uma pedra e um rio” (SANTOS, 2010, p. 56).

Assim Santos (2010, p. 60) exemplifica o processo seletivo que é inerente ao ser humano:

Mas verificamos que existe entre a cor verde de uma árvore e cor verde de outra árvore uma *menor* diferença que entre ela e a cor cinza de um animal. Assim, verificou logo o homem que entre a cor de uma árvore, ou melhor, entre a árvore-

esta e a árvore-aquela havia um quê que se assemelhava, isto é, ambas participavam, pois, de uma semelhança maior que da árvore com a do animal. Os graus de diferença foram permitindo ao homem perceber as semelhanças. Ora, era imperativo vital para o homem, como o é para os animais superiores, *simplificar* a experiência, reunir os semelhantes ou os menos diferentes entre si, e excluir os mais diferentes.

O filósofo, na exemplificação acima utiliza a cor, pois ela é uma qualidade. E o conceito operacional de qualidade, a nosso ver - a partir da reflexão de termo acidente predicamental que Santos (1965, p. 28-56) apresenta - seria aquilo que pode ser percebido em alguma coisa e que afere a este algo uma essência distinta e também a determina enquanto substância (ou existência), mas que não pode ser mensurada, somente pode ser descrita e varia segundo os graus de maior ou menor intensidade. Por exemplo, este livro é de um vermelho mais intenso. Aquele outro livro de um vermelho menos intenso. Esta casa tem felicidade em abundância. Aquele residência é escassa de felicidade. As características desta coisa se assemelham mais esta outra coisa do que daquela.

A variação de grau, inerente à qualidade, cria a possibilidade, para que, pela intuição intelectual se concrecione algo, por similitude, que se aproxima mais desta qualidade em detrimento de outra. Santos (2010, p. 60-61) diz que só após este trabalho de comparação e diferenciação, onde se busca e encontra um ponto em comum em que uma coisa parece com a outra coisa, o ser humano retira e separa de uma e de outra coisa e abstrai “que significa separar, do verbo latino *abstrahere*”.

“Em face ao fato *verde* da árvore tal e do fato verde da árvore tal-outra, e de muitas outras árvores, a razão abstrai o que há de semelhante numa árvore e outra árvore que é o *verde*. Essa nota comum da cor da árvore, de outra e de outra, permite formar o conceito de *verde*” (SANTOS, 2010, p. 60).

Mas o verde, que é conceito ou um esquema do pensamento, só se dá enquanto fato verde quando algo participa dele. “Os esquemas noéticos, que por abstração, construímos, participam dos esquemas concretos dos factos, que o captamos como quiddidades noéticas, reduzidas a esquemas eidéticos-noéticos” (SANTOS, 2007, p. 130). Esta participação do fato (ser real, no espaço) no esquema mental não esgota o conceito, apenas cria um setor de sua possibilidade a ser concrecionada.

Desta forma, o conceito quando se torna fato não se dá em sua forma absoluta, pois esta cadeira de madeira e aquela de ferro apesar de serem semelhantes não são iguais, elas diferem em aspectos accidentais que são desconsiderados, pois é o que nelas há de heterogêneo. Mas trazem por analogia notas que assemelham e que as diferenciam, enquanto

cadeiras, daqueles outros objetos que são livros, por exemplo. E assim, analogicamente, o que está na mente que é um (unidade), e não múltiplo, é mais semelhante a este algo, a este ente, que traz notas que são as mesmas essenciais a este conceito e mais distinto do que aquele outro ente que porta notas diversas a este esquema mental. Sendo assim este ente tende ao ser (forma platônica) e o outro tende a não ser este ser.

Conclui Santos (2007, p. 132): “Portanto [...] o conceito de ser é apenas *proporcional* entre os seres, não é unívoco, *mas análogo*”. Não é unívoco pois esta cadeira que é de madeira é cadeira, assim como aquela cadeira que é de ferro também é cadeira. São equívocos por seu material construtivo, mas unívocos pelas notas essenciais (qüididades) que participam do conteúdo conceitual “Se considero a cadeira um ‘móvel composto de assento, encosto e pernas, com função de permitir que uma pessoa nela se assente’” (SANTOS, 2007, p. 131).

O diferente absoluto, isto é, a unicidade da singularidade que faz um fato (este ente que existe no espaço) ser único, diferente de tudo e idêntico a si mesmo, não é algo que se dá fora do ser. O ser por sua vez, mesmo que seja este e tenha a sua individualidade, sua singularidade e seja onticamente distinto tem sua composição a partir do ser ontológico. “Consequentemente, entre todas as coisas há uma analogia mais próxima ou mais remota, pois o indivíduo quando se unívoca na espécie, e esta no gênero, conserva a sua diferença individual ou específica⁸¹” (SANTOS, 2007, p. 134).

O ente, a partir do conjunto das notas essenciais das quais se compõem, em sua participação na perfeição⁸², pode ser definido pela hierarquia formal (eide) em “Um apontar daquela perfeição e, consequentemente, do ser que a tem mais intensa ou em plenitude” (SANTOS, 2007, p. 134).

Este ser se delimita, pela sua aptidão de informabilidade, mesmo que privado de alguma perfeição, na medida em que é proporcional que ao ser que aponta. Explicita Santos (2007, p. 135):

Desde que um ser surge, como actualidade, isto é, fora de suas causas, como existente, é ele um composto de acto e potência. Revela ele uma informabilidade, ou seja, uma aptidão à determinabilidade, que consiste em poder receber outras formas. Mas apresenta ainda mais: a aptidão à deformabilidade, isto é, a aptidão a sofrer modificações accidentais. Alternar-se, por exemplo, até corromper-se, dando-se aqui a perda de sua forma, a sua transformação. Mas a informabilidade de um ser é relativa, como o é a sua deformabilidade, pois um ser, enquanto é isto ou aquilo,

⁸¹ “A univocidade, aqui, é chamada *universal* por Suarez, pois prescindiu perfeitamente das diferenças específicas ou individuais, para considerar apenas a universalidade” (SANTOS, 2007, p. 131). Transcrição da nota de rodapé original na íntegra.

⁸² “Qualquer ser quando atinge a sua plenitude e”, também, “o que atinge o seu princípio” (SANTOS, 1965, p. 1105).

permite apenas isso ou aquilo; é passível de sofrer tais ou quais modificações. E tal decorre de ser todo ser finito deficiente, privado de alguma perfeição e como tal não é passível, dentro de sua natureza, de sofrer senão informações proporcionais à sua natureza.

Por conseguinte, adotou-se o método de análise “dialéctico-analógico” proposto por Santos (2007, p.128) “Que nos permite trabalhar com as analogias, que em parte observamos entre todos os seres, porque, desprezamos os graus, há entre todos eles uma semelhança e uma diferença de maior ou menor grau de intensidade”.

Produto – Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos (os possíveis nexos e razão de ser) do objeto material visual de cada tipo imagético que apontam por analogia para o ente que se pretende simbolizar. Este inventário analítico visa a posterior identificação de notas essenciais ou *quidditativas* para uma concreção ontológica visual que integra a fase sintética.

Atividade essencial – A partir da denominação e da descrição de acordo com a categorização objetiva material substanciada do objeto material visual de cada tipo imagético, que se enuncia de forma textual, identificar os sentidos sugeridos por meio da caracterização das “relações de imagens, de ideias, de crenças, de emoções evocadas por [...] palavras suscetíveis de interpretações simbólicas” (CHEVALIER, 2006, p.XIII) que podem ser encontradas em algum ou vários Dicionários de Símbolos reconhecidos. Esta pesquisa bibliográfica do tipo lexicográfica propiciará o contato com aquilo que pode efetivar a relação que se caracteriza, segundo Chevalier (2006, p. XXI), “Por uma certa constância entre os elementos manifestados e elementos latentes do símbolo” possibilitando aquilo que pode unir o conteúdo revelado pela expressão verbal e as vezes gráficas ao sentido que nele está velado, mas que nunca será unívoco, pois se a assim for matará o símbolo e ele deixará de ser símbolo pra ser objetivo.

Pretende-se, assim, encontrar a relação de cada objeto material visual com o ente que simboliza, isto é, a sua tendência para a “Referência simbólica, ao simbolizado” (SANTOS, 2007, p.47), onde se deve utilizar a “analogia” como método de se procurar a “Significabilidade dos símbolos referindo-se aos simbolizados, bem como seu nexo e razão de ser” (SANTOS, 2007, p. 48).

Vale ressaltar que “O símbolo não esgota a existência do simbolizado. Apenas se refere a ele” (SANTOS, 2007, p. 53). Por conseguinte, nesta fase se almeja encontrar na significabilidade do enunciado verbal do objeto material visual de cada tipo imagético a sua aptidão de fazer alusão a um ente referido. Ambiciona-se verificar a “função simbólica” do

objeto material visual, sua propensão indicativa, que tende para o apontar que é “analógica, explicadora portanto” e que nos oferece uma “via explicativa” (SANTOS, 2007, p. 53) e tentar evitar os termos unívocos que apontam para “uma razão simplesmente uma” (SANTOS, 2007, p. 125) e que tem mais serventia à lógica formal.

Esta é uma atividade que tende para análise, que predomina intuição intelectual *eidética* onde a decomposição em partes se dará pela mediação das imagens nomeadas e descritas textualmente e pelos seus sentidos sugeridos. Buscar-se-á as possíveis semelhanças e as diferenças, por desambiguação (livre associação) a partir da dialética simbólica que se funda na analogia e na participação em busca do conjunto de notas essenciais identificadas pela hierarquia formal.

Quadro 18. Exemplo de quadro com o Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos relativos ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio.

	
<p>Figura semântica - Objeto material visual</p>	<p>Imagem referente integral</p>
	
<p>Padrão Cromático colorido da figura semântica definido pelo Adobe Color CC</p>	<p>Padrão Cromático colorido da Imagem referente integral definido pelo Adobe Color CC</p>
	
	<p>Fundo semântico</p>
	
	<p>Padrão Cromático colorido do fundo semântico definido pelo Adobe Color CC</p>

Quadro 18. Exemplo de quadro com o Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos relativos ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio. (Continuação)

<p>Descrição - Objeto em forma esférica que representa um ser antropomorfo com elementos que remetem aos olhos e boca compondo o que parece uma face, o qual apresenta uma expressão facial sorridente, logo se caracteriza como um sorriso. Predomina a cor amarela.</p>	<p>Descrição - Sem valor significativo. Predomina a cor azul.</p>
<p>Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos</p>	
<p>“A face do homem designa seu rosto, sobre o qual se inscreve seus pensamentos e sentimentos” (CHEVALIER, 2006, p. 414).</p> <p>“O rosto é um desvendamento, incompleto e passageiro da pessoa, como a revelação da Mystica nas pinturas de Pompéia. Ninguém jamais viu o seu próprio rosto diretamente; só é possível conhecê-lo através de um espelho ou de uma miragem. O rosto não é para si mesmo, é para o outro. é para Deus; É a linguagem silenciosa. É a mais viva, a mais sensível (sede dos órgãos dos sentidos) que, bom ou mau, é apresentado a outros: é o íntimo parcialmente desnudado, infinitamente mais revelador do que o resto do corpo. Por isso, diz Max Picard "não sem um estremeamento que o homem não ousa a olhar para um rosto, pois este existe, sobretudo para ser olhado por Deus. Olhar um rosto humano é querer controlar a Deus... Só na atmosfera de amor um rosto humano pode ser conservado tal como Deus o criou, à sua imagem. Se não estiver cercado de amor, o rosto humano se enrijece e o homem que observa em então diante de si, o lugar do rosto verdadeiro, apenas sua matéria que não tem vida, e tudo o que dizer sobre esse rosto será falso "(PICV, 14). Para entender um rosto é preciso vagar, paciência, respeito e amor. Analisar um rosto sem amá-lo é aviltá-lo, destruí-lo, assassiná-lo – é uma vivissecação. O rosto é o símbolo do que há de divino no homem, um divino apegado ou manifesto, perdido ou reencontrado” (CHEVALIER, 2006, p. 790-791)</p> <p>“O rosto simboliza a evolução do ser vivo das trevas à luz. É a qualidade de sua irradiação que irá distinguir o rosto do demoníaco do rosto angélico” (CHEVALIER, 2006, p.791).</p> <p>“Sendo o rosto o substituto do indivíduo humano todo, seu nome foi dado a uma medida relativa a compreensão de ordem humana. Da mesma forma com se diz tantas <i>almas</i>, diz-se tantos <i>rostos</i>” (CHEVALIER, 2006, p.791).</p> <p>“Olho órgão da percepção visual, é, de modo natural, o símbolo da percepção intelectual. É preciso considerar, sucessivamente, o olho <i>físico</i>, na sua função de recepção da luz” (CHEVALIER, 2006, p.653). COMENTÁRIO: Uma vez que esteja fechado diminui a intensidade da sensação de observação daquele que está contemplando o rosto, isto é, propicia uma tendência para a liberdade do espectador, logo tende a predominar a luz refletida e a expressão de alegria indicada pelo sorriso expressa pela boca com suas extremidades voltada para cima, ou em direção aos olhos.</p> <p>Predomina a cor amarela. “O amarelo tem uma tendência ao claro que não pode haver amarelo muito escuro. Pode-se dizer que existe uma afinidade profunda, física, entre o amarelo e o branco” (CHEVALIER, 2006, p.40).</p> <p>“Sendo da essência divina, o amarelo-ouro se torna na terra, o atributo do poder dos príncipes, reis e imperadores” (CHEVALIER, 2006, p.40). “Cor do ouro e do sol” (CHEVALIER, 2006, p.278). “Cor da luz, do ouro, da intuição” (CHEVALIER, 2006, p.280).</p>	

Fonte: O autor (2017)

Quadro 19. Exemplo de quadro com o Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos relativos ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético corpo em liberdade decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio.

	 <p>Imagem referente integral</p>  <p>Padrão Cromático colorido da Imagem referente integral definido pelo Adobe Color CC</p>
<p>Figura semântica - Objeto material visual</p> 	 <p>Fundo semântico</p>  <p>Padrão Cromático colorido do fundo semântico definido pelo Adobe Color CC</p>
<p>Padrão Cromático colorido da figura semântica definido pelo Adobe Color CC</p>	<p>Descrição - Paisagem natural com o horizonte dividindo o céu com sol e a terra. Predomina as cores azul e amarelo (luz ou iluminação) no céu e a sombra (cores em tons escuros) na terra.</p>
<p style="text-align: center;">Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos - Figura</p> <p>O fato de estar como os braços abertos aparenta indicar que houve um movimento no corpo e esta cinesia cria um foco de atenção sobre o corpo estático.</p> <p>“O braço é o símbolo geral da atividade” (CHEVALIER, 2006, p.140).</p> <p>“No gesto elementar através do qual o homem leva o alimento à boca, o antebraço, intermediário entre o cotovelo e a boca, simboliza o papel do espírito, mediador entre Deus e o homem” (CHEVALIER, 2006, p.141).</p> <p>“Os braços erguidos significam, na liturgia cristã, a imploração da graça ao alto, e a abertura da lama às benesses divinas” (CHEVALIER, 2006, p.141).</p> <p>“Os braços erguidos exprimem um estado passivo, receptivo. É a ação corporal que sede lugar à participação espiritual. A abertura dos braços representa, em a cabeça do faraó, a mesma coisa que a abertura dos chifres representa ara a cabeça do animal sagrado. Nos dois casos, a abertura condiciona e significa a recepção das forças cósmicas: o céu do Homem participa do céu do Universo” (CHEVALIER, 2006, p.140-141).</p> <p>“Os braços erguidos das pessoas que se rendem [...] ato de submissão, um apelo à justiça e a clemência [...] Quem o faz torna-se passivo, entregue à mercê de seu senhor” (CHEVALIER, 2006, p.140).</p>	

Quadro 19. Exemplo de quadro com o Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos relativos ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético corpo em liberdade decomposta em figura e fundo semântico. Extrato do ensaio. (Continuação)

Fundo – Céu ensolarado que encontra com a terra.

O étimo que expressa o que é “universalmente, a *morada da imortalidade*” e que “É o centro imutável, o *coração* do mundo, o ponto de comunicação entre o Céu e a Terra” (CHEVALIER, 2006 p.684-685) seria o “paraíso”.

“Se o *Paraíso terrestre* tornou-se inacessível foi porque as relações entre o Céu e a Terra foram rompidas pela queda.” (CHEVALIER, 2006 p.684).

“Dissemos que se tratava menos de lugares que de estados: o retorno ao estado endêmico é, com efeito, a obtenção de um estado central, a partir do qual se pode fazer a ascensão espiritual ao logo do eixo terra-céu” (CHEVALIER, 2006 p.685).

Paraíso “*o desejo de nos encontramos sempre e sem esforço no coração do mundo da realidade e da sacralidade e, em suma, o desejo de superar de uma maneira natural a condição humana e de recuperar a condição divina.*” (CHEVALIER, 2006 p.684).

Predominam as cores azul e amarelo

“O amarelo, luz de ouro, tem valor cratofânico, e o par de esmaltes Ouro-Blau se opõem ao par Gules-Sinople, como se opõem o que provem do alto e o que vem de baixo” (CHEVALIER, 2006 p.40). Nota nossa: (1) cratofânico lugar ou estado dotado de poder e de sacralidade; (2) Na heráldica (ciências que estudas os brasões de armas) o Ouro é um metal representado pela cor amarela, Blau é um esmalte de cor azul, Gules e Sinople são esmaltes, onde o primeiro é vermelho e segundo o verde.

Fonte: O autor (2017)

Do inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos relativos ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético, decomposta em figura e fundo semântico, utilizando a intuição *eidética* e por meio da simplificação gráfica, deverão ser extraídos aqueles elementos que tenham maior potencial de se caracterizarem como notas essenciais ou *quididativas* para uma concreção ontológica visual do ente que integra a fase sintética.

IV - Fase Dispositiva

Disposição visual – Nesta fase se almeja extrair aqueles elementos textuais que tenham maior potencial de se caracterizarem como notas essenciais ou *quididativa* para disponibilizá-los para a concreção ontológica visual do ente substanciado.

Para esta atividade será utilizada a intuição *eidética*, por desambiguação (livre associação), para buscar, identificar e capturar no inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos relativos ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético, decomposta em figura e fundo semântico, os elementos textuais que melhor podem participar

do ente e que sejam mais apropriados de serem representados por meio da simplificação gráfica para em seguida disponibilizá-las para o arranjo da dimensão simbólica por meio das dimensões física e objetiva.

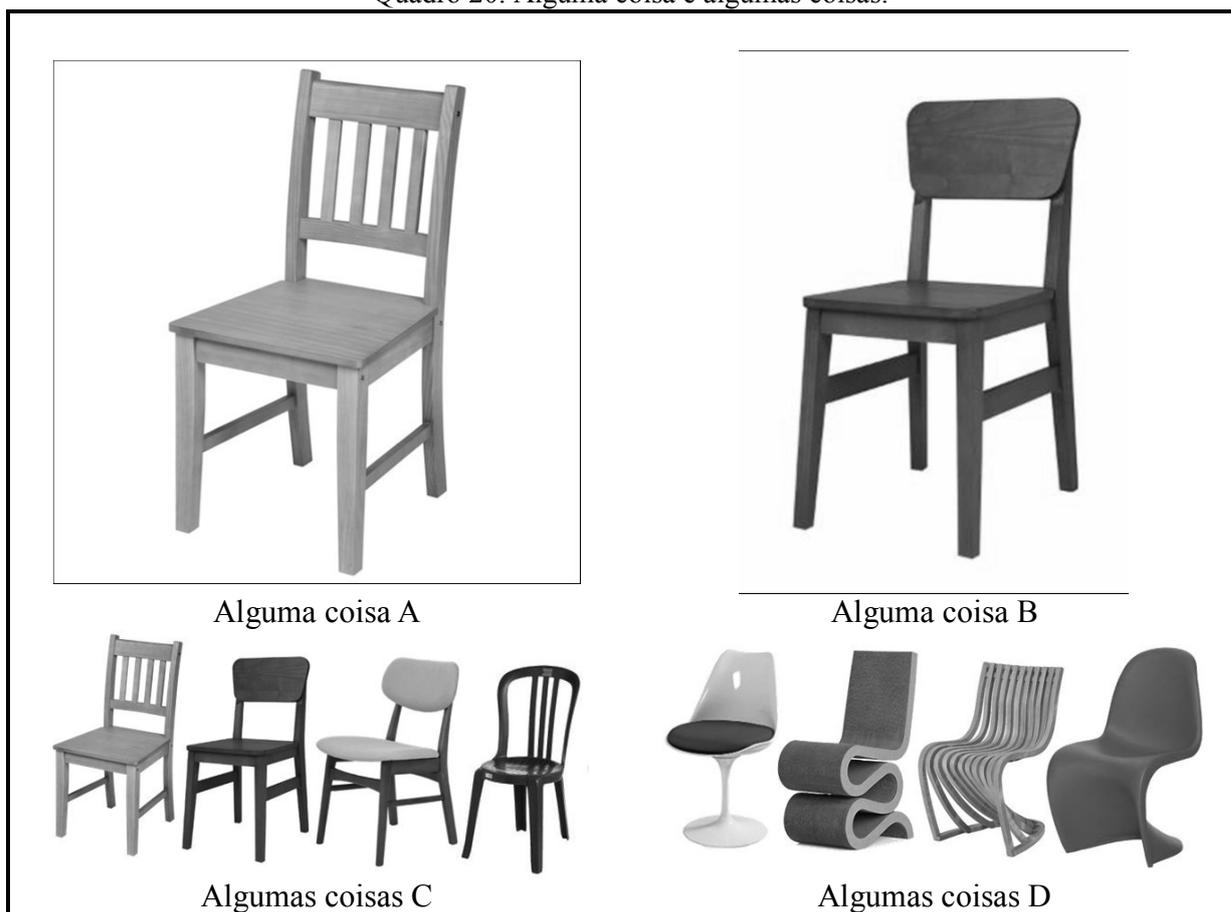
A simplificação gráfica seria a expressão visual bidimensional objetiva ou semântica, elaborada de uma determinada maneira, que a representação de algo possa ser reproduzida com o mínimo possível de elementos gráficos básicos, como o ponto, a linha e o plano, em alto contraste, onde a figura deverá ter cor preta homogênea e o fundo a cor branca homogênea, ambos sem variação de tons de cinza, isto é, preto no branco.

Como vimos anteriormente, um conceito, ou uma forma (de Platão), ou a *eide* que se dá na mente só pode ter sua existência no ser, esse ser é alguma coisa, e é nessa alguma coisa que esta essa ideia, ou ser, se torna fato, que é distinto, pois é o que é, diferente de tudo, mas, por analogia essa alguma coisa seria esse ser e não aquele. Por conseguinte, “Alguma coisa é uma verdade ontológica” (SANTOS, 1961, p. 36), pois o ser é por analogia alguma coisa que é fato, está aí, ali ou acolá no espaço.

Na verdade lógica, sabemos, há a conformidade entre o intelecto e a coisa, enquanto, na ontologia há conformidade da coisa com o intelecto. Mas a verdade ontológica é a revelação do *logos* da coisa. O juízo *alguma coisa há* possui aquela aptidão e aquela capacidade. A verdade ontológica decorre da análise intrínseca da coisa, que é apta e capaz de, por si mesma, revelá-lo ou permitir que ser inteligente a conheça. *Alguma coisa há* possui assim as características, não só de verdade lógica, mas também ontológica (SANTOS, 1961, p. 36).

Vejamos um exemplo: no quadro a seguir temos alguma coisa A e B e algumas coisas C e D. Elas são fatos, pois existem no espaço, mesmo que seja somente uma expressão imagética no plano desta folha que contém o texto que integra esta tese.

Quadro 20. Alguma coisa e algumas coisas.



Fonte: O autor (2017)

Nas coisas do quadro acima há alguma coisa que assemelham alguma coisa A e B e as algumas coisas C e D e outras que as diferenciam. Ao tentar encontrar a semelhança é inevitável confirmar que existe a diferença.

Quando é possível identificar algumas notas que são comuns a alguma coisa A e B, assim como a algumas coisas C e D e, se for possível, também, que estas semelhanças possam ser intelectivas (compreendida através de construções lógicas) ou se acomodarem com o esquema mental, esse algo estaria em conformidade com intelecto, logo existira como um ser. E, assim, poderia se revelar o seu *logos*, onde:

Falar-se do *logos* de alguma coisa, é falar do fundamento dessa coisa, pois uma coisa é o que é pela razão íntima do seu ser, seu *logos*, a sua lei. Assim, reunindo todos os conceitos de *logos*, vemos que é lei, princípio e relação. Princípio porque para que uma coisa seja é necessário ser algo, seu princípio é, pois, o mais íntimo de seu ser, já que este ela não é. Lei, porque o que impõe que algo seja, é esse princípio, e relação porque nesse conceito está o referir-se a alguma coisa ou a si mesma ou além de si mesma, a outro ser (SANTOS, 1965, p. 901).

Para tanto, é imprescindível que se faça a “Análise intrínseca da coisa, que é apta e capaz de, por si mesma, revelá-lo ou permitir que o ser inteligente a conheça” para se caracterize como uma “verdade ontológica” (SANTOS, 1961, p. 36). Esta verdade quando abstraída (separada do fato) se torna o conceito que pode ser, subsequentemente, enunciada de forma verbal, neste caso como “cadeira”, mas que revela apenas a parte que é possível apreender do ser. Da mesma forma seu *logo* pode ser enunciado de forma textual por meio de notas que se inter-relacionam, neste caso, “cadeira um ‘móvel composto de assento, encosto e pernas, com função de permitir que uma pessoa nela se assente” (SANTOS, 2007, p. 131). Por isto poderemos, por analogia, considerar a alguma coisa A e B e as algumas coisas C e D, que estão expostas no quadro acima, como cadeiras, mesmo que apresentem algumas diferenças entre si, pois elas são semelhantes, mas não idênticas.

Com efeito, o conceito se materializa quando um objeto factual (fato) traz as características (notas ou *quiddidades*) essenciais necessárias à sua existência, de tal forma que elas se acomodem adequadamente ao esquema mental ou à ideia que se tem do objeto apresentado.

As características essenciais são aquelas que se forem retiradas, descartadas, excluídas de alguma coisa tornarão aquela alguma coisa numa outra alguma coisa ou mesmo deixará de ter o sentido de ser uma alguma coisa qualquer, por isto são necessárias, e necessárias ontologicamente. Desta forma, “A proposição *alguma coisa há* impõe-se de modo necessário, por uma necessidade ontológica e por uma decorrência ôntica” (SANTOS, 1961, p. 36).

Sabe-se que “Etimologicamente, o termo *necesse* (necessidade) indica o conteúdo que não é cedido, do que não se pode ceder, do que é impostergável, do que não pode deixar de ser o que é” (SANTOS, 1961, p. 36-37), o que caracteriza um esclarecimento importante para o entendimento do étimo necessário para ontologia e a, subsequente, concreção.

Quando, na dialéctica-ontológica se busca o nexos de necessidade, busca-se o conteúdo eidético que tem-de-ser, o único que pode-e-deve-ser. Tem o homem a capacidade de construir esquemas eidéticos-noéticos vários. Estes são os *eide* construídos por abstração pelo nosso espírito (*nous*), através de uma operação (*noesis*), e seus *conteúdos* (*noema*) podem ou não reproduzir o-que-não-pode-deixar-de-ser-e-que-tem-de-ser-imprescindivelmente. Quando alcançamos a esse conteúdo eidético necessário, alcançamos o conteúdo ontológico. Este se impõe independentemente da nossa mente e deve apresentar as características de necessidades, que excluem ou podem excluir a nossa esquemática vária (SANTOS, 1961, p. 37)

Assim sendo, a alguma coisa A e B e as algumas coisas C e D, que estão expostas no quadro acima, serão sempre cadeiras mesmo que algumas sejam de madeira, outras de

plástico ou de alumínio e seja esta de cor azul, enquanto aquelas são amarelas ou vermelhas. O que indica que existem qualidades que são contingentes ou não essenciais e outras características que são necessárias para que um ser exista como tal.

A principal providência da *dialéctica-ontológica* está, portanto, em procurar êsse conteúdo, pondo de lado tudo quanto pode não ser, até alcançar o *não-cedível*. Ademais o conteúdo ontológico deve decorrer de uma análise que ofereça sempre um nexo de necessidade. Essa operação afasta-se totalmente da opinativa, porque a opinião é um assentimento da nossa mente sôbre coisas contingentes, ou sejam, que podem ser ou podem não ser. O conteúdo ontológico só é verdadeiro quando toda e qualquer contingência é excluída, e ela o é quando dela ressalta o absurdo ontológico, ou pelo menos este é possível. Alcançar os conteúdos ontológicos do que se examina é, pois, a providência, primordial dessa dialéctica, e sem ela não é possível atingir a meta desejada, que, em suma, é a construção de juízos universalmente validos, por serem ontologicamente verdadeiros, o que nos leva ao total afastamento de toda *doxa* (opinião) (SANTOS, 1961, p. 37).

Deste modo, ao se executar as atividades essenciais das fases substantiva, analítica, hermenêutica e dispositiva e fornecer seus respectivos produtos, o que se objetiva é, tão somente, disponibilizar elenco de notas ou *qüididades* essenciais à serem utilizadas no momento do ato projetual de forma concreta e, assim, munir o projetista de elementos necessários para pensar na dimensão simbólica de forma concreta. “Para raciocinarmos, não devemos evitar leis formais, mas ao aplicar a dialéctica, como a temos exposto, poderemos alcançar o concreto dentro de nossas possibilidades” (SANTOS, 2007, p. 120-121).

Então, diz Santos (1961, p. 19):

Para alcançarmos a concreção de algo, precisamos, não só do conhecimento sensível da coisa, se é objecto dos nossos sentidos, mas também da sua lei de proporcionalidade intrínseca, e de sua heceidade⁸³, que inclui o esquema concreto, que é lei (logos) da proporcionalidade intrínseca da sua singularidade, e, também, das leis que presidem à sua formação, à sua existência e perduração, bem como ao seu término (SANTOS, 1961, p. 19).

No entanto, a concreção da dimensão afetiva do espaço possível de ser construído envolve a sua possibilidade de afetar o seu futuro usuário no que tange a sua demanda afetiva. Assim sendo, implica no juízo de valor do futuro usuário no ato da fruição do espaço já construído. Esta condição acarreta que o produto desta fase final do dispositivo tencione mais ao raciocínio ontológico que ao raciocínio lógico e, por conseguinte, tenderá mais a produção

⁸³ Por exemplo, “Este livro é nenhum outro. Está aqui, tem heceidade (haecceitas), é singular, inmultiplicável e não pode ser ele e simultaneamente outro” (SANTOS, 1965, p. 1382). Nota nossa.

da análise e menos da síntese, por isto que esta fase dispositiva se concentra no disponibilizar de notas ou *quiddidades* essenciais à concretude da dimensão simbólica.

Considerando que (1) as dimensões físicas, objetiva e simbólica se caracterizam como sendo o suporte expressivo e supridor das demandas corpórea, mental e afetiva; que (2) na dimensão física do espaço há a predominância da extensão, isto é, se dá por seus aspectos factuais; que (3) a dimensão objetiva do espaço, também, há predominância da extensão e, da mesma forma, se dá por seus aspectos factuais e, mais, para que exista depende da sua capacidade significativa de ativar a percepção e a semântica no seu usuário e que (3) a dimensão simbólica do espaço, diferente das dimensões física e objetiva, prepondera a intensão, isto é, que é ativada pelo que é individual no usuário, ou seja, sua afetação subjetiva, logo seu juízo de valor, a tentativa de materialização na dimensão simbólica, onde prevalece a assimilação (que é, predominantemente, intuitiva) sobre a acomodação (que é, predominantemente, racional), tenderá para a extensão e, assim, haverá um pendor dela se confundir com as dimensões física e/ou objetiva.

E esta confusão se evidencia no momento em que deseja fazer uma síntese visual ou espacial ou uma expressão conceitual objetiva (projeto) de uma relação símbolo enquanto provedor de possíveis demandas afetivas. Esta tendência se justifica, pois o espaço é prioritariamente estático, isto é, ele tem em si a eternidade (negação do tempo), o que o faz existir independente do tempo.

No entanto, a temporalidade, ou a contemporaneidade, dá-se pela intuição humana. Desta forma, o símbolo e os afetos são temporários e se materializam somente na contemporaneidade, isto é, na fruição homem-espaço. Por esta lógica, o produto projetual necessita da contemporaneidade da relação Homem-projetualidade-espaço. Fato que impossibilita que este dispositivo proponha uma síntese definitiva, unívoca, universal e anacrônica da dimensão simbólica e se volte à disponibilização de notas ou *quiddidades* essenciais, mais ou menos esquematizadas, em simplificações visuais gráficas e de fragmentos de seu logos para uma posterior concreção no ato projetual daquela coisa espacial ôntica.

Assim sendo, o dispositivo se adequa melhor à atividade de análise que integrante ato projetual e se enquadra melhor ao raciocínio ontológico proposto no hexagrama sistêmico que diagrama o alinhamento da relação do processo de projeto com a inferência, logo é *a priori* e tende a ocorrer nas atividades que antecede ao raciocínio lógico integrante da atividade síntese, que é *a posteriori*.

Vale salientar que o raciocínio lógico da atividade síntese, que compõe o ato projetual,

caracteriza-se como o procedimento de ordenamento do processo mental em conformidade com as normas da lógica que cria a possibilidade apropriada de se chegar a alguma inferência ou resolver algum problema, no caso, espacial, que só se dá a partir de uma hipótese já existente. O raciocínio ontológico pode oferecer como produto, mesmo que se de forma esquemática, a concreção de alguma coisa que pode a *posteriori* pela lógica e, também, pela empiria, ser inferido como a resolução mais adequada ao problema que se almeja resolver.

Produto – Simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou *qüididades*.

Estas simplificações gráficas não são obrigatoriamente sínteses visuais das notas. No entanto, funcionam como expressão visual que se acrescenta aos conteúdos latentes e sentidos sugeridos relativos ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético, decomposta em figura e fundo semântico, que foram enunciados textualmente.

Com efeito, as simplificações gráficas podem facilitar o processo de concretização do aspecto simbólico do espaço que será edificado, pois a relação intrínseca do espaço construído com o sinal gráfico é mais intensa que a proporção intrínseca do espaço construído com palavra, isto é, parece-nos ser mais descomplicado transmutar um algo do universo gráfico em espaço construído do que tornar uma palavra em espaço construído, pois a visualidade tem mais semelhança com o espaço do que a palavra.

Considerando estritamente a relação do som com a visualidade, isto é, os sentidos da audição e da visão que são os que são ativados pelas palavras e pelos sinais gráficos, podemos dizer que é possível expressar uma ideia pela palavra somente pelo som sem a necessidade representá-la de forma visual pelo arranjo de letras, mas não é possível expressar uma ideia pelos sinais gráficos sem que haja a visualidade, logo a visualidade é intrínseca ao sinal gráfico.

Da mesma maneira, o espaço construído não pode existir sem que ele tenha uma visualidade qualquer, pois ainda não há uma cegueira que esteja presente em todos os seres humanos existentes concomitantemente, assim sendo, um alguém com o sistema óptico funcionando já garantirá que este alguém veja o espaço construído em que estiver, logo, há a visualidade espacial. Mas, mesmo que todos nós fôssemos cegos, que é um absurdo, o espaço construído, ainda assim, teria o potencial de ser visto, pois esta é uma condição dele, que está impedida, neste momento, pela condição do observador e não do objeto. Ao contrário, é possível que exista o espaço construído sem o som. Desta forma, a visualidade é um aspecto intrínseco ao espaço e o som lhe seria extrínseco ou um acidente.

A visualidade intrínseca possibilita a similitude mais intensa dos sinais gráficos com o espaço construído e é menos preponderante entre a palavra e o espaço construído, este fato

potencializa a produção e utilização das simplificações gráficas de potenciais notas essenciais ou *qüididades* na concreção da dimensão simbólica no espaço construído.

Quando 21 - Exemplo de quadro com a simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou *qüididades* relativo ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso. Extrato do ensaio.

	 <p>Imagem referente integral</p>  <p>Padrão Cromático colorido da Imagem referente integral definido pelo Adobe Color CC</p>
<p>Figura semântica - Objeto material visual</p> 	 <p>Fundo semântico</p>  <p>Padrão Cromático colorido do fundo semântico definido pelo Adobe Color CC</p>
<p>Padrão Cromático colorido da figura semântica definido pelo Adobe Color CC</p> <p>Descrição - Objeto em forma esférica que representa um ser antropomorfo com elementos que remetem aos olhos e boca compondo o que parece uma face, o qual apresenta uma expressão facial sorridente, logo se caracteriza como um sorriso. Predomina a cor amarela.</p>	<p>Descrição - Sem valor significativo. Predomina a cor azul.</p>

Quando 21 - Exemplo de quadro com a simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou *qüididades* relativo ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso. Extrato do ensaio. (Continuação)

Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos

“A face do homem designa seu rosto, sobre o qual se inscreve seus pensamentos e sentimentos” (CHEVALIER, 2006, p. 414)

“O rosto é um desvendamento, incompleto e passageiro da pessoa, como a revelação da Mystica nas pinturas de Pompéia. Ninguém jamais viu o seu próprio rosto diretamente; só é possível conhecê-lo através de um espelho ou de uma miragem. O rosto não é para si mesmo, é para o outro. é para Deus; É a linguagem silenciosa. É a mais viva, a mais sensível (sede dos órgãos dos sentidos) que, bom ou mau, é apresentado a outros: é o íntimo parcialmente desnudado, infinitamente mais revelador do que o resto do corpo. Por isso, diz Max Picard "Não sem um estremecimento que o homem não ousa a olhar para um rosto, pois este existe, sobretudo para ser olhado por Deus. Olhar um rosto humano é querer controlar a Deus... Só na atmosfera de amor um rosto humano pode ser conservado tal como Deus o criou, à sua imagem. Se não estiver cercado de amor, o rosto humano se enrijece e o homem que observa em então diante de si, o lugar do rosto verdadeiro, apenas sua matéria que não tem vida, e tudo o que dizer sobre esse rosto será falso" (PICV, 14). Para entender um rosto é preciso vagar, paciência, respeito e amor. Analisar um rosto sem amá-lo é aviltá-lo, destruí-lo, assassiná-lo – é uma vivissecação. O rosto é o símbolo do que há de divino no homem, um divino apegado ou manifesto, perdido ou reencontrado” (CHEVALIER, 2006, p. 790-791).

“O rosto simboliza a evolução do ser vivo das trevas à luz. É a qualidade de sua irradiação que irá distinguir o rosto do demoníaco do rosto angélico” (CHEVALIER, 2006, p.791).

“Sendo o rosto o substituto do indivíduo humano todo, seu nome foi dado a uma medida relativa a compreensão de ordem humana. Da mesma forma com se diz tantas *almas*, diz-se tantos *rostos*.” (CHEVALIER, 2006, p.791).

“Olho órgão da percepção visual, é, de modo natural, o símbolo da percepção intelectual. É preciso considerar, sucessivamente, o olho *físico*, na sua função de recepção da luz” (CHEVALIER, 2006, p.653). COMENTÁRIO: Uma vez que esteja fechado diminui a intensidade da sensação de observação daquele que está contemplando o rosto, isto é, propicia uma tendência para a liberdade do espectador, logo tende a predominar a luz refletida e a expressão de alegria indicada pelo sorriso expressa pela boca com suas extremidades voltadas para cima, ou em direção aos olhos.

Predomina a cor amarela. “O amarelo tem uma tendência ao claro que não pode haver amarelo muito escuro. Pode-se dizer que existe uma afinidade profunda, física, entre o amarelo e o branco” (CHEVALIER, 2006, p.40).

“Sendo da essência divina, o amarelo-ouro se torna na terra, o atributo do poder dos príncipes, reis e imperadores” (CHEVALIER, 2006, p.40). “Cor do ouro e do sol” (CHEVALIER, 2006, p.278). “Cor da luz, do ouro, da intuição” (CHEVALIER, 2006, p.280).

Simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou *qüididades* relativo ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético sorriso.



Fonte: O autor (2017)

Quadro 22. Exemplo de quadro com de simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou quiddidades relativo ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético corpo em liberdade. Extrato do ensaio.

	
<p>Figura semântica - Objeto material visual</p>	<p>Imagem referente integral</p>  <p>Padrão Cromático colorido da Imagem referente integral definido pelo Adobe Color CC</p>
	
<p>Padrão Cromático colorido da figura semântica definido pelo Adobe Color CC</p>	<p>Fundo semântico</p>  <p>Padrão Cromático colorido do fundo semântico definido pelo Adobe Color CC</p>
<p>Descrição - Figura de um ser antropomorfo com braços abertos como se desprendesse sua existência da paisagem natural que o contém. Predomina a forma antropomorfa sobre a cor, muitas vezes apenas a silhueta basta sobre a qual incide a luz ou a iluminação.</p>	<p>Descrição - Paisagem natural com o horizonte dividindo o céu com sol e a terra. Predomina as cores azul e amarelo (luz ou iluminação) no céu e a sombra (cores em tons escuros) na terra.</p>
<p>Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos - Figura</p> <p>O fato de estar como os braços abertos aparenta indicar que houve um movimento no corpo e esta cinese cria um foco de atenção sobre o corpo estático.</p> <p>“O braço é o símbolo geral da atividade” (CHEVALIER, 2006, p.140).</p> <p>“No gesto elementar através do qual o homem leva o alimento à boca, o antebraço, intermediário entre o cotovelo e a boca, simboliza o papel do espírito, mediador entre Deus e o homem” (CHEVALIER, 2006, p.141).</p> <p>“Os braços erguidos significam, na liturgia cristã, a imploração da graça ao alto, e a abertura da lama às benesses divinas” (CHEVALIER, 2006, p.141).</p> <p>“Os braços erguidos exprimem um estado passivo, receptivo. É a ação corporal que sede lugar à participação espiritual. A abertura dos braços representa, em à cabeça do faraó, a mesma coisa que a abertura dos chifres representa ara a cabeça do animal sagrado. Nos dois casos, a abertura condiciona e significa a recepção das forças cósmicas: o céu do Homem participa do céu do Universo” (CHEVALIER, 2006, p.140-141).</p>	

Quadro 22. Exemplo de quadro com de simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou *qüididades* relativo ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético corpo em liberdade. Extrato do ensaio.

(Continuação)

“Os braços erguidos das pessoas que se rendem [...] ato de submissão, um apelo à justiça e a clemência [...] Quem o faz torna-se passivo, entregue à mercê de seu senhor” (CHEVALIER, 2006, p.140).

Fundo – Céu ensolarado que encontra com a terra.

O étimo que expressa o que é “universalmente, a *morada da imortalidade*” e que “É o centro imutável, o *coração* do mundo, o ponto de comunicação entre o Céu e a Terra” (CHEVALIER, 2006, p.684-685) seria o “paraíso”.

“Se o *Paraíso terrestre* tornou-se inacessível foi porque as relações entre o Céu e a Terra foram rompidas pela queda.” (CHEVALIER, 2006, p.684).

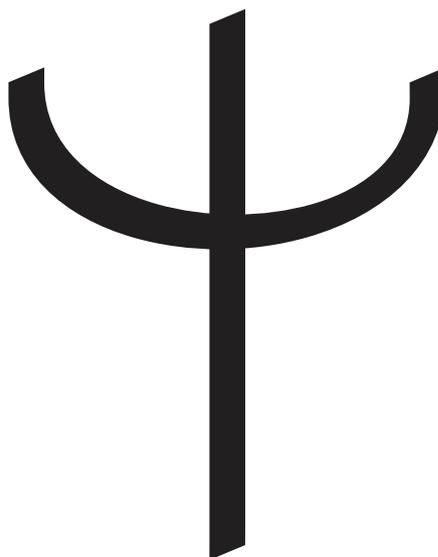
“Dissemos que se tratava menos de lugares que de estados: o retorno ao estado endêmico é, com efeito, a obtenção de um estado central, a partir do qual se pode fazer a ascensão espiritual ao logo do eixo terra-céu” (CHEVALIER, 2006, p.685).

Paraíso “*O desejo de nos encontramos sempre e sem esforço no coração do mundo da realidade e da sacralidade e, em suma, o desejo de superar de uma maneira natural a condição humana e de recuperar a condição divina*” (CHEVALIER, 2006, p.684).

Predomina as cores azul e amarelo

“O amarelo, luz de ouro, tem valor cratofônico, e o par de esmaltes Ouro-Blau se opõem ao par Goles-Sinople, como se opõem o que provem do alto e o que vem de baixo” (CHEVALIER, 2006, p.40). Nota nossa: (1) cratofônico lugar ou estado dotado de poder e de sacralidade; (2) Na heráldica (ciências que estudas os brasões de armas) o Ouro é um metal representado pela cor amarela, Blau é um esmalte de cor azul, Goles e Sinople são esmaltes, onde o primeiro é vermelho e segundo o verde.

Simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou *qüididades* relativo ao objeto material visual da imagem referente do tipo imagético corpo em liberdade.



Fonte: O autor (2017)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O raciocínio lógico das considerações que expomos aqui parte das contribuições da Filosofia Concreta defendida por Mario Ferreira dos Santos (1961, p. 19), a qual sustenta que para a concretude é necessário que haja, além da condição de algo poder ser apreendido pelos sentidos, os princípios que estruturam a relação da sua essência com sua existência de fato, isto é, para a concreção é compulsório que tenha algo no espaço e, também, que se enuncie o *logos*, que é o conjunto de seus princípios essenciais, em uma proporção própria capaz de caracterizar seu ser.

Contudo, antes de ser, o algo precisa ter “causa como poiesis⁸⁴” isto é, passar do não-ser para o ser, ou sair do oculto e vir para a luz que se dá, segundo Santos (1965, p. 875), pela apofântica⁸⁵. Para que o algo que passou a ser, e que é, se torne concreto, é essencial, como diz Santos (1961, p. 19), que sua lei, ou sua essência, ou aquilo que lhe é intrínseco, ou seu *logos*, seja compreendido pelo intelecto.

Então a poiesis ou a apofântica que decorreu nesta tese trouxe algo do não-ser para o ser por meio de um esquema o qual se denominou dispositivo de apoio ao ato projetual. Este dispositivo se caracteriza por um mapeamento da sucessão de procedimentos que o projetista poderia adotar para apoiar a proposição das condições necessárias para construção de espaços arquitetônicos e/ou urbanos que sejam capazes de produzir efeitos que propiciariam o suprimento das demandas afetivas do seu futuro usuário humano. Por conseguinte, para que se desse a concretude deste dispositivo, além da esquematização do mapeamento dos procedimentos inerentes ao dispositivo, que é um fato, foi essencial que se identificasse seu *logos*.

Assim sendo, para ter a existência concreta se faz necessário ter o algo e o *logos* do esquema do dispositivo apresentado que será tratado nos próximos parágrafos.

O algo é o dispositivo que se esquematiza, de fato, a partir do mapeamento da sucessão de procedimentos que engloba as atividades que o projetista deve realizar nas fases (1) substantiva, (2) analítica, (3) hermenêutica e (4) dispositiva para gerar seus respectivos produtos. Onde, o produto gerado pela aplicação do dispositivo, trará aquelas notas essenciais

84 “Um bom exemplo é poiesis, que tem múltiplo significado, sendo mais de uma coisa. De fato, tudo quanto passa do não-ser para o ser tem causa como poiesis, de modo que as produções de todas as artes são formas de poiesis, e os artistas e artesãos que as produzem são todos poietai.” (PLATÃO, 2012, p. 86).

85 “A apofântica (do gr. apô, o que está oculto e phaos, luz), a intuição que ilumina, que aclara, que torna compreensível, subitamente, o que não nos parecia claro. É o desvelamento súbito de uma possibilidade, a descoberta de um poder e se revela em todos, mas com maior frequência nos de grande talento e nos gênios” (SANTOS, 1965, p. 875).

ou *quididades* visuais necessárias que poderão ser arranjadas pelo projetista e, de acordo com a contingência espaço-tempo-usuário, materializar alguns causadores do efeito afetivo do espaço sobre seu futuro usuário.

O desvelar do *logos* se inicia ao considerar que a afetividade é a nomeação⁸⁶ da sensação que o indivíduo sente por outro(s) corpo(s) no momento que o(s) segundo(s) anima(m) o primeiro a viver ou a continuar existindo e, também, que o ser humano tem demandas/necessidades (1) corpórea, (2) mental e (3) afetiva que são interdependentes e a sua provisão é necessária para a preservação ou conservação da vida e para continuação de sua existência.

Outros aspectos que colaboram com o descortinar do *logos*, ocorre pela concordância da mediação conceitual de que a delimitações espaciais que materializam um espaço relativo são constituídas pelas dimensões (1) físicas, (2) objetiva e (3) simbólica; que a dimensão física de um espaço relativo é composta pelos materiais construtivos, técnicas e tecnologias construtivas dos delimitadores, assim como, pelos artefatos ali contidos; a objetiva pelos signos reconhecíveis e a simbólica por símbolos e que as dimensões físicas, objetiva e simbólica se caracterizam como sendo o suporte expressivo e supridor das demandas corpórea, mental e afetiva.

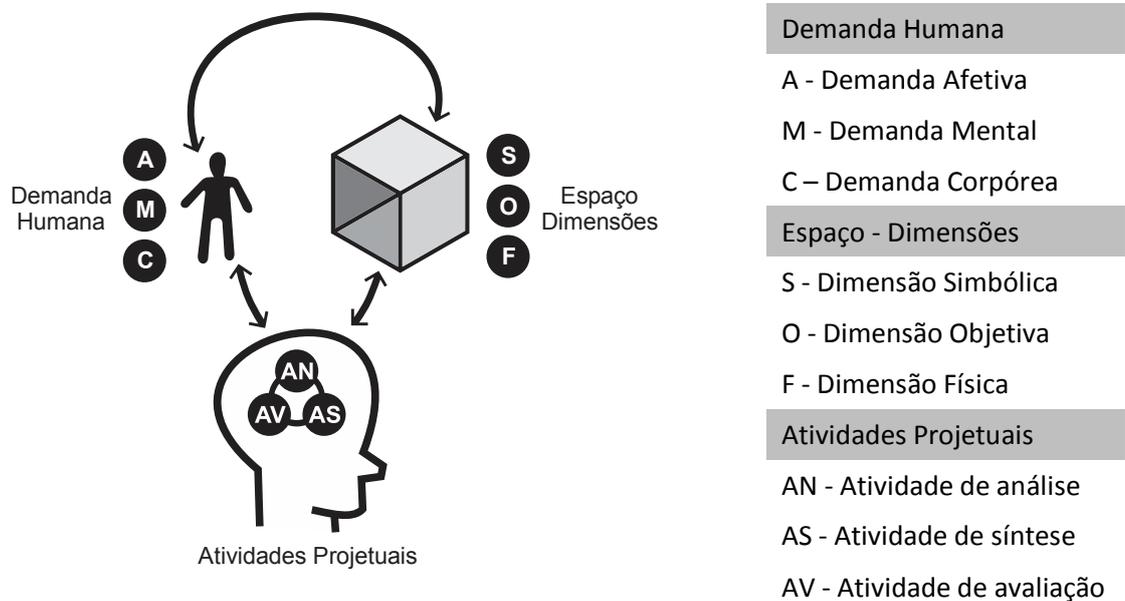
Então, pelo meio relacional, o *logos*, se dá pela tríade tripartite que se configura do (1) homem definido pelas (1.a) demanda corpórea, (1.b) demanda mental e (1.c) demanda afetiva; (2) do espaço por suas (2.a) dimensão física, (2.b) dimensão objetiva e (2.c) dimensão simbólica e (3) da projeção por meio das (3.a) atividade de análise, (3.b) atividade de síntese e (3.c) atividade de avaliação. Onde, a projeção é fusionada à inferência e se desdobra em um hexagrama, e a atividade de análise se decompõe em (3.a.1) problema e (3.a.2) raciocínio ontológico; a atividade de síntese em (3.b.1) raciocínio lógico e (3.b.2) solução e a atividade de avaliação em (3.c.1) homem e (3.c.2) espaço, o que ocasiona a inter-relação integral dos elementos do sistema.

Neste *logos*, a tríade tripartite esquematiza a conexão das categorias ser humano e espaço, onde: o ser humano sente e expressa a sua afetividade no espaço ao qual está sujeito; o espaço é onde os corpos se materializam e se afetam; um espaço relativo pode existir a partir da sua delimitação material; o projetista pode projetar as delimitações de um espaço relativo de forma que sejam possíveis de serem construídas; as delimitações espaciais por existir no espaço são corpos e, assim sendo, podem afetar o ser humano.

⁸⁶ Nomeação, *a posteriori*, isto é, dar um nome ou elaborar um enunciado verbal para algo que se sentiu, como, por exemplo, felicidade, alegria, tristeza, angústia etc.

O universo gerado pela tríade tripartite cria a condição para que o projetista materialize a conexão entre as categorias ser humano e espaço pelo ato projetual de forma integral e, neste contexto, a essência da projeção se particulariza pela proposição de soluções e alternativas espaciais para atender às necessidades daqueles seres humanos que utilizarão o espaço em projeto; o espaço relativo é projetado e construído para que na sua fruição o ser humano tenha suas necessidades corpórea, mental e objetiva, devidamente atendidas, e leva em conta que a fruição se dá no momento exato da inter-relação do homem-demanda (corpórea, mental e afetiva) com um espaço relativo, concomitantemente, com as suas dimensões física, objetiva e simbólica e neste momento de afetação o espaço relativo proposto seria o gerador de estímulos de ação/reação no seu futuro usuário.

Figura 13. Esquematização da visão geral da tríade tripartite



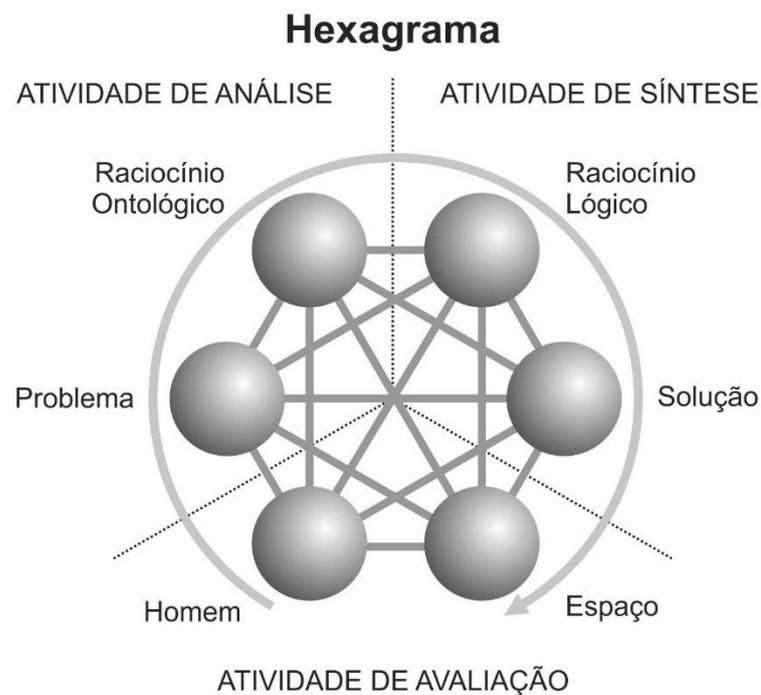
Fonte: O autor (2017)

E se adiciona ao *logos*, a designação do ato projetual como um processo de decisão sobre quais materiais construtivos, técnica e tecnologias construtivas, artefatos, signos reconhecíveis e notas essenciais ou *quiddidades* de símbolos que serão adotados, assim como, de que forma eles serão arranjados para gerarem estímulos de ação/reação humanas adequados a atender às demandas corpóreas, mentais e afetivas do seu futuro usuário.

Enquanto atividade conceptiva de predominância mental, o ato projetual se assemelha ao processo de inferência; a inferência é uma operação intelectual ou processo mental por meio do qual, partindo de determinadas premissas, por implicação, se chega a uma

determinada conclusão; por estes princípios é possível relacionar o ato projetual com a inferência, onde, atividade de análise se decompõe em problema e raciocínio ontológico, a síntese em raciocínio lógico e solução e a avaliação no homem e o espaço, o que gera um sistema de seis entes que se inter-relacionam e que pode ser expresso graficamente por um hexagrama. As interconexões dos entes do hexagrama possibilitam que se considere o homem, o espaço e a projeção em um todo sistêmico. Com efeito, ao *logos* se acrescenta, também, o hexagrama.

Figura 14. As interconexões dos entes do hexagrama possibilitam que se considere o homem, o espaço e a projeção em um todo sistêmico.



Fonte: O autor (2017)

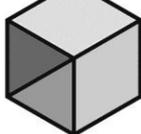
O algo, o dispositivo, que existe em sua esquematização e se atualiza pela volição do projetista que o utiliza, só se concretiza necessariamente quando se der concomitante ao seu *logos*, isto é, se for relacionada à tríade tripartite e ao hexagrama. Por esta proporção o dispositivo tende a se localizar no raciocínio ontológico na atividade de análise do hexagrama e o que daí for produzido, isto é, as notas essenciais ou *quiddidades*, no caso visual, servirão para que o projetista, por intuição *edidética*, elabore a mais apropriada composição espacial de acordo com o lugar, com a contemporaneidade e, também, com aquele que será o usuário do espaço.

Com o arranjo espacial esquematicamente definido se pode, *a posteriori*, passar a atividade de síntese e utilizar o raciocínio lógico para se propor e decidir pela solução mais adequada para materializar a relação homem por sua demanda e para a produção do espaço de forma que supra as demandas do usuário, neste caso afetiva, por meio da proposição de elementos construtivos dotados de potenciais causadores de efeitos naqueles que terão algum contato com eles na fruição do espaço.

Assim, a concepção propondo ativadores tem em vista determinadas reações do usuário humano, onde os elementos apresentados para o espaço relativo devem afetar seu usuário humano e suprir suas demandas.

O algo, o esquema do dispositivo, focaliza-se na proposição da afetação central e na indicação de notas ou *quiddidades* visuais para compor a dimensão simbólica do espaço relacionando à demanda afetiva. Vale ressaltar que este foco não exclui e, sim, contempla as demais afetações centrais e as periféricas, pois serão por elas que o símbolo terá sua existência.

Quadro 23. Elemento ativador e reação do usuário humano (causa-efeito)
EXTRAMATERIALIDADE

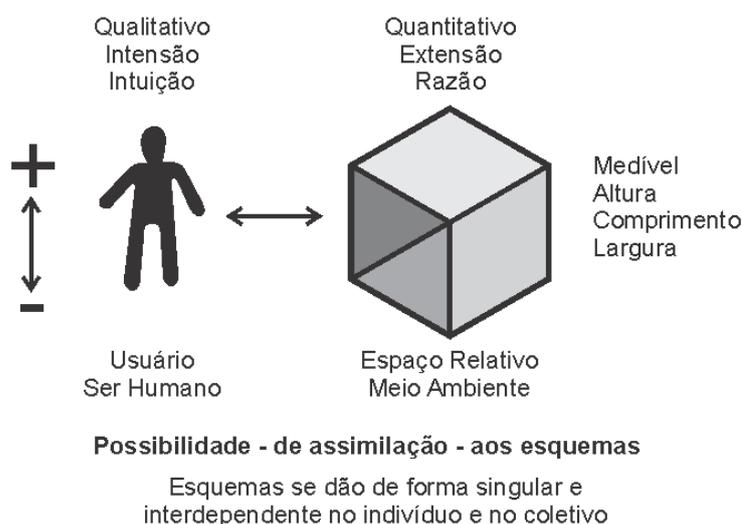
<p>Demanda Afetiva</p> 	<p>Ativador: Equívocos Morfológicos - Reação: Tensão Fática-Idealista</p>	<p>Ativador: Signos Ambíguos - Reação: Poli significação</p>	<p>Ativador: Símbolos - Reação: FORÇA DE EXISTIR POTÊNCIA DE AGIR CONATUS</p>
<p>Demanda Mental</p> 	<p>Ativador: Sinais Reconhecíveis - Reação: Pregnança Formal-Acomodação</p>	<p>Ativador: Signos Reconhecíveis - Reação: COMPREENSÃO PERCEPÇÃO USO APROPRIADO</p>	<p>Ativador: Notas simbólicas Ideias percebidas e não intelectivas - Reação: Evocação Afetiva</p>
<p>Demanda Corpórea</p> 	<p>Ativador: Delimitadores e Artefatos contidos - Reação: USABILIDADE CONFORTO</p>	<p>Ativador: Elementos Sensoriais - Reação: Estímulos aos sentidos (VAPTO) influenciando os comportamentos</p>	<p>Ativador: Elementos Notáveis - Reação: Estímulos aos sentidos (VAPTO) influenciando os Sentimentos</p>
MATERIALIDADE	<p>Dimensão Física</p> 	<p>Dimensão Objetiva</p> 	<p>Dimensão Simbólica</p> 

Fonte: O autor (2017)

A efetivação do encontro do estímulo com a demanda se daria pelas afetações centrais (dimensão física do espaço-demanda corpórea; dimensão objetiva do espaço-demanda mental e dimensão simbólica do espaço-demanda afetiva) e pelas periféricas (dimensão física do espaço-demanda mental; dimensão física do espaço-demanda afetiva; dimensão objetiva do espaço-demanda corpórea; dimensão objetiva do espaço-demanda afetiva; dimensão simbólica do espaço-demanda corpórea e dimensão simbólica do espaço-demanda mental).

Desta maneira, o dispositivo seria utilizado com predominância na atividade de análise e como instrumento de raciocínio ontológico, pois no símbolo prevalece a sua natureza intuitiva a qual requer a necessária contemporaneidade do projetista e do usuário. Por outro lado, de forma oposta e complementar, a solução sintética é fruto do raciocínio lógico e tende a dimensão física e objetiva e, por conseguinte, nelas preponderará a extensão sobre a intensão (intensidade).

Figura 15. Corpos que afetam outros corpos e por eles são afetados.



Fonte: O autor (2017)

Assim sendo, pode-se reconhecer que o símbolo tende a extrapolar a materialidade, mas se concretiza (como algo e o com seu *logos*) por meio dos elementos físicos da dimensão física e dos signos reconhecíveis, ou da linguagem, da dimensão objetiva. Com efeito, a dimensão simbólica se dá pela tensão fática-idealista ou físico-extrafísico e prepondera a intuição, onde aquilo que causa efeito no fruidor do espaço tende mais ao *páthos* e ao afeto, que “não representa nada” (DELEUZE, 2012, p.5), mas que impressiona a mente a estimulando a decidir sobre isto ou sobre aquilo e anima o corpo a se mover desta ou daquela

maneira.

O algo, o dispositivo como fato, foi possível pelo ensaio. Este método se caracterizou pela observação e, para tanto, se instaurou um protótipo do dispositivo, como uma metodologia, para se agregar ao processo de projeção os aspectos causadores de efeitos afetivos ao espaço que se projeta, ao qual se denominou de ensaio e que ocorreu durante o ano de 2016 na UCV (Centro Universitário Católico de Vitória) e teve a felicidade como amostra de um ente afetivo.

Neste ensaio se considerou que felicidade é uma demanda afetiva do ser humano, onde a felicidade é a nomeação do estado humano propiciado por uma intensidade de sensações que o indivíduo quer continuar sentindo.

O ensaio do dispositivo foi caracterizado como uma forma de avaliação crítica da utilização do método proposto, em um contexto conjecturado, sem que se tivesse uma certeza do resultado final, objetivando somente a sua observação e sua possível ontologia.

O resultado deste ensaio originou o esquema de um dispositivo de apoio à projeção de espaços arquitetônicos e ou urbanos criando, assim, a possibilidade intuitiva-racional de permear o espaço com causadores dos efeitos de afetividade no seu futuro usuário.

Não houve a pretensão de propor um método universal e integral de concepção espacial, por isto é que se tratou de um dispositivo de apoio ao ato projetual, onde seu uso está condicionado à vontade ou necessidade do projetista o acoplar a seu modo próprio de projetar e, também, faz parte de sua essência todo tipo de adequação às contingências, pois o algo que se elaborou é um esquema com seus princípios que não tem, definitivamente, a aspiração de ser absoluto, acabado, pleno, estático e monolítico. É algo ontológico, mas não ôntico, contudo, tem a potência de se realizar pelo ato, desta ou daquela forma e pode, e deve, se ajustar a este ou aquele caso.

Além disto, o estudo deste dispositivo centrou-se, prioritariamente, na visualidade de acordo com Lynch (2010, p.11), onde “os objetos não são apenas passíveis de serem vistos, mas também nítida e intensamente presentes nos sentidos”. Contudo, há a possibilidade deste dispositivo ser adaptado a outros sentidos do corpo que utilizará o espaço, mas que demandaria outro estudo específico para cada sentido.

A aplicação prática do dispositivo aqui proposto contempla as seguintes fases, assim como, as suas respectivas atividades e produtos: Fase Substantiva: Atividade de nomeação do ente e de busca e produção da massa imagética; Fase Analítica: Atividade de análise incipiente com identificação dos tipos imagéticos, enunciado verbal e imagem referente, seguido da atividade de análise em profundidade para identificação dos objetos visuais e o do

todo imagético; Fase Hermenêutica: Simbólica aplicada como atividade hermenêutica para produção do inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos e Fase Dispositiva: Atividade de disposição visual das simplificações gráficas de potenciais notas essenciais ou *qüididades* identificadas, cujos componentes surgiram a partir das atividades e dos produtos das fases substantiva, analítica e hermenêutica que antecederam a fase dispositiva.

Quadro 24. Dispositivo com suas fases com seus respectivos atos e produtos

Fase	Ações	
I - Substantiva	Nomeação do ente	
	↓	
	Busca	
	↓	
	Massa Imagética	Produto
II - Analítica	Análise Incipiente	
	↓	
	Tipos Imagéticos, Enunciado verbal e Imagem referente	Produto
	↓	
	Análise em Profundidade	
	↓	
	Objetos materiais visuais e o todo imagético	Produto
III - Hermenêutica	Simbólica aplicada (hermenêutica)	
	↓	
	Inventário analítico de conteúdos latentes e sentidos sugeridos	Produto
IV - Dispositiva	Disposição visual	
	↓	
	Simplificação gráfica de potenciais notas essenciais ou <i>qüididades</i>	Produto

Fonte: O autor (2017)

Desta forma, o dispositivo de apoio ao ato projetual se concretiza, pois seu esquema se dá de fato e sua essência é enunciada nesta tese.

Também, podemos compreender o projetista como o indivíduo que intenciona e se prepara para propor soluções espaciais para atender às demandas ou necessidades do ser

humano que irá fruir o espaço que se projeta e que futuramente será construído. Os humanos existem no espaço e, também, neste momento cronológico específico, a maioria deles, ou de nós, estão ou transitam nas cidades e ficam ou passam nas edificações do meio urbano e é neste espaço que vivem, ou tentam viver.

Desta forma, garantir as condições mais adequadas para que o corpo humano acesse e utilize o espaço, para que a sua mente perceba e compreenda o espaço facilitando, assim, a decisão sobre a melhor maneira de usá-lo e para que sintam a vontade de continuar sentido o que sentiram ao fruir o espaço, para proporcionar aquilo que lhe promova a vontade de viver e de continuar vivendo e a motivação para a preservação de espécie, seria necessário que o projetista propusesse os causadores dos efeitos humanitários essenciais ao projetar uma edificação ou as intervenções e ordenamentos do meio urbanístico.

Com efeito, o esquema do dispositivo aqui concretizado, de certa forma, pode ajudar ao projetista a permear a justaposição dos elementos construtivos, tecnologicamente insensíveis, da arquitetura e do espaço urbano que projeta com algo mais humanístico, com aquilo que não se preenche como um líquido que se põe em uma garrafa, nem como um pó que se deposita em um recipiente qualquer. Possibilitará ao projetista insuflar a alma por meio dos causadores de efeitos sobre seus usuários e, assim, animar o espaço construído com a vontade de viver de daquele que o frui.

Desta maneira, mesmo que haja indícios de que a inclinação para a vida não venha do espaço, tem-se a convicção que é, e será, ali que se dá, e se dará, a vida do ser humano, pois, para a morte já se tem certo o seu destino definido. No entanto, aquilo que tem a potência de causar a intensidade, deste ou daquele sentimento, pode ser previamente pensado de forma sistemática na intenção de gerar o efeito de bem-estar, ou de transitar, naqueles que fruirão o espaço. Acreditamos que esta seja uma contribuição a se considerar a partir deste trabalho e, mesmo que não se utilize efetivamente na prática projetual o dispositivo aqui concretizado, o contato com ele pode gerar, ao menos, uma instigação ao projetista de pensar o ser humano com suas necessidades afetivas, além das corpóreas e mentais, e o espaço como aquilo que suprirá estas demandas pelo efeito causado no seu futuro usuário.

Desdobramentos

As reflexões sobre a revisão de literatura iniciada com a dissertação de mestrado concluída em 2009 e sobre o que foi trabalhado nesta tese trouxe à baila algumas questões que incitam à investigação.

De maneira específica, as questões seriam: Qual seria o saber que se produziria no diálogo deste esquema concreto de dispositivo projetual com as práticas profissionais?

E o que resultaria do debate mediado pelo *logos* do dispositivo com outros teóricos, princípios e premissas que as limitações de tempo e espaço impediram que aqui fossem contemplados, assim como, com as novas epistemologias que virão?

A aplicação do dispositivo projetual proposto pode ser feita em várias contingências tanto no campo da prática da projetualidade profissional quanto em pesquisas acadêmicas onde as observações sobre sua utilização e os seus resultados produzidos poderão servir para a produção de conhecimento neste universo da arquitetura e urbanismo, da projetualidade, do campo simbólico e, também, da filosofia.

Desta forma, uma vez que o esquema do dispositivo se concretizou a sua exposição a diversas empirias, seria profícuo, não para verificar sua concretude, pois ele é um fato no seu esquema e é enunciado o seu *logos*, mas para entender seu comportamento diante dos diversos acidentes e o que pode ocorrer na sua experimentação nos mais variados contextos. Tem-se a intuição de que os resultados que advirão serão múltiplos e numerosos.

Outra vertente a se investigar está ligada a uma forte intuição que nos inclina a instaurar, em estudos futuros, um novo campo epistemológico que considera a projeção e a construção da arquitetura e do urbano, isto é, da produção do espaço em seu processo integral como um pensar filosófico, assim como há a filosofia da arte teria uma filosofia da arquitetura e do urbanismo. E se isto for possível, creio que um dia ainda iremos afirmar que a arquitetura e o urbanismo é filosofia concreta.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 21 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AGOSTINHO, Santo. **A vida feliz**. Tradução Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1998.

ANDREWS, Susan. A ciência da felicidade. **Revista Mente e Cérebro**. Ano XVIII, N ° 223, Agosto, 2011. Duetto: São Paulo, 2011.

AZEVEDO NETTO, C. X. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 12, n. 2, p. 01-13, 2002. Disponível em <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/1461>> Acesso em 26/04/2017.

BARSKI, José. **Introdução ao Estudo da Forma Arquitetônica**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Análise e Representação da forma. Disponível em <<http://www.fau.ufrj.br/apostilas/aforma>>. Acesso em 28/01/2008.

BARTHES, Roland. **Elementos da Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. CNE/CES. **Resolução N° 2, De 17 De Junho de 2010 (*)**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES n° 6/2006. (*) Publicada no DOU de 18/6/2010, Seção 1, pp. 37-38.

_____. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos - **Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010**. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112378.htm> Acesso em: 05/02/2016.

CALDANA, Valter Luis. **Pesquisa em Projeto de Arquitetura e Urbanismo: Caminhos**. [Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012. Disponível em <<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/view/Caldana.2012.1/642>> acesso em 01/09/2014.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Artes do fazer. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Espinosa: uma Filosofia da Liberdade**. São Paulo: Moderna, 1995.

CHEVALIER, Jean; et al. **Dicionário de símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas figuras, cores, números). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

DE MORAIS, Dijon. **Metaprojeto**: O Design do Design. São Paulo: Blucher, 2010.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. 3 ed. Tradução de Lenke Perez. São Paulo: Makron Books, 2001.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. **Curso sobre Spinoza (Vincennes 1978-1981)**. Trad. Emanuel Angelo da Rocha Fragoso e Hélio Rebello Cardoso Junior. Fortaleza: EdUECE, 2012.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Trad GALVÃO, M^a Ermantina. 3^a Tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EPSTEIN, Isaac. **O signo**. Ática: São Paulo, 2002.

FILHO, João Gomes. **Gestalt do Objeto**: Sistema de leitura visual. São Paulo: Escritura Editora, 2008.

FRUTIGER, Adrian. **Sinais e símbolo**: desenho, projeto e significado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd. **Ciência Psicológica**: Mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHIZZI, Eluiza Bortolotto. **Arquitetura em Diagramas: Uma Análise da Presença do Raciocínio Dedutivo Diagramático no Processo Projetivo em Arquitetura**. *Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia*. Centro de Estudos do Pragmatismo – PEPGF – PUC-SP. v. 3. n. 2, p. 109 – 124. jul. dez. 2006. Disponível em <http://www4.pucsp.br/pragmatismo/downloads/2_20cog_est_v3_n2_ghizzi_t12_109_124.pdf> Acesso em 10/08/2016.

GINGER, Serge e Anne. **Gestalt**: Uma Terapia do Contato. Tradução de Sonia de Souza Rangel. 3 ed. São Paulo: Summus, 1995.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1999.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Perrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUNG, C. G.; FRANZ, Marrie-Louise von (Org.). **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.

KANT, I. **Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura**. Trad. MORÃO, Artur. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1988.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Trad. J. Rodrigues de Meregé. Digitalização Acrópolis, Brasil: Portal Domínio Público, 2004. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2246> Acesso em 03/08/2016.

_____. **Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza**. www.filosofia.com.br, 2008-2014. Disponível em <http://www.filosofia.com.br/figuras/livros_inteiros/175.txt> acesso em 25/05/2014.

KOWALTOWSKI, Dorris C. C. K.; MOREIRA, Daniel de Carvalho; PETRECHE, João R. D.; FABRÍCIO, Márcio m. RG. **O Processo de Projeto em Arquitetura**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LAWSON, Bryan. **Como arquitetos e designer pensam**. Tradução Maria Beatriz Medina. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LENOIR, Frédéric. **Sobre a felicidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

LEONARDI, Ana Carolina. **Cientistas descobrem a fórmula matemática da felicidade**. Super Interessante. 4/11/2016. Comportamento. Abril Mídia S/A, 2016. Disponível em <<http://super.abril.com.br/comportamento/cientistas-descobrem-a-formula-matematica-da-felicidade/>> acesso em 21/02/2017.

LEWIS; PAUL, M.; SIMONS, Gary F.; and FENNIG, Charles D. (eds.). **Ethnologue: Languages of the World**, Eighteenth edition. Dallas, Texas: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com>. 2015. Disponível em <<http://www.ethnologue.com/statistics/size>> Acesso em 16/09/2015.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MALOUF, David. **O que é felicidade?**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

MASLOW, Abraham H. **Introdução à Psicologia do Ser**. Coleção Anima. Trad. Álvaro Cabral. Rio: Eldorado, 1970.

MCMAHON, Darrin M., **Felicidade: uma história**. São Paulo: Globo, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILLAN, Marília Pereira Bueno. **Tempo e Felicidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5ª Ed. POA: Sulina, 2015.

MYERS, David. **Introdução à psicologia Geral**. Editora LTC – Livros Técnicos e Científicos S/A: Rio de Janeiro, 1999.

NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NEVES, Laert Pedreira. **Adoção do Partido em Arquitetura**. 3ª ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

ORIGEM DAS PALAVRAS. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/>> Acesso em 05/03/2017.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva. 2005.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 24 ed. Rio: Forense Universitária, 1999.

PIGNATARI, Décio. **Informação, linguagem, comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1980

PLATÃO. **O Banquete**. Trad. Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2012.

_____. **República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **Eutidemo**. 2017. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000466.pdf>> Acesso em 15/02/2017.

RAMOS, A. **Fisiologia da visão**: um estudo sobre o “ver e o enxergar.” Rio de Janeiro: Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos**: como as linguagens significam coisas. Pioneira: São Paulo, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12/07/2016. Pré-publicação.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Matese, 1965. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/31093685/Dicionario-de-Filosofia-e-Ciencias-Culturais#>> acesso em 04/12/2015.

SANTOS, Mario Ferreira dos. **Filosofia Concreta**. Tomo 1º. Enciclopédia de Ciências Sociais. Vol. X, 3ª Ed. São Paulo: Logos, 1961.

_____. **Tratado de simbólica**. São Paulo: É, 2007.

_____. **Filosofia e cosmovisão**. São Paulo: É, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Org. RIEDLINGER, Albert, trad. PAES, José Paulo; BLIKSTEIN, Izidoro. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Elvan. **Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico**. 2ªed. POA: UFRGS, 1998.

SINGER, Peter. **Vida ética**: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SPINASSÉ, Marcos Antonio. **Retórica visual**: o shopping Iguatemi – Maceió e sua comunicação persuasiva. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmica do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2009.

SPINOZA, Beneditus de. **Ética/Spinoza**. Trad. Tomaz Tadeu. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SURVEYMONKEY. **Tamanho da amostra do questionário**. Versão online. 1999-2015. Disponível em <<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/>> Acesso em 28/09/2015.

URA, Dasho Karma. **Felicidade Interna Bruta**. Disponível em <<http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/Felicidade%20Interna%20Bruta%20-%20Dasho%20Karma%20Ura.pdf>> Acesso em 24/10/2012.

VASSÃO, Caio Adorno. **Metadesign: Ferramentas, Estratégias e Ética para a Complexidade**. São Paulo: Blucher, 2010.

VERNON, Magdalen Dorothea. **Percepção e Experiência**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

VIANNA, Maurício et al. **Design Thinking: inovação e negócios**. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.